

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Paisagem cultural das Usinas
Sucroalcooleiras de Araras, SP: dialética
entre preservação e transformação

ADRIANA CORSINI MENEGOLLI

CAMPINAS

2020

ADRIANA CORSINI MENEGOLLI

**Paisagem cultural das Usinas
Sucroalcooleiras de Araras, SP: dialética
entre preservação e transformação**

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.”

**Orientadora:
Prof. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi**

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica elaborada por Talita Andrade Rodrigues CRB 8/9675
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

350.85
M541p

Menegolli, Adriana Corsini

Paisagem cultural das usinas sucroalcooleiras de Araras, SP: dialética entre preservação e transformação / Adriana Corsini Menegolli. - Campinas: PUC-Campinas, 2020.

323 f.: il.

Orientador: Maria Cristina da Silva Schicchi.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Patrimônio cultural - Proteção. 2. Paisagem - Proteção. 3. Araras (SP). I. Schicchi, Maria Cristina da Silva. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD - 18 ed. 350.85

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Autora: Corsini Menegolli, Adriana

Título: Paisagem cultural das Usinas Sucroalcooleiras de Araras, SP: dialética entre preservação e transformação.

Title: Cultural landscape of Araras Sugar Mills, SP: dialectic between preservation and transformation.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi (PUC-Campinas)

Examinador: Prof. Dr. Flávio de Lemos Carsalade (UFMG)

Examinadora: Profa. Dra. Ana Paula Farah (PUC-Campinas)

Suplentes

Externo: Prof. Dr. Eduardo Romero de Oliveira (UNESP)

Interno: Profa. Dra. Vanessa Gayego Bello Figueiredo (PUC- Campinas)

Campinas, 19 de fevereiro de 2020.

ADRIANA CORSINI MENEGOLLI

**“PAISAGEM CULTURAL DAS USINAS
SUCROALCOOLEIRAS DE ARARAS, SP: DIALÉTICA
ENTRE PRESERVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.


Área de Concentração: Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi


Dissertação defendida e aprovada em 19 de fevereiro de 2020 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi
Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Ana Paula Farah
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Flávio de Lemos Carsalade
Universidade Federal de Minas Gerais

Dedico esse trabalho às pessoas que amam
e se comprometem com o lugar onde vivem.

Agradeço sempre ...

aos meus pais, Cristina e Paulo, pelo apoio incondicional que
me potencializa,

ao meu filho Otávio, por seu amor e companheirismo,

à minha filha Alice, por ser a alegria de eu estar aqui e agora

e

ao Renato, meu marido, por não me deixar esquecer da
impermanência das árduas tarefas.

Agradecimentos

Esses dois anos de mestrado foram intensos em aprendizado e compartilhamento de ideias, agradeço a oportunidade de ter vivenciado o ambiente efervescente do POSURB-ARQ, com seus professores fascinantes, a atuante coordenadora, caríssima Laura Bueno, a atenciosa secretária, caríssima Paula Freitas e os colegas de experiências diversas que me fizeram sentir a PUC-Campinas como meu lugar.

Algumas destas pessoas participaram especialmente do meu trabalho e as considero mais que referenciais de saberes, as considero amigas a celebrar sempre:

a minha orientadora Cristina Schicchi, incansável e comprometida, que me manteve inquieta todo o processo, provocando o enfrentamento das contradições próprias do nosso campo de estudo;

a professora Ana Paula Farah, por compartilhar mais que conhecimento acadêmico;

a arquiteta Vanessa Bello por ter me atraído a um campo do conhecimento tão generoso como o da paisagem cultural;

a Carol Chagas, super parceira e carinhosa;

o Jaime Almeida Filho, pela compatibilidade de ideias e de fase de vida...

... enorme gratidão a esses meus amigos.

A dissertação só foi possível com o auxílio e interesse de pessoas especiais que encontrei na pesquisa de campo. Agradeço imensamente ao César Ometto e à Fátima Felício, da Usina Santa Lúcia, à Evelyn Paulino da Usina São João e ao João Baggio da Usina Palmeiras, em nome de todos os entrevistados e guias nos levantamentos.

Agradeço ao meu filho Otávio Corsini pela efetiva ajuda com as decupagens e análises das entrevistas e revisões.

Resumo

As usinas sucroalcooleiras modificaram a paisagem urbana e rural do interior de São Paulo a partir da década de 1930, após o período de hegemonia da produção do café e seus atores político-econômicos, estimuladas pelo empreendedorismo dos imigrantes europeus e por privilégios no governo do Estado Novo. A partir da década de 1990, as alterações tecnológicas transformaram rigorosamente as relações de trabalho, iniciando a perda de referências culturais destes lugares. A pesquisa trata do conjunto de três usinas sucroalcooleiras localizadas no município de Araras, SP, articuladas pelo monocultivo da cana de açúcar formando um recorte geográfico que reproduz a paisagem de grande parte do interior do estado: a Usina São João e a Usina Santa Lúcia, que estão ativas economicamente e a usina Palmeiras, que está inoperante e desocupada, tendo perdido vários edifícios e significados culturais. O estudo se apoiou na leitura da paisagem cultural como conceito passível de reconhecer e gerir o valor cultural expresso no objeto de estudo que se mantém operativo, trazendo o valor do cotidiano para o debate no campo do patrimônio. A análise das relações de trabalho, intrínsecas à formação dos conjuntos, revelaram modos de vida urbanos articulados e indissociáveis do rural. A pesquisa procurou, através da síntese do inventário dos remanescentes materiais e de entrevistas com os sujeitos - diretamente envolvidos com a história e as atividades contemporâneas das usinas - compreender os principais referenciais de herança coletiva e prática cultural presentes na região. Como resultado, foram propostos parâmetros para a identificação e preservação de valores da paisagem analisada.

Palavras-Chave: paisagem cultural, patrimônio agroindustrial, usinas sucroalcooleiras, Araras.

Abstract

The sugarcane mills changed the urban and rural landscape of the interior of São Paulo from the 1930s, after the hegemony of coffee production and its political-economic actors, stimulated by the entrepreneurship of European immigrants and government privileges. Since the 1990s, technological changes have rigorously transformed labor relations, leading to the loss of cultural references in these places. The research deals with the set of three sugar and alcohol plants located in Araras, SP, articulated by the sugarcane monoculture, forming a geographical cut that reproduces the landscape of much of the interior of the São Paulo state: Usina São João and Usina Santa Lúcia, which are economically active and the Palmeiras plant, which is closed and unoccupied, having lost several buildings and cultural meanings. The study was based on the description of the cultural landscape as a concept that can recognize and manage the cultural value expressed in the object of study that remains operative, bringing the value of daily life to the debate in the field of heritage. The analysis of labor relations, intrinsic to the formation of groups, revealed articulated and inseparable urban ways of life of the rural. The research sought, through the synthesis of the inventory of material remnants and interviews with the subjects - directly involved with the history and contemporary activities of the plants - to understand the main references of collective heritage and cultural practice present in the region. As a result, parameters were proposed for the identification and preservation of values of the analyzed landscape.

Keywords: cultural landscape, agroindustrial heritage, sugarcane mills, Araras.

Lista de Figuras

Figura 1 - Provérbios Holandeses, Pieter Bruegel, o Velho, 1559.	31
Figura 2 - Mapa Zoneamento com foco nas ZEPACs	64
Figura 3 - Mapa dos bens tombados edificados no centro de Araras	65
Figura 4 - Estudo de sistema de paisagens culturais em Araras.....	69
Figura 5 - Mapeamento do cultivo de cana-de-açúcar no estado de São Paulo	92
Figura 6 - Ocorrência de usinas de processamento de cana-de-açúcar no estado de São Paulo.....	94
Figura 7 -Implantação das usinas até 1930, de 1930 a 1956 e de 1960 a 1974. Análises parciais a partir do mapa Figura 2	95
Figura 8 - Fases de implantação das usinas: de 1975 a 1985, de 1987 a 1991 e de 1992 a 2014. Análises parciais a partir do mapa Figura 2	96
Figura 9 - Personagens boias frias em Araras, década de 1980.....	103
Figura 10 - Boia fria no corte manual da cana de açúcar.....	104
Figura 11 - Loteamentos e Bairros em 1971, mapa U-2	106
Figura 12 - Evolução da mancha urbana por décadas. Análises parciais a partir do mapa da Figura 8.	107
Figura 13 - Evolução mancha urbana de Araras.....	108
Figura 14 - Área de cultivo de cana de açúcar em Araras.	109
Figura 15 - Mapa de uso do solo rural em Araras em 1971	112
Figura 16 - Localização dos núcleos habitados na Zona Rural de Araras	116
Figura 17 - Localização dos núcleos habitados na Zona Rural de Araras, com imagem satélite.	117
Figura 18 - Mapa de densidades rurais em 1971	118
Figura 19 - Usina São João: À esquerda em 1946; à direita em 1960.....	123
Figura 20 - Vestígios do antigo engenho da USJ.....	123
Figura 21 - Usina Santa Lúcia, década de 1940.	124
Figura 22 - Usina Palmeiras em 1946.....	125
Figura 23 - Mapa do patrimônio natural de Araras e a localização das usinas.	126

Figura 24 - Mananciais no território da Usina São João: nascentes, cursos d'água, represamentos e as APPs	127
Figura 25 - Represa São João	127
Figura 26 – Mananciais no território da usina Santa Lúcia: nascentes, cursos d'água, represamento e as APPs.....	128
Figura 27 – Foto Represa Santa Lúcia.....	128
Figura 28 - Mananciais no território da Usina Palmeiras: cursos d'água, represamento e as APPs	129
Figura 29 – Foto Represa das Palmeiras	129
Figura 30 - Implantação da USJ na década de 1940	134
Figura 31 - Mapa de localização da USJ.....	135
Figura 32 - Implantação geral do Conjunto rururbano da USJ	136
Figura 33 – Localização e levantamento fotográfico dos elementos arquitetônicos industriais 01	138
Figura 34 - Localização e levantamento fotográfico dos elementos arquitetônicos industriais 02 – Armazém de açúcar década de 1960.....	139
Figura 35 - Localização e levantamento fotográfico dos elementos arquitetônicos industriais 03 – antigo abastecimento das caldeiras	139
Figura 36 - Localização e levantamento fotográfico dos elementos arquitetônicos industriais 03 – área sem uso nos processos atuais	140
Figura 37 - Localização e levantamento fotográfico dos elementos arquitetônicos industriais 05 – Chaminés	140
Figura 38 - Implantação da vila operária da USJ	143
Figura 39 - Detalhe lote, quadra, rua.....	144
Figura 40 - Levantamento fotográfico Equipamentos coletivos: antigo posto de combustível, hoje residência; antigo armazém, hoje almoxarifado, ambulatório e farmácia, hoje arquivo. Placa de inauguração do ambulatório em 1954.	145
Figura 41 - Levantamento do conjunto das casas: 1- no entorno da praça central, 2- na rua 3, 3- na rua 4, 4- na rua 5, 5- na rua paralela à escola, 6- tipologia com alpendre, 7- tipologia sem alpendre, 8- casa desocupada.	146
Figura 42 - Interior de uma casa visitada: 1- relação com o quintal, 2- banheiro no fundo da casa; 2- ligação coberta até o banheiro e relação entre vizinhos; 4- cozinha interna, vê-se a porta da sala e a dos quartos na lateral.	147

Figura 43 - Fotos da vila operária em 1960 e em 1980.....	147
Figura 44 - Estudo sobre planta do Cine Engenho Grande.....	148
Figura 45 - Fachadas e Cortes Cine Engenho Grande	149
Figura 46 - Foto Cine Engenho Grande	149
Figura 47 - Foto do contexto rurubano do Cine Engenho Grande, vista da praça central	150
Figura 48 - Levantamento fotográfico Capela de São João Baptista	151
Figura 49 - Campo de futebol, vestiário e arquibancada.....	152
Figura 50 - Instalações do clube social da USJ.....	152
Figura 51 - Foto da escola anterior na década de 1940.....	153
Figura 52 - Levantamento fotográfico da Escola Estadual José Ometto.....	154
Figura 53 - Localização dos remanescentes da 1a. implantação da USJ	155
Figura 54 - Levantamento fotográfico da situação da Antiga Casa Sede da USJ.	156
Figura 55 - Foto Antiga Casa Sede em 2001.	157
Figura 56 – Levantamento fotográfico da Antiga Capela de São João Baptista 01.	157
Figura 57 - Levantamento fotográfico da Antiga Capela de São João Baptista 02	158
Figura 58 - Marco na paisagem regional.....	158
Figura 59 - Acesso urbano da usina Santa Lúcia, Vista de fora para dentro e de dentro para fora. Arboredo significativo na paisagem urbana de Araras.....	160
Figura 60 - Foto da implantação da USL década de 1960	161
Figura 61 - Foto da USL em 1946.....	161
Figura 62 - Anexo I Planta Divisão territorial em Áreas Integradas, ampliação da localização da USL no contexto e ampliação parcial das legendas.	162
Figura 63 - Mapa de localização da USL	163
Figura 64 - Implantação do conjunto rururbano da USL.....	164
Figura 65 - Conjunto fabril original em tijolos e as ampliações em estruturas e fechamentos metálicos na USL.....	166
Figura 66 - Chaminé remanescente, uso parcial.....	167
Figura 67 - Foto da entrada USL, Colônia 1 à esquerda e parte do conjunto industrial à direita	168

Figura 68 - Implantação da colônia 01, USL	169
Figura 69 - Colônia 01: casas nos. 03, 04 e 05. Fachada casa 04: alpendre e garagem.....	170
Figura 70 - Acesso à área residencial isolada e uma das residências.....	170
Figura 71 - Implantação colônia 2, Casas de número 12 a 45, USL	172
Figura 72 – Levantamento fotográfico Colônia 2: taludes	173
Figura 73 - Levantamento fotográfico Colônia 2: Sistema viário	173
Figura 74 - Levantamento fotográfico Colônia 2: tipo das casas geminadas (casas números de 12 a 31 e de 38 a 44).....	174
Figura 75 - Levantamento fotográfico Colônia 2: casas isoladas no lote, números de 32 a 37	174
Figura 76 - Implantação colônia 3, Casas de número 50 a 66, USL	176
Figura 77 – Levantamento fotográfico Colônia 03, implantação: rua, talude e APP	177
Figura 78 – Levantamento fotográfico Colônia 03: tipos de casas	177
Figura 79 - Implantação colônia 4, Casas de número 67 a 91, USL	179
Figura 80 - Levantamento fotográfico Colônia 4: implantação e tipos de casas	180
Figura 81 - Levantamento fotográfico USL: antiga escola.....	181
Figura 82 - Levantamento fotográfico USL: antigo cinema	182
Figura 83 - Levantamento fotográfico USL: antigos entrepostos comerciais .	183
Figura 84 - Levantamento fotográfico USL: antigo campo de futebol, quadra poliesportiva e quiosque com churrasqueira	184
Figura 85 - Levantamento fotográfico USL: Capela de Santa Lúcia, reconstruída na década de 1990.....	185
Figura 86 - Acesso à antiga sede da fazenda histórica São Joaquim	185
Figura 87 - Sede da Fazenda São Joaquim.....	186
Figura 88 - Implantação da Usina Palmeiras.....	188
Figura 89 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: conjunto industrial...	189
Figura 90 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: armazém.....	189
Figura 91 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: edifícios industriais .	190
Figura 92 - Foto aérea usina Palmeiras	191

Figura 93 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: Casas em frente à indústria.....	191
Figura 94 - Foto Aérea das casas em frente à indústria.....	192
Figura 95 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: Escola.....	193
Figura 96 - Foto tirada em frente à Escola Estadual Silvio Roberto Baggio, 1971.	193
Figura 97 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: colônia	194
Figura 98 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: desnível estrada e rua interna, muro e escada.....	194
Figura 99 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: clube	195
Figura 100 - Levantamento fotográfico usina Palmeiras: campo de bocha	196
Figura 101 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: Campo de futebol .	196
Figura 102 - Levantamento fotográfico da Usina Palmeiras: casas e entreposto comercial.....	197
Figura 104 – Estudo sobre Anexo I Plano Diretor Araras.....	198
Figura 105 - "As boias frias" de David Wang, s/ ano, óleo sobre tela	200
Figura 106 - Os boias frias" de Guapo, 1995, óleo sobre tela.....	200
Figura 107 - Romaria na Usina Palmeiras	211
Figura 108 - Foto noturna da Usina Palmeiras.....	211
Figura 109 - Meninos entre os caminhões de cana de açúcar na Usina Palmeiras, em 1975.	212
Figura 110 - Quadrilha na festa de São João da USJ em 1960.	212
Figura 111 - Festa de São João, 22/06/2019	213
Figura 112 – Levantamento fotográfico Central Toledo	217
Figura 113 – Análise gráfica da organização funcional do conjunto da central Toledo, quando operante	222
Figura 114 – Análise gráfica das potencialidades de reabilitação urbana.....	222
Figura 115 – Imagem satélite da Central Toledoem destaque em amarelo, Distrito de Marianao, Havana, Cuba.....	223
Figura 116 – Imagem satélite da Central Toledo aproximada, à esquerda vê-se os remanescentes da Usina e à direita as instalações universitárias.....	224
Figura 117 – Localização das usinas no norte da Argentina.....	226

Figura 118 - Imagem satélite do transecto entre as usinas no norte da Argentina	226
Figura 119 – Levantamento fotográfico Engenho Lastenia	228
Figura 120 - Imagem satélite do Engenho Lastenia	229

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Bens edificados tombados pelo Comphac, organizados por data de inscrição no Livro de Tombo.	66
Tabela 2 - Registros do Patrimônio Imaterial do Brasil Erro! Indicador não definido.	
Tabela 3 - Dados populacionais disponíveis	110
Tabela 4 - Categorias de valores para o patrimônio industrial conforme Ríos	218
Tabela 5 – Matriz de impacto cruzado das variáveis.....	220
Tabela 6 – Guia proposto	221
Tabela 7 - Estrutura de diagnóstico proposto para os engenhos de açúcar no Norte da Argentina	230
Tabela 8 - Diferentes acepções binômio natureza/sociedade	235
Tabela 9 - Valores propostos para a paisagem cultural conforme De Figueirôa et al, 2007	235
Tabela 10 - Sistematização de atributos físicos e valores da paisagem cultural das usinas em Araras.....	238
Tabela 11 - Sistematização de atributos biológicos e valores da paisagem cultural das usinas em Araras.....	239
Tabela 12 - Sistematização de atributos antropológicos e valores da paisagem cultural das usinas em Araras, USJ	240
Tabela 13 - Sistematização de atributos antropológicos e valores da paisagem cultural das usinas em Araras, USL	242
Tabela 14 - Sistematização de atributos antropológicos e valores da paisagem cultural das usinas em Araras, Usina Palmeiras	243
Tabela 15 - Proposta metodológica para a gestão das paisagens culturais complexas.....	248

Lista de Siglas

ANA – Agência Nacional de Águas

APP – Área de Preservação Permanente

CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo

CIAM - Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna

Comphac – Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Araras.

Dphan - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

GIS – Sistema de informações geográficas

IAA – Instituto do açúcar e álcool

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Icrom - Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais

Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

MST – Movimento dos Sem Terra

PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

Sphan - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage

TICCIH Brasil – Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USJ – Usina São João

USL – Usina Santa Lúcia

Sumário

Resumo	9
Lista de Figuras	11
Lista de Tabelas	16
Lista de Siglas	17
Introdução	20
Capítulo 1. Paisagem cultural e patrimônio	28
1.1. Paisagem, lugar e território	29
1.2. A construção do conceito de paisagem	30
1.3. A paisagem como objeto de patrimônio	36
1.4. Paisagem cultural nos órgãos institucionais de patrimônio	42
1.4.1. Contexto internacional	43
1.4.2. Reflexos na gestão da paisagem como patrimônio pelo IPHAN... ..	48
1.4.3. A atuação do COMPHAC	59
1.5. Novos objetos de culto: o patrimônio industrial	70
1.6. A perspectiva emancipadora do patrimônio cultural imaterial.....	75
1.7. Patrimônio, memória e nostalgia	82
1.7.1. Memória e identidade	82
1.7.2. A identidade nas transformações na paisagem	85
1.7.3. O risco da nostalgia	89
Capítulo 2. A paisagem cultural das usinas em Araras	91
2.1. A implantação e evolução do setor sucroenergético	91
2.2. Relação funcional campo e cidade	102
2.3. Leitura dos elementos arquitetônicos e urbanísticos da paisagem cultural das usinas	133
2.4 Percepção dos sujeitos e cultura imaterial	199

Capítulo 3. Valoração do cotidiano: dialética entre preservação e transformação das paisagens culturais das usinas.....	214
3.1. Aproximação à critérios de preservação estudados para outras usinas sucroalcooleiras	214
3.1.1. Proposta de diagnóstico para a Central Toledo, em Havana, Cuba	215
3.1.2. Proposta de diagnóstico do conjunto de cinco engenhos no Norte da Argentina.....	225
3.2 Proposta de sistema de valores na paisagem cultural das usinas em Araras.....	232
3.3. Ponto de inflexão: a demanda dos sujeitos.....	245
3.4. A gestão da paisagem cultural e o Comphac.....	249
Conclusão	253
Referências	256
Referências bibliográficas	256
Cartas Patrimoniais.....	263
Legislações	264
Sites e mídia social	265
Apêndice	266
Entrevistas realizadas	269
Anexo 1. Registros do Patrimônio Imaterial do Brasil	319

Introdução

As usinas de processamento da cana de açúcar modificaram a paisagem urbana e rural do interior de São Paulo, após o período de hegemonia da produção do café e seus atores político-econômicos, a partir da década de 1930, estimuladas pelo empreendedorismo dos imigrantes europeus e por privilégios no governo do Estado Novo. A dinâmica própria das relações de trabalho dessa agroindústria formatou territórios de vida urbana inseridos num rural que se tornou paulatinamente agromonocultural e provocou o redesenho das cidades com as quais se relacionava simbioticamente. Este processo desenvolveu-se de forma contínua, ainda que não linear. A partir da década de 1990, as reestruturações empresariais e alterações tecnológicas transformaram rigorosamente as relações de trabalho, esvaziando as vilas operárias rururbanas, esmaecendo seus fluxos cotidianos e iniciando a perda de referências culturais destes lugares.

A pesquisa analisa o conjunto formado por três usinas em Araras, SP, que, a exemplo de outras cidades do interior do estado, foi transformada econômica e socialmente pelo setor sucroalcooleiro, o que provocou mudanças imperativas em sua estrutura fundiária e morfologia urbana. O monocultivo da cana de açúcar intrínseco às usinas monopoliza a paisagem regional, formando um recorte geográfico que reproduz a paisagem da ocupação do território no contexto da expansão do setor sucroalcooleiro entre Piracicaba e Ribeirão Preto entre as décadas de 1930 e 1950. Duas delas, a Usina São João e a Usina Santa Lúcia, estão potentes economicamente, com estrutura de gestão e propriedade familiar, mas participam do setor econômico globalizado que pressiona suas relações com o território. A terceira, a Usina Palmeiras, está inoperante e desocupada, com perdas arquitetônicas e de significados culturais, desde meados da década de 1990, mas permanece como referência imagética e social da “paisagem das usinas” para a cidade de Araras e sua vizinha Leme.

Considerando o objeto de estudo como formador do território e contínuo transformador do mesmo no tempo presente, ele deveria e poderia ser preservado como patrimônio cultural? Nos processos de homogeneização

cultural atuais, os sujeitos têm dificuldade em se identificar com os lugares em que vivem, não se reconhecendo como comunidade, fator inerente à sustentabilidade dos territórios. Se as marcas remanescentes ativam memórias, e o jogo de memórias - lembranças e esquecimentos - fundamentam a identidade dos sujeitos (CANDAUI, 2016), lidar com estes elementos os aproxima dos lugares, dão sentido individual e social a esse vínculo. O patrimônio cultural pode ser eleito pelo comportamento narcisista de construção da imagem da identidade humana (CHOAY, 2001), mas faz parte da reflexão de ser e estar nos lugares, do comprometimento que propulsiona os enfrentamentos cotidianos.

Nesse sentido, o patrimônio cultural das usinas deveria ser entendido através dos valores percebidos pelos sujeitos, com os conflitos e diversidades intrínsecas, sem reduções, aceitando a complexidade que se apresenta. Existem a memória do trabalho, as particularidades da indústria, o patrimônio natural, os fluxos sociais de esvaziamento do campo pelo monocultivo da cana de açúcar, as relações econômicas, as singularidades arquitetônicas e urbanísticas, as celebrações, a religiosidade... Como abordar essa complexidade? Como entender a priorização dos valores para ser possível a gestão desse patrimônio? E ainda, seria possível gerir um patrimônio cultural ligado a um território privado?

A opção de abordagem da pesquisa é pelo conceito da paisagem cultural, que permitiu alcançar os objetivos da leitura e reconhecimento de um objeto dinâmico na ótica do tempo presente, compreender suas transformações e subsidiar a discussão sobre a preservação das referências culturais presentes na região.

As relações no território estudado foram compreendidas e articuladas pelo conceito integrativo da paisagem cultural sem pretender utilizá-lo como categoria de patrimônio. A complexidade da paisagem cultural propõe superar a fragmentação tendenciosa do campo de atuação da preservação, visando proporcionar uma gestão do território com maiores possibilidades de vínculo de pertencimento da população local. A chave de leitura pela fruição da paisagem compõe um entrelaçamento dinâmico entre os valores preexistentes e as tendências de uso do lugar, apontando critérios para o planejamento integral e integrado do território. Permite entender momentos de transformação na

paisagem sem excluir o valor de identidade, os quais, no caso do conjunto das usinas, têm grande valor econômico também.

Muito além da percepção visual, condição fundamental para a existência da paisagem, a leitura da paisagem cultural das usinas aponta à conscientização do processo cultural inerente e o seu papel integrador, reconhecendo os valores de uso cotidianos, do habitar e do trabalhar e a possibilidade de vivenciar a paisagem como um bem cultural (MENESES, 2002).

Para a construção desse entendimento, o Capítulo 1 desenvolve as articulações conceituais de paisagem e patrimônio cultural, através de uma revisão teórico metodológica de autores de diferentes campos do conhecimento e manifestações dessas articulações nos órgãos de preservação do patrimônio, cronologicamente. Parte-se da definição de paisagem como categoria geográfica e da enriquecedora construção de sua polissemia. A conceituação da paisagem está demonstrada a partir da experiência dos sujeitos, portanto de forma dinâmica que se pretende como resultado acabado de uma cultura, se mantendo sempre no ciclo de processo e produto dela mesma. Aqui se aborda o *spiritus loci*, a alma do lugar, que se aproxima da concepção de valor cultural, de patrimônio imaterial. O subcapítulo 1.3 “A paisagem como objeto de patrimônio” desenvolve a percepção da paisagem na evolução do campo de conhecimento da preservação do patrimônio desde seu início no século XIX, revelando sua presença nos momentos da humanidade menos racionais e, portanto, mais subjetivos e emocionais, de maior complexidade.

O **Capítulo 1** segue com as manifestações de paisagem cultural nas instituições de preservação, no contexto internacional, no contexto do Iphan e uma avaliação sobre o Comphac, conselho de patrimônio cultural de Araras. Para o subcapítulo 1.4 as fontes foram as Cartas Patrimoniais, compêndios de colóquios e manuais publicados pelo Iphan, legislações, afins e atas do Comphac. Ele apresenta como as concepções de patrimônio estão relacionadas ao contexto de cada época. Demonstra também como o Brasil foi proeminente na concepção alargada do patrimônio cultural, pelo menos na teoria com Mário de Andrade na inauguração do processo na década de 1930, ou mesmo no debate de cultura imaterial da década de 1990 e na paisagem cultural, no final da década de 2000.

No estudo sobre o Comphac está demonstrado a importância dos atores nos conselhos no entendimento do que se patrimonializa e a potência da ação desse conselho, apesar do congelamento de sua atuação no século XXI. Para este desenvolvimento apresenta questionamentos e consolidações através das experiências acumuladas na gestão dessas instituições.

Tais questionamentos e consolidações alargam os conceitos do que é o patrimônio cultural e induzem a dois importantes subcapítulos para o estudo da paisagem cultural das usinas: o patrimônio industrial e o patrimônio imaterial. No desenvolvimento do conceito de patrimônio industrial, subcapítulo 1.5, incorpora-se de modo decisivo a cultura imaterial envolvida: tecnologias, memórias, saberes, artes e costume, enxergando a dinâmica do patrimônio vivo, como no caso das usinas estudadas nesta pesquisa, no seu sentido de continuidade histórica e não apenas os vestígios arqueológicos. Ressalta-se um dos valores que se tornou muito importante nos critérios dessa pesquisa: o valor “por pertencer a um conjunto”, apontando a coerência entre os elementos que permite compreender o processo produtivo integralmente, sejam materiais ou imateriais, que poderiam perder seu valor quando fragmentados.

No subcapítulo 1.6 “A perspectiva emancipadora do patrimônio cultural imaterial”, desenvolve-se a consolidação do valor imaterial intrínseco ao material, e vice-versa, o que rompe as barreiras entre as categorias de patrimônio e coloca o sujeito e suas comunidades definitivamente em primeiro plano. Demonstra como este alargamento conceitual da preservação do patrimônio pode trazer a perspectiva do olhar para o tempo presente, das práticas sociais que permanecem e imprimem sentido aos lugares. É com essa perspectiva que se estabeleceu, como metodologia de entendimento das paisagens culturais das usinas sucroalcooleiras de Araras, trazer as narrativas orais dos sujeitos que se relacionam com esse patrimônio.

Esse capítulo de revisão teórico-metodológica desenvolve, a partir daí, a relação sujeito-patrimônio, abordando os limites do consumo da patrimonialização, a representação sobrepondo-se tanto à carga simbólica como à vivência dos sujeitos que dão sentido a cada patrimônio cultural. O subcapítulo 1.7 “Patrimônio, memória e nostalgia” inicia com a reflexão sobre identidade e sua

construção social dinâmica, alimentada pela memória coletiva. Coloca-se a importância da estruturação do tempo na leitura do patrimônio cultural: o equilíbrio entre a memória do passado, a memória da ação presente e a memória da espera (CANDAU, 2016). Na sequência o subcapítulo aborda a identidade ao mesmo tempo transformada pela paisagem e transformadora da paisagem, e como o elemento de memória, o patrimônio cultural, pode estruturar a singularidade da mesma, evitando homogeneizações. Nesse sentido, o Capítulo 1 finaliza desenvolvendo o risco da nostalgia pela postura narcísica que o trato com o patrimônio pode portar, o que tende a confundir história e memória para eliminar as diferenças, heterogeneidades e fraturas, a fim de ficticiamente reduzir e suprimir conflitos (CHOAY, 2001).

O **Capítulo 2** apresenta a leitura da paisagem cultural das usinas. A leitura parte da análise histórica e da história da técnica, da implantação e evolução do setor sucroenergético, através de revisão bibliográfica e consulta de dados do setor, contemplando a observação geográfica através de mapeamento em GIS. Apresenta-se aqui o grande número de usinas e a dimensão do monocultivo da cana de açúcar no estado de São Paulo, o que ilustra a relevância do setor econômico no estado. Na abordagem histórica, lê-se sobre a atuação dos imigrantes italianos que trazem consigo o saber fazer industrial, responsáveis pela montagem das agroindústrias e o estabelecimento das relações de trabalho que ainda permanecem. Lê-se também a questão do árduo trabalho com o corte da cana de açúcar, atendido pela imigração nordestina, que altera o território expressivamente. Sobre a história da técnica ressaltam-se as características de relevo ameno e abundância de mananciais necessários para a instalação da agroindústria e seus processos, e as alterações tecnológicas decorrentes do privilégio do setor em relação aos programas federais de subsídios, as adaptações quando esses programas cessaram e a vulnerabilidade ao mercado externo.

O subcapítulo “Relação funcional campo e cidade” desenvolve as questões de esvaziamento do rural pela mecanização do monocultivo da cana de açúcar, dos fluxos de migração nordestina e a expansão da malha urbana em razão destes fluxos. Neste entendimento foi analisado o Plano Diretor de Araras de 1972,

volume específico sobre a Zona Rural, o Plano Diretor vigente e foram realizadas análises em mapeamento GIS sobre a evolução da malha urbana.

O foco temporal da análise é a realidade atual, mas para esse entendimento foram observados o fenômeno da formação do território: desde a implantação das usinas e seu desenvolvimento contínuo, mas não linear, de 1935 a 1990, passando pelo período de inflexão após 1994 quando o território inicia seu esvaziamento funcional até a análise situacional atual.

A análise histórica tem como base pesquisa em fontes primárias de documentos de acervos das indústrias e narrativas impressas de memorialistas e historiadores disponíveis.

Para a descrição da paisagem das usinas sucroenergéticas em Araras realizou-se inventário como ferramenta básica para conhecimento do objeto e compreensão de sua realidade atual, incluindo técnicas de mapeamento e levantamento in loco, concomitante com entrevistas e vivência com sujeitos envolvidos (industriais, operários, moradores e agentes municipais), ação que ao investigar a percepção do valor do patrimônio cultural já inaugura um processo de conscientização dos vínculos dos sujeitos com seu patrimônio.

O inventário realizou-se por meio de registro fotográfico e descrição da paisagem utilizando-se de técnicas de leitura e percepção do espaço a partir de visitas in loco. O mapeamento foi realizado em GIS através de dados disponíveis nas indústrias, na Secretaria de Planejamento de Araras e em órgãos públicos, complementado por medições in loco.

A metodologia de história oral utilizada nas entrevistas foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, que consta em apêndice, em conjunto com a transcrição das mesmas. A interpretação apenas qualitativa, pela análise do discurso, está aplicada na construção da leitura do objeto e permitiu recuperar aquilo que não se encontra em documentos de outra natureza, privilegiando a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu e ampliando o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado, através das experiências particulares. As entrevistas tinham o objetivo de entender a percepção qualitativa do vínculo e da valoração do patrimônio cultural pelos usuários dos conjuntos das usinas sucroalcooleiras em Araras,

visando direcionar o entendimento do consumo destas paisagens e revelando entraves subliminares à preservação dos territórios.

Utilizando dessas ferramentas metodológicas, seguiu-se a leitura do patrimônio natural das usinas cujo eixo é o manancial de água, suas nascentes, cursos d'água, os grandes barramentos de água, as matas ciliares e outros fragmentos reflorestados, principalmente pela imposição do setor de mercado, em relação à sustentabilidade ambiental. Investigou-se sua apreensão e uso cotidiano.

A leitura arquitetônica e urbanística de cada usina procurou revelar, concomitante à sua leitura física, o potencial de cultura imaterial intrínseco a cada elemento dessa paisagem, apresentando um conjunto coerente com a proposta holística do olhar o objeto como uma unidade de paisagem cultural. O resultado da leitura apontou o valor do cotidiano, da vitalidade transformadora dos lugares na dialética com a preservação cultural que se pretende refletir.

Finalmente, para refletir sobre a gestão do patrimônio estudado, o **Capítulo 3** desenvolve uma proposta de sistematização dos valores captados no Capítulo 2, como critério para tomada de decisão nos processos de gestão. Desenvolve também a necessidade desse processo ser participativo, com corresponsabilidade dos sujeitos que o elegem e o vivenciam, e o poder público municipal. Para isto utiliza-se da análise comparativa de duas propostas de diagnóstico do valor de patrimônio cultural de usinas sucroalcooleiras em Cuba e Norte da Argentina, por pesquisadores desses países. A escolha latino-americana pretendeu expandir a percepção do valor deste tipo de paisagem cultural, apresentando a complexidade de manifestações culturais similares em contextos diferentes.

Nessa reflexão a pesquisa aponta o fortalecimento da atuação dos conselhos, e aqui especificamente do Comphac, para que haja o interesse na capacitação e constante atualização exigida pelo campo do conhecimento da preservação do patrimônio, com a devida proximidade aos sujeitos que efetivamente podem gerir a paisagem cultural estudada.

A pesquisa enfrenta e assume as contradições da complexidade da gestão do território e propõe que os elementos de valor de patrimônio cultural possam estruturar sua paisagem apontando um caminho consistente dentre os possíveis.

A hipótese é que a consciência dos elementos significativos, sua singularidade, sua natureza em equilíbrio, seus marcos construídos, suas manifestações imateriais autênticas, apropriações e usos atuais que a tornam um lugar de memória coletiva, garantem sustentação socioeconômica aos lugares. E que o conceito de paisagem cultural permite esta aproximação ao valorizar o uso cotidiano dos lugares.

A relevância da paisagem cultural estudada não se limita à cidade de Araras, o recorte geográfico permitiu a análise mais íntima, necessária para o entendimento do escopo da pesquisa. Mas as reflexões suscitadas poderiam estender-se a outras manifestações, do setor agroindustrial, regionalmente.

Reconhecidos os valores coletivos da paisagem das usinas – seu patrimônio cultural, sua qualidade ambiental e os recursos econômicos inter-relacionados - o território pode a cada momento se adaptar sem perda de identidade, respondendo de dentro para fora aos desafios e oportunidades que se apresentam.

Capítulo 1.

Paisagem cultural e patrimônio

O conjunto formado por três usinas localizadas no município de Araras, SP, exemplifica uma força produtiva que imprimiu alterações no modo de vida de uma ampla rede de cidades no interior do estado de São Paulo. O mar de cana e as altas chaminés de tijolo aparente pontuadas no horizonte impregnam a cena cotidiana como se desde sempre estivessem lá. O cheiro forte da vinhaça rememora a estação do outono, quando começam as safras, depois acostuma-se e nem se percebe quando a vinhaça parou de ser lançada pós safra. As fuligens contam histórias: relavar as roupas esquecidas no varal, varrer os quintais, fechar as janelas... agora menos comuns pela restrição das queimadas para colheita e mecanização do corte. Os treminhões, espalhando palha de cana pelos caminhos e desacelerando o tráfego rodoviário; como ultrapassar um veículo lento de 30m de extensão?

A paisagem tem uma essência tão intrínseca ao lugar que é percebida como sua própria natureza e, como está em constante transformação, é vulnerável à identificação dos sujeitos com seu território. O objeto desse estudo representa a camada de identidade ligada a agroindústria sucroalcooleira, com as influências culturais advindas da imigração italiana do início do século XX e a intensa migração nordestina para a região nas décadas de 1960 a 1980, resultando em mudanças econômicas e sociais que alteraram a estrutura fundiária, a morfologia urbana e os fazeres e saberes cotidianos. As características geográficas para a implantação do objeto foram imperativas: relevo pouco acidentado e amplos mananciais, sendo que esses últimos foram reflorestados na década de 1990 e alteraram a percepção de natureza do lugar. A permanência da arquitetura industrial nos questiona sobre a obsolescência tecnológica e comportamental. A morfologia urbana demonstra continuidade aos traçados das fazendas cafeicultoras na região do século XIX.

A pesquisa opta por estudar esse objeto através da paisagem, principalmente na abordagem holística emanada da paisagem cultural, ao entender os valores próprios que a sustentam.

Para além de uma inquietação filosófica, a paisagem trata da relação do sujeito com o lugar pela experiência, submetendo-se às transformações culturais nos seus respectivos tempos e contextos. A paisagem cultural permite, nesse sentido, uma aproximação íntima com o território, possibilita a leitura de seus elementos tangíveis ou não, como na análise da psique social. Entender a paisagem cultural possibilita decodificar projeções simbólicas internas dos sujeitos, imaginários sociais, tornando-se ainda mais reveladora no contexto das práticas cotidianas, viva e repleta de significados (RIBEIRO, 2007).

1.1. Paisagem, lugar e território

A abordagem pela categoria da paisagem é coerente com os conceitos adotados pelo campo da preservação do patrimônio, através das documentações dos órgãos representativos internacionais e nacionais. Sua conceituação está desenvolvida na sequência dos subcapítulos.

De modo complementar, o objeto, como uma espacialidade geográfica, exigiu a referência de duas outras categorias: lugar e território. A paisagem, e aqui, a paisagem cultural, encontra dificuldades na sua demarcação geográfica, porque seus possíveis limites físicos são permeáveis devido à dinâmica de ser, ao mesmo tempo, processo e produto nela mesma, conforme desenvolvido na construção de seu conceito na sequência da pesquisa. O reconhecimento e a gestão da paisagem vão exigir, portanto, a noção de domínio própria da categoria do território, abarcando diferentes territórios, integral ou parcialmente. A categoria território foi utilizada para tratar do espaço delimitado pela propriedade das agroindústrias que são empresas privadas: a Usina São João é uma Sociedade Anônima, a Usina Santa Lúcia uma Sociedade Limitada e a Usina Palmeiras pertence a AgroZurita Sociedade Limitada. A concepção de território que se aproxima do objeto de estudo é a de base econômica, onde o uso - agroindústria sucroenergética - é definidor do território. O território definido

pelo uso, segundo Milton Santos (2000), constitui fonte de recursos para determinado grupo de atores hegemônicos que controlam o uso do espaço, garantindo a realização de seus interesses particulares ao exercer determinado poder. A pesquisa trata também do território do município de Araras, pela concepção jurídica-política de território como uma unidade administrativa (HAESBAERT, 2014).

Ao abordar o conceito de lugar, a pesquisa refere-se ao espaço na perspectiva da individualidade da experiência humana (YI-FU TUAN, 1983). A experiência humana para Tuan é definida como qualquer maneira pela qual uma pessoa conhece e constrói a realidade, evidenciando a relação de memória afetiva com o meio ambiente físico do homem. A categoria de lugar, nesta pesquisa, está imbuída da noção de Topofilia, desenvolvida por Tuan como amor ao lugar.

1.2. A construção do conceito de paisagem

A palavra “paisagem”, apropriada em vários campos do conhecimento, é polissêmica, o que contribui para um uso de senso comum, tendendo à banalização e perda de historicidade (MENESES, 2002). A pesquisa se dispõe aqui a entender, através de conceitos de alguns autores oriundos de campos do conhecimento inter-relacionados, principalmente geografia, a construção do conceito de paisagem no ideário ocidental.

BESSE (2006) propõe que o conceito ocidental de paisagem teve sua inflexão no deleite contemplativo do território ainda inserido na contradição agostiniana do período medieval europeu, onde não estava expressa a relação entre sujeito e espaço. A narrativa de Petrarca¹ na subida ao monte Ventoux é o esforço moral de se deparar com a perda da unidade pela revelação da distância, separação vivida nos planos da topografia (aqui e ali) e da cronologia (presente e passado).

O deleite contemplativo se confirma no iluminismo, cujas correntes filosóficas perceberam o sujeito como o próprio espectador, estruturando a relação sujeito/espaço: sujeito separado da Terra para entender o que o une a ela,

¹ Francesco Petrarca, soneto sobre a Subida ao Monte Ventoux, em 1336.

justificando sua existência. A paisagem é o lugar próprio: a pátria, a região, a cidade; uma fruição muito específica da diversidade e sua profusão do real (BESSE, 2006). Na sua representação estão os elementos geográficos - relevo, rios, clima, flora, fauna - e cotidianos, o trabalho e suas ferramentas, as relações sociais e seus espaços construídos, como ilustrado na obra do pintor renascentista belga Brueghel (Figura 1).

Figura 1 - Provérbios Holandeses, Pieter Bruegel, o Velho, 1559.



Fonte: Domínio público. Disponível em <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=13352840>. Acesso em julho 2018.

O sujeito torna-se soberano na paisagem, convergindo-se contemplação e prazer, na percepção romântica do final do século XVIII. Na narrativa de Goethe em sua “Viagem à Itália”², viajar adquire o sentido de iniciação da biografia pessoal, para formação do espírito liberto. Basta a emoção do estar ali, na Itália, que representa a cultura herdada, em referência à arte renascentista, e perceber a unidade entre arte e paisagem. A luz na paisagem italiana vista por Goethe reconcilia exterior e interior, visível e invisível, a verdadeira natureza que se oferece literalmente à visão. Há neste entendimento da paisagem o valor do efêmero, do particular dentro do todo, que faz com que este olhar não seja da

² “Viagem à Itália” de Johann Wolfgang von Goethe, obra que narra sua viagem à península italiana de 1786 a 1788, publicada em 1816-1817, que apresenta a construção de um novo olhar para com a obra de arte, revelando uma nova apropriação da paisagem.

imitação da natureza, mas da sua construção simbólica (GALINDO; SABATE, 2009).

Na postura moderna do final do século XIX os valores puramente estéticos são considerados reacionários: a paisagem italiana tem valor aos olhos de quem a frequenta porque ela é humanizada, cultivada, representativa da ação humana. A paisagem assume a dissociação entre conhecer e sentir, entre conhecimento e gosto estético, sem recusar a abordagem estética, mas analisando as razões e seu conteúdo. A paisagem conta, sob a fruição estética, uma outra história, um outro sentido.

Aqui um marco de inflexão importante: a paisagem não mais se reduz a uma representação, a um mecanismo de projeção subjetiva e cultural, como se afirmasse que existe uma realidade além da representação. A paisagem não é uma vista, é o próprio território, sua existência não se reduz à visibilidade, mas do que se atribui ao visível, ou seja, sua função e sua significação.

A geografia botânica de Humboldt³, geógrafo alemão do século XIX, traz o conceito de fisionomia da paisagem que expressa a legitimidade de cada território, a ideia de “espírito do lugar”, no qual a aparência exterior do território visado seria a expressão (HUMBOLDT apud BESSE, 2006, p. 72). Segundo Ribeiro (2007), Humboldt é considerado como um dos fundadores dos estudos de paisagem a partir de uma perspectiva naturalista, mesmo antes da institucionalização da disciplina geográfica.

No final do século XIX os trabalhos de Otto Shulluter⁴ e Otto Passarge⁵ investigavam o agrupamento dos elementos da paisagem e suas possibilidades de hierarquização, criando a morfologia da paisagem. Há a diferenciação da paisagem natural da cultural, sendo a segunda a paisagem transformada pelo trabalho do homem. Nesses estudos o interesse estava nos mecanismos de transformação da paisagem natural em paisagem cultural, dentro dos novos termos de geografia cultural (RIBEIRO, 2007).

3 Alexander von Humboldt, geógrafo naturalista alemão, 1769- 1859, autor do livro “Cosmos”, 1847.

4 Otto Schlüter, 1872-1959, geógrafo alemão.

5 Otto Karl Siegfried Passarge, 1866 – 1958, geógrafo alemão.

O conceito de fisionomia da paisagem é posicionado por Paul Vidal de La Blache⁶, com sua geografia humanista na França em 1903, ao propor a identificação das características do território que o distingue entre todos os outros, localizando, delimitando e qualificando-as. O conceito de paisagem passa a expressar a legitimidade de cada território e a necessidade de percorrer-se a paisagem para se ler e sentir o seu ritmo de vida, extrair as formas de organização do espaço - estruturas, formas, fluxos, tensões, direções e limites – centralidades e periferias (BESSE, 2006). A obra de Paul Vidal de la Blache provocou uma reflexão sobre a construção da paisagem principalmente ao valorizar as marcas impressas no espaço pela relação entre homem e natureza.

Essa sequência de atributos conceituais e metodológicos culmina na expressão “Paisagem Cultural”, com Carl O. Sauer nos Estados Unidos, que elabora o conceito a partir do entendimento de camadas culturais sobrepostas ao território para a análise geográfica, impregnada de significados (CORREA, 2014). Sauer publica “A morfologia da paisagem” em 1925 onde concebe que o estudo da paisagem deve ser restrito essencialmente aos aspectos visíveis, excluindo assim todos os fatos não materiais da atividade humana. Sauer deixa explícito que as dimensões estética e subjetiva da paisagem existem, são reconhecidas, mas não fazem parte do interesse científico, na medida em que não podem ser classificadas e mensuradas. Isso representava a visão corrente das ciências naquele momento, ainda impregnadas pelo positivismo e pela necessidade de estabelecimento de leis gerais (RIBEIRO, 2007).

A ruptura com o positivismo no pós segunda guerra mundial reaproximou as ciências humanistas, enfatizando a importância de se estudarem eventos únicos, locais, ao invés daqueles simuladamente gerais e globais. A perspectiva do existencialismo intensifica a experimentação do mundo frente ao aleatório da realidade. A paisagem aqui não é só razão, nem emoção, mas sim vivência. Ela precede a distinção entre sujeito e objeto. “*Encontrar a paisagem é perder-se nela*” (STRAUS apud BESSE, 2006, Pg. 81).

⁶ Paul Vidal de La Blache, geógrafo francês, 1845-1918, autor de *Tableau de la géographie de la France*, obra que seria encarada como o modelo da escola de geografia regional francesa. Na sua obra são mais fortes os conceitos de região e de meio.

A paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio. A geografia humanista, iniciada por La Blache, considera a iniciativa transformadora do ser humano diante do meio físico e biológico, paulatinamente acumulando o que será chamado de “gênero de vida”, uma identidade, que cria distintas paisagens (RIBEIRO, 2007). Os valores imateriais da paisagem começam a ser delineados com a concepção simbólica da paisagem, representativas de identidade de cada grupo.

Na noção de paisagem urbana de Cullen nos anos de 1960 (CULLEN, 1983[1960]), onde a paisagem é o elemento organizador da percepção do espaço urbano, permite-se a análise do território através de premissas estéticas que provocam impactos de ordem emocional. Este conceito parte do reconhecimento de cada enquadramento paisagístico, portanto dos elementos materiais existentes inter-relacionados, mas não de forma estática. Implica na dinâmica dos observadores urbanos, nas sensações provocadas por este espaço, nas reações com relação a sua posição naquele espaço e implica sobremaneira nas condições culturais inerentes. A visão serial da paisagem existe através do sujeito, portanto quem ele é, qual sua relação com o território, incluindo as formas de deslocamento definem a paisagem urbana.

Falta ainda o tempo na paisagem. Nesse contexto pós-moderno, se faz a leitura do tempo presente na paisagem, o tempo vivo que desvenda um olhar para o futuro. Através do pensamento de Peguy, filósofo francês do início do século XX, Besse (2006) dispõe que a paisagem não é acumulação de memórias, nem um depósito de signos em patrimônios construídos, nostalgicamente consultável. Ela é o evento, ela é a passagem incompleta da vida e, como foi dito anteriormente, a paisagem demonstra a realidade continuamente evolutiva do lugar, que não se totaliza como resultado acabado de uma cultura. A paisagem é ao mesmo tempo processo e produto dela mesma.

A fenomenologia explícita em Straus⁷, na década de 1960, unifica sentidos e movimentos para conceituar a paisagem como um produto contraditório na

7 Erwin W. Straus, fenomenólogo alemão, 1891-1975

tradução da real situação humana. Interessam as percepções, as representações e as atitudes diante do espaço. Na geografia fenomenológica de Eric Dardel em 1952⁸, a função da paisagem é manter uma relação viva entre homem e a natureza que o envolve imediatamente. Insiste no percurso, na travessia dos lugares, e declara que a Terra é paisagem, é cultura, é a expressão do movimento da existência humana (BESSE, 2006).

O ideário fenomenológico acompanha o movimento de contra cultura ao romper padrões paradigmáticos e rigidez social, provocando reconhecimento cultural das minorias. Nesse contexto, Denis Cosgrove (COSGROVE, 1984) propõe que o passado seja visto por escalas temporais e temáticas distintas. O autor não analisa inicialmente a paisagem pela morfologia, mas sim pela experiência, criação de significados e simbolismo. A cultura neste contexto não é determinante nem determinada e inclui a figura dos atores, considerando que os significados são elaborados e reelaborados pelos diferentes grupos sociais propõe a leitura da paisagem pela experiência, com a criação de significados e simbolismo, analisada por escalas temporais e temáticas distintas (CORREA, 2014).

Um conceito apresenta ou sintetiza uma realidade, por isso tenta expressar ou condensar um fenômeno, assim como também ajuda a recriá-lo sob novas bases. Paisagem é o conceito fundante de uma geografia institucionalizada enquanto ciência no século XIX, sendo que a noção de espaço aberto, espaço vivenciado ou de espaço de inter-relação do homem com seu ambiente está imbuída na maior parte dessas definições (HAESBAERT, 2014). Max Sorre⁹ na tentativa de alcançar a essência do acontecer geográfico acrescentava que a paisagem “é o verdadeiro dado geográfico”, com a noção capital de complexo geográfico local, cuja expressão concreta é a paisagem (SORRE apud SANTOS, 1988, Pg. 21).

Não se pretende esgotar a riqueza de abordagens da construção do conceito de paisagem, mas considera-se a consolidação do conceito pela Convenção

8 Eric Dardel, “L'Homme et la Terre: nature de la réalité géographique”, 1952.

9 Maximilien Sorre (1943–1952), Les fondements de la géographie humaine, 1–3, Paris: Armand Colin

Europeia da Paisagem, pelo Conselho de ministros da Europa em 20/10/2000 em Florença, onde “*Paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos* (DE FLORENÇA, 2000, p.1) que está analisada no subcapítulo 1.4.

1.3. A paisagem como objeto de patrimônio

A construção do conceito de paisagem cultural permite entender a ampliação gradativa da relação entre o objeto, eleito como bem patrimonial, e o sujeito que o elege como representativo de sua identidade, das relações de valor que estabelece com o território e da gestão da sua preservação. Considerando a dinâmica de processo e produto inerente à paisagem, portanto a complexidade própria de sua abordagem, exige-se integração teórica e prática entre patrimônio urbano, preservação urbana, urbanismo e planejamento urbano.

Concomitante ao urbanismo, a teoria e a prática da preservação do patrimônio nasceram diante das questões da cidade industrial do século XIX e observam-se aproximações e afastamentos dos dois campos de conhecimento conforme os períodos históricos. O pensamento sobre a cidade preexistente e a consideração de seu legado para além da materialidade da cidade construída inauguram-se diante dos arrasamentos das reformas urbanas modernas. Diante das transformações espaciais, a preservação da preexistência proporcionava certa ilusão de estabilidade cultural, tomada como antídoto para a perda de identidade e deterioração da civilização europeia. Inicia-se uma intensa produção de conhecimento, inserido na visão positivista de mundo¹⁰, que entende o interesse pelo passado como parte da reflexão sobre a cidade presente e seu potencial futuro (CARSALADE, 2011; GOMES, 2011).

Choay (2001) contextualiza que a preservação do patrimônio é uma construção europeia provocada pela ruptura do passado, dentro do pensamento positivista

¹⁰ O positivismo do século XIX considera a progressão contínua da humanidade pautada na ciência. Nesse contexto a constatação histórica é essencial para o reconhecimento do progresso, assim como a importância dos estudos sociais.

do século XIX onde o ideal do progresso contínuo necessita da constatação histórica para seu reconhecimento, a matéria como prova inequívoca do passado. A excepcionalidade artística tutelava esse reconhecimento histórico, refletindo a identidade desejada daquela sociedade. Os “monumentos históricos” eram tratados como arte visual onde a obra seria um todo fechado do qual nada se poderia retirar ou acrescentar, o que para a sobrevivência dos artefatos arquitetônicos seria uma tarefa impossível. A arquitetura é uma arte que se faz em função do uso e é feita para servir e materializar as sociedades e, portanto, sua sobrevivência no tempo depende da sua capacidade de manter essa propriedade (CARSALADE, 2011). Os bens eleitos nesses parâmetros adquiriram significação cultural e a relação social com esses bens estava pautada no respeito à matéria, na visão de linearidade, onde o tempo não pode ser revivido e revertido (CHOAY, 2001).

A constante transformação da paisagem, da arquitetura e da cidade era um paradoxo na apropriação desses objetos como conceito de bem patrimonial naquele momento de instauração do campo do patrimônio e do urbanismo.

Nessa produção do conhecimento do campo da preservação, a leitura integradora da paisagem era latente. Na manifestação da obra de Camillo Sitte, que trata de morfologia urbana, a percepção da cidade é a própria percepção da paisagem. Em 1889, o arquiteto austríaco, escreve “A construção das cidades segundo seus princípios artísticos”, cuja leitura da cidade considerava a escala do observador, imbuído do *flaneur* de Baudelaire, a personagem urbana que observa o mundo de maneira real e descritiva e vivencia cada lugar. Sitte segue desenhando a composição dos elementos relacionais, a partir de espaços públicos, onde há encontro de pessoas, percebendo efeitos de perspectiva e percurso, cuja pluralidade enriquece a percepção do usuário. Investiga a relação do prazer estético com o ambiente, que afeta a própria identidade como indivíduo e coletividade. O caráter sensitivo e integrador da leitura revela a preexistência como essência, revelando o *genius loci*, o espírito do lugar que o torna único (SITTE, 1992; RUFINONI, 2012).

Sitte assume a historicidade do processo de urbanização que transforma a cidade contemporânea em toda sua extensão e positividade. Nesse sentido, o

autor aceita a obsolescência da cidade e a feiúra da cidade contemporânea (CHOAY, 2001). A potencialidade da cena completa em todos os seus aspectos, a fluidez da leitura do sujeito de forma mais impactante do que os fixos, vem ser reconhecida na concepção contemporânea de paisagem cultural.

No entendimento da eleição do bem patrimonial, para Max Dvořák, da Escola de História da Arte de Viena em 1904, interessa a composição do todo: atributos do tempo, da unidade, da diversidade temporal, tipológica e estilística de seus elementos, abordando o cotidiano e a paisagem rural e urbana, com relevância ao tema das belezas naturais. Na ampliação do reconhecimento do patrimônio e da gestão desse bem, seu contemporâneo e conterrâneo Alois Riegl foi pioneiro em reconhecer a importância da tutela das paisagens naturais, não criadas pelo homem (KÜHL, 2018). A obra de Riegl propõe alicerçar uma preservação responsável, preferencialmente conservativa, e teoriza sobre valores de rememoração inerentes à materialidade da obra a serem considerados não de forma isolada. Ao defender que todo tipo de atividade humana que ficou conservada em um testemunho tem um valor histórico, Riegl apontou, ainda que não explicitamente, um dos elementos importantes no entendimento da paisagem cultural (DE FIGUEIRÔA SILVA, 2007). Riegl é pioneiro por trazer a dimensão cotidiana quando estabelece o valor de uso como diretriz de reconhecimento e gestão do bem patrimonial. Apesar das raízes para o pensamento associativo entre materialidade e imaterialidade, e da atitude holística dos dois autores em relação do estudo do objeto, o que se propõe naquele momento é a preservação da materialidade, dentro do contexto positivista.

A atuação teórica e prática de Gustavo Giovanonni na Itália revela um enfrentamento da dinâmica de transformação do objeto arquitetônico e seu paradoxo como bem patrimonial. O arquiteto publica “Vecchie città ed edilizia nuova” em 1932, aproximando a conservação da cidade antiga e a modernização urbana através de um planejamento urbano integrado. O autor considera que a própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, seu ambiente, resulta da dialética entre a arquitetura considerada maior (pelo valor estético explícito) e de seu entorno. Sua forma operativa de projeto é desbastar partes

construídas que podem liberar espaço para a adaptação contemporânea do lugar sem perder a relação essencial dos elementos do conjunto urbano. Mas a tendência integralizadora foi abafada pelas restrições políticas que Giovanonni passa a enfrentar com a ascensão do fascismo e a identificação ideológica do período italiano com as vanguardas modernistas.

A conciliação de instâncias aparentemente contraditórias (como ciência e arte, regular e pitoresco, moderno e tradicional) entre a preexistência e as exigências modernas é o foco da teoria crítica da preservação do patrimônio produzida na passagem do século XIX para o XX e no início do século XX. O período entre guerras mundiais e a reconstrução do pós-guerra divergiram desse foco para a postura materialista racional e funcional do movimento moderno que, apesar das múltiplas abordagens, representou inegável ruptura no enfrentamento da questão do patrimônio construído e imaterial, principalmente o urbano (RUFINONI, 2012).

A ruptura com o lugar, nítida no modernismo, é atacada pelo movimento pós-moderno, marcado pela dissolução dos CIAMs iniciada em 1950, em defesa da história e da cultura contra o universalismo e a tábula rasa (GOMES, 2011). A visão integrativa da paisagem é recuperada nas diversas posturas teóricas e práticas de arquitetura e urbanismo do período. No processo de retomada desse olhar contextualista cabe considerar a nova tendência manifestada no 8º. encontro dos CIAM, em 1951 na Inglaterra, quando debateu-se sobre a relevância dos centros antigos, “O coração da cidade”, sobre o valor da história e do lugar.

Aviva-se o debate do campo da preservação do patrimônio. O Icom (Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais) foi criado em Roma em 1956 e reuniu influentes pensadores da salvaguarda do patrimônio cultural no período, como Cesare Brandi (Itália), Paul Coremans (Belgica) e Germain Bazin (França), todos diretores de instituições afins em seus países de origem (KUHL, 2010). O Icom publicava intensamente os resultados de um efetivo intercâmbio de ideias, abordando a polemica intrínseca ao campo da preservação do patrimônio desde o século XIX. Num *continuum*, publica-se a Carta de Veneza em 1964, posicionando o restauro com ato de cultura, e, como

ato de cultura é um processo crítico numa ação contemporânea. A motivação do restauro a partir da Carta de Veneza deixa de ser a refuncionalização e passa a ser a preservação do próprio bem por sua importância cultural, científica e ética. Essa motivação guia o modo de intervir no bem, exigindo referenciais teórico-metodológicos e instrumentos técnico-operacionais que são próprios à restauração, como campo de conhecimento multidisciplinar.

Os debates entorno da contextualização crítica tornam os elementos preexistentes objetos de referência na paisagem. O regionalismo crítico valorizou os materiais e técnicas locais, lançando o olhar às bases culturais dos lugares. Há uma intensa desmistificação da arte aproximando-a das culturas locais ou, diametralmente no oposto, rompendo vínculos através da comunicação em massa.

Carsalade (2011), discorrendo sobre os perigos da imobilidade e do enquadramento restrito no trato com o patrimônio cultural, recupera a interpretação da cidade como obra de arte por Aldo Rossi, na década de 1970, que a considera (a cidade) artefato cultural sempre em transformação. *“A cidade seria, então, função do espaço e do tempo, o resultado da dialética entre permanência e transformação dentro do jogo da história”* (CARSALADE, 2011, p.10).

A partir da década de 1960 o número de bens eleitos como patrimônio cultural cresceu vertiginosamente, derivado do reforço das políticas culturais dos estados. O objeto de culto, as formas e a natureza do culto ao patrimônio se transformaram pela mundialização dos valores e das referências ocidentais. O tempo dos monumentos históricos deslocou-se aproximando do presente. Assim, produtos técnicos da indústria adquiriam os mesmos privilégios e direitos à conservação que obras de arte arquitetônicas e a produção artesanal (CHOAY, 2001).

O campo do patrimônio se alarga, com a valorização de tipologias de patrimônio reconhecidas por novas disciplinas como etnologia rural e urbana e história das técnicas. Para Choay, o interesse recente em preservar o patrimônio arquitetônico e industrial do século XX, quase sempre ameaçado de demolição em vista de seu mau estado, *“gerou nos dias de hoje um complexo de Noé que*

tende abrigar na arca patrimonial o conjunto completo dos novos tipos de construção que surgiram nesse período” (CHOAY, 2001, p.209).

A democratização do saber aliada ao desenvolvimento da sociedade do lazer e de seu correlato, o turismo de massa, está na origem da expansão mais significativa neste campo: a do público para os monumentos históricos. A cultura torna-se empresa e em seguida indústria. A palavra de ordem é valorização do patrimônio histórico, que se apresenta em múltiplas formas: mantém-se a conservação e a restauração, mas intensifica-se a cenarização e/ou animação cultural, convertendo o valor do patrimônio em valor econômico (CHOAY, 2001).

A valorização da preexistência nesse contexto de “*conversão em dinheiro*” (CHOAY, 2001, p. 218) consolidou-se nas décadas de 1970 e 1980, a ponto de tornar algumas cidades dependentes da imagem que sua história, seu patrimônio e suas instituições culturais ajudaram a criar. Este caminho, impulsionado pela aceleração e transformação econômicas da globalização, extrapolou as ações especializadas direcionando-se às ações políticas.

Os diversos aspectos da reestruturação produtiva, como a dinâmica vertiginosa do mercado financeiro, a transnacionalização das empresas, a integração das mídias e os deslocamentos, impactam na reestruturação dos lugares convergindo em uma nova segregação: valorização de espaços isolados de seus contextos e esquecimento de outros nos interstícios. Os lugares adquirem um potencial de captação de recurso externo, e a cidade assume um papel de produto de consumo, homogeneizando as relações humanas e a representatividade dos diferentes patrimônios culturais (GOMES, 2011).

A tematização do patrimônio urbano, arquitetônico e paisagístico é sintomática no contexto de perda de identidade “complexa” e seus palimpsestos, com a tendência de homogeneização resultante da sociedade de consumo, resultado da perda da memória crítica (MONTANER, 2014).

O desvinculo da população com seu patrimônio está intrínseco às dificuldades na estruturação da conservação do mesmo. Os processos de homogeneização cultural recaem afrontosamente sobre o sentimento de pertencimento aos lugares. As singularidades de cada paisagem tendem a ser convertidas pela necessidade do imediato, do descartável, portanto daquilo que não deixa marcas

(CASTRIOTA, 2010). E sem marcas a se auto identificar o sujeito não se enxerga como coletivo.

No Brasil, o elitismo e suas características exploratórias na formação da sociedade brasileira resultaram no quadro de desigualdade social que ainda perpetua e se reflete na valoração e eleição dos bens como patrimônio. Sem o pertencimento coletivo há o desinteresse pela salvaguarda de um legado que identifica a poucos. Com isso, a população não se reconhece como comunidade, não reconhece quais sujeitos seriam seus precedentes e não valida os símbolos de sua identidade cultural (ZANIRATO, 2009).

A introdução do tema da “paisagem cultural” no campo do patrimônio traz deslocamentos que podem integrar o sujeito no debate patrimonial. O primeiro é que rompe com o antagonismo de tratar os bens culturais separadamente do patrimônio natural, nos moldes anteriores da separação natureza × cultura, que persistia na área. O segundo deslocamento é a possibilidade de incluir determinados saberes tradicionais relativos ao manejo da natureza, abrindo possibilidades de sustentabilidade, nos seus 3 aspectos ambientais, sociais e econômicos: *“se pode aprender sobre a relação entre o povo, a natureza e os ecossistemas e como isso conforma a cultura, a identidade, e enriquece a diversidade cultural e biológica”* (RÖSSLER apud CASTRIOTA, 2010, p.18). O que leva à ideia inovadora do patrimônio genético, considerando-se que preservar as paisagens culturais tradicionais é, no fundo, preservar a diversidade genética do planeta (CASTRIOTA, 2010).

1.4. Paisagem cultural nos órgãos institucionais de patrimônio

Propõe-se aqui sistematizar a inserção da ideia de paisagem cultural nas discussões sobre patrimônio difundidas pelas convenções de debate patrimonial internacionais, que conduz a certa delimitação conceitual. Em sequência analisa-se os reflexos na gestão do patrimônio brasileiro, pela documentação do IPHAN, estadual e municipal pelo COMPHAC – Conselho do patrimônio histórico, artístico e cultural de Araras.

Segundo KÜHL (2010), os documentos patrimoniais sintetizam um consenso teórico possível em um determinado tempo, oferecendo indicações ou no máximo prescrições sobre o campo de conhecimento. Esse consenso, estágio das ideias, é explicitado nos documentos através de diretrizes sem uma relação mecânica de causa e efeito, é antes um postulado ético que presume interpretações fundamentadas, com rigor metodológico.

1.4.1. Contexto internacional

Toma-se aqui a Carta de Atenas, organizada pelo Escritório Internacional dos Museus da Sociedade das Nações em 1931, como um marco documental nas estruturas organizacionais de patrimônio, que internacionalizam a produção de conhecimento e a difusão e acesso às informações que vão sendo consolidadas no campo da preservação do patrimônio. Na Carta de Atenas a paisagem está presente, mas como ambientação de um determinado bem cultural:

III – A valorização dos monumentos

A conferência recomenda respeitar na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais.

Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas.

Deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar o caráter antigo.

(DE ATENAS, 1931, p.2).

Em 1940 acontece a Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, em Washington, que documenta a preocupação em preservar paisagens naturais de grande beleza, incentiva a criação de parques e reservas nacionais, mas não cria organismos de apoio naquele momento. A documento da convenção serviu de base para a construção do direito ambiental internacional.

O tema da 12ª. Convenção das Nações Unidas, em 1962 em Paris, é a “proteção da beleza e do caráter das paisagens e sítios”, não há uma definição de paisagem, mas do que seria sua a ação de proteção: *“preservação e, se possível, restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais ou urbanos*

devido à natureza ou à obra do homem, que apresentem um interesse cultural ou estético, ou que constituam meios naturais característicos” (DE PARIS, 1962). Ela representa também a primeira vez em que um documento internacional considerava os centros históricos como parte do meio ambiente, merecendo atenção de um planejamento territorial (RIBEIRO, 2007).

A Carta de Veneza é o documento de consolidação dos debates ocorridos no II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza em 1964 e que permanece como documento base do Icomos, órgão consultivo e colaborativo da Unesco. Não há menção da palavra paisagem, e ainda se percebe o vínculo da paisagem com a ambientação do bem cultural. Mas há uma ampliação conceitual de monumento e da finalidade da preservação que apontam na abordagem da paisagem cultural:

Definições

Artigo 1º. - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.
(DE VENEZA, 2015, p. 21)

Finalidade

Artigo 3º. - A conservação e a restauração dos monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico.
(DE VENEZA, 2015, p. 29)

Segundo Kühl (2010), na Carta de Veneza os monumentos são vistos com seus aspectos memoriais e simbólicos, além da matéria, e participam ativamente da vida das comunidades, mesmo quando não exercem funções cotidianas.

Em 1967, a OEA (Organização dos Estados Americanos) se reúne em Quito, Equador, sobre conservação e utilização de monumento em lugares de interesse histórico e artístico. O documento gerado explicita a vulnerabilidade dos testemunhos das civilizações pré-colombianas e expressões do extenso período colonial americano e a potencialidade econômica como centros de atração

turística. O conceito de monumento se aproxima de paisagem quando testemunha a cultura local:

A ideia do espaço é inseparável do conceito do monumento e, portanto, a tutela do estado pode e deve se estender ao contexto urbano ao ambiente natural que o emoldura e aos bens rurais que encerra. [...] Os lugares pitorescos e outras belezas naturais, objetos de defesa e proteção por parte do Estado, não são propriamente monumentos nacionais. A marca histórica ou artística do homem é potencial para imprimir a uma paisagem ou a um recinto determinado essa categoria específica. (DE QUITO, 1967)

A 17ª. Convenção da Assembleia Geral da Unesco relativa à proteção do patrimônio mundial cultural e natural, em 1972, simboliza, segundo Choay (2001), a expansão ecumênica das práticas patrimoniais. A convenção aprovou a inscrição de monumentos, conjuntos de edifícios, sítios arqueológicos ou conjuntos que apresentem um valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência, proclamando a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores quanto a esse tema. Criou o Fundo do Patrimônio Mundial, o comitê que o administra e em que condições ele deve ser empregado. Estabelece-se também as orientações para guiar a implementação da Convenção do Patrimônio mundial que, junto com o texto da Convenção, constitui o conjunto de documentos mais importantes que regem o patrimônio mundial (RIBEIRO, 2007).

Nesse conjunto documental os bens poderiam ser classificados como patrimônio natural ou como patrimônio cultural. O antagonismo entre as categorias cultural e natural é reflexo da visão ecológica dessa época, onde quanto menor intervenção do homem na natureza melhor ela seria qualificada, bem como uma visão isolada dos monumentos, estruturas, prédios e ruínas. A partir das novas concepções de sustentabilidade, integrando meio ambiente, sociedade e economia, celebradas na Carta do Rio de 1992 – Convenção sobre meio ambiente e desenvolvimento, é que pôde ser possível enxergar a paisagem cultural dentro do patrimônio.

Durante esse processo o debate internacional pela PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) recomendava o olhar para o meio

ambiente e dignidade humana, formalizados na Carta de Nairóbi, em 1976, iniciando uma transposição da materialidade do patrimônio para a abordagem antropológica (FIGUEIREDO, 2014). O documento avança no conceito de ambiência, como o quadro ao redor que influi na percepção do bem protegido: *“Entende-se por ‘ambiência’ dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais”* (DE NAIRÓBI, 1976). Na sequência, o debate internacional sobre o patrimônio e o alargamento do conceito leva ao reconhecimento da relação intrínseca de identidade na cultura tradicional e popular nas Recomendações do México pelo ICOMOS, em 1985, e de Paris, em 1989 (FIGUEIREDO, 2014).

A paisagem até esse momento só tem valor a partir do momento em que ela dá sentido a um bem mais importante. Ao adotar a própria paisagem como um bem, valorizando todas as relações que ali coexistem, o documento da 16ª. reunião do Comitê de Patrimônio Cultural da Unesco, em Santa Fé, no Novo México, em 1992, rompe com os modelos anteriores. Esse amadurecimento em relação à paisagem, focado na interação de natureza e cultura e, ao mesmo tempo, ligado intimamente às maneiras tradicionais de viver, abre uma nova perspectiva para o desenvolvimento sustentável das comunidades (CASTRIOTA, 2010). A Unesco, nas Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, definiu as paisagens culturais da seguinte forma:

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo I da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões (UNESCO, 1999).

As definições conceituais prosseguiram na Recomendação de Viena, do Comitê de Ministros da Europa em 1995, quando propôs-se tratar da paisagem como patrimônio cultural. Segundo FIGUEIREDO (2014), o documento aborda a

paisagem cultural por três aspectos: a percepção do território; a relação entre os indivíduos e o seu meio; e as especificidades das culturas locais, ressaltando a presença de valores imateriais e ação do sujeito na paisagem. Consegue transmitir certa homogeneidade de paisagem que justifica as especificidades e valores reconhecidos como patrimônio cultural. Nesse sentido, identificou-se e adotou-se três categorias de paisagem cultural, assim descritas:

- (i) “uma paisagem planejada e criada intencionalmente pelo homem”;
- (ii) uma “paisagem que se desenvolveu organicamente”, que pode ser uma “paisagem relíquia (ou fóssil)” ou uma “paisagem com continuidade”;
- (iii) uma paisagem cultural “associativa”, que pode ser valorizada por causa das “associações religiosas, artísticas ou culturais dos elementos naturais”. (DE VIENA, 1995)

Nos anos 2000, em Florença, é escrita a Convenção Europeia da Paisagem, introduzindo um conjunto de regras para proteção, planejamento e gerenciamento das paisagens, em uma perspectiva mais abrangente que a Unesco, que parece complementar a documentação de 1992/1995 (RIBEIRO, 2007). Nas definições da Carta de Florença (2000) explicita-se que a paisagem tem uma localização geográfica no território, sem vínculos diretos com demarcações políticas ou administrativas por ser considerada a partir dos sujeitos que vivenciam o lugar:

“CAPÍTULO I, Disposições Gerais

Artigo 1º – Definições

Para os efeitos da presente Convenção:

“Paisagem” designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos;

“Política da paisagem” designa a formulação pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adopção de medidas específicas tendo em vista a proteção, gestão e ordenamento da paisagem;

“Objetivo de qualidade paisagística” designa a formulação pelas autoridades públicas competentes, para uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida;

d) “Proteção da paisagem” designa as ações de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e/ou da intervenção humana;

e) “Gestão da paisagem” designa a ação visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de

desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais;”

f) “Ordenamento da paisagem” - designa as ações com forte carácter prospectivo visando, a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens.

(DE FLORENÇA, 2000, p. 1)

Na definição de “Política de paisagem”, o documento aponta para a aproximação da paisagem com o planejamento territorial. Quanto aos “objetivos da qualidade paisagística” o documento afirma sua relação intrínseca com a qualidade ambiental e a “proteção da paisagem” com a identidade do lugar, refletindo o ponto de vista dos sujeitos que vivenciam o território. A definição de “gestão da paisagem” ressalta a dinâmica das paisagens como fato intrínseco ao desenvolvimento do lugar, possibilitando a permanência dos sujeitos. E por fim, a definição de “ordenamento da paisagem” implica na ação de inventário e prospecção de alternativas para a devida preservação do bem tomado como cultural.

Para FIGUEIREDO (2014), adotar a paisagem como patrimônio pressupõe uma ação integradora entre homem e natureza, entre os patrimônios materiais e imateriais ao passo que admite a dinâmica entre eles, e propondo-se a superar a fragmentação ainda praticada no campo da preservação do patrimônio.

Mas, se a conceituação de Paisagem Cultural já se mostra uma tarefa difícil, a dificuldade se aprofunda quando se passa à formulação de estratégias para o tratamento dessa categoria especial de patrimônio. “*Conservar as paisagens culturais é um dos desafios mais complexos com que se depara a área do patrimônio hoje*” (CASTRIOTA, 2010, p.23).

1.4.2. Reflexos na gestão da paisagem como patrimônio pelo IPHAN

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937, por meio da Lei nº 378, demonstra o caráter nacionalista e desenvolvimentista do período do Estado Novo, em conformidade com o ideário europeu de

modernidade. O ponto de partida para a conscientização e proteção do patrimônio cultural brasileiro constava na Carta Magna de 1934, no *"Art. 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados: III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte"* (BRASIL, 1934). Na criação do SPHAN efetiva este ponto de partida lê-se tanto a atitude de identidade nacional como a concepção de patrimônio cultural como coleção de objetos de valor excepcional, *"reliíquias"*, de propriedade do estado:

Art. 46. Fica creado o Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o Paiz e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimonio historico e artístico nacional.

§ 1º O Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional terá, além de outros órgãos que se tornarem necessarios ao seu funcionamento, o Conselho Consultivo.

§ 2º O Conselho Consultivo se constituirá do director do Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional, dos directores dos museus nacionaes de coisas historicas ou artísticas, e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da Republica.

§ 3º O Museu Historico Nacional, o Museu Nacional de Bellas Artes e outros museus nacionaes de coisas historicas ou artísticas, que forem creados, cooperarão nas actividades do Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional, pela fórmula que fôr estabelecida em regulamento.

Art. 47. O Museu Historico Nacional é mantido como estabelecimento destinado á guarda, conservação e exposição das reliíquias referentes ao passado do Paiz e pertencentes ao patrimonio federal.

Parapho unico. No Museu Historico Nacional funcionarã o curso de museologia alli existente.
(BRASIL, 1937)

O foco do objeto de preservação na primeira fase do SPHAN era exclusivamente cultural, no entendimento de arte como produto humano, deixando à margem o patrimônio natural (RIBEIRO, 2007). Até a década de 1960 a concepção do tipo de objeto eleito com patrimônio cultural relacionava-se com seu valor estético, da cultura erudita, através do olhar de peritos que representavam o interesse de grupos e segmentos sociais dominantes. Os peritos na Instituição eram predominantemente arquitetos o que resultou no privilégio do bem arquitetônico em detrimento de outros e na orientação seletiva dos estilos representativos da

identidade brasileira, colonial e modernista. O marco legal da ação da preservação teve, ao lado de um significado cultural, um significado jurídico quase único, o instrumento do tombamento, definido no Decreto-Lei 25/1937. Preservar esteve associado exclusivamente à ação de tombamento até muito recentemente no Brasil e esse Decreto-Lei é uma das jurisdições que permanecem integras desde sua consolidação. Inerente ao instrumento permaneceu a prática imobilista de preservação do patrimônio, cujo foco é a limitação da mudança (CASTRIOTA, 2013).

A eleição da arquitetura colonial como identidade nacional, em uma abordagem idealizante do legítimo barroco brasileiro, fez com que o conjunto urbano de Ouro Preto fosse tombado pelo órgão imediatamente após sua criação, por seu valor artístico e não por seu valor histórico. Essa carga simbólica impressa no tombamento de Ouro Preto projetou uma prática de preservação no Brasil focada no objeto idealizado, sem considerar a dinâmica do lugar e a possibilidade da permanência dos sujeitos e valores locais. No caso de Ouro Preto, desconsiderou seu cotidiano agravado pela estagnação econômica, antagonizando as ações rígidas de preservação material com a própria comunidade: *“Esvaziada economicamente, a cidade foi usada como matéria-prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração modernista, deixando as populações que lá moravam subordinadas a esta visão idealizada, não sendo elas sequer motivo de referência”* (MOTTA apud CASTRIOTA, 2013, p.15).

A postura estigmatizada do SPHAN, de edifícios e sítios como objetos estéticos a se preservar sem abordar o desenvolvimento socioeconômico, foi mantida apesar das influências teóricas que alargavam o conceito de bem patrimonial nos valores imateriais envolvidos, nas diversas conferências internacionais. Para a pouca adaptação aos novos conceitos pode ser considerada o que o relatório SPHAN/ PróMemória de 1980 (BRASIL, 1980) chama de fase heroica, pela ampla dimensão do trabalho realizado, 65% dos bens que foram registrados pelo IPHAN até hoje são desse período, apesar do financiamento escasso, da carência de profissionais capacitados e da pouca conscientização da população brasileira.

Os bens do Patrimônio Artístico Nacional foram inscritos desde a primeira fase do órgão em quatro livros de tomo: Livro do Tombo Histórico, o Livro do Tombo de Belas Artes, o Livro do Tombo das Artes Aplicadas e o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o que veio a ser complementado pelos registros do patrimônio imaterial e pela chancela de paisagem cultural posteriormente. Tais bens deveriam pertencer a pelo menos uma das 8 categorias estabelecidas: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e, finalmente, artes aplicadas estrangeiras. O anteprojeto da Lei de tombamento (Decreto-Lei 25/1937) é pioneiro mesmo no ambiente eurocêntrico, pela contribuição privilegiada de Mario de Andrade, ao inserir a etnografia que viria a tornar-se relevante nos documentos internacionais após 1960 (FIGUEIREDO, 2014). O texto de Mario de Andrade insere a paisagem, o folclore e objetos cotidianos, além dos monumentos, nas categorias de arte arqueológica, arte popular e arte ameríndia, que deveriam ser inscritas no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O autor conceitua paisagem como produto artístico humano:

Paisagens: determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas etc. (ANDRADE apud RIBERIO, 2007).

A Lei de tombamento foi mais abrangente que o texto de Mario de Andrade, incluindo as paisagens naturais,

§ 2º – Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana. (BRASIL, 1937)

mas a ação do SPHAN pouco explorou essa possibilidade, agindo sobre a paisagem como ambiência de bens arquitetônicos de interesse patrimonial e dos jardins oriundos de projetos paisagísticos. As paisagens naturais, quando relevadas, ficaram aos cuidados da legislação ambiental, com a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, em 1948, o Código de Florestas, das Águas e das Minas.

Ribeiro (2007) classifica quatro padrões das inserções de bens no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico até 1960. O primeiro é o tombamento de jardins e bens mais diretamente ligados ao paisagismo, exemplificado pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, tombado em 1938, onde fica evidente a valorização do estilo paisagístico, de sua beleza cênica como manifestação artística.

O segundo padrão é o tombamento de conjuntos, que seria intensificado após 1970. O conjunto de Ouro Preto descrito anteriormente, bem como a maior parte dos conjuntos urbanos mineiros, foram registrados no Livro de Tombo das Belas Artes. No livro aqui analisado foram registrados conjuntos onde o valor arquitetônico não estava implícito como no tombamento da Aldeia Jesuítica de Carapicuíba, em 1940. Na análise de Ribeiro (2007), a estratégia de inserir o conjunto urbano como conjunto paisagístico favoreceria a gestão de áreas ampliadas, como no exemplo do tombamento de Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Pilar de Goiás, em 1954, quando o Iphan se deparava com interesses de parcelamento de solo contíguos aos edifícios que formavam o conjunto. No tombamento de Olinda em 1968 havia interesse no traçado e no gabarito urbanos assim como na vista da orla litorânea, no qual o tombamento pelo valor paisagístico poderia proporcionar o entendimento de área ampliada.

Outro elemento valorizado na composição do objeto patrimonial, analisado por Ribeiro nos registros de tombamentos de conjuntos urbanos no Livro Paisagístico, foi a arborização urbana, o que revela essa ampliação além do objeto arquitetônico. Os exemplos utilizados são o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Vassouras, em 1958 e o Cemitério da Soledade em Belém, em 1960.

O terceiro padrão analisado é o tombamento de monumentos junto a aspectos da natureza que os emolduram, exemplificado com o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Casa e Colégio do Caraça, em Minas Gerais, inscrito em 1955, ao mesmo tempo no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Do texto do processo de inscrição, Ribeiro ressalta a indissolubilidade do entorno à tradição do lugar.

O quarto padrão de registros são os tombamentos de áreas cujo panorama seja importante para populações que vivem nos arredores. Ribeiro analisa a complexidade do tombamento da Serra do Curral, em Belo Horizonte, aberto em 1958. O processo partiu do governo do Estado diante da prospecção de mineradoras na área e a possibilidade de perda de referência da Avenida Afonso Penna, incluindo o Palácio das Mangabeiras e a importância da Serra na paisagem urbana da metrópole mineira. O Pico do Ferro, elemento geográfico da Serra, faz parte inclusive do Brasão de Armas de Belo Horizonte, evidenciando a identidade local com a paisagem da Serra. A extensão da área era inusitada para o DPHAN¹¹ e os conflitos econômicos eram evidentes. A estratégia de tombamento foi o panorama da paisagem para a cidade, que definiu sua área após intenso debate e gerou dificuldades na sua gestão.

A partir da década de 1960 há uma gradativa ampliação dos critérios de seleção para as manifestações modestas, como parte dos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, especialmente com a consolidação da Carta de Veneza. Como os novos objetos não estavam em conformidade com o Livro de Tombo das Belas Artes, os Livros Histórico e o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico receberam as inscrições destes conjuntos. O potencial turístico dos centros históricos passa a fazer parte dos planos dos diferentes níveis de governo, tanto para desenvolvimento de locais estagnados economicamente como para a preservação dos patrimônios urbanos já eleitos, com o marco legal da criação do Sistema Nacional de Turismo e a Embratur, Decreto 60.224/ 1967.

As experiências de reabilitação urbana, evidenciando a reabilitação de Ferrara na Itália, a partir de 1965, propaga o conceito de reuso urbano, com os objetivos fundamentais de recuperar o tecido residencial deteriorado; refuncionalizar o capital fixo social existente; reutilizar edifícios subutilizados ou privatizados; reciclar o ambiente urbano; proteger e valorizar o ambiente natural (CHÁVES MARTÍN, 2013). O reflexo dos conceitos do reuso urbano vão convergir com o interesse no potencial turístico destes centros. O olhar para os conjuntos urbanos passa da monumentalidade/ excepcionalidade à ideia do bem com um registro

¹¹ O SPHAN passa a ser denominado Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1946.

documental que narra a história do homem com seu ambiente. Essa ampliação de potencial de uso do patrimônio e do olhar de identidade regional faz parte do contexto de transformações culturais por volta da década de 1970, ilustrado pelas lutas urbanas, teoria social desenvolvida por Manuel Castells¹² demonstrando a insatisfação com os efeitos da globalização nos lugares.

Nesse contexto, a paisagem passa a fazer sentido por si só, não somente pela correspondência com um bem edificado ou um conjunto. O tombamento do Monte Santo, no Sertão da Bahia, em 1982, revela uma visão mais integrativa da paisagem no objeto de patrimônio, sem ainda manifestar o termo paisagem cultural. Nos documentos do processo de tombamento analisados por Ribeiro (2007) o monte é considerado elemento fundamental na organização dos elementos edificados.

O conjunto urbano de Paraty, no estado do Rio de Janeiro, apesar de constar no Livro das Belas Artes em 1966, recebeu nova inscrição como paisagem em 1974, no Livro Antropológico, Etnográfico e Paisagístico, entendendo-se que a cidade histórica e suas áreas naturais são intrínsecas. O conjunto de Porto Seguro, na Bahia, foi tombado como conjunto urbano em 1973 e novamente inscrito no Livro Antropológico, Etnográfico e Paisagístico, no ano seguinte, pelas áreas naturais e o valor histórico/ antropológico como berço da nacionalidade brasileira.

O IPHAN¹³ intensifica o olhar para as paisagens naturais neste momento, incluindo o debate da conservação das áreas naturais. O turismo apontava uma possibilidade de preservação do patrimônio, ao mesmo tempo que se reconhecia os riscos inerentes da massificação. Neste movimento foram inscritas várias paisagens naturais como o Monte Paschoal, em Porto Seguro, o Pão de Açúcar no Rio de Janeiro, incluindo a Urca e o Morro Cara de Cão, bem como o Corcovado e a Pedra da Gávea, em 1973. Em 1980 o SPHAN/FNPM¹⁴, seguindo o interesse ecológico da sociedade naquele momento, renova a atenção para o patrimônio natural, através das “Diretrizes para a análise e a

¹² CASTELLS, Manuel. Lutas urbanas e poder político. Coleção: cidade em questão, v. 5, 1975.

¹³ O DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1970.

¹⁴ O IPHAN é dividido em SPHAN (Secretaria), na condição de órgão normativo, e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo em 1979.

classificação do patrimônio natural”, que classifica os sítios naturais e os sítios alterados pelo homem.

Tanto a preocupação ambiental como a importância do patrimônio cultural, com critérios ampliados, assumem forte consolidação na Constituição Brasileira de 1988. O patrimônio cultural está definido no Artigo 216 como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, reconhecendo a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, e estabelecendo as formas de preservação desse patrimônio: o registro, o inventário e o tombamento. Segundo Figueiredo (2014) embora o valor etnográfico que aparecia na Lei de Tombamento de 1937 não esteja mencionado, na Constituição atual estão incluídas todas as formas de manifestação cultural dos diversos povos brasileiros. Está previsto ainda a participação social e outras formas de proteção e acautelamento, para além do instrumento de tombamento, com destaque para o registro envolvendo bens imateriais instrumento que somente seria efetivado nos anos 2000. O patrimônio natural fica sob responsabilidade da cultura, separadamente da responsabilidade da especificidade biológica tratada pelos órgãos de meio ambiente.

Com a Constituição define-se o reconhecimento legal para a diversidade cultural, totalmente de acordo com a agenda contemporânea e a inclusão dos sujeitos envolvidos no patrimônio na eleição e gestão do bem. Mas a década de 1990 foi um período conturbado na gestão cultural brasileira, diante da postura neoliberal do governo Collor baseada na ineficiência das instituições estatais e validando parcerias privadas. O IPHAN entrou em uma de suas fases mais críticas, tendo sido extintas várias instituições culturais relacionadas. Quase sem técnicos e recursos para atuar, a instituição concentrou sua atividade na tutela, na aprovação de projetos de intervenção e na elaboração de portarias, disciplinando o controle de gabarito no entorno dos bens já tombados (FIGUEIREDO, 2014).

Em resposta à quase ausência do organismo federal, as instituições estaduais e municipais de patrimônio começaram atuar mais intensamente. Sob o ponto de vista de aproximação com o objeto, houve avanços importantes, mas a sobreposição de tombamentos gerou conflitos na gestão dos bens. A percepção

popular era de ineficiência nas políticas de patrimônio o que prejudicava ainda mais a gestão.

Apesar na precariedade institucional, o IPHAN promoveu em 1997 o seminário “Patrimônio imaterial: estratégias e formas de proteção”, passo estrutural para a Política Nacional de Patrimônio e para a consolidação da gestão do Patrimônio Imaterial (DE FORTALEZA, 1997).

Paralelamente o Ministério da Cultura lançava o Programa Monumenta, através de financiamento do antigo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e apoio técnico da UNESCO na intenção de uma ação coordenada entre União, estados, municípios e proprietários, para tratar dos bens previamente tombados pelo IPHAN.

Concomitantemente, alguns patrimônios naturais brasileiros foram nomeados como patrimônio mundial pela Unesco, o que trouxe notoriedade e conscientização a esse tipo de bem cultural. Foram nomeados as reservas de Mata Atlântica do Sudeste (SP/PR), as reservas de Mata Atlântica das Costa do Descobrimento (BA/ES), a área de conservação do Pantanal (MS/MT) e os Parques Nacionais das Chapadas dos Veadeiros e Emas.

Para Marins (2016), apesar da “palidez” da década de 1990, o Decreto 3551/2000, que instituiu o registro de bens imateriais, inclusive antecipando a criação da nominação internacional do patrimônio imaterial pela Unesco, por meio da convenção assinada em 2003 e ratificada pelo Brasil em 2006, trouxe uma importante renovação tipológica estruturada em quatro categorias: formas de expressão, saberes, lugares e celebrações, desenvolvidas no subcapítulo 1.5. A renovação também foi metodológica: *“seja acompanhada de declaração formal de representante da comunidade produtora do bem ou de seus membros, expressando o interesse e anuência com a instauração do processo de registro”* (BRASIL, 2000, p.18). O que implica no interesse e compromisso dos agentes sociais envolvidos, valorização a autovalorização dos anuentes e *“projeta um protagonismo para a sociedade nunca antes pressuposto na legislação patrimonial do Brasil”* (MARINS, 2016, p. 17).

Na análise de Marins (2016), existem questões a madurecer, especialmente ao fato de que a maior parte dos bens registrados desde 2002 associam a

identificação da cultura imaterial ao remoto, ao antigo, optando por raízes nos tempos coloniais ou do Império. O frevo e as matrizes do samba carioca são enitidamente exceções vinculadas à cultura urbana do século XX. Mas positivamente existe uma ampliação geográfica dos registros pelo Brasil.

O IPHAN, fortalecido pela bandeiras patrimonial dos governos no início do século XXI, estabelece por meio da Portaria Iphan No. 127/2009, a Chancela da Paisagem Cultural, definida como uma *“porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”* (IPHAN, 2009). Como já desenvolvido no subcapítulo 1.2, além das interações significativas entre o homem e o meio ambiente natural, combina os intrínsecos aspectos materiais e imateriais do patrimônio, muitas vezes pensados separadamente. Propõe-se uma perspectiva contemporânea para se refletir, de forma mais integrada, sobre diversas ideias tradicionais do campo da preservação (CASTRIOTA, 2010).

O debate sobre a chancela acentuou-se no Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira, em Bagé, RS, originando a Carta da Paisagem Cultural de 2007. A Carta estabeleceu as definições de paisagem cultural e apresentou, preliminarmente, as preocupações de gestão compartilhada das áreas com a criação de um sistema de avaliação da qualidade da paisagem cultural chancelada:

Artigo 6 – Será implantado um sistema de avaliação da qualidade da paisagem que monitore todas as fases de modificação ou evolução da paisagem por meio de procedimentos, normas e critérios, assegurando que produtos não conformes aos requisitos especificados sejam impedidos de serem certificados; (DE BAGÉ, 2007)

O IPHAN tem enfatizado o recorte territorial que expresse e particularize os valores culturais compreendidos como patrimônio e que, portanto, devem ser preservados. A intenção é evitar o generalismo de que tudo é paisagem cultural (FIGUEIREDO, 2014). No texto de apresentação da Paisagem Cultural no site do IPHAN consta:

Outros tantos personagens e lugares formam o painel das riquezas culturais brasileiras, destacando-se a relação exemplar entre homem e natureza.

Dessa relação surge outra característica fundamental da paisagem cultural: a ocorrência, em determinada fração territorial, do convívio entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qual quer um desses elementos isoladamente.

(Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>. Acesso em setembro 2019)

O resultado e as ações propostas para as Paisagens Culturais Brasileiras variam de lugar para lugar, pois em cada contexto existe uma série de fatores específicos que devem ser considerados. A criação de museus, centros de interpretação ou casas de cultura, por exemplo, não é obrigatória, mas são algumas das ações possíveis de acontecer como decorrência da chancela (WEISSHEIMER, 2009).

A UNESCO reconheceu como Patrimônio Mundial, na categoria de Paisagem Cultural três candidaturas brasileiras: o Rio de Janeiro - entre a montanha e o mar - em 2012, inaugurando a representação de paisagens culturais em ambientes urbanos de larga escala; o Conjunto Moderno da Pampulha, Belo Horizonte, MG em 2016 e Paraty e Ilha Grande, RJ, em 2019. Ainda consta da lista indicativa a Patrimônio Mundial, como paisagem cultural, a Vila Ferroviária de Paranapiacaba, Santo André, SP.

Na primeira década do século XXI se reconhece o esforço de ampliar o que passou a ser chamado de “estoque patrimonial” do IPHAN. Em sua análise Marins (2016) conclui que há muito o que avançar:

O desafio de incluir as referências patrimoniais dos “diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” reconhecidos pela Constituição de 1988 permanece. Longe de estarmos numa situação em que o “abuso monumental”, a “banalização do patrimônio” ou a “inflação patrimonial” possam ser aqui cogitadas, os 1.195 bens tombados no Brasil e os 38 bens registrados apenas começaram a cumprir a missão de representar a complexidade do país. (MARINS, 2016, pg. 26)

O desafio que o Iphan vem enfrentando na década de 2010¹⁵ é o de entender a gestão do patrimônio cultural brasileiro como um sistema integrativo, o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, resultante do diálogo e da ação compartilhada dos diferentes níveis de gestão – nacional, estadual e municipal, seja na preservação ou na promoção e na proteção do patrimônio histórico, seja nos outros campos de responsabilidade da política de cultura, nas artes, enfim, no respeito e na promoção da diversidade cultural. Existe o consenso de que política de patrimônio precisa ser transversal, não pode mais se conformar em ser uma política setorial. Ressalta-se que o Sistema Nacional de Cultura foi incluído na Constituição pela Emenda no. 71, de 2012, regido pelos seguintes princípios: diversidade das expressões culturais; universalização do acesso aos bens e serviços culturais; fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; complementaridade nos papéis dos agentes culturais; transversalidade das políticas culturais; autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; transparência e compartilhamento das informações; democratização dos processos decisórios com participação e controle social; descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações e pela ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

1.4.3. A atuação do COMPHAC

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Araras foi criado em 1987, pela Lei Municipal nº 1.781/ 1987, originalmente vinculado à Secretaria Municipal de Economia e Planejamento e atualmente vinculado à Secretaria de Cultura. O momento nacional era da redemocratização e revalorização da identidade local, o que motivou o agrupamento social em torno de assuntos como patrimônio cultural.

¹⁵ Ressaltando que a pesquisa não pretendeu abraçar o entendimento das transformações na política cultural vivenciada na atual fase da gestão pública federal, em 2019, pela contradição anunciada.

A composição original do conselho não era paritária, sendo na sua maioria membros da sociedade, ligados à cultura, ao desenvolvimento social e à arquitetura. A presidência era ocupada pelo Secretário Municipal de Economia e Planejamento e o corpo do conselho tinha 12 membros, a saber: 2 membros internos da gestão municipal, 2 membros da Câmara Municipal, o Presidente da Academia Ararense de Letras, Artes, Ciências e Educação ou representante; o Presidente da OAB - 50ª Subseção de Araras - ou representante; o Presidente do Rotary Club de Araras ou representante; o Presidente do Rotary Club Araras-Sul ou representante; o Presidente do Lions Clube de Araras ou representante; 2 (dois) representantes da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Araras; Presidente da União dos Professores de Araras – UPA. A composição foi reduzida ainda em 1987 e só se tornou paritária em 2001, com a Lei Municipal no. 3325/2001, com 4 membros do executivo municipal e 4 membros da sociedade, ligados diretamente à cultura e à arquitetura, composição que permanece atualmente¹⁶.

Analisando a composição do Conselho durante os 32 anos de sua existência, através das atas disponíveis¹⁷ percebe-se que os membros eram pessoas envolvidas com a produção de cultura e/ou debate cultural, e apesar de não ter havido capacitação específica para o assunto, vários membros permaneceram e permanecem, pelo compromisso e seriedade com o assunto. Os membros arquitetos não tinham formação em patrimônio, *“só a partir de 1996 conteúdos ligados à preservação foram introduzidos no currículo mínimo dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, com base na matéria referente ao patrimônio construído, por meio da Portaria 1770 de 21 de dezembro de 1994”* (FARAH, 2008) e, com exceção de um profissional, todos têm mais de 25 anos de graduação. O conhecimento das Cartas Patrimoniais, e principalmente a Carta de Veneza (por ser documento basilar do campo do conhecimento da preservação de patrimônio), disponíveis na biblioteca virtual do Conselho¹⁸ não

¹⁶ Leis municipais de alteração dos membros do COMPHAC: Lei no. 1781/1987, Lei no. 2025/1989, Lei no. 2910/1997, Lei no. 3325/2001, Portaria 11515/2015.

¹⁷ A partir de 2015 as atas foram publicadas no site da Casa dos Conselhos de Araras (Lei no. 4289/2009), disponível em <http://araras.sp.gov.br/casadosconselhos/?pageid=110>). A pesquisadora teve acesso às atas digitalizadas de 2002 a 2005.

¹⁸ A organização da biblioteca técnica virtual consta da ata no.01 de 2015.

está demonstrado nas atas ou no livro de tombamento, mas, segundo KUHL (2010) a discussão sistemática da Carta de Veneza, por exemplo, aconteceu restritamente em poucas instituições de ensino e apenas em determinados momentos, o que sugere e favorece certa aleatoriedade teórica e ética no trato com o patrimônio no Brasil. As análises eram suportadas por consultorias técnicas, não há registro de comparativos com processos de tombamento do Condephaat ou Iphan. A comunicação do conselho com a população foi favorecida pelo Jornal “A Tribuna do Povo”, empresa que atuou em Araras de 1892 a 2018 e manteve foco constante nas questões do patrimônio cultural do município.

O conceito de patrimônio cultural do conselho, que direcionou os critérios da eleição dos objetos, está pautado na materialidade, pelo valor histórico e artístico de bens. O valor cultural tem uma definição pouco precisa e aproximada do que seria o interesse público, assim consolidado na Lei Municipal nº 1.781/ 1987:

CAPÍTULO I

Do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município

Art. 1º) – Constituem patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Araras, os bens móveis e imóveis existentes em seu território, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos históricos notáveis, quer por seu valor artístico e cultural. (ARARAS, 1987)

A paisagem natural está presente na conceituação, incluindo monumentos naturais, cuja interpretação levou ao tombamento de espécies arbóreas:

§ 1º) – Equiparam-se aos bens a que se refere o “caput” do presente artigo e são sujeitos ao tombamento: os monumentos naturais, bem como, as paisagens e locais de valor histórico ou artístico, que importem conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza. (ARARAS, 1987)

Quanto à metodologia de registro, consolida-se o livro de Tombo generalista, sem especificar o processo de justificativa para a eleição do bem. Inclui os bens públicos e privados, e quando privado, o conselho pode impor o tombamento. A Lei ainda prevê o instrumento do Direito de Preempção, aqui denominado Direito de preferência para aquisição de bens privados de interesse ao patrimônio cultural.

§ 2º) – Os bens a que se refere o presente artigo só passarão a integrar o patrimônio histórico, artístico e cultural do Município com a sua inscrição, isolada ou agrupadamente, no competente livro de Tombo.

Art. 2º) – A presente Lei se aplica às coisas pertencentes tanto às pessoas naturais, como às pessoas jurídicas de direito público ou privado. [...]

Art. 10) – O tombamento do bem pertencente a pessoa natural ou jurídica de direito privado será feito voluntária ou compulsoriamente. [...]

Art. 26) – O Município terá o direito de preferência em face da alienação onerosa de bens tombados pertencentes às pessoas naturais ou jurídicas de direito privado.
(ARARAS, 1987)

Quanto ao entorno dos bens tombados, não há menção integrativa com a paisagem. O texto revela a contextualização anacrônica do entorno como visibilidade do monumento, conceito praticado nas primeiras ações de proteção do patrimônio na França do século XIX:

Art. 20) – Sem prévia autorização do COMPHAC, não será permitido, nas vizinhanças de bem imóvel tombado, fazer obra de qualquer espécie que impeça ou reduza a visibilidade.
(ARARAS, 1987)

Na sua criação o Conselho assume o compartilhamento de gestão de bens tombados pela União e pelo Estado, o que concretamente referenciava ao tombamento pelo Condephaat do Fórum de Araras (hoje Casa da Cultura), inscrito no Livro do Tombo Histórico em 1979 e do processo que estava em andamento desde 1986 do tombamento da Escola Estadual Cel. Justiniano Whitaker de Oliveira, cujo decreto formalizou-se em 2010: “ *Art. 3º) – Os bens tombados pela União e pelo Estado o serão também, pelo Município, de ofício*”.
(ARARAS, 1987)

A ação do conselho não está bem definida na Lei de criação e o Estatuto interno do órgão foi discutido e construído em várias reuniões, mas não foi formalizado. O órgão não foi vinculado a nenhuma fonte de financiamento, nem para as capacitações, eventos ou secretariado, nem para ações de inventário ou ainda práticas de conservação dos bens tombados. Nas atas constam algumas iniciativas de visitação e análise do patrimônio tombado, sem configurar

inventários, mas ressalta-se a análise de vizinhança completa da Biblioteca Municipal, tombada em 1991.

A ação quanto à gestão dos bens tombados fica limitada a aprovar as intervenções nos mesmos. Essa ação consta de algumas atas nos anos 2002 a 2005, mas algumas intervenções recentes não possuem o relatório analítico do órgão, como por exemplo a intervenção na Biblioteca Municipal em 2013 e o Solar Benedita Nogueira, de 2011 a 2016, com a reuso para Casa da Memória de Araras.

A ação mais efetiva do conselho é a de consultoria designada pela lei de zoneamento Lei Complementar nº 3.903 de 2006, que definiria gabarito e aprovaria renovações no recorte urbano específico das ZEPACS 1, 2 e 3, conforme Figura 2. Não há registro de Estudos de Impacto de Vizinhança para a tomada de decisão das aprovações e em algumas atas percebe-se casos de simples formalização de demolições ou alterações nos imóveis privados.

SEÇÃO II MACROZONA DE ADENSAMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO – ZONA URBANA

SUBSEÇÃO I DAS ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E CULTURAL – ZEPAC

Art. 21) – Consideram-se ZEPAC áreas delimitadas no entorno de cada um dos edifícios de valor histórico e cultural, que se concentram na sua maioria na porção do município compreendida entre os Ribeirões das Furnas e das Araras. Esta porção do município contém o maior número de edifícios de valor arquitetônico e cultural e concentra o maior número de estabelecimentos comerciais localizados, sobretudo, no entorno das principais praças da cidade, além de residências térreas ou assobradadas com bom padrão de conservação.

Art. 22) – O limite de gabarito de altura em função da altura do bem histórico que se pretende preservar, definir e personalizar a cidade de Araras será definido pelo COMPHAC ou CONDEPHAAT.

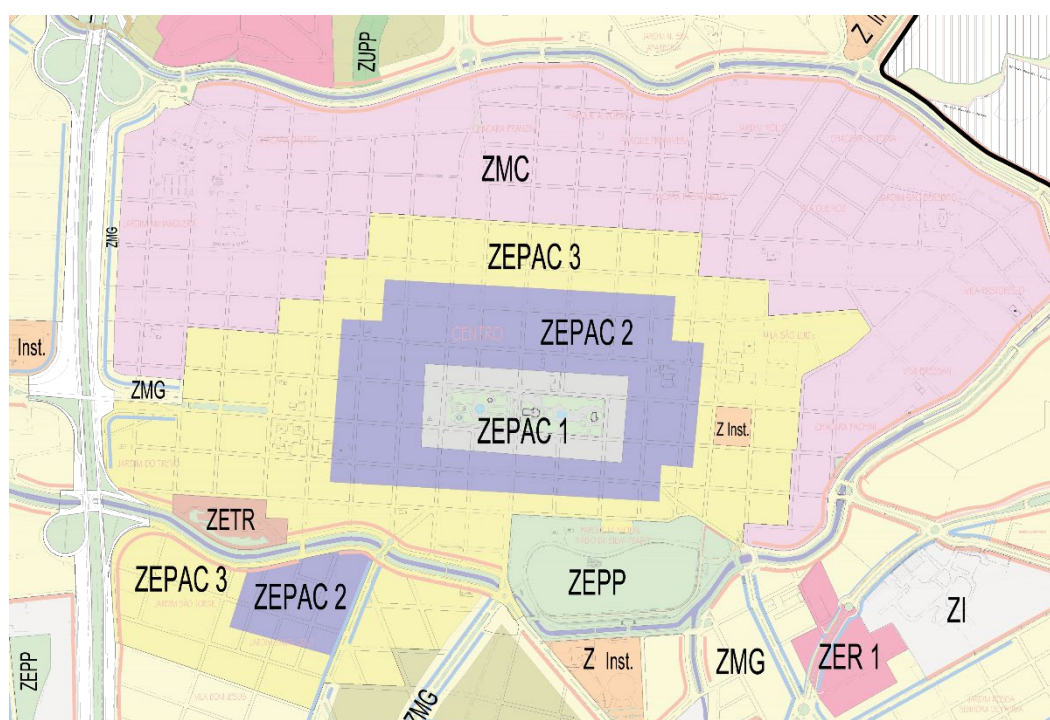
Art. 23) – São permitidos nas ZEPAC usos residenciais, comerciais, de prestação de serviços, institucionais, religiosos e culturais em terrenos com área mínima de 250,00 (duzentos e cinquenta) m² e de frente mínima de 10,00 (dez) m, atendidos os anexos I e II desta lei.

§ 1º – Serão permitidos os usos acima, em lotes com dimensões menores, desde que aprovados e cadastrados na Prefeitura em data anterior à da publicação desta lei.

§ 2º – Em um mesmo terreno poderá ser aceito o comércio de edificações com 1 (um) ou 2 (dois) pavimentos, inclusive o térreo (ZEPAC1), de edificações com 1 (um) a 4 (quatro) pavimentos, inclusive o térreo (ZEPAC2), e de edificações com 1 (um) a 10 (dez) pavimentos, inclusive o térreo (ZEPAC3), desde que não interfira no bem tombado, com entrada separada para unidades habitacionais ou de prestação de serviços localizados no(s) pavimento(s) superior(es), cuja altura não ultrapasse à do bem tombado.

Art. 24) – Na ZEPAC3 será permissível o uso industrial I-1, mediante o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, nos termos de legislação específica. (ARARAS, 2003)

Figura 2 - Mapa Zoneamento com foco nas ZEPACs

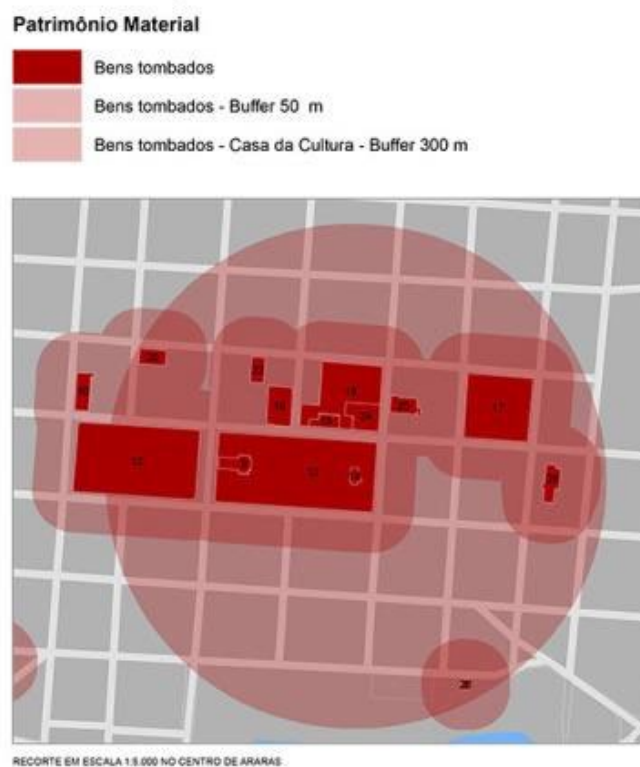


Fonte: Lei Complementar 03/2013, Araras

Conforme descrito na Tabela 1, o Conselho registrou os primeiros oito tombamentos em 1989, sob a presidência da escritora e memorialista Mara Figueiredo. Da inscrição do livro de Tombo à efetivação do tombamento por decreto levou-se mais 2 anos. O primeiro edifício a ser tombado foi a Escola Estadual Cel. Justiniano Whitaker de Oliveira, cujo processo de tombamento pelo Condephaat estava em andamento, já descrito previamente. Os primeiros tombamentos foram edifícios ecléticos representativos da formação de Araras na passagem no final do século XIX e início do século XX que compunham o

entorno da praça central (Figura 3). A Praça Barão de Araras foi tombada com a descrição do conjunto de seus elementos construídos e algumas espécies arbóreas, o que indica uma preocupação com a paisagem urbana.

Figura 3 - Mapa dos bens tombados edificados no centro de Araras



Fonte: Figueiredo, Corsini, 2017.

No ano seguinte foram tombadas casas sede e conjuntos de fazendas cafeeiras, residências dos Barões de Araras e Arary, fundadores do município e outros personagens da elite republicana. O olhar para a Zona Rural de Araras restringiu-se a esses tombamentos.

Apesar do tombamento ter sido de bem material, em 1990 foram registrados vários monumentos representativos das personalidades ararenses, o que pode sugerir uma preocupação além do valor histórico, o valor social de formação do povo, como o monumento a Zumbi dos Palmares e outros religiosos, não restritos à Igreja Católica. Houve o tombamento de vários jazigos no cemitério municipal, e ineditamente aparece o critério de eleição para tombamento, como valor histórico.

Em 1991 registra-se o primeiro tombamento de um edifício modernista, o Teatro Estadual Francisco Paulo Russo, obra do arquiteto Oscar Niemeyer.

Conforme pode ser analisado na Tabela 1, a ação de tombamento pelo Comphac foi quantitativamente expressiva até 1993, apesar de baseada exclusivamente na dimensão material do patrimônio cultural e demonstrar certo elitismo. Os reflexos da crise política da década de 1990, os questionamentos sobre a eficácia do instrumento de tombamento como preservação e o desvinculo de grande parte da população com os bens eleitos, desestimularam a continuidade dos processos. Entre 2009 e 2015 foram encontradas apenas três atas de reunião¹⁹, o que certamente demonstra uma desarticulação do conselho, sem que houvesse uma paralisação formalizada.

As duas atas de 2010 sugerem que as reuniões foram motivadas por caráter emergencial de salvaguarda da Edificação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araras, com efeito positivo do parecer favorável ao tombamento, *“haja vista que de fato, tal ato além de traduzir a importância histórica, irá preservar a edificação, seu uso, bem como sua fachada, com exceção do Pronto Socorro e do Centro de Hemodiálise”*. O tombamento não foi registrado no Livro de Tombo, mas foi concretizado pelo Decreto 5.762 de 2010.

Tabela 1 - Bens edificados tombados pelo Comphac, organizados por data de inscrição no Livro de Tombo.

¹⁹ As duas atas encontradas de 2010 sugerem que as reuniões foram motivadas por caráter emergencial de salvaguarda da Edificação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araras, com efeito positivo do parecer favorável ao tombamento, *“haja vista que de fato, tal ato além de traduzir a importância histórica, irá preservar a edificação, seu uso, bem como sua fachada, com exceção do Pronto Socorro e do Centro de Hemodiálise”*.

TERMO TOMBAMENTO	BEM TOMBADO	DESCRIPTIVO	DECRETO
Nº 01 29/09/1989	E.E.CEL JUSTINIANO WITAKER DE OLIVEIRA	TODAS AS FACHADAS DO PRÉDIO PRINCIPAL E ANEXOS E OS GRADIS NAS LATERAIS DO PRÉDIO PRINCIPAL	Nº 3.823, 25/02/1993
Nº 02 02/10/1989	E.E. IGNÁCIO ZURITA JÚNIOR	TODO O CONJUNTO, SALVO O ANEXO	Nº 3.823 25/02/1993
Nº 03 02/10/1989	IGREJA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	TODO O PRÉDIO (INTERNA E EXTERNAMENTE)	Nº 3.668 19/12/1991
Nº 04 02/10/1989	PRAÇA BARÃO DE ARARAS	TODO O CONTO RNO E SEU CONTEÚDO (MONUMENTOS, ESTÁTUAS, LAGOS, ÁRVORES, FONTES, CORETOS E BANCOS)	Nº 5.358 09/10/2006
Nº 04 02/10/1989	CASA DA CULTURA "EMÍLIO SILVESTRE WOLF" ANTIGO FÓRUM, TOMBADO PELO CONDEPHAAT	TODO O PRÉDIO (INTERNA E EXTERNAMENTE)	-
Nº 05 02/10/1989	SOLAR "BENEDITA NOGUEIRA"	PRÉDIO PRINCIPAL E SEU ANEXO, OS JARDINS INTERNOS, A CAPELA E SEU MOBILIÁRIO E A GRUTA EXTERNA	Nº 5.358 09/10/2006
Nº 06 02/10/1989	EDIFÍCIO "ANTÔNIO LOTTO"	FACHADA, ESCADARIAS, FORRO DA ENTRADA E FORRO DO SALÃO PRINCIPAL	Nº 5.358 09/10/2006
Nº 07 25/10/1989	CASARÃO "NHÔNÔ DOS SANTOS"	FACHADAS QUE SE DEBRUÇAM SOBRE A PRAÇA BARÃO DE ARARAS E RUA SEN. LACERDA FRANCO E O TERRENO	Nº 3.668 19/12/1991
Nº 08 20/11/1989	ESTAÇÃO FERROVIÁRIA BAIRRO ELIHU ROOT	A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA E O BARRACÃO	Nº 5.358 09/10/2006
Nº 09 12/02/1990	FAZENDA CANDELÁRIA	PARTE DO LAGO BARTIRA, ACESSO PRINCIPAL	Nº 3.668 19/12/1991
Nº 10 15/02/1990	FAZENDA SANTO ANTÔNIO	CASA SEDE E DA ADMINISTRAÇÃO, PISCINA, MATO NATURAL, PARQUE COM 3 ALQUEIRES, TULHA DE CAFÉ, RUÍNAS DO BENEFÍCIO DE ARROZ E FARINHA, SERRARIA, CASA DOS COCHES, ESTÁBULO, ANTIGA SENZALA, COCHEIRA, ESCALEIRO E EUCALIPTOS, GARAGEM, ESCOLA, CASA DE TAIPA, BOMBA INGLESA E PARTE DO LAGO BARTIRA	Nº 3.668 19/12/1991
Nº 11 20/02/1990	FAZENDA MIRALUNA	PARTE DO LAGO BARTIRA MAIS FAIXA DE 30M NO CONTO RNO	Nº 3.668 19/12/1991
Nº 12 12/03/1990	IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA AUXILIADORA	O PRÉDIO (INTERNA E EXTERNAMENTE), AS PINTURAS, OS ALTARES, O PISO, O TETO, AS IMAGENS, OS BALAUSTRÉS, AS PEÇAS DE DECORAÇÃO, O CAMPANÁRIO E OS SINOS	Nº 3.668 19/12/1991
Nº 13 12/03/1990	IGREJA SANTA CRUZ	A CONSTRUÇÃO E TODO O CONTO RNO	Nº 3.668 19/12/1991
Nº 15 19/06/1990	IGREJA PRESBITERIANA DE ARARAS	O IMÓVEL, A FACHADA E O GRADIL FRONTAL	Nº 3.668 19/12/1991
Nº 16 12/03/1991	TEATRO ESTADUAL "MAESTRO FRANCISCO PAULO RUSSO"	O PRÉDIO PRINCIPAL (INTERNA E EXTERNAMENTE), ANEXO DA BILHETERIA E A PRAÇA AO REDOR	-
Nº 20 27/08/1991	BIBLIOTECA MARTINICO PRADO E PRAÇA "DR. NARCISO GOMES"	O PRÉDIO E A PRAÇA	-
Nº 21 20/11/1991	INSTITUTO NOSSA SENHORA AUXILIADORA	O PRÉDIO EXISTENTE NA ESQUINA DA PRAÇA 8 DE ABRIL, RUA SALDANHA MARINHO E RUA DOM BOSCO	Nº 3.668 19/12/1991
Nº 22 02/12/1991	CINE TEATRO "SANTA HELENA"	A EDIFICAÇÃO (INTERNA E EXTERNAMENTE)	Nº 3.668 19/12/1991
Nº 23 30/06/1992	CASA SEDE DA FAZENDA SÃO JOAQUIM	A CASA SEDE (INTERNA E EXTERNAMENTE) EXCETO OS MÓVEIS	-
Nº 25 28/07/1992	CASA SEDE DA FAZENDA MONTEVIDÉO	A CASA SEDE (INTERNA E EXTERNAMENTE) EXCETO OS MÓVEIS	-
Nº 26 26/01/1993	CENTRO ESPÍRITA "CAIBAR SCHUTEL"	O PRÉDIO	Nº 3.930 24/02/1994
Nº 27 20/01/1993	CASA SEDE DA FAZENDA MORRO ALTO	A CASA SEDE	Nº 3.930 24/02/1994
Nº 28 26/02/1993	CASA SEDE DA FAZENDA CAMPO ALTO	A CASA SEDE	Nº 3.930 24/02/1994
Nº 30 20/01/1993	PRAÇA "MONSENHOR QUÉRCIA"	A PRAÇA	Nº 3.770 02/10/1992
Nº 31 26/02/1993	ANTIGA CASA DO IMIGRANTE	ANTIGAS 3 UNIDADES (UNIFICADAS)	Nº 3.770 02/10/1992
Nº 34 06/11/2008	ESTAÇÃO FERROVIÁRIA ARARAS	EDIFÍCIO DA ESTAÇÃO, ÁREA DE ENTORNO, PATEO DE MANOBRAS E DEMAIS EDIFICAÇÕES	-
Nº 35 06/11/2008	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELÍPEDO DAS RUAS CENTRAIS	DESCRIPTIVO COM NOMES DAS RUAS E PONTOS DE INÍCIO E FIM	-

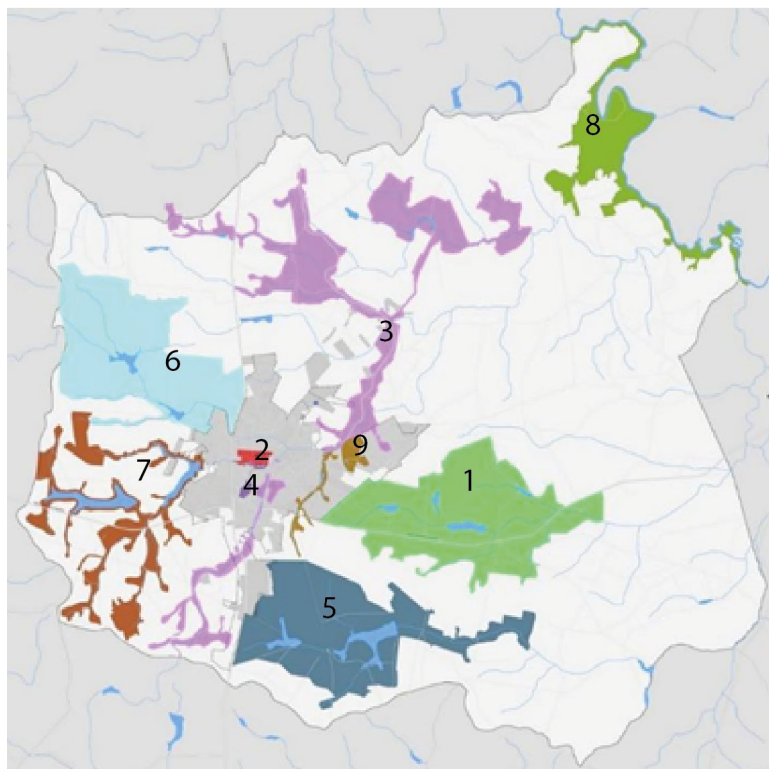
FONTE: Elaborado pela autora a partir da análise do Livro de Tombo do Comphac, 2019.

Por ocasião da revisão do Plano Diretor iniciada em 2014 e paralisada em 2016, a Secretaria de Planejamento contratou o estudo de paisagens culturais do município sob coordenação de Vanessa Bello Figueiredo, com a finalidade de ampliar o entendimento da organização do território. O núcleo técnico nomeado para a revisão²⁰ levantou e mapeou os patrimônios tombados e sítios de interesse pela nova perspectiva. Todo o sistema de espaços livres e áreas de preservação ambiental também estavam mapeados. Concomitantemente, em razão do desenvolvimento do Plano Diretor de Turismo, o mesmo núcleo levantou e mapeou os elementos da cultura imaterial de Araras, que foram formalizados no calendário turístico no referido plano. Com esse conjunto de informações, o estudo de paisagens culturais desenhou uma possível sistematização com nove paisagens culturais (Figura 4):

- 1 - Paisagem Cultural das Fazendas Coloniais Santo Antônio e Campo Alto;
- 2 - Paisagem Cultural da Gênese Urbana de Araras;
- 3 - Paisagem Cultural da Ferrovia Cia. Paulista;
- 4 - Pais. Cultural Agroindustrial da Usina São João;
- 5 - Pais. Cultural Agroindustrial da Usina Santa Lucia;
- 6 - Paisagem Cultural da Cerâmica Antigua e Represas;
- 7 - Paisagem Cultural do Rio Mogi-Guaçu – Cascata;
- 8 - Paisagem Cultural do Pq. Ecológico e União São João de Araras;
- 9 - Paisagem Cultural Afrodescendente do Belvedere.

²⁰ O núcleo técnico foi nomeado através da Portaria no. o decreto Municipal no11.470/2014, sendo a autora da corrente pesquisa a coordenadora dos trabalhos.

Figura 4 - Estudo de sistema de paisagens culturais em Araras



Fonte: Figueiredo, Corsini, 2017.

O estudo recomendou a inserção dos chamados “novos patrimônios”, suas definições e instrumentos de preservação e gestão na revisão do Plano Diretor, assim como a posterior revisão da legislação específica de patrimônio no município (FIGUEIREDO; CORSINI, 2017).

Principalmente, o estudo conscientizou sobre a necessidade de renovação, ampliação e profissionalização da atuação do Comphac, que não participou diretamente como conselho no processo de revisão do Plano Diretor e nem do estudo mencionado. A partir de 2015 as reuniões voltaram a ser regulares, reestruturando e atualizando o conselho. Percebe-se a necessidade de maior articulação legal através de um estatuto interno, que não foi ainda formalizado. O conselho tem demonstrado, pelas últimas atas de 2018 e 2019, considerar os novos patrimônios e revisar profundamente a legislação de patrimônio cultural atual, apesar das dificuldades de interação políticas administrativas que as atas apontam.

1.5. Novos objetos de culto: o patrimônio industrial

No final do século XX o desvinculo da população com seu patrimônio é entendido com forte entrave e desafio para a preservação. O alargamento do campo do patrimônio cultural perpassa pela aproximação com os valores da vida cotidiana, do trabalho e do trabalhador, e aponta o reconhecimento do patrimônio industrial.

O interesse pelas remanescências industriais inaugura-se na Inglaterra no final da década da 1950 quando importantes testemunhos da arquitetura industrial foram demolidos. A notoriedade pública extrapolou a questão do patrimônio edificado e impulsionou a associação à processos produtivos, meios de transporte e formas de produção de energia, provocando uma concepção multidisciplinar dessa expressão cultural, interesse que rapidamente alcançou os países desenvolvidos industrialmente (KÜHL, 2006). A arqueologia industrial foi inaugurada pelo controverso museólogo Kenneth Hudson na Inglaterra na década de 1960, que escreveu sobre a vulnerabilidade de *“reliquias menos distintas do passado industrial” porque a população local está inconsciente do que existe e do que é importante em seu próprio distrito* (HUDSON apud CAMPAGNOL, 2008, p. 478). O foco de atenção na época era para os conjuntos de portos e docas, armazéns, oficinas familiares e as habitações operárias, ainda com um olhar nas remanescências materiais, valorizando, por exemplo, as características arquitetônicas dos conjuntos.

Em pouco tempo deparou-se com um patrimônio cultural operativo, dinâmico, transformador das paisagens cotidianas, como no caso das usinas aqui estudadas, e não apenas os vestígios arqueológicos que vinham sendo estudados pela chamada arqueologia industrial. O aprofundamento desse debate inserido no campo da preservação do patrimônio, provocando reuniões científicas internacionais, implicaram em organizações dedicadas ao patrimônio industrial a exemplo do The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), criado em 1978, cujo intercâmbio de ideias começou a se consolidar na carta de Nizhny Tagil em 2003 (KÜHL, 2006).

A Carta referida é o primeiro texto de referência internacional reconhecido para orientar a proteção e a conservação do patrimônio industrial. Como abordado

previamente, os documentos patrimoniais sintetizam um consenso teórico possível em um determinado tempo, oferecendo indicações ou no máximo prescrições sobre o campo de conhecimento, e no caso do patrimônio industrial esse consenso é bastante recente. Para Kühl (2006) com o amadurecimento do campo da preservação por mais de um século, o patrimônio industrial nasce pautado em princípios fundamentados para uma ação ética e responsável, sem a finalidade de padronizar os tipos de intervenção:

Acredita-se que a unidade de metodologia, para todos os tipos de bens culturais, é viável e que existem princípios gerais (algo diverso de regras fixas) comuns a todo o campo; o que varia porém, na aplicação desses princípios, são os meios postos em prática em função da realidade de cada obra ou conjunto de obras, de sua constituição física, de seus materiais e patologias, de sua configuração e inserção num dado ambiente, de seu particular transcurso ao longo do tempo. (KÜHL, 2006, p.3)

O esforço para se definir o patrimônio industrial é significativo. O quê e por que preservar é uma questão intrínseca ao entendimento do desenvolvimento social de cada lugar, dentro de uma perspectiva econômica maior, globalizada, ligada à produção de capital. A obsolescência tecnológica é vertiginosa e conflita com a rigidez dos espaços construídos, mesmo no tipo de construção industrial que prevê, desde o século XIX, grandes galpões prevendo a flexibilidade de uso possível em cada tempo.

Os edifícios industriais têm características construtivas que foram inovadoras nos devidos tempos, como a pré-fabricação de elementos e de edifícios inteiros para a exportação. Construções racionalizadas que pretendiam diminuir os riscos de incêndio e assim tiveram papel relevante na disseminação da alvenaria de tijolo e da industrialização do ferro. Segundo Kühl (2006, p.3) “*existem exemplares de interesse pela sua escala, pelo cuidado na composição, pela introdução e consolidação de variados tipos arquitetônicos e pelo uso de novas técnicas e materiais construtivos*”. A perenidade dos edifícios e a sua diversidade implica em um número expressivo destes elementos nas paisagens urbanas e rurais, um patrimônio numeroso e ao mesmo tempo vulnerável pela pouca valorização, por percepções negativas, de questões ambientais ou devido às suas grandes dimensões e complexidade. Choay (2001 [1992]) vai descrever este

momento de dificuldade de eleição do patrimônio como “*síndrome de Arca de Noé*”, onde *tudo* parece ter sentido para preservação, *tudo* poderia ser considerado patrimônio cultural.

A definição de patrimônio industrial na Carta de Nizhny Tagil carrega a noção da arqueologia industrial, de vestígios e não da complexidade do patrimônio operante:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (DE NIZHNY TAGIL, 2003, p.1)

A noção integrativa da paisagem consta na definição dos valores culturais a serem identificados, ainda sem pretender associar com o tempo presente do conceito de paisagem cultural:

Para facilitar a compreensão, a palavra “sítios” será utilizada para referir as paisagens, instalações, edifícios, estruturas e maquinaria, exceto quando estes termos forem utilizados num sentido mais específico.

Estes valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos constitutivos, à sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registos intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições.

A raridade, em termos de sobrevivência de processos específicos de produção, de tipologias de sítios ou de paisagens, acrescenta-lhes um valor particular e deve ser cuidadosamente avaliada. Os exemplos mais antigos, ou pioneiros, apresentam um valor especial. (DE NIZHNY TAGIL, 2003, p.2)

Concomitante a evolução da abordagem do patrimônio industrial, houve uma intensificação no reuso dos edifícios e áreas urbanas industriais empobrecidos pela obsolescência industrial, configurando novos modos de morar, como os lofts londrinos e nova iorquinos. Outra ação de intervenção constante foi, e ainda é, a transformação de galpões industriais em equipamentos de eventos, culturais ou não. A gentrificação implícita neste tipo de intervenção diverge do discurso de aproximação ao sujeito e da preservação de valores culturais autênticos (ou

com certa autenticidade) para as gerações futuras. É o movimento contrário do pensar a cidade como um bem cultural.

Diante da problemática da definição do objeto e da aplicação dos princípios gerais consensuados no campo de conhecimento da preservação do patrimônio cultural, num esforço conjunto do ICOMOS e TICCIH, publica-se, em 2011, os “Princípios de Dublin” que tratam da Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Patrimônio Industrial (DE DUBLIN, 2011). Os Princípios de Dublin são derivativos diretamente de dois documentos: a Convenção do Patrimônio Cultural e Natural, aprovada pela Unesco em 1972, que ampliou o entendimento de patrimônio além do edificado, agregando conceitos como paisagem e gerou a Lista de Patrimônio Mundial; e a Carta de Nizhny Tagil em 2003.

Na introdução do documento reconhece-se que os testemunhos das atividades humanas de extração e produção industrial, *“além do patrimônio material associado aos processos e tecnologia industrial, da engenharia, da arquitetura ou do urbanismo”*, contemplam também *“múltiplas dimensões imateriais plasmadas no saber-fazer, nas memórias ou na vida social dos trabalhadores e das suas comunidades”*. Os Princípios incorporam de modo decisivo a cultura imaterial envolvida, tecnologias, memórias, saberes, artes e costumes. A partir do documento, a dinâmica do patrimônio vivo, como no caso das usinas estudadas nesta pesquisa, é ressaltada por seu sentido de continuidade histórica e não apenas os vestígios arqueológicos.

Seguem os “Princípios de Dublin” comentados:

I --- *Estudar e compreender as estruturas, sítios, áreas e paisagens industriais e o seu valor patrimonial*. Na importância do inventário estão descritos elementos materiais edificados e equipamentos, paisagens, arquivos de trabalho e as dimensões imateriais: *“As destrezas e conhecimentos humanos envolvidos nos processos industriais antigos revestem-se da maior importância para a conservação e devem ser considerados nos processos de avaliação patrimonial”*. Recomenda-se que o inventário seja integrado e suportado por especialistas no ramo industrial específico, com proximidade dos sujeitos envolvidos, pela complexidade de que cada conjunto possa implicar. E ainda, no

que tange o inventário, assegurar o acesso da informação pela comunidade envolvida e pesquisadores.

II --- *Assegurar uma eficaz proteção conservação de estruturas, sítios, áreas e paisagens de patrimônio industrial.* Sobre a proteção legal deste tipo de patrimônio, recomenda-se a atenção sobre a relação entre o patrimônio industrial, a produção industrial e a economia, bem como suscetibilidades dos ramos empresariais, propriedade intelectual, como patentes, e normas aplicáveis às operações indústrias ativas.

III --- *Conservar e manter as estruturas, sítios, áreas e paisagens de patrimônio industrial.* Recomenda-se aqui a manutenção do uso original como a solução de conservação mais sustentável. Quando não for possível, novos usos devem respeitar os elementos significativos existentes e as intervenções físicas devem ser reversíveis. No caso de obsolescência, desmantelamento e / ou adaptação de sítios ou estruturas industriais de interesse patrimonial, o inventário deve ser exaustivamente documentado e completado com narrativas orais ou escritas dos sujeitos envolvidos.

IV --- *Apresentar e comunicar as dimensões e os valores patrimoniais de estruturas, sítios, áreas e paisagens industriais para aumentar a consciencialização pública e empresarial e apoiar a educação e a investigação.* Recomenda-se aqui programas para manter a comunicação das múltiplas dimensões do patrimônio industrial para a sociedade. Sugere-se idealmente visitas guiadas ao local, aproximando do modo produtivo a forma como operam ou operavam seus equipamentos e processos, mas também “*museus da indústria e da cidade, centros de interpretação, exposições, publicações, websites, itinerários regionais ou transfronteiriços, como meio para aumentar a consciencialização e valorização do patrimônio industrial em toda a riqueza do seu significado para as sociedades contemporâneas*”.

A abordagem dos “Princípios” pressupõe sempre a análise da estrutura industrial ampliada, no foco da paisagem industrial, relevando um elemento imprescindível no patrimônio agroindustrial que é a própria produção agrícola. Os campos agrícolas e seus processos contribuem, a partir de então, na caracterização e

valoração deste tipo de patrimônio, principalmente em regiões voltadas para o agronegócio.

A forma como atualmente se concebe esses novos objetos patrimoniais considera em primeiro plano a sustentabilidade local, a comunidade envolvida e sua manutenção econômica.

1.6. A perspectiva emancipadora do patrimônio cultural imaterial

No subcapítulo 1.3.2 Reflexos na gestão da paisagem como patrimônio pelo IPHAN, desenvolveu-se a ampliação da atuação do Iphan em direção aos elementos imateriais do patrimônio cultural brasileiro, direcionamento tão importante no entendimento integrativo da paisagem cultural.

Aqui pretende-se demonstrar como este alargamento conceitual da preservação do patrimônio pode trazer a perspectiva do olhar para o tempo presente, das práticas sociais que permanecem e imprimem sentido aos lugares. É com essa perspectiva que se estabeleceu, como metodologia de entendimento das paisagens culturais das usinas sucroalcooleiras de Araras, trazer as narrativas orais dos sujeitos que se relacionam com esse patrimônio.

A Constituição de 1988 institui o reconhecimento dos bens de natureza imaterial no patrimônio cultural brasileiro. A década de 1980 foi profícua na construção das bases do que seria a redemocratização do Brasil, em um ambiente cultural que se deparava com a questão da identidade local frente ao global e a sociedade em rede. Era necessário reconhecer ainda os valores da chamada identidade legitimadora da nacionalidade brasileira, mas, mais do que isto, extrapolar para o reconhecimento das identidades de resistência²¹, as minorias que passaram a verbalizar a discriminação que enfrentavam.

²¹ Conforme a distinção das origens de identidade por Castells (1999) diante das relações de poder em que se constroem: identidade legitimadora, cuja origem está ligada às instituições dominantes; identidade de resistência, gerada por atores sociais que estão em posições desvalorizadas ou discriminadas; e identidade de projeto, produzida por atores sociais que partem dos materiais culturais a que têm acesso para redefinir sua posição na sociedade.

O ICOMOS realiza em 1985 uma Conferência Mundial sobre Políticas Culturais que declara:

Cultura pode ser considerada atualmente como conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. Concorda também que a cultura dá ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo e a que faz de nós seres especificamente humanos, racionais, críticos, e eticamente comprometidos através dela discernimos os valores e efetuamos opções (DO MEXICO, 1985).

A Carta do México demonstra-se efervescente em novos tipos de bens culturais que seriam trabalhados nos registros do patrimônio imaterial somente duas décadas depois, tempo de amadurecimento necessário pela complexidade que até hoje é inerente à gestão deste tipo de patrimônio. Por exemplo, a carta declara sobre a *“revalorização das línguas nacionais como veículos do saber”*, que promoveu o registro e preservação de 21 línguas indígenas no México, com 82 variações linguísticas, do momento da carta até hoje.

A Carta discorre sobre identidade cultural de forma bastante passional: *“como conjunto de valores único e insubstituível já que as tradições e as formas de expressão de cada povo constituem sua maneira mais acabada de estar presente no mundo.”* (DO MEXICO, 1985: 2), conceito que será esmiuçado pelo amplo debate nas áreas sociais, culturais e de desenvolvimento econômico na década subsequente, com certo desgaste atual pelo uso polissêmico que lhe foi impresso.

Em continuidade, a Unesco conferencia sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular em 1989, recomendando o inventário e a difusão deste tipo de patrimônio, e sua proteção *“análoga a que se outorga as outras produções intelectuais”* (DE PARIS, 1989, pg1). A recomendação de 1989 definiu a cultura tradicional e popular como:

Conjuntos de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem à expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por

imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes ou artesanato arquitetura e outras artes. (DE PARIS, 1989, pg2).

O artigo 215 da Constituição, abraçando o intercâmbio internacional de ideias do momento, consagra a diversidade cultural, vinculando-a à etnologia da formação social do Brasil:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (BRASIL, 1988)

e o artigo 216 que incorpora os bens imateriais ao patrimônio cultural brasileiro:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O desafio de pensar a gestão do patrimônio imaterial levou 12 anos para consolidar sua normativa, considerando o grave período de crise político-administrativa que o Iphan, e todo o setor cultural viveu na década de 1990. Durante este período, o Departamento de Identificação e Documentação do Iphan desenvolveu metodologias de inventário para subsidiar a gestão do novo patrimônio, concebido inicialmente como um módulo do Inventário de Bens Imóveis (INBI) e em 1995 realizou a experiência-piloto de Inventário de Referências Culturais na cidade do Serro (CORSINO, 2000). O processo estava orientado pelo esforço de resgatar, identificar e incorporar, nas políticas de patrimônio, os múltiplos sentidos que a vida social constrói sobre as estruturas edificadas e a paisagem natural. Três parâmetros importantes foram intrínsecos

a essa orientação: identificar e documentar conjuntos de referências ou bens culturais que fossem significativos para grupos sociais específicos, associar os bens aos conjuntos (sistemas) e aos contextos que lhes dão sentido e evitar a produção de um tipo de registro que congelasse o processo social formador desses bens, como se eles fossem objetos sem história, propondo o acompanhamento da dinâmica cultural dos bens (ARANTES, 2000).

A nova abordagem convergiu para os novos instrumentos de registro e gestão, diferente do tombamento, cuja normativa foi aprovada pelo Decreto no. 3551 de 2000, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).

Estabeleceu-se no documento que o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial é realizado em quatro livros de tombo conforme o tipo de bem, assim descritos:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo. (BRASIL, 2000, p.1).

Mesmo ano da promulgação do decreto, o Iphan apresenta o manual para o Inventário Nacional de Referências Culturais (IPHAN, 2000) para subsidiar a

construção do PNPI e iniciar os primeiros registros do patrimônio imaterial brasileiro. O manual expõe os conceitos utilizados para a devida leitura das referências culturais e ressalta a complexidade da tarefa. Primeiro porque essa demanda refere-se a problemas que não obedecem a limites disciplinares estritos exigindo um esforço de transversalidade; segundo porque os procedimentos devem ser simples, diretos e completos, deixando o pesquisador de campo a menor margem possível de dúvida e decisão; e terceiro pela responsabilidade social de pesquisadores e técnicos ao produzirem o conteúdo que classificará o bem como patrimônio imaterial brasileiro (IPHAN, 2000).

A construção do PNPI estabeleceu como linhas de ação a sustentabilidade, a organização comunitária, a promoção (no sentido de conscientização da população) e a capacitação técnica, concretizando ações estratégicas a partir de 2005 até 2015, não há editais específicos da ação do PNPI nos anos seguintes. O primeiro edital foi de Mapeamento, Documentação e Apoio ao Patrimônio Cultural Imaterial. O PNPI foi apresentado e elogiado (ARANTES, 2017) na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, conferência da Unesco em Paris em 2003.

O documento consolida o conceito de “patrimônio cultural imaterial” ressaltando a constante recriação destes patrimônios por suas comunidades em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história. Afirma que essa dinâmica possibilita a continuidade da vitalidade dos bens imateriais, garantindo o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Apresenta os tipos de bens imateriais, com certa variação em relação ao consolidado pelo Iphan:

2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos:
 - a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
 - b) expressões artísticas;
 - c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
 - d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
 - e) técnicas artesanais tradicionais. (DE PARIS, 2003)

O documento consolida procedimentos de registros, cooperação internacional e o Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, dentro do Regulamento Financeiro da Unesco. O Brasil ratificou o documento em 2006.

O início do processo de registro de um bem é a demanda social. Esse pressuposto presume a proatividade da comunidade frente a preservação de suas referências culturais, com o suporte de instituições apoiadoras e fomentadoras da continuidade e transmissão dos valores reconhecidos (FIGUEIREDO, 2014).

O Iphan registrou de 2002 até 2019, 48 bens, com positiva expansão geográfica, conforme pode ser observado no Anexo I. Neste anexo, observa-se que registros de abrangência nacional a exemplo do “Ofício das Baianas de Acarajé” como Saberes em 2005, do “Ofício dos Mestres de Capoeira”, como Saberes, em 2008, da “Roda de Capoeira” como Forma de Expressão, em 2008, são manifestações presentes em todos os estados brasileiros. Registros regionais estão presentes no sudeste, a exemplo do Jongo, como Forma de Expressão em 2005, no centro-norte a exemplo do Modo de Fazer da Viola de Coxo, como Saberes, também em 2005, e partes do nordeste a exemplo do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste, como Formas de Expressão em 2015.

Os registros estaduais aparecem em metade dos estados brasileiros, distribuídos por toda nação, com maior concentração em Pernambuco a exemplo do Frevo, como Forma de Expressão em 2007, no Maranhão a exemplo do Bumba meu Boi como Celebrações, em 2011, e em Minas Gerais – Ofício de Sineiro, como Saberes, em 2009. Quarenta e cinco por cento dos registros de patrimônio cultural do Brasil são de abrangência local e estão distribuídos em todas as regiões administrativas do Brasil.

Para ARANTES (2017), tanto os bens tombados como patrimônio material quanto os registrados como patrimônio imaterial estariam a leste de uma linha imaginária sobreposta ao Tratado de Tordesilhas, região de ocupação europeia mais antiga. A expansão é positiva para o Centro-Oeste, o Norte e a Amazônia, regiões que foram ocupadas mais recentemente e onde predominam, ou predominavam, as culturas das sociedades indígenas.

O sentido do valor do patrimônio imaterial é sua fruição contínua pela comunidade envolvida, seu uso existencial interativo com seus atores. O uso “cultural” do bem, desvinculado dessa interatividade das representações e práticas, privilegia as representações que eliminam as práticas. O simbólico substitui as condições concretas de produção e reprodução da vida (MENESES 2009). Há a necessidade de aproximação, do olhar no lugar, de enxergar a diversidade geográfica e, portanto, de se construir políticas de preservação do patrimônio imaterial nos municípios, revelando particularidades e permitindo o vínculo de pertencimento tão necessário à sua preservação. O bem de valor mundial, ou nacional, tem que ser um bem de valor local para assegurar seu sentido.

Na sua conferência magna no I Fórum do Patrimônio Cultural, em Ouro Preto, MENESES (2009) fala da insustentabilidade do dualismo matéria/ espírito, pois a corporalidade é o único modo de estarmos nesse mundo. O patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor. Por sua vez, todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. Meneses exemplifica sua condução teórica com o conhecimento corporificado, a memória hábito, como o saber fazer... a memória do músico, da cozinheira, do artesão.

Aqui está, pois, o coração de nosso problema: falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados intrínsecos, próprios das coisas em si, obedientemente embutidos nelas, mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc., etc. - e, em suma, seus *valores*. Só o fetiche (feitiço) tem em si, por sua autonomia, sua significação. Fora dele, a matriz desses sentidos, significações e valores não está nas coisas em si, mas nas práticas sociais. Por isso, atuar no campo do patrimônio cultural é se defrontar, antes de mais nada, com a problemática do valor, que ecoa em qualquer esfera do campo (MENESES, 2009: 32)

1.7. Patrimônio, memória e nostalgia

Voltando ao artigo 216 da Constituição Brasileira: “*Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, ...*”(BRASIL, 1988) (grifo da autora).

A questão colocada é o deslocamento da matriz de valor, das concepções preestabelecidas para o entendimento dos sujeitos que o atribuem. Sem excluir a perspectiva técnica, do especialista e do rigor metodológico que a preservação e gestão do patrimônio cultural implica, a ação da preservação é um fato social e uma ação contemporânea, que deve privilegiar o sujeito que produziu o valor em causa e tem o direito e a gratificação de usufruí-lo (MENESES, 2009).

“*Nem relíquia nem gadget*”, conforme expressão utilizada por Choay (2001), a preservação do patrimônio cultural deve manter a competência de articular espaços de vida e ancorar o homem ao meio natural. No valor atribuído pelo sujeito existe o risco do comportamento narcisista de construção da imagem da identidade humana. Como se o culto patrimonial tivesse uma função defensiva de recuperação de uma identidade ameaçada.

1.7.1. Memória e identidade

A identidade é uma construção social dinâmica alimentada pela memória. A memória ao mesmo tempo que modela o indivíduo é por ele modelada. Por outro lado, a identidade molda predisposições que vão levar os indivíduos a incorporar certos aspectos particulares do passado, portanto a fazer escolhas memoriais. Escolhas implicam em perdas e o jogo da memória, fundamento da identidade, é necessariamente feito de lembranças e esquecimentos (CANDAU, 2016).

Memória é uma reconstrução continuamente atualizada do passado. Não há ruptura do passado com o presente, mas sim uma corrente contínua de pensamento. Como parte da subjetividade implícita ao indivíduo, as experiências

memorizadas, conservadas e recuperadas nem sempre são íntegras. A memória é mais um enquadramento do que um conteúdo.

Os estudos fundamentados na antropologia têm grande interesse em entender os processos de coletivização da memória individual. Na pesquisa, as lembranças manifestadas pelos diversos sujeitos envolvidos com o objeto das usinas, que foram coletadas através de entrevistas qualitativas, narradas como história oral, elucidam uma identidade coletiva ligada à paisagem. Na construção da “memória coletiva”, conforme aponta HALBWACHS (1990[1950]), o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não forem levados em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória. A memória deixa de ter apenas a dimensão individual, tendo em vista que as memórias de um sujeito nunca são apenas suas, da mesma forma que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social.

Para Halbwachs, a lembrança necessita de uma comunidade afetiva, acontece mediante o convívio social que os indivíduos estabelecem com outras pessoas, portanto, a lembrança individual baseia-se nas lembranças dos grupos nos quais esses indivíduos estiveram inseridos. Assim, a constituição da memória de um indivíduo resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos nos quais está inserido e conseqüentemente é influenciado por eles, como a família, a escola, a igreja, o grupo de amigos ou o ambiente de trabalho. Nessa ótica, o indivíduo participa de dois tipos de memória, a individual e a coletiva. No processo de rememoração, é importante que a memória individual esteja em consonância com a memória de outros membros do grupo social, e que traga algum “resquício” da rememoração para que os conjuntos de testemunhos exteriores se constituam em lembranças.

A memorização pressupõe uma estruturação do tempo. Sem as balizas temporais, origem e acontecimento, nenhuma identificação é possível. O tempo presente é *“agonizante por essência, prestes a desaparecer no passado no momento mesmo que anuncia o futuro”* (BORGES apud CANDAU, 2016, Pg. 15). O fluxo do tempo ameaça os indivíduos e os grupos em suas existências, é devastador, incoerente, indiferente, impessoal, destruidor... A memória ilude: o

que passou não está definitivamente inacessível pois é possível fazê-lo pela lembrança.

Restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade, sem lembranças o sujeito é aniquilado. CANDAU (2016) teoriza sobre a “crise do presentismo” observando o fenômeno do desaparecimento de referências e diluição de identidades onde a busca memorial é uma resposta às “identidades sofredoras e frágeis” que permitiria apoiar um futuro incerto em um passado reconhecível. O autor cunha o termo mnemotropismo²² contemporâneo para descrever tal fenômeno de aproximação da memória.

A memória precede a construção de identidade sendo um dos elementos essenciais da sua busca externa individual e coletiva. Entretanto, se a memória vem antes, a demanda identitária pode vir reativá-la. As estratégias identitárias são representações escolhidas dentro de um repertório de registros memoriais. É a permanência e o compartilhamento da representação que conferem conteúdo à afirmação identitária, que formam a identidade cultural (CANDAU, 2016).

Segundo Candau, a pluralidade de tempos e mundos implica na pluralidade de memórias, faz-se necessário portanto entender quais são os recursos identitários e memoriais diferentes das representações plurais e compostas de identidade e da memória. A memória justa consiste em encontrar um equilíbrio entre a memória do passado, a memória da ação presente e a memória da espera. Trata-se de evitar a repetição que faria do passado uma prisão, evitar a imersão no tempo real reduzido ao simulacro e ao artifício e evitar uma “*fuga perdida em direção ao futuro que esperamos viver*” (CANDAU, 2016, p. 202).

As usinas como paisagens pungentes exigem uma abordagem dinâmica, livre da ilusão de que os sujeitos, e a pesquisa em si mesma, são responsáveis por portar uma determinada memória que lança culpas sobre o esquecimento provocado pelas permanentes inovações.

²² Mnemotropismo: junção dos conceitos abstratos de Mnemosyne = deusa da memória e tropismo = aproximação. Significa literalmente a aproximação da memória. Disponível em <<https://www.dicionarioinformal.com.br/mnemotropismo/>>. Acesso em 06/06/2019.

A alteridade, percepção da diferença para conhecer a própria identidade, é conquistada pelos elementos significativos que tornam a paisagem única: sua natureza em equilíbrio, seus marcos construídos, suas manifestações imateriais autênticas, apropriações e usos atuais que a tornam um lugar de memória coletiva, garantindo sustentação econômica (SABATE BEL, 2012).

Reconhecidos os valores coletivos da paisagem das usinas – seu patrimônio cultural, sua qualidade ambiental e os recursos econômicos inter-relacionados - o território pode a cada momento se adaptar sem perda de identidade, respondendo de dentro para fora aos desafios e oportunidades que se apresentam.

1.7.2.A identidade nas transformações na paisagem

As transformações na paisagem são potencializadas pela dinâmica da vida contemporânea: um ciclo geracional pode vivenciar várias camadas culturais numa única paisagem, como vivenciar outras paisagens e sentir pertencimento a mais de uma delas.

As usinas Santa Lúcia e São João foram implantadas na década de 1940 por imigrantes italianos que trouxeram consigo operários do mesmo grupo cultural, o que pode ser constatado pelo registro dos operários naquela época, revelador de uma preferência identitária pela descendência italiana (ORZARI, 2001). Conforme está desenvolvido no capítulo II, tal grupo cultural detinha o saber fazer do processamento da cana de açúcar em açúcar, álcool e aguardente e as relações de trabalho eram estabelecidas por similaridade. A Usina Palmeiras, mesmo sendo implantada por fazendeiros cafeicultores, trouxe para seu território operários com experiência produtiva, geralmente vindos de outras usinas próximas, dos mesmos grupos mencionados. As relações de trabalho de similaridade mantêm-se até hoje e como consequência disto registram-se várias gerações de operários na mesma usina, apontando certa preservação cultural. A leitura da paisagem cultural das usinas mostra tendências que permitem alguma totalização de um sentido comum, mas faz-se necessário entender a

pressão homogeneizante das forças de um setor econômico globalizado e das expectativas massificadas próprias da cultura contemporânea.

Anteriormente, as transformações da paisagem ocorriam em um tempo próprio da coletividade que permitia uma totalização de um sentido comum, associadas aos elementos que permaneciam, de modo a construir a identidade de cada sociedade. Atualmente, uma única geração pode vivenciar a alteração da paisagem diversas vezes, e individualmente há a perda do potencial de significação dos elementos da paisagem. O ritmo acelerado das transformações da paisagem não responde a uma perda individualizada, mas à uma depreciação da função da paisagem como referência de valores coletivos: patrimônio cultural e histórico, indicadora de qualidade ambiental e recurso econômico (SABATEL, 2009).

O tempo dessa inflexão na apropriação da paisagem relaciona-se com a revolução informacional e a sociedade em rede no final do século XX, associada à reestruturação produtiva e potencialização do mercado financeiro, num ciclo de fatores e consequências inter-relacionados com a desterritorialização das pessoas, do trabalho, da cultura e do capital (CASTELLS, 2002 [1996]; MONTAGNER, 2014; HAESBAERT, 2002; GOMES, 2011).

Nesse contexto global, que impulsiona o deslocamento individual para atender as novas condicionantes do morar, trabalhar e lazer, o sujeito pode reinventar seu relacionamento com as paisagens, reinventar sua identidade e entender novos espaços como “seu lugar”. Isto pressupõe uma certa instabilidade na questão da identidade, tendendo a uma homogeneização social, quando pensada no âmbito do indivíduo (LEFEBVRE, 1991[1968]).

A instabilidade na questão da identidade sob os conflitos próprios dos processos de globalização vem sendo examinada por Manuel Castells (2002 [1996]), associando-os ao poder da mídia nas transformações das relações humanas. Segundo o autor a identidade é “o processo de construção de significado com base em atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 2002, p. 22), discorrendo sobre as pluralidades na auto representação do indivíduo e de sua ação social, guiada pelos papéis sociais.

Para entender como a perda de identidade leva a homogeneização, utiliza-se a descrição de Lefebvre (1991[1968]) para o fenômeno da sociedade de consumo, apontando que as consciências social e individual passam a refletir a técnica por si mesma. O olhar, frente ao objeto técnico, se torna passivo, atento apenas ao seu funcionamento e converge para um gênero altamente consumível e homogeneizante que é o esteticismo, sem a mediação da arte e da cultura, que imprimiriam conjuntos de signos e significações, valores e ideologias às complexidades da vida social. A tecnologia invade a prática social, o consumo assume a importância que tinha a produção na era industrial e a publicidade se torna retórica da sociedade.

Segundo Lefebvre, o objetivo da sociedade de consumo é a satisfação, motivada continuamente pelo estímulo às novas necessidades, que a desmentem e a reconstruem garantindo a rentabilidade capitalista do processo. O conceito de obsolescência que se imprime tem base desenvolvida sobre o conceito de destruição criativa, na teoria econômica de Schumpeter²³, onde destruição é fato essencial do capitalismo. A destruição do antigo, pela criação incessante do novo, modifica os agentes e reduz o monopólio do poder.

Neste contexto de obsolescência programada, Abranson (2016) investiga a noção de descartabilidade arquitetônica e a lógica pela qual os edifícios perdem seu valor e utilidade. A ideia de que o novo necessariamente supera e torna supérfluo o antigo, pôde favorecer a aceitação da modernidade, no discurso da libertação das convenções e hábitos, propondo edifícios dispensáveis e de vida curta que incorporassem a escolha humana. Abranson reage à efemeridade deste consumo na produção dos espaços, assumindo postura convergente à de Lefebvre: há a constatação que a (in)satisfação é um dos fundamentos do mal-estar social e se propõe uma revolução cultural permanente, resgatando o sentido original do prazer, onde o homem poderá encontrar sua condição própria de humanidade e vencer a rotina massificante/ homogeneizante que se apresenta.

²³ SCHUMPETER, Joseph. Creative destruction. *Capitalism, socialism and democracy*, v. 825, 1942.

A transformação tecnológica das usinas é crucial e constante, acelerada na última década pela adaptação de todo o setor agroindustrial à nova perspectiva de demanda que é a do setor energético. A pesquisa analisa, no conjunto das usinas de Araras, como as forças da obsolescência e homogeneização agem nas remanescências físicas, tanto fabris como nas vilas rurubanas em que se inserem e seus reflexos na cultura cotidiana.

Na busca de perspectivas contrárias à homogeneização pode-se apontar para os aspectos da singularidade dos lugares. Existe uma necessidade humana de expansão da mente e percepção dos limites que acontece através da sociabilidade produzida pelo contato social em que se experimenta igualdade e diversidade, o estranhamento onde percebe-se o seu lugar como diferente do lugar do outro. Para Richard Sennet (2004) a estandardização do consumo se traduziu em flexibilidade e indiferença nos espaços, tornando as relações sociais superficiais e sem vínculos com territórios próprios.

Paisagens resultam de um longo processo de seleção acumulativa contínua. Segundo Corboz (1983), são as diversas gerações que escrevem, corrigem, apagam e inscrevem, compondo um arquivo de signos com intenções, projetos, ações individuais e coletivas, o que este autor metaforiza como palimpsesto. Palimpsesto como imagem arquetípica da leitura do mundo, o mesmo pergaminho que ao ser apagado continua como suporte para receber um novo texto. O território, espaço de determinado domínio social, é herdado, por vezes resultado de decisões tomadas através de valores setoriais e não vinculadas ao seu cotidiano.

Entretanto, a transformação na paisagem não é uma noção relacionada à existência privada, à solidão ou à percepção individualizada. Resulta da experiência coletiva, da noção relacionada à memória, individual e coletiva, ao inconsciente e à tradição. Não há ruptura entre passado e presente, mas uma corrente contínua de pensamento através do reconhecimento social (HALBWACHS, 1990 [1950]; ALMEIDA E BOGÉA, 2007).

A estandardização leva à indiferença, ponte para a aceitação da obsolescência da cidade e da arquitetura como meros produtos de mercado a serem substituídos. No seu oposto, a singularidade de um território legitima o sentido

de coletividade, e é suportado pelos elementos morfológicos que permanecem na sua paisagem, através da identificação e gestão de suas particularidades. O reconhecimento de suas particularidades efetiva a construção da identidade do lugar, o que favorece o comprometimento do sujeito com a vitalidade e prosperidade do lugar, podendo resultar em um fator chave para a resiliência deste território.

O patrimônio enquanto símbolo da identidade de um território em transformação pode ser um fator na ordenação do mesmo, não como um elemento imutável a ser conservado, mas como o registro dos valores coletivos, da expressão da memória coletiva. Isto pode embasar uma ação de gestão menos suscetível às dinâmicas capitalistas dominantes.

1.7.3.O risco da nostalgia

Segundo Pierre Nora (1994), o patrimônio uniu-se a mesma constelação passional das palavras memória e identidade, das quais se tornou quase um sinônimo. Identidade, memória e patrimônio são palavras chave da consciência contemporânea, admitindo-se ainda que o patrimônio é uma dimensão da memória.

Pode-se “interpretar essa profunda necessidade de uma auto-imagem forte e consistente com uma maneira, encontrada pelas sociedades contemporâneas, de lidar com as transformações de que elas não dominam nem a profundidade nem o ritmo acelerado, e que parecem questionar sua própria identidade” (CHOAY, 2001, p.241). O valor de ancianidade e de culto ao patrimônio podem refletir um anseio de contemplação e celebração da identidade humana. Esse narcisismo é um estágio necessário para o desenvolvimento humano, mas passageiro: o culto ao patrimônio se justifica por um tempo próprio de confortar a identidade, refletir sobre ela e propulsionar os enfrentamentos cotidianos.

Para Choay (2001) se faz necessário o olhar crítico sobre a forma indiscriminada com que o conjunto dos patrimônios são reunidos, eliminando as diferenças,

heterogeneidades e fraturas, como um método confortável de redução e supressão fictícia dos conflitos.

A ficção narcisista tende a confundir história e memória, a levar a um “passadismo encantatório” (CHOAY, 2001, p. 253) e resultar na eleição de um patrimônio nostálgico cuja gestão será insustentável. É preciso que se admita que o patrimônio seja um *“aparelho ideológico da memória”* que *“serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói do passado”*, que, em busca de uma *“memória justa”* deve apresentar-se como um *“patrimônio ético”* (DE CAMPOS, 2013).

Assumidamente com o risco do encantamento ao objeto, o reconhecimento da paisagem cultural das usinas, que se sucede, pretendeu entender a fruição do presente instituída pela memória e as possibilidades de significados abertas pelo passado. O objeto como vivenciado no agora, procurando entender sua identidade em transformação, mantendo o equilíbrio dos modos pessoal e impessoal, dentro da dinâmica do tempo e da cultura (CARSALADE, 2011).

Capítulo 2.

A paisagem cultural das usinas em Araras

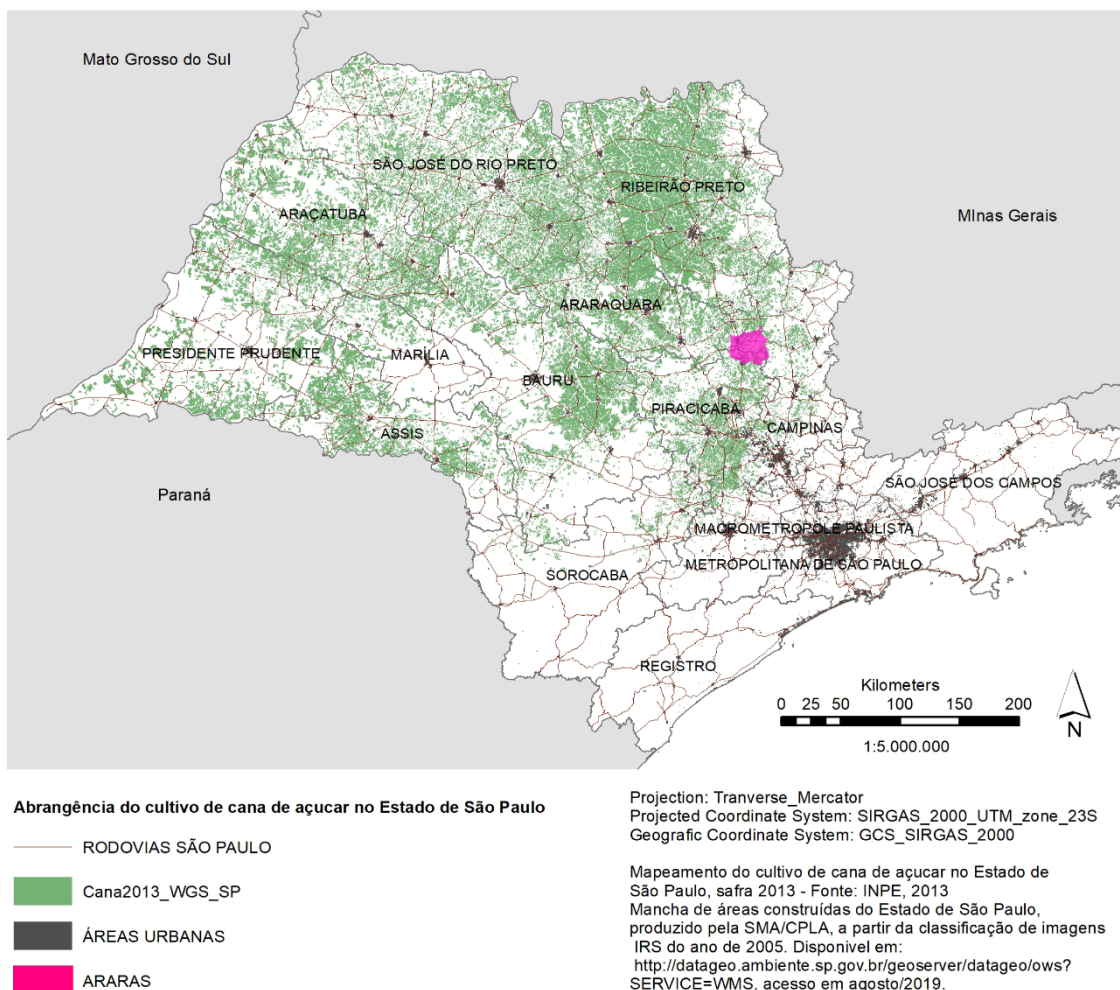
Considerou-se que o conjunto das 3 usinas sucroalcooleiras e o monocultivo da cana de açúcar a que está associado consegue transmitir certa homogeneidade de paisagem que justifica as especificidades e valores reconhecidos como patrimônio cultural. De acordo com a Recomendação de Viena (DE VIENA, 1995) identifica-se a paisagem cultural em estudo como “paisagem essencialmente evolutiva” ou “paisagem com continuidade”, na qual a paisagem viva conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea ligada ao modo de vida tradicional e o processo evolutivo contínuo. A partir do conceito integrativo de paisagem cultural segue-se a leitura dos elementos que a compõe.

2.1. A implantação e evolução do setor sucroenergético

As usinas sucroalcooleiras e a monocultura da cana-de-açúcar se impõem atualmente à paisagem de várias regiões do interior de São Paulo. O território paulista tem uma área plantada de 5,5 milhões de hectares, 55% da produção brasileira que é a maior do mundo, de acordo com os dados da Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE 2018²⁴. Tamanha abrangência pode ser visualizada na Figura 5.

²⁴ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=resultados>. Acesso em agosto/2019.

Figura 5 - Mapeamento do cultivo de cana-de-açúcar no estado de São Paulo



Fonte: Mapa produzido em GIS pela autora, 2019.

A produção sucroalcooleira esteve presente na ocupação do território de São Paulo no período colonial, juntamente com culturas agrícolas de subsistência, mas foi o ciclo do café que consolidou suas cidades na passagem do século XIX para o XX.

Após a exaustão da cultura no vale do Paraíba, a produção do café ocupou o nordeste de São Paulo, cujas terras eram férteis e acessíveis pela malha navegável dos rios paulistas. Com a valorização do produto no mercado externo, houve o enriquecimento intenso da região, promovendo importantes núcleos produtivos e, a partir deste conjunto, o surgimento de novos núcleos urbanos, ligados paulatinamente por malha ferroviária.

Com o declínio da cultura do café na década de 1930/40, houve uma alteração imperativa na paisagem da região nordeste do estado com a substituição massiva do café pela cultura da cana-de-açúcar, estimulada pelo empreendedorismo dos imigrantes europeus e por privilégios no governo do Estado Novo.

Os imigrantes europeus trouxeram consigo práticas e conhecimentos científicos que os levaram, a partir do acúmulo de capital extraído principalmente por atividades comerciais, a investir na produção de aguardente, produto de comércio fácil e de boa rentabilidade, seguida pela produção de açúcar e álcool, adquirindo partes das terras barateadas pela decadência do café (MACHADO, 2018).

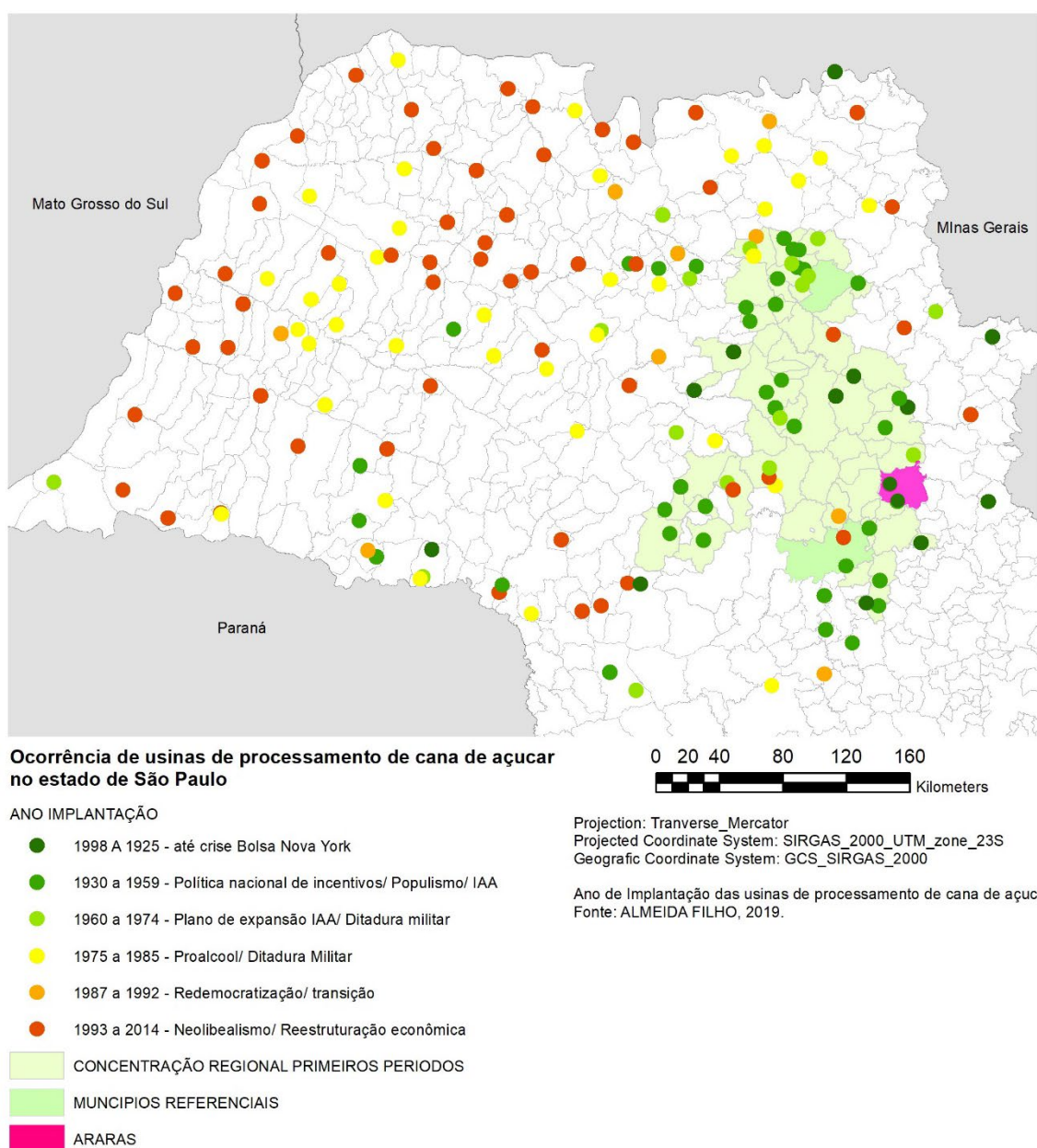
A família Ometto, que chega ao Brasil em 1887, foi uma das principais famílias imigrantes italianas que, ao estabelecer-se em Piracicaba, SP, investem no plantio e processamento da cana-de-açúcar. Na substituição do cafezal pela cana, o episódio da geada de 1918 que destrói os cafezais naquela região é marco importante na ascensão econômica da família pela compra de terras (GORDINHO, 1986). Ressalta-se aqui a inter-relação industrial e social entre a indústria sucroalcooleira da família Ometto e a indústria metalúrgica de máquinas e ferramentaria da família Dedini, também de imigrantes italianos, ambas estabelecidas em Piracicaba, o que demonstra o caráter cooperativo que os imigrantes demonstraram. O acesso ao maquinário pesado é um dos diferenciais do saber fazer destes empreendedores. É com a segunda geração dos Ometto no Brasil que as usinas de Araras são implantadas.

Neste período o IAA²⁵ avança no desenvolvimento de biotecnologias, contando ainda com a ação de pesquisa e ensino da ESALQ (Escola Superior Armando

²⁵ O Instituto do Açúcar e do Alcool - ou IAA - foi uma autarquia da administração federal brasileira criado em 1º de junho de 1933 pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto nº 22.789. Extinto em 8 de maio de 1990 pelo presidente Fernando Collor de Mello por intermédio do decreto nº 99.240. Seus objetivos eram orientar, fomentar e realizar o controle da produção de açúcar e álcool e de suas matérias-primas em todo o território nacional brasileiro. A intervenção do instituto se deu em todas as fases do processo produtivo, desde o plantio da cana até a comercialização do açúcar e do álcool, não havendo atividade da agroindústria canavieira que escapasse de seu controle, direto ou indireto. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-do-acucar-e-do-alcool-iaa>. Acesso em junho/2018.

Salles de Oliveira), criada em 1901 em Piracicaba, SP. O IAA controlava os preços internos e a exportação de açúcar através de quotas produtivas que beneficiavam o Nordeste brasileiro até então. Durante a 2ª guerra mundial, considerado o risco de desabastecimento do sul do Brasil, as usinas paulistas reivindicaram o aumento das suas quotas de produção e em uma década tornaram-se os principais produtores brasileiros. Houve mudança de lideranças econômicas e sociais, alteração de vínculos de trabalho e explícita transformação na relação campo-cidade.

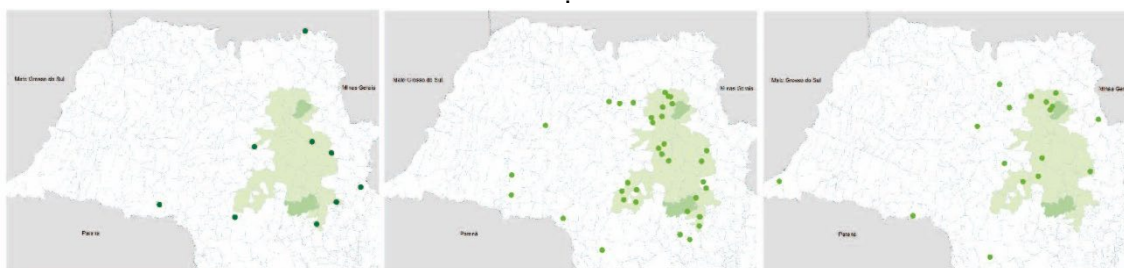
Figura 6 - Ocorrência de usinas de processamento de cana-de-açúcar no estado de São Paulo



Fonte: Mapa produzido em GIS pela autora, 2019.

A Figura 6 mapeia a cronologia de implantação das usinas de processamento da cana-de-açúcar ainda em operação no estado, desde 1898 até 2014. Através da análise desse mapa, entende-se que das 9 usinas sucroalcooleiras existentes até 1930, o estado passa a ter 44 unidades em 1959, portanto um incremento de perto de 5 vezes, onde 60% das mesmas localizavam-se na região entre Piracicaba e Ribeirão Preto. É importante considerar que o mapa informa apenas as usinas ainda em operação, desconsiderando unidades inoperantes, cujas instalações construtivas ainda estão presentes no território paulista, como o caso da Usina Palmeiras em Araras.

Figura 7 -Implantação das usinas até 1930, de 1930 a 1956 e de 1960 a 1974. Análises parciais a partir do mapa Figura 2



Fonte: Mapas produzidos em GIS pela autora, 2019.

O foco do setor era ampliar o número de instalações e área de plantio, fato que transformou a paisagem do interior do estado, mas também desencadeou uma crise por excesso produtivo e obsolescência nas instalações. O período foi de grande instabilidade financeira, altos juros e dificuldades em financiamentos, agravada pela tensão produtiva em resposta a Reforma Agrária recém-criada através do Estatuto da Terra em 1964, que visava distribuir equitativamente a terra no país.

A reação das entidades envolvidas, principalmente a Coopersucar²⁶, aproveitando uma fase de alta de preços no mercado internacional, foi financiar em 1973 a modernização das indústrias, remodelando a maior parte das usinas, através do Funprosucar, linha de crédito do IAA, que estimulou o intercâmbio

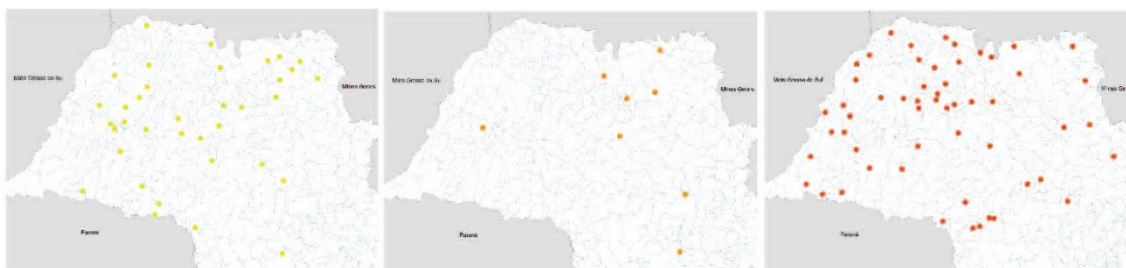
²⁶ A Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, foi criada em 1959, conhecida como Cooperativa Central. Ligado à cooperativa estão o CTC, Centro de tecnologia canavieira em Piracicaba, anteriormente Centro de Tecnologia Copersucar, criado em 1969 e a Açúcar União, empresa de varejo adquirida em 1973. Disponível em: <https://www.copersucar.com.br/copersucar/>. Acesso em junho/2018.

tecnológico com as usinas na Flórida nos Estados Unidos (ORZARI, 2001). O IAA elaborou em 1971 o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar) e o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, desenvolvendo uma política de engajamento nacional para o setor.

Concomitantemente ocorria a crise mundial do petróleo, e com as usinas em processo de modernização, o governo implementa o Programa Nacional de Álcool - Proálcool em 1975, programa de incentivo à produção e uso do álcool como combustível em substituição à gasolina. A utilização do álcool como aditivo à gasolina era incentivada pelo governo desde 1930. Sob o crédito do programa federal, estas paisagens se consolidaram como imagem da força econômica na região e do enriquecimento de suas cidades e suas usinas (ORZARI, 2001).

Neste período ocorre a expansão do setor pelo noroeste paulista, com a implantação de 25 novas usinas e conseqüentemente forte expansão da área de cultivo da cana de açúcar, definindo a área de cultivo no estado até hoje, conforme Figura 8.

Figura 8 - Fases de implantação das usinas: de 1975 a 1985, de 1987 a 1991 e de 1992 a 2014. Análises parciais a partir do mapa Figura 2



Fonte: Mapas produzidos em GIS pela autora, 2019.

A narrativa do Eng. Agrônomo José Maria, 77 anos, funcionário da CATI²⁷ de 1968 a 2014, traz a percepção de mudança de paisagem:

Em termos de paisagem, no início dos anos 70, eu ia de Araras para Campinas, ia pra Ribeirão, depois Uberaba e depois minha terra, Conquista (MG). Nesse trajeto, Piracicaba tinha um pouco de cana e Araras quase nada de cana, mas a paisagem tinha de tudo: milho, arroz, algodão. Café tinha um pouquinho, mas já era o fim. Assim que passava para Minas era praticamente só gado. Hoje por todo esse trajeto é um canavial só (José Maria, entrevista em 18/01/2019, Apêndice, p.270)

²⁷ Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), sediada em Campinas (SP) e criada em 1967, é um órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Importantes processos de migração e expansão urbana ocorreram nesse período, induzidos pelas características de subsídio e suporte trabalhista do Proálcool. Pressionando os limites urbanos, gerou-se um vínculo do poder deste setor com a gestão do território refletindo seu domínio na cultura e dinâmica urbano-rural. Neste período, se consolidam as vilas operárias das usinas e seus aparatos rururbanos. Intensifica-se a migração intensa vinda do Nordeste brasileiro para trabalhar como mão de obra estacional no corte da cana, conhecidos como “bóias-frias”. As cidades do interior do estado passam por um processo de expansão urbana desarticulada do perímetro estabelecido, construindo conjuntos habitacionais que atendiam a tendência de fixação da população migrante em terras de custo baixo e distantes dos centros urbanos, dentro da lógica de periferização permitida pelo acesso rodoviário no período, analisaremos o caso de Araras em seguida.

Após o fim da ditadura militar (1964-1985), o país primeiro vivenciou uma transição política e econômica assumindo o neoliberalismo econômico crescente. No final dos anos 1980 o preço mundial do petróleo estabilizou-se e o Proálcool entra em estagnação. Durante a redemocratização do país houve graves conflitos sociais por melhores salários e condições de trabalho rural, em São Paulo evidenciaram-se as violentas greves de Guariba em 1984 e de Leme em 1986. Ainda assim 8 novas usinas foram implantadas no estado (Figura 8), com o foco produtivo no álcool.

No final dessa década, com a desarticulação da União Soviética e o fim do subsídio da mesma à produção em Cuba, o principal exportador de açúcar no mundo até então, houve um aumento da competitividade do açúcar brasileiro como produto de exportação. Houve um ápice produtivo das usinas por causa do açúcar (apelidado de ouro branco na ocasião) com financiamento de investimentos sem o respaldo estatal, para novas unidades industriais e mais áreas de plantio. A reação do setor não foi otimizada e estratégica, revelando a dependência do planejamento e da tecnologia criada pelos governos anteriores (VALIO, 2014). Em 1994/1995, com a redução de compra de açúcar da Rússia

e fatores climáticos e produtivos, houve forte depressão nos preços deste *commodity*.

Na década de 1990, alterou-se a relação estatal com o setor, findaram-se os incentivos e serviços dados à produção sucroalcooleira e iniciou-se um processo de gradativa desregulamentação deste mercado, extinguindo o IAA, por exemplo.

Neste momento, o setor se agrupa em cooperativas privadas e se profissionaliza, alterando muitas das gestões familiares para gestões de mercado. A agroindústria passa por reestruturação econômica, com novas exigências tecnológicas para atender a demanda de exportação - como valor do produto por seu teor de sacarose - e ambiental, que leva o setor a reflorestar as margens dos cursos de água em suas propriedades e a produzir eletricidade a partir da biomassa da cana. O setor passa de sucroalcooleiro para sucroenergético.

A cana se alastrava sobre nascentes e cursos de água, o monocultivo foi um dos fatores de devastação dos fragmentos de mata Atlântica sobressalentes da ocupação do café anterior. O reflorestamento foi o primeiro sistema ambiental a estabelecer-se, pela facilidade de entendimento de suas consequências no clima e no aumento do potencial produtivo das lavouras. A reestruturação econômica na década de 1990 acontece paralelamente com regulamentações no meio ambiente e depois no tripé meio-ambiente/ economia/ sociedade do conceito de sustentabilidade. Sobre as exigências de sustentabilidade, o Sr. Hermínio Ometto Neto, 53 anos, ex-presidente da Usina São João, trouxe uma narrativa oportuna:

[...] eu vou dar um exemplo bem característico que aconteceu comigo, um colega concorrente e aquela Marian Fisher Boel, que na época era Comissária de Agricultura da União Europeia, ou seja era ministra da agricultura do bloco europeu... nós estávamos jantando com ela num evento e esse negócio de sustentabilidade, que é a coisa do momento né... e que é muito importante, as empresas olham muito isso, a questão da sustentabilidade, sempre pensando na sustentabilidade associando as 3 peças, o economicamente sustentável, o social e ambiental. A conversa com ela era essa, o porquê do etanol não ter uma posição mais livre de barreiras alfandegárias na Europa, porquê o açúcar tem tanta barreira alfandegária, e se ela gente imaginava o futuro para o etanol brasileiro, que é o mais competitivo do mundo, para entrar no mercado europeu, de

automóveis, tudo isto... e ela respondeu assim... Aliás resposta essa que ela se arrependeu já no minuto seguinte, que depende muito das condições de sustentabilidade com os quais o etanol era produzido no Brasil. Meu concorrente fez uma pergunta muito inteligente, mas muito inoportuna: quais são os requerimentos de sustentabilidade que a senhora exige para comprar petróleo? Nesse momento a mulher ficou muda e acho que ela não falou muita coisa naquele jantar depois disso porque a gente sabe que o caos que é petróleo, Oriente Médio, tudo isso e eles compram petróleo com índices de sustentabilidade inexistentes... então diz até que ponto vai ter um prêmio para tudo isso, a empresa que está na agricultura que cuida da parte ambiental, que cuida da parte reflorestamento, social, escola, toda uma série de custos que fazem parte de o teu produto sustentável na hora de você disputar isso num acordo comercial, você tem as mesmas distorções que você tem na fase pré guerra, que guerra é negócio que vai por uma série de problemas e mal-entendidos,, as pessoas são manipuladas, e hoje a guerra é no comércio, tem um monte de coisa que é inventado para manter produtores são competitivos apartados de determinados mercados, especialmente quando são mercados muito ricos, muito grandes, como o mercado de energia que participamos (*Herminio Neto, entrevista em 21/01/2019, Apêndice p. 274*)

A partir da virada do século, o setor teve crescimento expressivo com a introdução de veículos bicompostíveis e incentivos fiscais à aquisição de veículos novos, somados ao incentivo internacional da produção de biocompostíveis pós protocolo de Kyoto²⁸. A crise de energia elétrica em 2001 contribuiu para a valorização do aproveitamento dos subprodutos do setor sucroenergético (ALMEIDA FILHO, 2019).

Entre as regiões produtoras de cana no Brasil, o estado de São Paulo tornou-se a melhor alternativa para os empreendedores em função da ampla oferta de terras aptas ao plantio, da boa infraestrutura produtiva e da proximidade aos maiores mercados consumidores, a começar do próprio estado.

²⁸ Protocolo de Kyoto: acordo internacional entre os países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1997, firmado com o objetivo de se reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa e o conseqüente aquecimento global. O Protocolo entrou em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005, logo após o atendimento às condições que exigiam a ratificação por, no mínimo, 55% do total de países-membros da Convenção e que fossem responsáveis por, pelo menos, 55% do total das emissões de 1990. Disponível em: <https://mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/protocolo-de-kioto>. Acesso em maio/2019.

O Protocolo ambiental²⁹ de 2007 proíbe a queima da cana de açúcar e impõe o processo mecanizado, o que altera as condições de trabalho, restringindo a captação de mão de obra antes não qualificada (RAMOS E TORQUATO, 2009).

Uma grande parte das usinas era de administração familiar, dependente das relações de poder de intervenção do estado, principalmente em relação às questões trabalhistas e tecnológicas. Houve fechamento de um grande número de usinas e outras foram vendidas para grandes grupos econômicos, sem vínculo algum com o território.

A vulnerabilidade aos marcos regulatórios governamentais é também ilustrada pela narrativa do Sr. Hermínio Ometto Neto:

Toda indústria precisa ter um marco regulatório para funcionar. O nosso setor migrou de uma situação de pleno controle em 97, 98, tudo era controlado pelo governo, o governo controlava a quantidade de produto, o preço, tanto do açúcar como do álcool desde o IAA. Tudo calculado por estatística pela FGV, talvez mais uma instituição. Ainda quando o setor era controlado pelo governo você tinha empresas com quantidade gigante de mão de obra, você tinha verbas assistenciais para dar apoio para as atividades, para dar suporte, manutenção de vila, cinema, clube, escola [...] Então nesse período a verba destacada sobre o preço de faturamento era determinada pelo governo para se aplicar nestas áreas. Aí, desse mundo, o governo migrou para uma desregulamentação total que durou 2 anos, ou seja, não controlamos mais volume de produção, não controlamos mais exportação, não controlamos mais o preço do álcool e do açúcar nada, e o governo passou a deixar o setor concorrer livre, a lei da oferta e procura. O que no setor de petróleo é muito relativo porque o governo frequentemente altera o preço do petróleo para fazer políticas populistas para ganhar voto... e o álcool só vende abaixo do determinado preço da gasolina, então se você bota um teto político no preço da gasolina automaticamente você tá criando um teto de preço para o etanol que deveria oscilar livremente... o preço oscila livremente para baixo, mas quando é para subir não, ele bate no preço da gasolina e fica. Isto pouca gente compreende, e explica porque o setor acumula uma dívida muito grande por causa da variação entre receita e despesa mesmo (*Hermínio Neto, entrevista em 21/01/2019, Apêndice p.274*).

²⁹ O Protocolo Agroambiental foi assinado em 2007 entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Agricultura e Abastecimento e pelas União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e da Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA), com o objetivo de desenvolver ações que estimulem a sustentabilidade da cadeia produtiva de açúcar, etanol e bioenergia.

Atualmente, no estado de São Paulo, das 170 usinas sucroenergéticas em operação, 36 pertencem a 3 grupos principais: Raízen (23 unidades), Coopersucar e Tereos (7 unidades cada) e Biosev (6 unidades). É perceptível, observando a lista de controladores de usinas, o fato de que grandes grupos nacionais e internacionais dividem espaço com grupos oriundos da atividade rural tradicional da região, com aparente predominância do segundo perfil, como nas usinas em Araras (ALMEIDA FILHO, 2019).

As relações de poder passam do nível municipal para a dimensão global. Os remanescentes culturais, construídos ou imateriais, passam a ser considerados apenas um passivo dispendioso.

As alterações tecnológicas transformaram rigorosamente as relações de trabalho, esvaziando as vilas operárias rururbanas de seus fluxos cotidianos e iniciando a perda de referências culturais destes lugares.

A narrativa do Sr. Sebastião Denardi Filho, 58 anos, gerente da USJ faz referência ao processo de transformação tecnológica e seus reflexos nos fluxos cotidianos:

A tecnologia foi uma mudança muito rápida. Em 1998 a 2000 eu precisei me especializar mais procurar mais recursos para acompanhar novos sistemas. Eram equipamentos eletrônicos, línguas estrangeiras, máquinas modernizadas com cabine, ar condicionado, computador de bordo e etc. Facilitou muito isso no descanso do pessoal, principalmente nas máquinas, quem operava tinha mais conforto e segurança, ou seja, mais rendimento.

Os geradores e o novo sistema de energia vieram por volta de 2010, quando a fábrica se tornou autosustentável nas épocas de safra. Lembro da formação do COI, Centro de Operação, que facilita e distribui o trabalho. A partir disso as equipes deram uma diminuída, mas ainda tem um pessoal com bastante experiência, que já não é maioria. Hoje tem muita gente de fora de Araras com bastante qualificação, mão de obra especializada. Mas esses novos também mudam para Araras e inclusive moram na colônia. Tão meio que repovoando a colônia (*Sebastião Denardi, entrevista em 27/07/2019*), *Apêndice p. 311*).

Sobre a reestruturação industrial o Sr. Hermínio Ometto Neto narra:

Quando eu assumi em 2004, a empresa tinha por volta de quatro mil funcionários, hoje ela não passa de dois mil e duzentos. Mudou muito. Foi uma mudança que começou em 94 buscando eficiência, e para atingir o que a gente queria de eficiência a gente precisava mecanizar o trabalho. Isso trouxe uma cesta de

pacotes tecnológicos muito grande, que a gente precisou se adaptar senão morria. Todos os cargos são chave para uma empresa multidisciplinar. Desde colocar a genética no campo, colher e transportar, toda a parte industrial, logística de porto, embarque... (Herminio Neto, entrevista em 21/01/2019, Apêndice p.274).

Faz -se importante entender como as transformações intensas do setor produtivo refletiram na evolução urbana do município, não apenas uma análise de expansão física, mas da relação social que está implícita.

2.2. Relação funcional campo e cidade

A urbanização brasileira culmina na produção de duas espacialidades: diferencia-se um Brasil urbano de um Brasil agrícola, onde no primeiro as lógicas essenciais se relacionam com a complexidade de atividades e, no segundo, estabelece-se relação direta com a atividade produtiva (SANTOS, 1993). Embora não seja um fenômeno homogêneo, devido aos diferentes graus de desenvolvimento e ocupação das diversas regiões no país, o crescimento da população agrícola é mais intenso que o crescimento populacional rural no Brasil a partir de 1960. Segundo Santos, isto ocorre porque parte significativa da população agrícola, paulatinamente mais intensiva e tecnológica, é formada por trabalhadores estacionais do campo que residem no urbano, o que torna menos claro o entendimento anterior de cidade versus campo e a gestão destes territórios.

As regiões agrícolas, resultantes da expansão capitalista no campo, manifestam estilo de vida urbano, intrínseco à disponibilização das novas tecnologias de deslocamento físico e informacional. Ao incluir o consumo pessoal e produtivo, independente da questão da localidade, áreas urbanas se adaptam às demandas agrícolas e vice-versa.

A transformação da paisagem cafeeira em canavieira, de imediato, não se restringiu aos campos de plantio ou a instalação física das usinas. A operação produtiva da cana de açúcar, mais especificamente seu corte manual após a queima, passa a exigir mão de obra numerosa à atividade. Além das características físicas, esta mão de obra é estacional, fragilizando o sentido da

sua permanência no território produtivo. O atendimento desta demanda intensifica processos migratórios das regiões empobrecidas e carentes do nordeste brasileiro, diante da desigualdade regional marcante na metade do século XX, conseqüente do clima seco e do solo pouco produtivo dos sertões e da ausência de políticas públicas (MORAES et AL, 2009). Formam-se grupos de populações marginais porque “estão na margem das necessidades de consumo da força de trabalho de um sistema capitalista periférico tomado em bloco” (D'INCAO, 1981, p. 21), conseqüente do desenvolvimento excludente implícito. Segundo D'Incao, a presença do “boia-fria” afirma esse sistema de acumulação de capital na produção rural, decorrente do excedente da oferta de força de trabalho. “A possibilidade de contar com um tipo de trabalhador que, recebendo por tarefa ou por dia, e trabalhando em ritmo irregular, favorece os interesses do empregador. [...] Nestas circunstâncias de trabalho intermitente, a presença afirmadora do “boia-fria” se traduz por sua permanente disponibilidade para qualquer tipo de trabalho” (D'INCAO, 1981, p. 87).

O personagem do “boia-fria”, como ilustram as Figura 9 e Figura 10, estereotipado, com suas roupas sobrepostas e suas grandes foices está presente na memória local, ressaltando que as relações de memória afetiva à atividade produtiva canavieira estão desenvolvidas no subcapítulo 2.4.

Figura 9 - Personagens boias frias em Araras, década de 1980.



Fonte: Acervo fotográfico Biblioteca Municipal de Araras, 2018.

Figura 10 - Boia fria no corte manual da cana de açúcar



Fonte: Edição especial Boia Frias, Jornal Panorama, Londrina, PR 09/03/1975. Disponível em: <<http://doclondrina.blogspot.com/2012/03/sobremesa-de-boia-fria-e-marmelada-para.html>> Acesso em 05/05/2019.

Essa classe estigmatizada não vem habitar as vilas operárias nas usinas, espaços de controle social dos trabalhadores vinculados às empresas, considerado como um local propício a formação de indivíduos honestos pacíficos e aptos ao trabalho (CAMPAGNOL, 2008). No máximo hospedam-se em casas mais isoladas construídas para esta finalidade, dividindo espaço com outros trabalhadores intermitentes, hoje conhecidas como “repúblicas”.

Nalva, imigrante da Bahia nos anos 1980, narra em sua entrevista que apesar do marido ter trabalhado na usina desde que veio para Araras, eles não tiveram oportunidade de morar na vila, nem houve cogitação da ideia. Essa percepção de que a vila não era para os imigrantes nordestinos também está na narrativa do Sr. César Ometto, diretor da USL:

O Nordeste era muito pobre [...] e esse pessoal sem dinheiro e sem trabalho começou a vir para cá cortar cana. Causava estranheza na época. Eles não moravam aqui na usina. Aqui moravam só as famílias que vieram junto com meu avô. Pessoas que passaram a vida juntos por gerações e continuam se fixando aqui. Alguns poucos que vinham de fora evoluíam e faziam carreira por aqui, e aí passaram a morar aqui também (Cesar, entrevista na USL em 08/02/2019, Apêndice p.278).

Este contingente populacional vulnerável, no início, itinerante, passa a demandar habitação popular, provocando expansões urbanas para áreas de menor valor fundiário, periféricas ao núcleo urbano estabelecido.

O PDDI de 1972, no volume 1 – Contexto rural, subcapítulo “ Aspectos das relações entre o contexto rural e a cidade de Araras” analisa a localização dessa mão de obra volante³⁰, nos bairros São João, São Antônio da Boa Vista e Piratininga (Zona Norte), conforme Figura 11, registrando que em 1964, dentre 4.096 trabalhadores em bairros periféricos 36,9% eram assalariados rurais e 66,1% encontravam-se desempregados. O PDDI apresenta a conclusão de que:

A existência dessa população subempregada de baixa renda familiar, residente na periferia da área urbana, porém, empregada na zona rural, resulta em pesados encargos para a cidade de Araras. [...] Desta análise depreende-se a ocorrência de uma desordem no universo individual do trabalhador volante, que deslocado do meio ambiente rural é lançado no meio urbano, permanecendo marginal com relação a ambos os meios, sem conseguir assimilar os “valores” do universo urbano (PLANIDRO, 1972, Vol.1, p. 52 e 53).

Apesar de constar como diretriz ao ordenamento do crescimento urbano, no Capítulo I, “Estruturação e ordenamento urbano” do Volume II – Contexto urbano: *“utilizar a implantação dos conjuntos habitacionais como elementos indutores de uma política de adensamento e ordenamento urbanos, integrando-os na estrutura urbana”* (PLANIDRO, 1972, Vol.2, p.32), na década seguinte, de 1980, são implantados os conjuntos habitacionais José Ometto I, II, III e IV, entre outros subsequentes na mesma região apartada do perímetro urbano em direção a leste, como demonstrado nas Figura 12 e Figura 13.

Este processo de dispersão territorial em áreas não infra estruturadas se relaciona com a dinâmica da periferia como fronteira de expansão do capital (MAUTNER, 1999), nesse caso proporcionada pelas próprias usinas ao cederem terras do cultivo da cana de açúcar com alguma proximidade aos limites urbanos.

³⁰ Entende-se por mão de obra volante o trabalhador rural que reside na área urbana, subempreiteiro, com contratações temporárias, ditadas pela sazonalidade das safras. (PLAINDRO, 1972, pg. 72)

Novas centralidades urbanas são formadas no longo prazo, deixando marcas de segregação espacial, menor acesso à educação e saúde e outras atividades urbanas, que imprimiram um estigma a essa classe migratória em cidades como Araras.

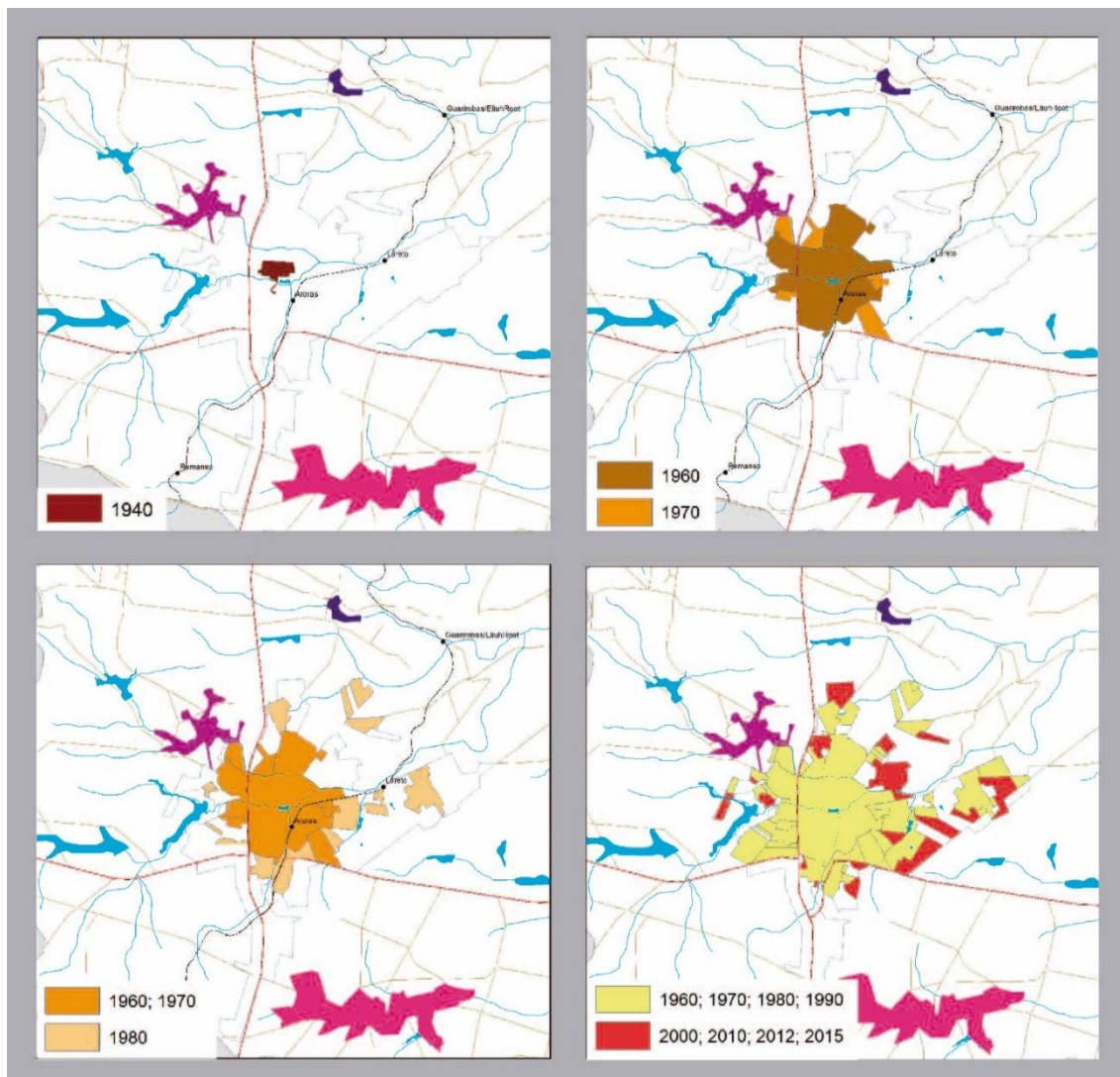
A Figura 13 apresenta a evolução da mancha urbana de Araras. Nas análises sequenciais da Figura 12 lê-se o início da ocupação periférica dispersa na década de 1980, com o parcelamento do solo em áreas destacadas da centralidade urbana que a cidade apresentava anteriormente. Nessa década são relevantes as aprovações dos Conjuntos Habitacionais José Ometto I, II e III (Zona Leste), Parque da Arvores (Zona Norte) e Conjunto Habitacional Narciso Gomes e Nova Olinda (Zona Sul). O mapeamento foi realizado através de dado GIS sobre a cronologia por década das áreas de urbanização aprovadas produzido para a revisão do Plano Diretor de Araras em 2014.

Figura 11 - Loteamentos e Bairros em 1971, mapa U-2



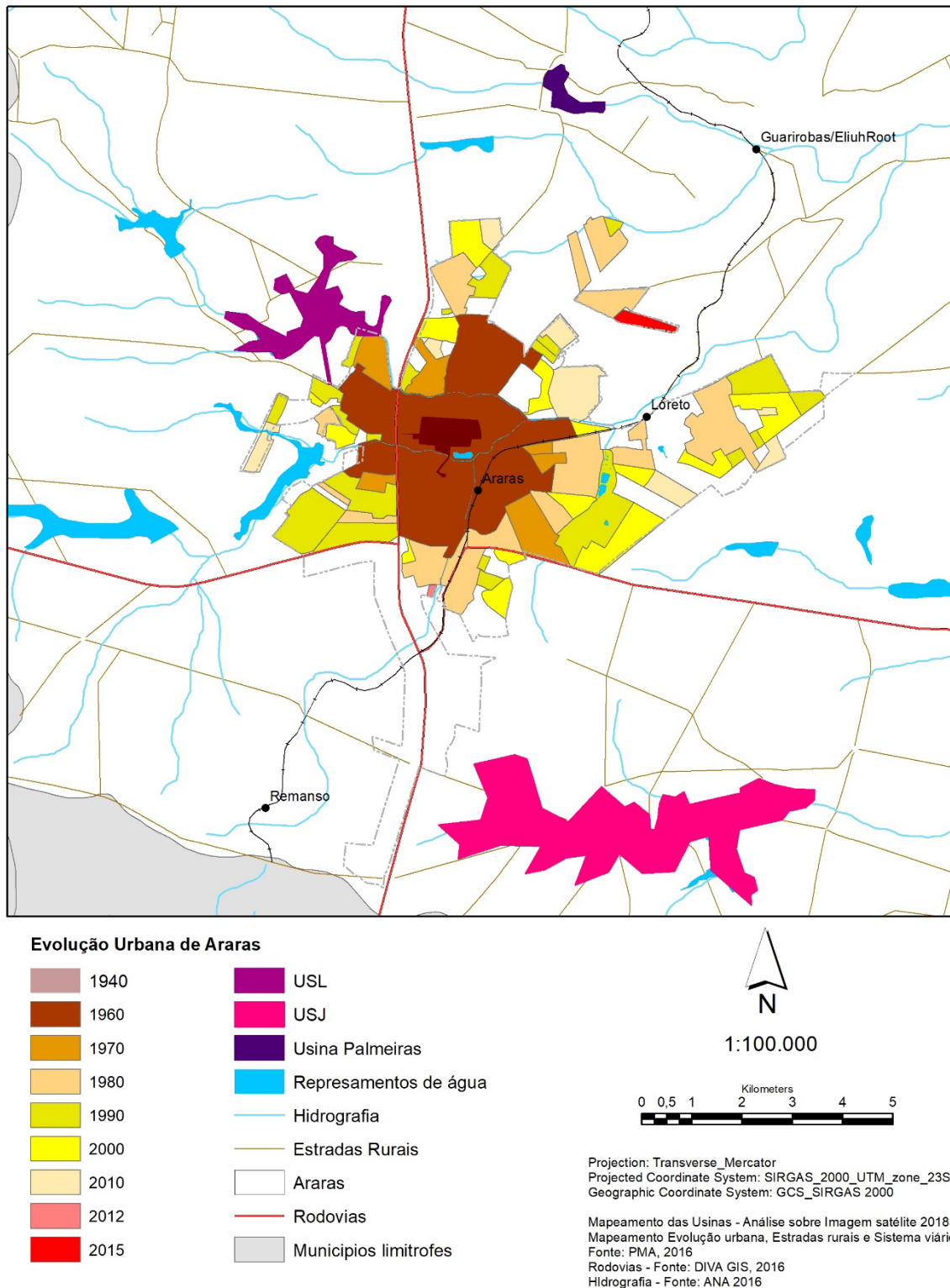
Fonte: PLANIDRO, 1972, Vol. 2 (Adaptado)

Figura 12 - Evolução da mancha urbana por décadas. Análises parciais a partir do mapa da Figura 8.



Fonte: Mapas produzidos em GIS pela autora, 2019.

Figura 13 - Evolução mancha urbana de Araras

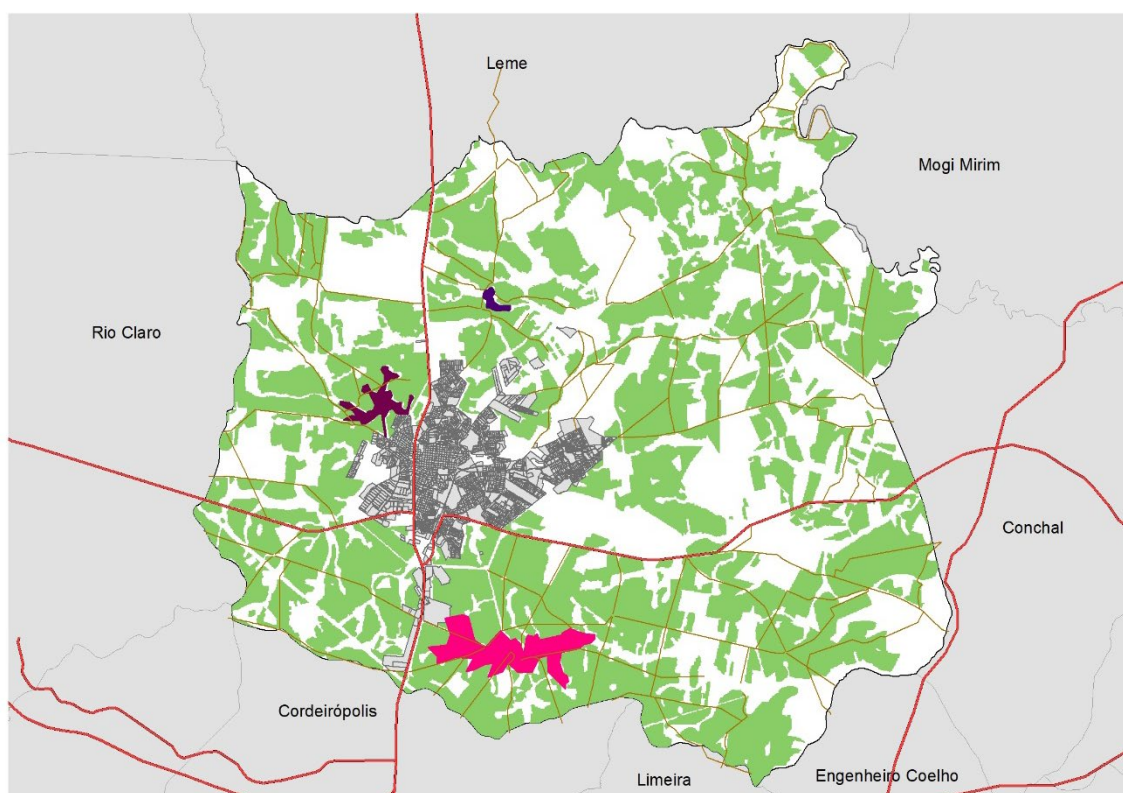


Fonte: Mapa produzido em GIS pela autora, 2019.

Mas os fluxos transformadores do espaço urbano que as usinas promovem não são exclusivos das migrações externas atraídas pela demanda do corte da cana de açúcar. A perda da concentração de sacarose na cana de açúcar após

colheita é exponencial, o que torna obrigatório a proximidade do cultivo das áreas industriais. Nesta lógica, a área do plantio canavieiro em Araras é gradativamente ampliada, chegando a 49,3% do território total do município em 2013³¹. A Figura 14 ilustra a densidade do plantio de cana de açúcar no município, onde lê-se a relação com o perímetro urbano e a localização das usinas.

Figura 14 - Área de cultivo de cana de açúcar em Araras.



Área de cultivo da cana de açúcar em Araras, safra 2013

- Área de cultivo cana (838)
- Perímetro urbano
- Usina Palmeiras
- USJ
- USL
- Estradas Rurais
- Rodovias
- Araras
- Municípios limítrofes



Projection: Transverse_Mercator
 Projected Coordinate System: SIRGAS_2000_UTM_zone_23S
 Geographic Coordinate System: GCS_SIRGAS_2000

Mapeamento da área de cultivo da cana de açúcar por imagens de satélites - Fonte: INPE, 2013.
 Mapeamento perímetro urbano e estradas rurais por levantamento georreferenciado - Fonte: PMA, 2016
 Municípios do estado de São Paulo - Fonte: IBGE, 2018

Fonte: Mapa produzido em GIS pela autora, 2019.

³¹ Disponível em <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/cultivo.html>; Acesso em julho/2018.

Construções remanescentes das fazendas cafeeiras são desmontadas para a cobertura de área de plantio e ocorre o despovoamento das áreas rurais. Na pressão exercida pelo setor, aliada às dificuldades de sustentabilidade econômica das pequenas culturas, há um processo de expulsão populacional adicional. Progressivamente esta área agrícola torna-se pouco habitada, desvinculada de suas populações identitárias e acoberta mecanismos propulsores de violência urbana.

A Tabela 3 apresenta os dados de população de Araras, onde lê-se a diminuição da população rural da década de 1970 pela metade em 2010, considerando números absolutos. Em 1970, 23,5% da população do município era rural, em 2010 este percentual cai para 5,3%.

Tabela 2 - Dados populacionais disponíveis

Ano	Situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
1940*	22.614		
1950*	28.857		
1960*	39.102		
1970**	53422	40875	12547
1980**	65010	54196	10814
1991**	87459	79111	8348
2000**	104196	97860	6336
2010**	118843	112444	6399
2019***	134236		

* Dados históricos

** Censo demográfico

*** Estimativa

Fonte: IBGE, 2019

O trecho da narrativa do Sr. Claudemir Borges informa sobre o processo de desmonte das fazendas para a expansão do cultivo da cana:

Meu nome é Claudemir Aparecido Borges tenho 60 anos e trabalho aqui (na USJ) há 44. Sou empreiteiro e entrei com meu pai, que fazia a mesma função. Começamos com demolições, ou seja, a usina comprava muitas fazendas em volta e a gente tinha que ir demolir para trazer material de construção para construir muro de colônia e outras coisas. Tinham algumas que eles compravam e a gente não demoliu porque ainda tinha gente trabalhando e vivendo lá, aí nossa empreiteira ajudava reformando as casas e tudo mais. Das que sobraram só a colônia da Santana, que deve ter uns quatro moradores, a

fazenda São Jerônimo mas só tem um morador. Tá deteriorada, a gente manteve a pintura e imagem externa, mas não dá mais pra morar (*Claudemir Borges, entrevista em 04/07/2019, Apêndice p.300*).

A Figura 15 apresenta o mapeamento realizado por ocasião do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Araras de 1972, onde visualiza-se a predominância do cultivo da cana de açúcar, principalmente nas proximidades das 3 usinas operantes na época, mas também uma maior diversidade de cultivos na porção leste e norte do município e ainda o registro de fazendas que foram desmontadas. Neste mapa se lê importantes fragmentos florestais, sendo o mais central o antigo horto florestal e os mais periféricos, fragmentos de mata Atlântica, que não se apresentam mais, pelo menos integralmente.

Figura 15 - Mapa de uso do solo rural em Araras em 1971



Fonte: PLANIDRO, 1972.

A Figura 16 apresenta uma leitura do uso do solo rural em Araras a partir dos núcleos habitados, considerando que análises mais específicas no território rural de Araras extrapolam esta pesquisa. Constata-se o esvaziamento da área rural na pressão capitalista da monocultura da cana de açúcar, mas também territorializa os núcleos privados ligados a produção agroindustrial, como no caso as vilas operárias das usinas em estudo e ainda da Cerâmica Antigua, produtora de revestimentos cerâmicos artesanais e da Fazenda Colorado, produtora do leite marca Xandô, que apesar de manterem parte do núcleo habitacional, não mais possuem equipamentos coletivos, como áreas de lazer (sedes, campos de futebol, quiosques, orelhão) ou empórios, como tiveram até os anos 90.

Os núcleos rururbanos do São Bento, norte do município, do Elihu Root, nordeste, do Caio Prado, Marimbondó e Morro Grande, na porção leste, são núcleos municipais ligados a produção agrícola. A formação destes “bairros” é derivada da aquisição de terras menos produtivas por imigrantes europeus, principalmente italianos, como pagamento dos trabalhos nas grandes fazendas de café no início do século XX. O Caio Prado é produtor de mandioca³², importante agroindústria de Araras no século XX, quando havia as fecularias, fabricas de fécula de mandioca e tapioca, sendo que tal cultivo convive com a cana de açúcar. Marimbondó e Morro Grande estiveram ligados à produção de algodão e em seguida laranja, hoje tem alguma diversidade de cultura, além da cana. O São Bento tem como característica diversificação de atividade agrícola em cooperativa, sobressaindo-se na produção de abacate. O núcleo do Elihu Root é derivado da antiga estação ferroviária com mesmo nome, relevante entreposto comercial ligado às fazendas Araras e Santa Cruz, e possui atualmente alguma diversidade de cultivo, mas nota-se importante uso do solo como chácaras de recreio. Os núcleos contam infraestrutura urbana: asfalto, iluminação pública, abastecimento de água, transporte público coletivo, escolas de ensino infantil e posto de saúde municipal, além de entrepostos comerciais. A morfologia básica destes núcleos é correr de casas linear às vias preexistentes, com largo central associado a uma igreja católica. Possuem população permanente vinculada ao território e mantem celebrações tradicionais

³² A produção de mandioca se adequava aos solos menos férteis, exigência da produção cafeicultora.

como a “Festa da mandioca” e “Festa do Milho”. As crianças no nível fundamental dos núcleos Caio Prado, Marimbondo e Morro Grande estudam na Escola Estadual José Ometto, no território da Usina São João, bem como as crianças do São Bento e Fazenda Colorado, apesar da distância. O núcleo Elihu Root possuía importante escola rural, com instalações de lazer para a população da região, o que foi recentemente desarticulado, em 2014, pela reforma da escola, financiada pelo PAC, que deslocou os alunos e não teve sua obra concluída.

Araras possui 3 áreas de assentamentos rurais, em pequenas propriedades, em área articulada com o perímetro urbano, com produções agrícolas diversificada. O município conta com programa operacional para beneficiamento de pequenas culturas e comercialização, como a central da Cooperativa de Apicultores e Agricultores Familiares de Araras e Região - COAAF (beneficiamento) e feira do produtor.

Toda a margem do Rio Mogi Mirim, no extremo leste do município, apresenta ocupação de uso de lazer, ranchos na beira do rio, partes regularizadas e partes irregulares. O mapa apresenta a área regularizada com alguma infraestrutura de iluminação pública e asfalto, não há escolas ou postos de saúde. O núcleo conta com a Igreja de São José e é o lugar da tradicional “Festa do Padroeiro São José”, com romaria de canoeiros. O único acesso público às margens do rio e pela área em frente à igreja.

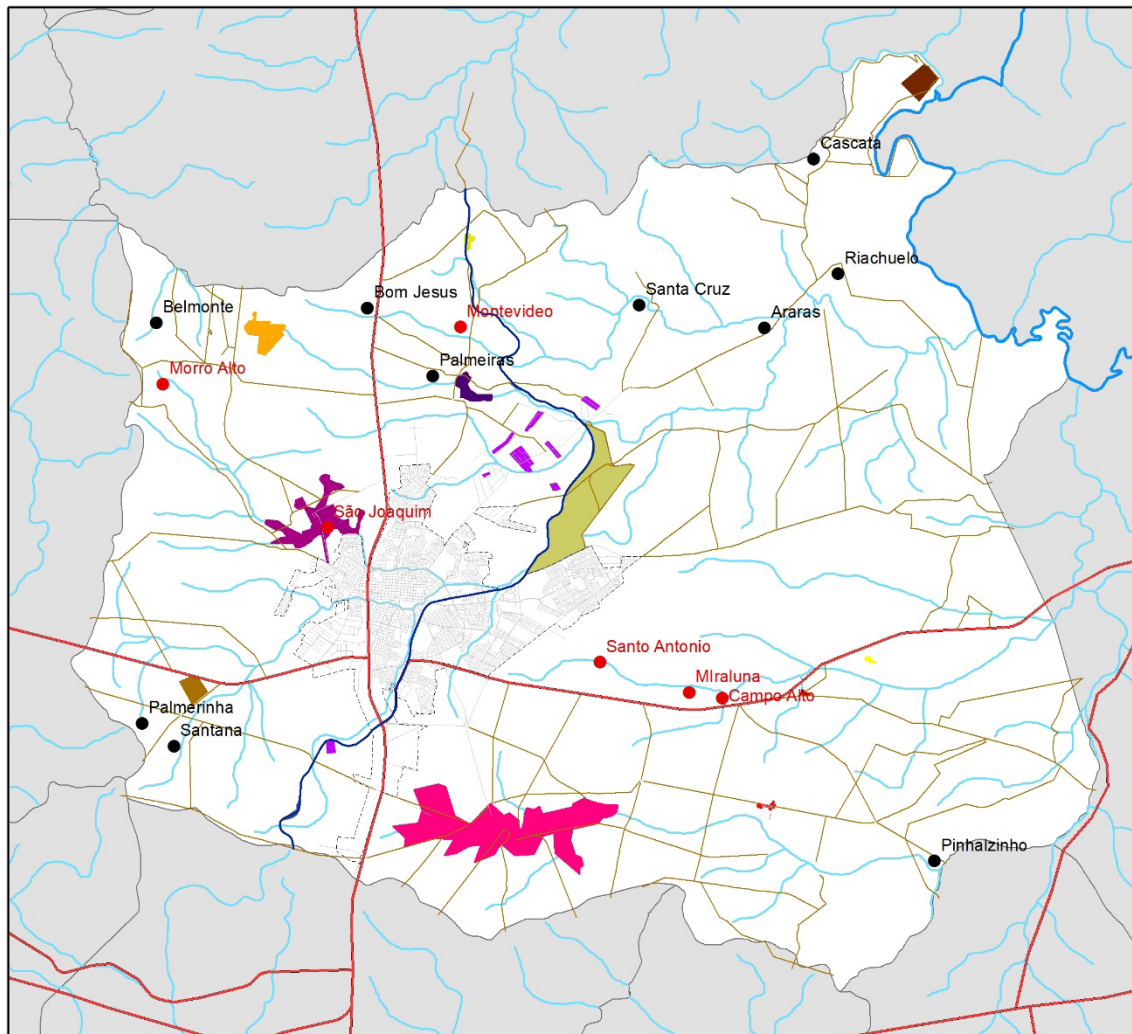
Recentemente, a partir de 2012, o antigo leito dos trilhos ferroviários, desativados no início da década de 1990, território de propriedade da União, é alvo de ocupações rurais precárias, vinculadas ao Movimento dos Sem Terra - MST, o que pode ser presenciado próximo à Usina Palmeiras e na porção sul do antigo leito, dando continuidade à ocupação relevante existente em Cordeirópolis, município limítrofe.





















De acordo com o IBGE – Censo 2010³³, Araras possui 1849 domicílios particulares permanentes com população de 6.399 pessoas na Zona Rural, que para o território de 602 km², 93% do território total do município, representa 10,6

³³ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/araras/panorama>. Acesso em julho/ 2019.

hab/km². Os mapas na Figura 16 e Figura 17 levam à percepção dos dados do IBGE e conscientiza da ocupação dispersa no extenso território rural de Araras, que apesar da importância na gestão do solo rural, representa um território de muito baixa densidade populacional e, como consequência, de poucos fluxos sociais.

Figura 16 - Localização dos núcleos habitados na Zona Rural de Araras

**Núcleos rururbanos**

- | | | | |
|---|--------------------------------------|---|-----------------|
|  | Núcleo Caio Prado |  | USL |
|  | Núcleo Marimbondo |  | USJ |
|  | Núcleo Morro Alto |  | Usina Palmeiras |
|  | Núcleo São Bento |  | Estradas Rurais |
|  | Núcleo Cascata |  | Rio MogiGuaçu |
|  | Núcleo Colorado |  | Araras |
|  | Cerâmica Antiga |  | Rodovias |
|  | Sedes Fazendas Tombadas pelo COMPHAC |  | trilho_ferrovia |
|  | Sedes das Fazendas | | |
|  | Assentamentos | | |
|  | Chacaras Recreio | | |
|  | ocupacoes_rural | | |

1:200.000
Kilometers
0 1 2 4 6 8 10

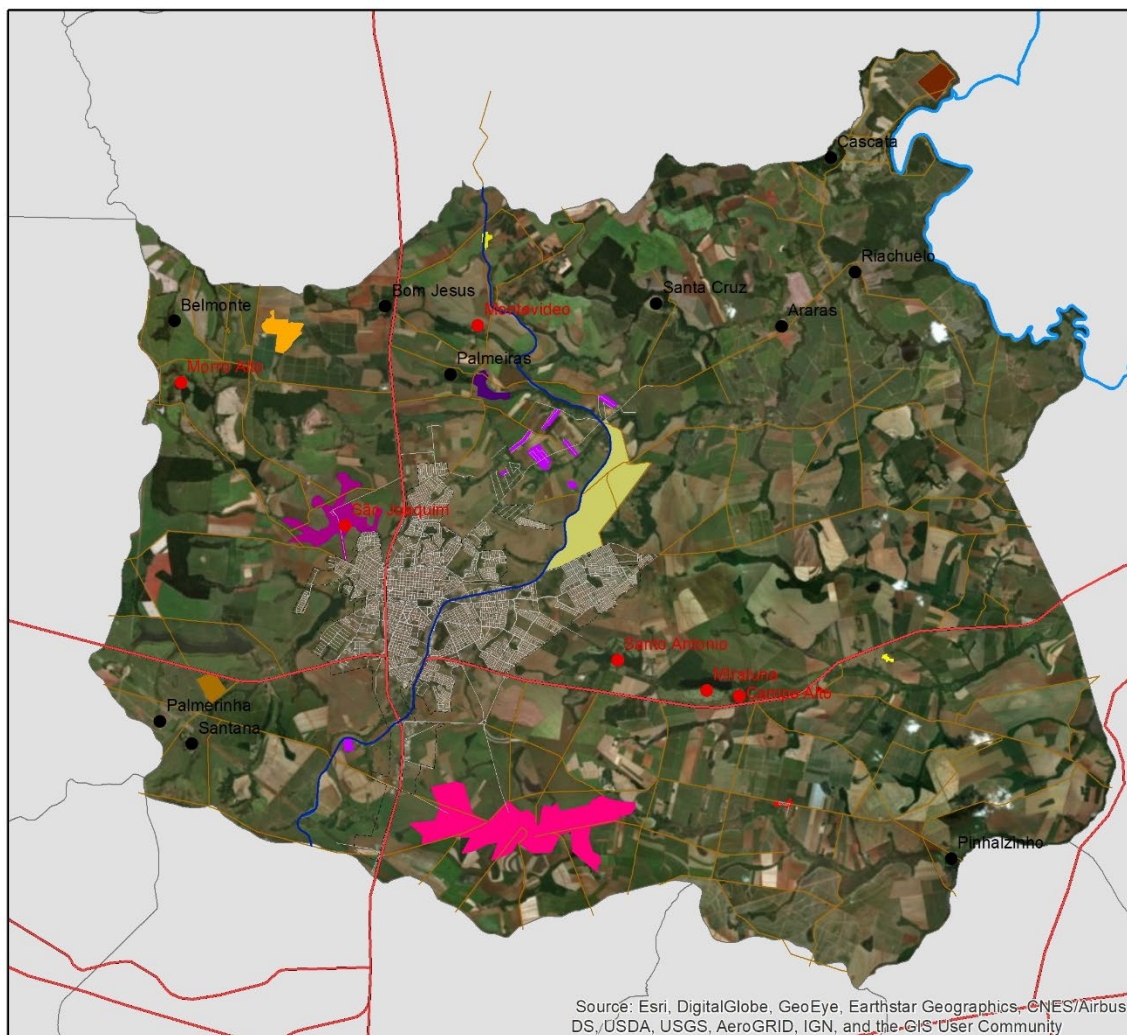


Projection: Transverse_Mercator
Projected Coordinate System:
SIRGAS_2000_UTM_zone_23S
Geographic Coordinate System: GCS_SIRGAS_2000

Mapeamento das Usinas -
Análise sobre Imagem satélite 2018
Sedes das Fazendas - PMA, 2016
Mapeamento Núcleos rururbanos - Fonte: PMA, 2016
Rodovias - Fonte: DIVA GIS, 2016
Hidrografia - Fonte: ANA 2016

Fonte: Mapa produzido em GIS pela autora, 2019.

Figura 17 - Localização dos núcleos habitados na Zona Rural de Araras, com imagem satélite.



Núcleos rururbanos

- Núcleo Caio Prado
- Núcleo Marimbondo
- Núcleo Morro Alto
- Núcleo São Bento
- Núcleo Cascata
- Núcleo Colorado
- Cerâmica Antiga
- Assentamentos
- Chacaras Recreio
- ocupacoes_rural

- USL
- USJ
- Usina Palmeiras
- Estradas Rurais
- Rio MogiGuaçu
- Araras
- Rodovias
- trilho_ferrovia

1:200.000
Kilometers
0 1 2 4 6 8 10

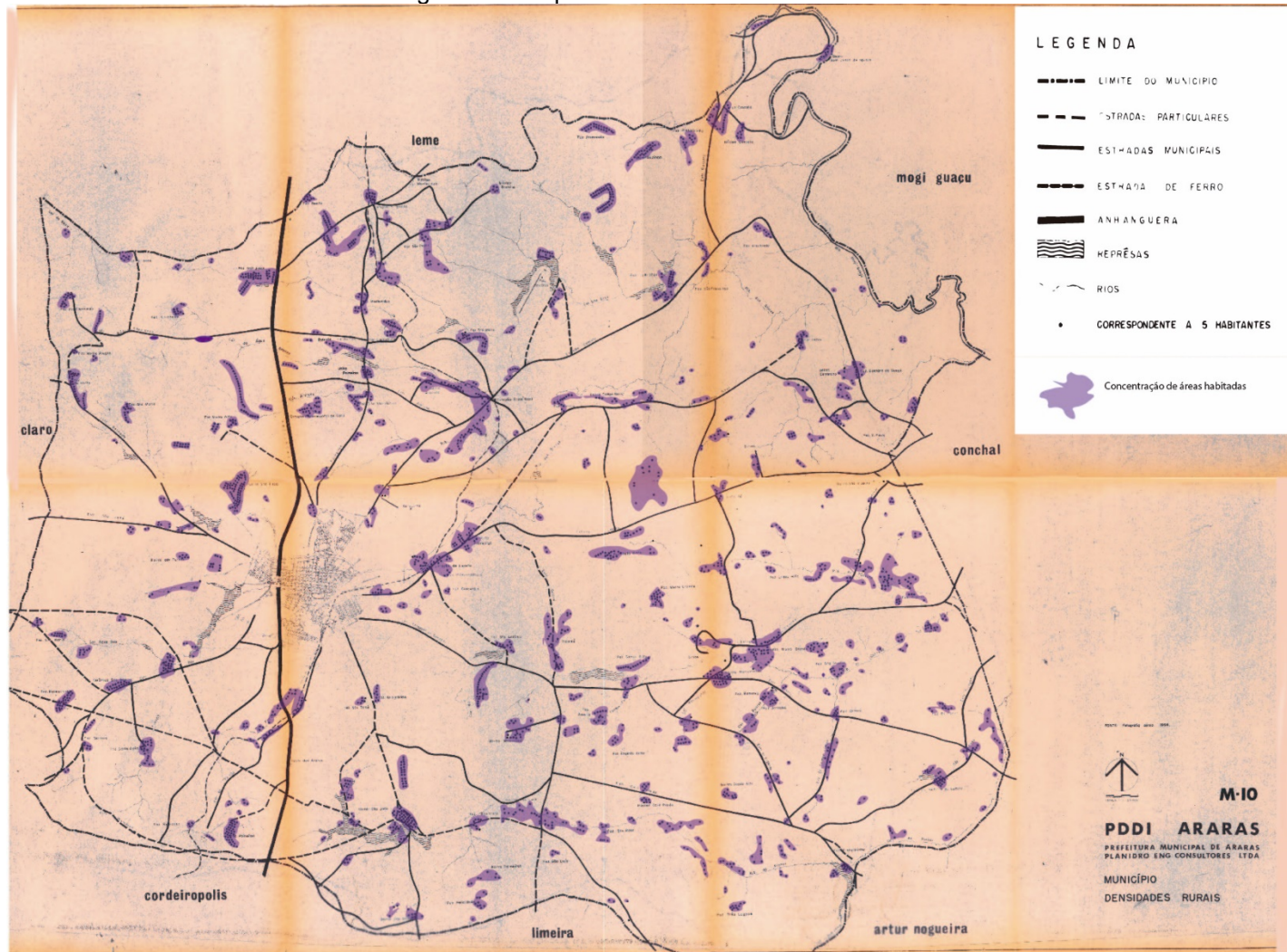


Projection: Transverse_Mercator
Projected Coordinate System:
SIRGAS_2000_UTM_zone_23S
Geographic Coordinate System: GCS_SIRGAS 2000

Mapeamento das Usinas -
Análise sobre Imagem satélite 2018
Sedes das Fazendas - PMA, 2016
Mapeamento Núcleos rururbanos - Fonte: PMA, 2016
Rodovias - Fonte: DIVA GIS, 2016
Hidrografia - Fonte: ANA 2016

Fonte: Mapa produzido em GIS pela autora, 2019.

Figura 18 - Mapa de densidades rurais em 1971



Fonte: PLANIDRO, 1972 (Adaptado)

O esvaziamento habitacional da Zona rural de Araras pode ser percebido comparando-se os mapas das Figura 16, Figura 15 e Figura 17 ao mapa de Densidade Rurais, produzido no PDDI de 1972, na Figura 18.

Não foram fornecidas análises diagnósticas da fundamentação do Plano Diretor vigente, de 2006. Nas análises possíveis quanto à gestão do território rural, a partir da Lei Municipal 3.901/2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Araras, lê-se a concentração de gestão rururbana nos núcleos do São Bento, Morro Grande, Marimbondo e Caio Prado, devidamente mapeados, sem mencionar especificamente os núcleos de habitação em propriedade privada. No Capítulo IV, DA HABITAÇÃO, nas seções de Política Habitacional e Regularização Fundiária, não há menções sobre os núcleos habitacionais rurais. No Capítulo III, DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL, há a parametrização geométrica das vias rurais.

No Título IV, DA POLÍTICA URBANÍSTICA E AMBIENTAL, Capítulo I - DA PROTEÇÃO AMBIENTAL, Seção I - DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL, menciona-se com generalidade a preservação do patrimônio natural e cultural presentes na Zona Rural, tendo como diretriz um futuro inventariamento deste patrimônio, desta forma:

Art. 68) – São diretrizes gerais da política municipal de proteção do patrimônio natural e cultural:

I. Buscar formas de exploração sustentável nas áreas da Zona Rural, evitando os desmatamentos e o manejo inadequado dos solos, que possam levar a processos erosivos e de assoreamento dos córregos; controlando o uso de agrotóxicos em geral; limitando e coibindo a urbanização inadequada e implantando infra-estrutura básica nas áreas já ocupadas;
[...]

IX. Promover a preservação do patrimônio cultural edificado e dos sítios históricos e arqueológicos, mantendo suas características originais e sua ambiência na paisagem urbana, por meio de tombamento ou outros instrumentos, além de orientar e incentivar o seu uso adequado;

X. Atualizar, identificar e inventariar os bens de valor ambiental e cultural, de natureza material e imaterial, promovendo a sua recuperação, conservação e preservação, integrando-os ao patrimônio histórico, arqueológico, cultural, artístico e natural do município; (ARARAS, 2006)

No título V - DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, no Capítulo I - DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, estão indicadas diretrizes

gerais sobre o desenvolvimento de planos e ações para a Zona Rural, sem especificidades territoriais ou a respeito de tipo de cultivos ou agroindústria. Não há citações sobre a agroindústria de processamento da cana de açúcar. Inclui-se nessas diretrizes gerais:

Art. 140) – São diretrizes gerais da política municipal de agricultura e abastecimento:

III. Elaborar um programa para difusão de tecnologia de plantio aos produtores rurais, visando o aumento da renda no meio rural e a diversificação da produção, incentivando a agricultura familiar;

VII. Permitir a ocorrência de usos e atividades na Zona Rural que apoiem a produção agrícola e aumentem a renda de seus proprietários, tais como agroturismo e venda direta ao consumidor, entre outros;

Art. 141) – São ações previstas pela política municipal de agricultura e abastecimento:

I. Desenvolver legislação específica para a Zona Rural, disciplinando usos e implantando infra-estrutura básica nas áreas já ocupadas;(ARARAS, 2006)

Desde a aprovação da Lei do Plano Diretor vigente não há aprovação específica de leis ou decretos específicos sobre gestão territorial da Zona Rural, exceto denominação de estradas rurais, que deram identidade a algumas regiões rurais.

Recentemente, a partir da Lei Federal 13.465/2017, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana, áreas de ocupação ilegal na Zona Rural de Araras, mencionadas nos mapas das Figura 16 e Figura 17, estão em processo de regularização.

O Plano Diretor de Turismo, Lei ordinária nº 4.859/2016, aborda na forma de diretrizes, o inventário das potencialidades turísticas no meio rural, estimulando a recuperação de algumas sedes de fazenda em desuso a assumir uso turístico. Há o reconhecimento de celebrações tradicionais na Zona rural e o potencial turístico do Rio Mogi Guaçu, que mapeou o Patrimônio Imaterial de Araras, concomitante ao processo de revisão do Plano Diretor de Araras iniciado em 2014, sem conclusão.

A expansão do cultivo da cana de açúcar ainda avança sobre as pequenas culturas, mas está estabilizada. Quanto ao esvaziamento habitacional na Zona Rural, a empregabilidade nesta zona continua em decréscimo. A partir de 2007

e com cronograma final em 2014, o Protocolo Agroambiental entre o governo do Estado de São Paulo e o setor sucroalcooleiro extinguiu a queima da cana de açúcar, consolidando a colheita mecanizada. Além do processo de evolução tecnológica próprio das indústrias, a mecanização da colheita redefine o potencial de empregabilidade do setor. A mecanização intensifica o despovoamento das áreas rurais e altera o perfil do trabalhador, diminuindo a captação da mão de obra não especializada disponível nos conjuntos e no território adjacente. A mão de obra especializada também impacta o deslocamento cotidiano ao desconcentrar a localização da força de trabalho e a função habitacional destes conjuntos.

2.2.1 Formação da cidade e implantação das usinas: Araras e os fluxos sociais nos conjuntos rururbanos

No eixo regional organizado pelas Rodovias Anhanguera (SP 340) e Washington Luís (SP 310) sobressaem-se as cidades de Piracicaba e Ribeirão Preto como polos urbanos da produção sucroalcooleira, e inclui Araras como relevante território desta produção.

A rota atual da Rodovia Anhanguera fortaleceu-se com o auge aurífero em Minas Gerais no século XVII, sucedido por um período de ostracismo após o declínio da mineração até sua conformação como produtor de gêneros de exportação, no início do século XIX, quando a produção de cana-de-açúcar é o esteio econômico da capitania de São Paulo. A logística da cana-de-açúcar neste período esteve vinculada a ação dos tropeiros que definiam o território em suas paradas e pontos de trocas e abastecimento, imprimindo seus hábitos, como a formação de localidades de 20 em 20 km perceptíveis nas distâncias entre as cidades formadas no eixo da Anhanguera, como Limeira – Araras – Leme.

Os primeiros registros de formação do povoado de Araras são de 1818 como ponto de parada na estrada dos tropeiros, partindo de Jundiaí em direção ao interior do estado de São Paulo, logo após o distrito de Limeira, época em que o primeiro ciclo da cana de açúcar foi sucedido pelo do café.

O território de Araras foi primeiramente produto do parcelamento de terras pertencentes à Limeira em favor dos irmãos Lacerda Guimarães, os Barões de Araras e de Arari, por dotes matrimoniais. Interessados no desenvolvimento da região objetivando suas promoções econômicas e sociais, os barões doam as terras para a construção da capela de Nossa Senhora do Patrocínio, passo inicial à constituição da vila de Araras, o que ocorreria em 24 de março 1871, pela provincial nº 29. A atual basílica de Nossa Senhora do Patrocínio de 1882 permanece original, tendo sido tombada pelo Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Araras (COMPHAC) em 1987, bem como o Jardim Público da época, atual Praça Barão de Araras.

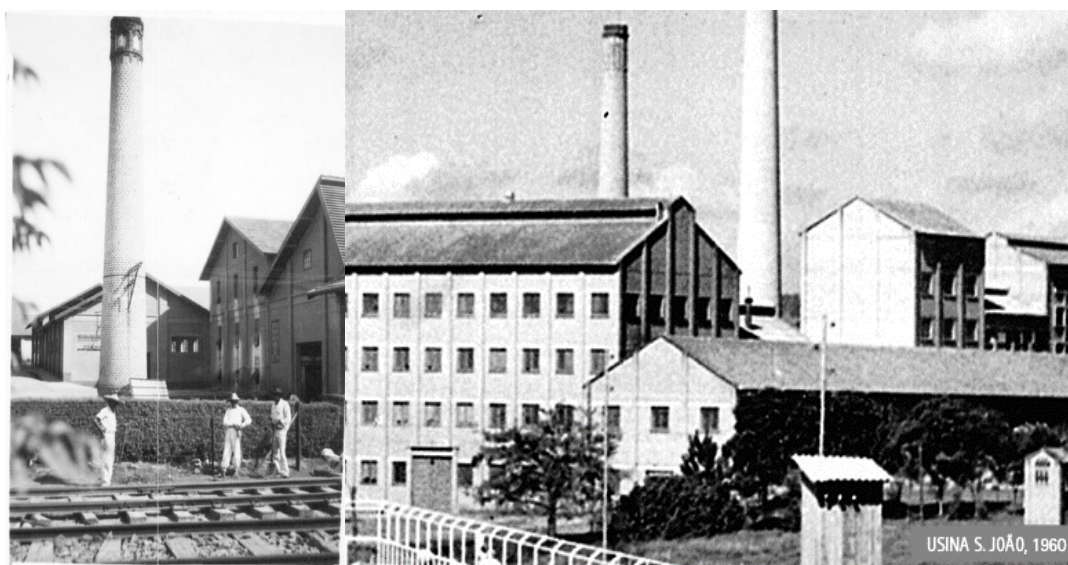
Entre as fazendas da formação do território de Araras estão a Fazenda Montevideo, Fazenda São Joaquim, Fazenda Araras e Fazenda Santo Antônio, todas unidades agroindustriais cafeeiras, cujos conjuntos edificados (casa grande, senzala, terreiro de café, colônia e processadores de café) permanecem preservados, com vários elementos tombados pelo Comphac entre 1991 e 1995. Vinculado diretamente a estas fazendas, em 1876, foi implantado o ramal ferroviário de Cordeirópolis a Descalvado, da Companhia Paulista.

Apesar da economia cafeeira ter sido fundamental na formação do território de Araras, houve importante modificação do ciclo de poder de gestão local com o início do processo de industrialização de São Paulo na segunda década do século XX. Em 1921, Araras se torna sede da Nestlé no Brasil (recém adquirente da fábrica de Leite Condensado Laiteria Araras), que primeiro amplia o potencial econômico do ramal ferroviário da Cia. Paulista mas, em seguida, promove melhorias no acesso rodoviário da região, seguindo tendência global desenvolvimentista na época. A continuação da Estrada Velha de Campinas até a cidade de Ribeirão Preto, que viria a ser a Rodovia Anhanguera, teve o trecho de Araras inaugurado pelo presidente Washington Luiz em 1922. Este processo de industrialização e a localização de Araras no eixo da Anhanguera evitam o retrocesso econômico regional após a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, marco da decadência da produção do café no Brasil.

Em 1935, José Ometto adquire a Fazenda São João e substitui o cafezal pela cana de açúcar, reproduzindo o negócio que sua família de imigrantes italianos havia desenvolvido em Piracicaba desde a chegada no Brasil, na virada do

século XIX para o XX. O empreendedor monta um engenho de aguardente (hoje apenas uma chaminé e um edifício em ruínas perdidos no mar de cana - Figura 20) e a primeira destilaria de álcool. Terras adjacentes foram sendo adquiridas, investimentos foram aplicados em novos maquinários e, quando em 1938 o filho Hermínio assume a administração da fazenda enriquece com a exportação de fécula de mandioca para a Europa no período da segunda guerra mundial. Os irmãos fundam em 1941 a sociedade agrícola e comercial usina São João, construindo a nova usina (Figura 19) para produção de álcool às margens do Ribeirão Ferraz, que em 1944 obtém a licença para produção de açúcar, estimulado pelo IAA. O líder Hermínio Ometto foi prefeito de Araras de 1952 a 1955 e importante personagem empreendedora, benfeitora e política local (GORDINHO, 1986; ORZARI, 2001; ALMEIDA, 1948).

Figura 19 - Usina São João: À esquerda em 1946; à direita em 1960.



Fonte: a direita - Álbum de Araras, 1948, a esquerda ORZARI, 2001.

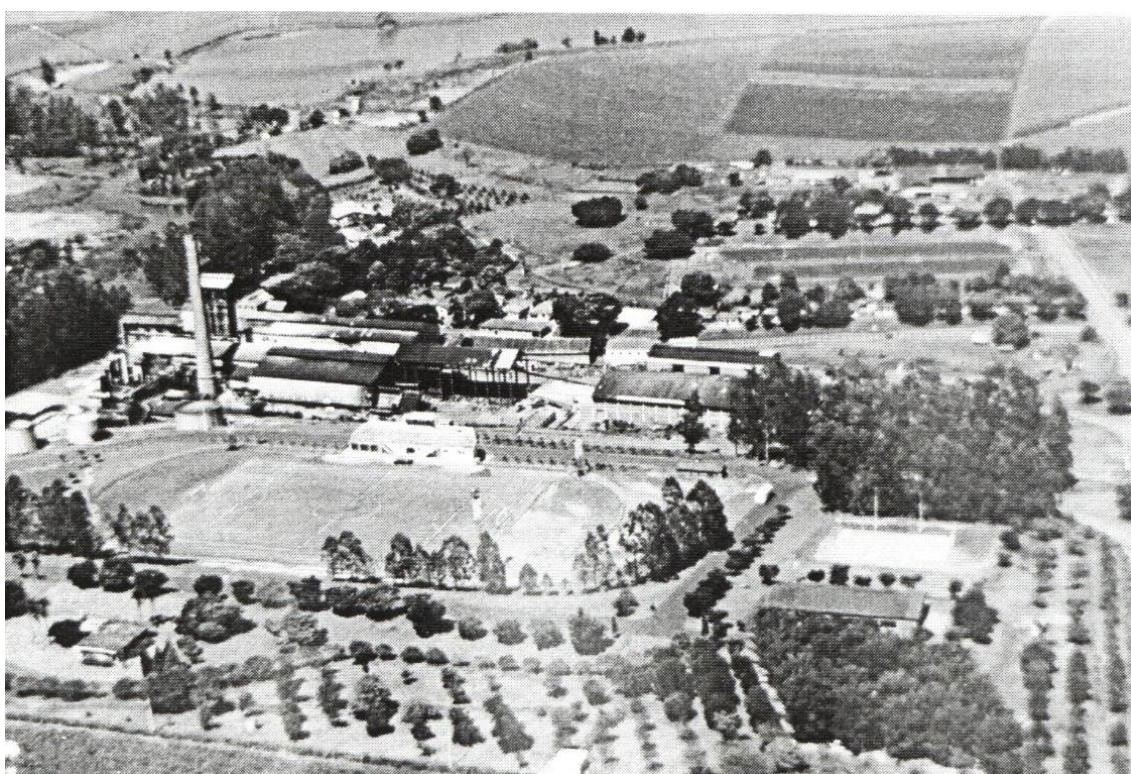
Figura 20 - Vestígios do antigo engenho da USJ.



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Em 1940, o irmão de José Ometto, Jeronymo, procedente de Piracicaba, adquiriu uma gleba de terras destacada da fazenda São Joaquim para plantio de cana de açúcar e montou a destilaria de aguardente e álcool Santa Lúcia, que entra em operação imediatamente, em 1941, estimulada pelo IAA para suprir demanda de álcool durante a 2ª. guerra mundial. Conseguiu licença para produção de açúcar pelo IAA em 1946, quando desenvolveu as instalações da usina, assim como sua vila operária (Figura 21).

Figura 21 - Usina Santa Lúcia, década de 1940.



Fonte: Álbum de Araras, 1948.

A usina das Palmeiras foi fundada em 1946 por membros integrantes da Cooperativa Arareense dos Plantadores de Cana, produtores agrícolas de Araras, cafeicultores proprietários de importantes fazendas como Montevideo, Belmonte, Morro Alto e Palmeiras, contíguas às terras da usina, que passaram a produzir cana de açúcar (ALMEIDA, 1948). O edifício tinha alto padrão construído e excelência operativa (Figura 22). Os proprietários desta Usina estavam ligados à política municipal, tendo sido um deles, Francisco Graziano, prefeito municipal de 1958 a 1962 e o seu neto, de mesmo nome, diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação no mesmo período.

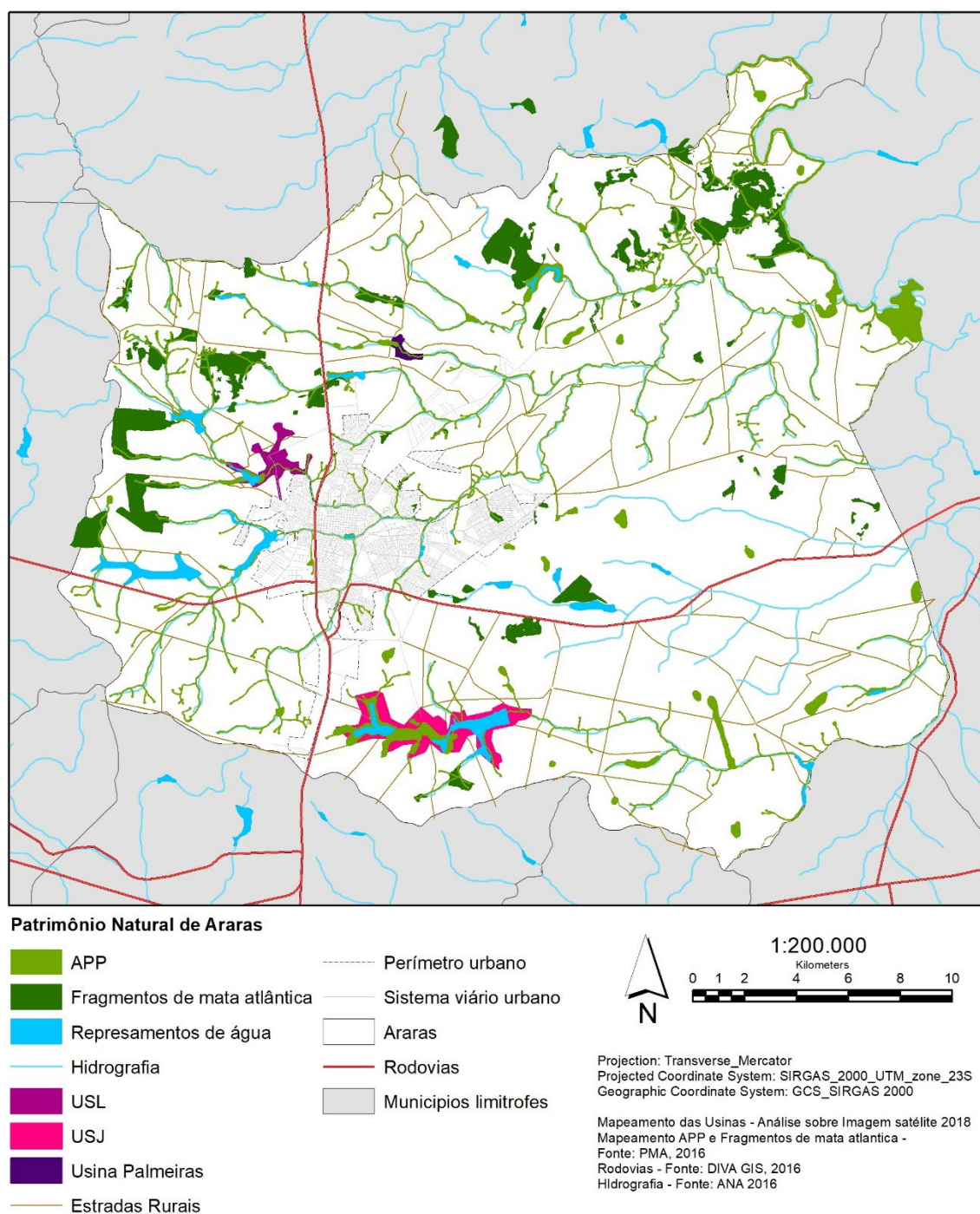
Figura 22 - Usina Palmeiras em 1946



Fonte: Almeida, 1948.

Sobre a escolha dos sítios das usinas, algumas características produtivas definiram as implantações e compras das terras em Araras. O teor de sacarose na cana de açúcar diminui rapidamente com o tempo pós colheita, o que afeta o processamento do açúcar e do álcool na usina. Por isso, a área de plantio, preferencialmente com relevos pouco acidentados, precisa estar diretamente ligada ao sítio da usina, evitando perdas com o tempo de logística. Essa condição afirma o vínculo territorial da agroindústria como um todo, área fabril e área agrícola, de forma indissociável. Outra condição imperativa, o uso abundante de água no processo produtivo, levou as usinas a implantações próximas a mananciais, conforme pode ser constatado na Figura 23.

Figura 23 - Mapa do patrimônio natural de Araras e a localização das usinas.



Fonte: Mapa produzido em GIS pela autora, 2019.

A Usina São João está implantada na microbacia do Ribeirão Ferraz, encampando as nascentes principais, vários cursos de água contribuintes e a represa São João (Figura 24 e Figura 25), importante barramento para autossuficiência no abastecimento de água e para abastecimento emergencial da cidade de Araras. A Usina Santa Lúcia está implantada na microbacia do Rio das Araras e encampa algumas das principais nascentes da microbacia, cursos

de água contribuintes ao rio e a represa Santa Lúcia (Figura 26 e Figura 27), que além de garantir autossuficiência no abastecimento do conjunto também participa do abastecimento de Araras e do controle de drenagem urbana. A usina Palmeiras está implantada no curso de água do Ribeirão Água Branca, da microbacia do Rio das Araras e está associada a represa das Palmeiras (Figura 28 e Figura 29), que anteriormente abastecia o parque industrial e seu conjunto rururbano.

Figura 24 - Mananciais no território da Usina São João: nascentes, cursos d'água, represamentos e as APPs



Fonte: Estudo sobre Imagem satélite Google Earth 2018 e dados hidrográficos ANA (Agência Nacional de Águas), realizado pela autora, 2019.

Figura 25 - Represa São João



Fonte: Adriana Corsini, 2019

Figura 26 – Mananciais no território da usina Santa Lúcia: nascentes, cursos d'água, represamento e as APPs



Fonte: Estudo sobre Imagem satélite Google Earth 2018 e dados hidrográficos ANA (Agencia Nacional de Águas), realizado pela autora, 2019.

Figura 27 – Foto Represa Santa Lúcia



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Figura 28 - Mananciais no território da Usina Palmeiras: cursos d'água, represamento e as APPs



Fonte: Estudo sobre Imagem satélite Google Earth 2018 e dados hidrográficos ANA, realizado pela autora, 2019

Figura 29 – Foto Represa das Palmeiras



Fonte: Adriana Corsini, 2019

A dinâmica da proximidade entre matéria prima, fonte de energia e unidade fabril foi motivadora de um planejamento autóctone, um ordenamento urbano no campo. Essa dicotomia foi herdada dos engenhos de açúcar e das grandes propriedades cafeicultoras coloniais, reunindo diferentes padrões de moradia, capela, áreas de lazer e comércio ao redor da unidade fabril. A estrutura autônoma incluía serviços urbanos de atendimento de saúde e escolas,

hospedaria, postos de combustível, cinema, agremiações sociais e clubes esportivos (CAMPAGNOL, 2008).

Segundo Campagnol (2008), a implantação de vilas operárias tem motivações econômicas e uma nítida intenção de controle social dos trabalhadores pelos patrões, em um período histórico brasileiro onde o sistema empresarial mantinha relações de poder paternalistas, fortemente verticalizadas e hierarquizadas, acentuadas pela relação de poder da posse da terra e sistemas de trabalho agrícolas herdados. As vilas asseguravam a disponibilidade em tempo integral do trabalhador, boas condições de moradia e a moderação do uso de seu tempo livre. Vila operária era vista como um espaço disciplinador do operário, local orientador de valores tradicionais, para “homens de bem”.

Na maior parte das narrativas dos sujeitos que moraram ou ainda moram nas vilas, a percepção da comunidade formada nas vilas é positiva, palavras como tranquilidade, segurança, amizade, família e bem-estar são constantes, e a permanência e o sentimento de pertencimento ao lugar estão nítidos. Assim como é legível certo preconceito aos migrantes nordestinos e orgulho da descendência italiana, não revelada em palavras pelo senso comum que inibe posições preconceituosas. Seguem algumas dessas narrativas:

Sou Carlos Antônio da Cruz, vou fazer 50 anos, tô aqui na empresa a praticamente 23 anos, nasci aqui e continuo contribuindo com a empresa. Continuo morando aqui, desde que meus pais vieram com meus cinco irmãos que hoje moram na cidade. Aqui é muito tranquilo, seguro, muita paz. Não tem lugar melhor para morar (*Carlos Antônio da Cruz, entrevista em 04/07/2019 na USJ, Apêndice 1, p. 296*).

Eu gosto de morar aqui, meus filhos também. A usina é muito amigável. Claro que tem barulho, cheiro, fuligem e etc, mas é tudo orgânico e biológico, então não incomoda. Do lado da minha casa tem duas casas vagas há 30 anos, tirando essas tem mais umas 4 ou 5 com gente morando. Algumas dessas casas viraram estoque e outras a gente usava para produzir uma mosca de controle biológico, mas a produção cresceu muito e a gente passou para a usina (*Herminio Ometto Neto, entrevista em 04/01/2019 na USJ, Apêndice 1, p.274*).

De 1900 a 1920, as condições econômicas no estado de São Paulo foram bastante favoráveis à produção de habitações e edificações, caindo a média de

moradores por edifício, variando a tipologia para atender diferentes níveis de trabalhadores. Surge a vila operária, pequenas moradias unifamiliares construídas em série, para operários mais qualificados (funcionários públicos, comerciários e outros segmentos da baixa classe média). As vilas operárias eram altamente recomendadas pelos higienistas e pelo poder público, que não interferia nestas produções (BONDUKI, 1998).

A difusão das vilas operárias fabris ocorreu em larga escala por todo Brasil no período de 1880 a 1930, expressando a era industrial que se instaurava através de modelos arquitetônicos que remetiam a valores, materiais e símbolos relacionados à sua produção, assim como seus usos, funções e conflitos sociais. (BARROS et al., 2006).

O conjunto de moradias com plantas semelhantes, de baixo custo, com certa padronização e habitações diferenciadas para técnicos gerentes e proprietários, apesar de designar as hierarquias, proporcionavam a convivência dos diferentes níveis, estimulando o esforço pela ascensão e formando uma comunidade em prol do sucesso da empresa. Outra face da dinâmica social imposta, de patrão/proprietário e operário/ inquilino, as vilas operárias eram um instrumento de pressão salarial, diminuindo a rotatividade de mão de obra (CAMPAGNOL, 2008).

Os conjuntos rururbanos das usinas em Araras foram construídos por modelos arquitetônicos e urbanísticos muito similares entre si. Mantiveram o alinhamento às vias de acesso presente nas colônias agrárias, mas foram adotando modelos urbanos higienistas, com espaços públicos centrais e parcelamento resultante em quadras com lotes e sistema viário com passeio. Os edifícios públicos como igrejas e escolas estão implantados em largos. A análise específica da implantação das usinas em estudo está detalhada no subcapítulo seguinte.

As residências adotaram modelos geminados de duas a duas ou isoladas no lote, conforme diferenciação de cargos e funções, bem como a presença ou não de recuo e alpendre. Entre os modelos arquitetônicos vigentes, nota-se principalmente o ecletismo simplificado e ausente de ornamentos, porém apresentando variações formais modernas com elementos art deco. Os tijolos aparentes se tornaram principal característica do despojamento desta nova paisagem agroindustrial.

As vilas operárias das usinas eram abertas e próximas a estradas de fluxo relevante, aproximando sua morfologia das cidades interioranas, pequenas urbes rurais, daí núcleos rururbanos. Atualmente apenas a vila da Usina São João continua aberta, as outras duas têm fechamento com cerca e controle de acesso.

Os núcleos eram centralidades que convergiam fluxos cotidianos dos moradores das regiões rurais a que pertenciam. Foram, desde sua implantação, territórios de manifestações sociais agregadoras, potencializando espaços esportivos, de festas, salas de cinema, formatando características culturais próprias. As narrativas trazem a excitação da lembrança dos campeonatos de futebol, de vôlei, de bocha, das sessões de cinema, bailes e festas, como serão detalhados na análise dos espaços físicos de cada usina. A presença das represas também atraía fluxo de lazer e pesca. O clube da USJ está desativado mas há manutenção constante, permanece o uso do campo de bocha com um quiosque para churrascos, uso eventual do campo de futebol e o salão social é constantemente alugado para eventos. O estádio da USL cedeu lugar para o tanque de esfriamento de água, permanecendo apenas um galpão para eventos. As instalações da Usina Palmeiras estão abandonadas, mas o campo permanece com possibilidade de uso eventual, sem controle de acesso, isolado do conjunto.

A exibição nas salas de cinema das três usinas era terceirizada pela mesma pessoa e havia censura nos títulos selecionados, optando-se por filmes épicos estrangeiros, associando à formação dos indivíduos honestos e trabalhadores implícita ao ideário do conjunto, considerando que tal postura não se restringia ao ambiente específico das usinas. A variação da censura imposta no período da ditadura brasileira desencadeou um período de decadência na produção cinematográfica nacional, resultando em produções rápidas e baratas: as pornochanchadas. Os filmes passavam nas três usinas na sequência, e muitas vezes eram os mesmos que estavam sendo exibidos nos cinemas da cidade, o Cine Araruna e o Cine Santa Helena. A atividade cinematográfica terminou no final da década de 1980, na crise que passou o setor de exibição cinematográfica no Brasil, quando se alterou o modelo de salas de cinema para o sistema Multiplex (SIMIS, 2016).

Um dos maiores fluxos sociais, que refletia na fruição e potencial de encontro das vilas eram as escolas primárias. Administradas pelo poder público municipal, centralizavam as crianças de cada região. A escola da USJ foi transferida para a gestão do governo do estado de São Paulo e consolidou-se como a principal escola rural de Araras, a escola da Usina Palmeiras fechou juntamente com a empresa e a escola da USL fechou pela proximidade de atendimento no bairro contíguo.

Outro fluxo social de frequência intensa eram os entrepostos comerciais. A atividade comercial rural estava estabelecida em dois grupos gestores, e inter-relacionavam as usinas. Além dos armazéns, as farmácias também eram pontos de atração dos fluxos regionais, ultrapassando sua atividade comercial para o atendimento básico de saúde, como de senso comum por todo século XX no Brasil. Atualmente não há atividade comercial formal na USL e na USJ e os atendimentos de saúde são realizados nos ambulatórios das empresas.

Apesar da perda dos fluxos cotidianos, as vilas permanecem como centralidades locais, com valor de uso através da práxis social vinculada ao espaço habitado, as igrejas e poucas celebrações anuais, mas afirmaram-se como centralidades globais de negócios.

2.3. Leitura dos elementos arquitetônicos e urbanísticos da paisagem cultural das usinas

2.3.1 Conjunto rururbano da Usina São João

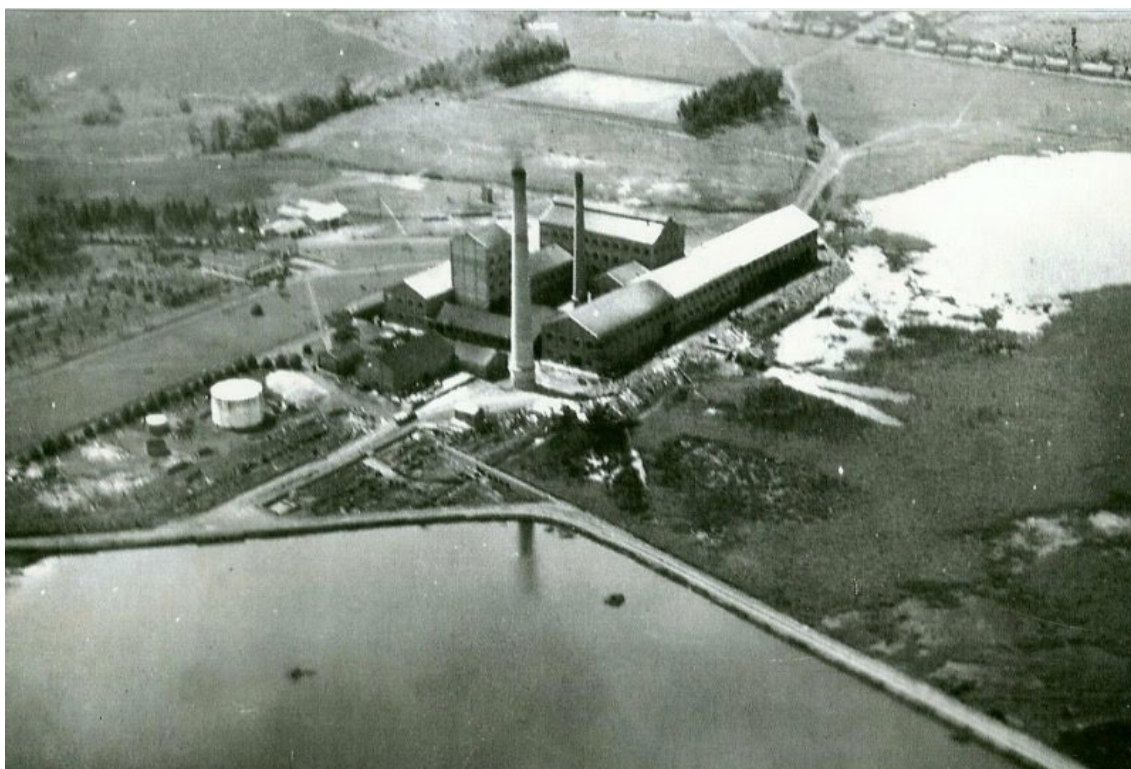
A maior parte dos edifícios industriais do conjunto agroindustrial da USJ que permanecem até hoje foram construídos na década de 1940. Nesta fase foi construída a represa da usina, o que pode ser observado na Figura 30, barramento de grandes dimensões e alto potencial hídrico de abastecimento, cuja localização definiu-se tecnicamente e que estruturou a implantação da indústria.

O esforço construtivo foi relevante, e aqui traça-se um paralelo com a carreira política de um dos proprietários, Hermínio Ometto. Em 1946 ele entra para a política ararense elegendo-se vereador, onde foi presidente da câmara, e em

1952 tornou-se prefeito de Araras com mandato até 1955. No seu mandato foram implantados vários edifícios públicos, revelando o potencial construtor do personagem, incluindo importantes escolas municipais.

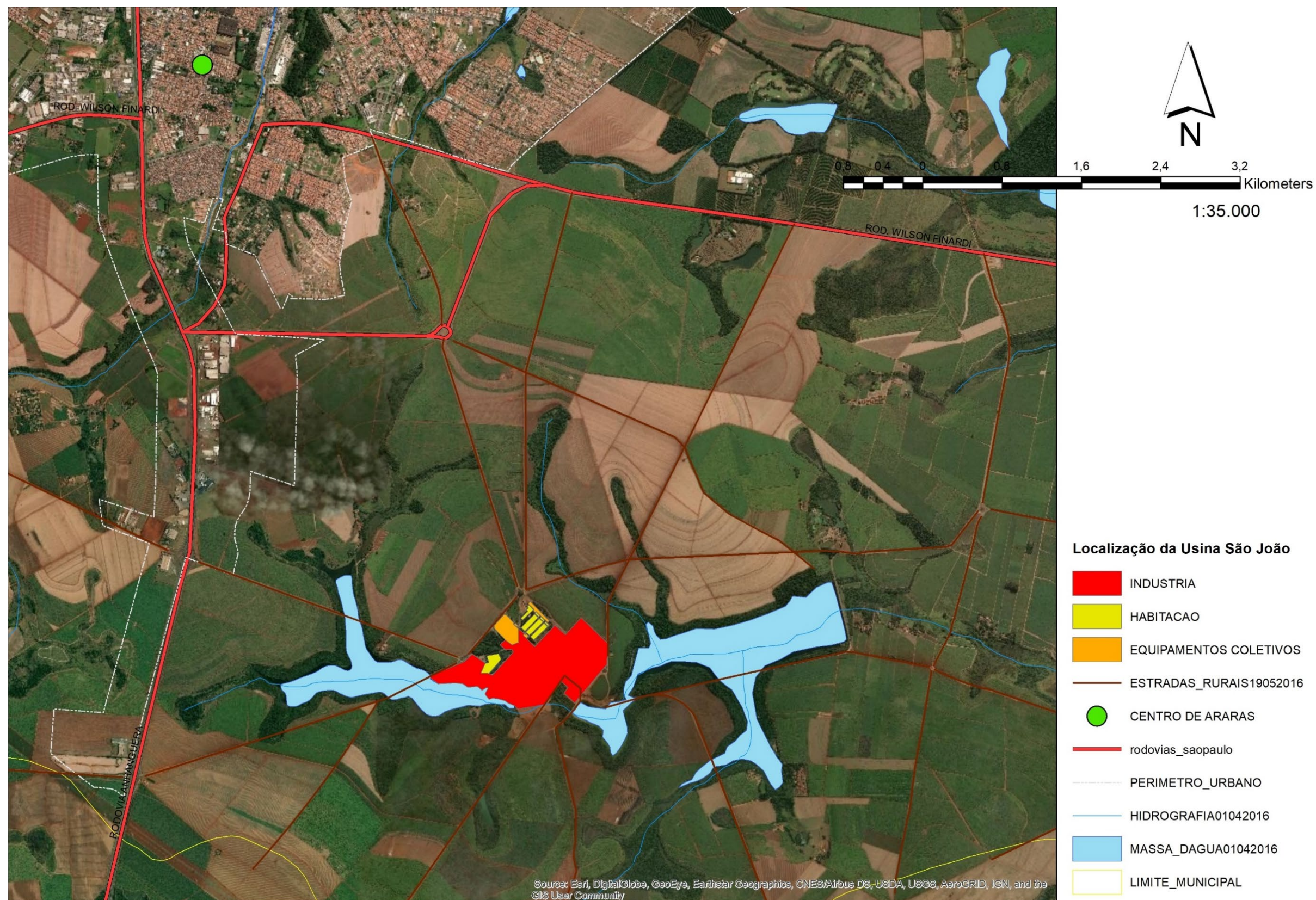
O mapa da Figura 31 mostra a localização da USJ no sul do território de Araras, distanciando aproximadamente oito quilômetros do centro da cidade. O conjunto tem acesso regional pela Rodovia Anhanguera, pela estrada da USJ que o interliga com o centro de Araras, por estradas rurais que o conecta com outros núcleos rurais e por carreadores, com função de logística da colheita da cana de açúcar. Nesse mapa observa-se também a proximidade com o perímetro urbano atual, ressaltando a tendência de expansão industrial nas margens da Anhanguera.

Figura 30 - Implantação da USJ na década de 1940



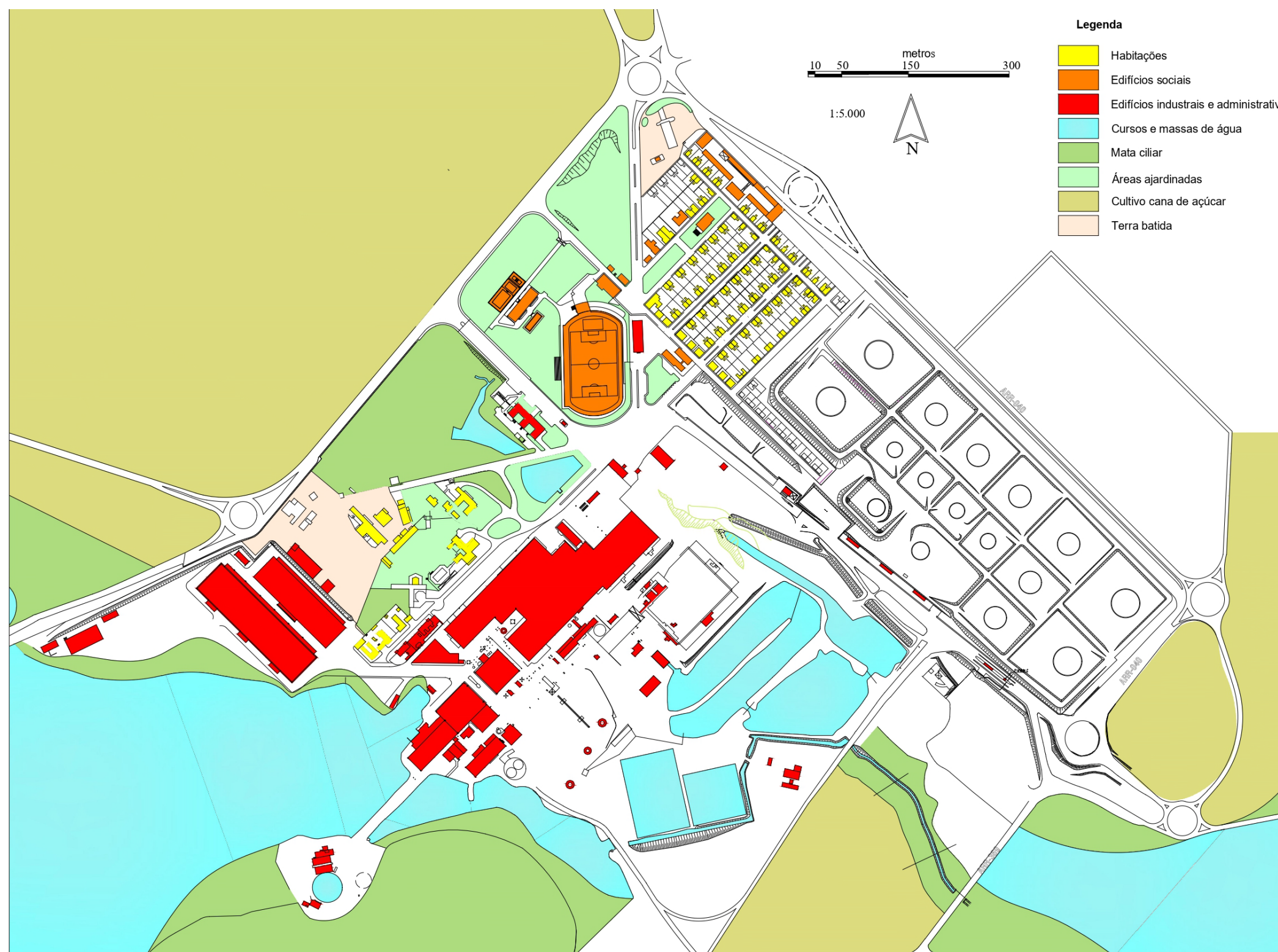
FONTE: Acervo USJ, 2019

Figura 31 - Mapa de localização da USJ



Fonte: Mapa produzido em GIS pela autora, 2019

Figura 32 - Implantação geral do Conjunto rururbano da USJ



Fonte: Desenho da autora a partir de levantamento topográfico fornecido pela USJ, 2019

O sistema viário interno foi organizado a partir da estrada rural principal ARR-040, que era o acesso de Araras para toda a região rural do sul do município. O fluxo desta estrada foi deslocado para a alça de contorno observado na implantação (Figura 32) para resguardar o núcleo habitacional do excesso de tráfego de caminhões. A portaria de acesso comercial está em frente a via de interligação com a Rodovia Anhanguera. A portaria de acesso para entrega de colheita está a sudeste com acesso à continuação da estrada rural ARR-040.

Os edifícios centrais permanecem com integridade de fachadas e estruturas, comportando as adequações da evolução própria dos processos industriais do setor. Novos edifícios foram sendo implantados seguindo a linguagem dos tijolos aparentes, que passaram de vedação para revestimento cerâmico sobre vedação em tijolo furado. Algumas paredes novas são de bloco cerâmico, mas é perceptível a intenção de manter-se a linguagem arquitetônica. O desenho das esquadrias basculantes para as amplas janelas repete-se nos edifícios novos, como recursos humanos e laboratório. Os edifícios analisados na Figura 33 estão em pleno uso com adequações internas.

O armazém de açúcar (Figura 34), pavilhão de grandes proporções iguais a 50 X 200 metros, foi construído com vigas de concreto inclinadas que atendem o vão transversal de 50 metros e proporcionam um pé direito de 15 metros, estrutura visionária para atender um volume de produção que a indústria alcançaria décadas depois. Mantém pleno uso e ao lado foi construído um galpão complementar.

Algumas estruturas metálicas de metal fundido dos trilhos de carregamento estão parcialmente em uso e um antigo edifício do processo de alimentação das caldeiras, sem uso, continua bem preservado pelo reconhecimento do valor de sua construção e instalações (Figura 35). Várias estruturas de caldeiras estão obsoletas e permanecem abandonadas, sem serem removidas. Partes obsoletas convivem com as partes atualizadas, há espaço para isto. O próprio conjunto físico industrial é um palimpsesto, vestígios materiais que contam a história dos processos produtivos. Há perdas racionais em mantê-los: riscos à segurança, acúmulo de sujeira e desarmonia estética (Figura 36). Mas não há a necessidade de eliminá-los, o sentido da permanência não é absolutamente lógico, ressoa

nas narrativas como respeito à conquista da grandeza empreendida por antepassados familiares.

As chaminés permanecem, mesmo com uso parcial: o conjunto das três altas chaminés (Figura 37) é representativo da agroindústria, que utiliza a imagem no seu logotipo. Através de sua verticalidade pontuada no relevo de morros suaves, é o símbolo industrial na paisagem do mar de cana.

Há prédios novos apartados do conjunto central, com funções administrativas e comerciais, refeitório e ambulatório. Projetos das décadas de 1990 e século XXI, não contrapõem nem mimetizam o preexistente, não estão vinculados a ele, apenas mantem as fachadas com tijolinhos.

Figura 33 – Localização e levantamento fotográfico dos elementos arquitetônicos industriais 01



Fonte: Adriana Corsini, 2019

Figura 34 - Localização e levantamento fotográfico dos elementos arquitetônicos industriais 02
– Armazém de açúcar década de 1960



Fonte: Adriana Corsini, 2019

Figura 35 - Localização e levantamento fotográfico dos elementos arquitetônicos industriais 03
– antigo abastecimento das caldeiras



Fonte: Adriana Corsini, 2019

Figura 36 - Localização e levantamento fotográfico dos elementos arquitetônicos industriais 03
– área sem uso nos processos atuais



Fonte: Adriana Corsini, 2019

Figura 37 - Localização e levantamento fotográfico dos elementos arquitetônicos industriais 05
– Chaminés



Fonte: Adriana Corsini, 2019

A vila operária e o grupo das residências dos proprietários e gerentes foram construídos na década de 1950 contíguos ao conjunto industrial, deslocando a função dos edifícios da implantação anterior no entorno da antiga casa sede da fazenda São João.

A morfologia urbana da vila operária é uma derivação do modelo urbano em malha ortogonal, com praça pública central estruturadora (Figura 38). A praça central organiza os edifícios coletivos: no centro a capela, na extremidade nordeste a escola e na extremidade sudoeste, um largo na estrada principal, que dava acesso livre ao conjunto industrial, antes sem fechamentos. O largo é composto pelo edifício do antigo Cine Engenho Grande, o armazém e a entrada para o campo de futebol (esse contexto pode ser observado na Figura 47). As casas nas faces das quadras frontais à praça são privilegiadas e ali funcionavam também o ambulatório e a farmácia.

O parcelamento segue preceitos higienistas, resultando em quadras alongadas (50x200m), com lotes médios de 250m² espelhados na longitudinal, com recuos laterais, sem recuo frontal e com quintal, conforme analisado na Figura 39. Os muros entre as casas foram implantados na década de 1980. O sistema viário inclui calçadas para pedestres, guias e arborização abundante e foi pavimentado com paralelepípedo na década de 1970.

São atualmente 105 casas, geminadas duas a duas ou isoladas, e os tijolos aparentes são a principal característica arquitetônica do conjunto (Figura 41). A composição mantém o tipo de moradias encontradas nas colônias das fazendas, com telhados cerâmicos de duas ou quatro águas e janelas de veneziana de abrir e guilhotinas de vidro. Não há evidências de reconstrução das casas, mas sim um desmonte progressivo, sendo marcante o desmonte da lateral sul da rua 5, o que pode ser observado comparando o estudo da Figura 38 e a foto de 1980 na Figura 43. Em levantamento de 2000, Campagnol (2004) constatou 160 casas na vila operária da USJ, portanto deduz-se que houve redução de 35% das unidades residenciais nos últimos 15 anos. Aproximadamente 60% das casas estão ocupadas, incluindo as residências dos proprietários, onde das 8 casas disponíveis, apenas 4 são usadas para moradia.

Campagnol (2004) constatou 6 tipologias de casas: isolada com e sem alpendre, e 4 tipologias de casas geminadas, 2 padrões sem alpendre, 1 com alpendre e

modelos de construção mais recente. As diferentes tipologias estão presentes, sendo que um dos tipos de casa isolada, mais periféricas, são usadas como alojamento coletivo para mão de obra temporária, para atender a pequena proporção de corte de cana em locais de relevo mais acentuados ou outras situações que impeçam a ação da colheitadeira.

As casas visitadas em julho/2019, foram as de modelo geminado sem alpendre, com 5 cômodos internos (sala, 3 quartos e cozinha) e banheiro externo independente, como pode ser observado na Figura 42. Poucos quintais revelam cultivo de hortaliças, pomar e criação de galinhas, que eram práticas comuns no século XX, no sentido de autossuficiência.

Houve adaptações de esquadrias, garagens e fechamentos, e instalações de antenas parabólicas. Percebe-se incipiente degradação do conjunto, principalmente nas quadras mais periféricas, mas não houve alterações relevantes nas tipologias e na organização do lugar, como é perceptível comparando o levantamento fotográfico atual com as fotos de 1960 e 1980 (Figura 43). Mas as narrativas indicam um novo interesse em morar na vila, por jovens funcionários, mesmo que temporariamente, conforme ilustra esta funcionária da USJ:

Me chamo Fernanda Corgi, tenho 28 anos e trabalho aqui desde 2009, [...] mudei para a colônia faz 3 meses, [...] precisamos sair de onde morávamos, então precisávamos de uma opção rápida que fosse boa e aqui é muito bom. Viemos eu, meu marido e minha filha de três anos. Eu não posso reclamar da estrutura, só precisei pintar porque ela ficou fechada um ano todo. Troquei a fiação do banheiro e uma pia, de resto tava tudo certo. Na verdade, é fácil pra mim. A minha vizinha trabalha comigo, a da frente também e a de baixo vejo bastante. Estou bem localizada, não posso reclamar. É uma paz. (*Fernanda Corgi, entrevista em 23/07/2019, Apêndice p.305*).

O abastecimento de água e o esgotamento sanitário é de responsabilidade da empresa, mas a energia elétrica é repassada aos moradores quando fornecida pela concessionária local, considerando a autossuficiência em geração de energia durante o período da safra (março a novembro, aproximadamente). Cobra-se um valor de aluguel baixo, vinculado ao salário, mantendo relação de trabalho com a indústria.

Figura 38 - Implantação da vila operária da USJ



Fonte: Desenho da autora, 2019

Figura 39 - Detalhe lote, quadra, rua



Fonte: Desenho da autora, 2019

Figura 40 - Levantamento fotográfico Equipamentos coletivos: antigo posto de combustível, hoje residência; antigo armazém, hoje almoxarifado, ambulatório e farmácia, hoje arquivo. Placa de inauguração do ambulatório em 1954.



Fonte: Adriana Corsini, 2019

Figura 41 - Levantamento do conjunto das casas: 1- no entorno da praça central, 2- na rua 3, 3- na rua 4, 4- na rua 5, 5- na rua paralela à escola, 6- tipologia com alpendre, 7- tipologia sem alpendre, 8- casa desocupada.



Fonte: Adriana Corsini, 2019

Figura 42 - Interior de uma casa visitada: 1- relação com o quintal, 2- banheiro no fundo da casa; 2- ligação coberta até o banheiro e relação entre vizinhos; 4- cozinha interna, vê-se a porta da sala e a dos quartos na lateral.



Fonte: Adriana Corsini, 2019

Figura 43 - Fotos da vila operária em 1960 e em 1980.



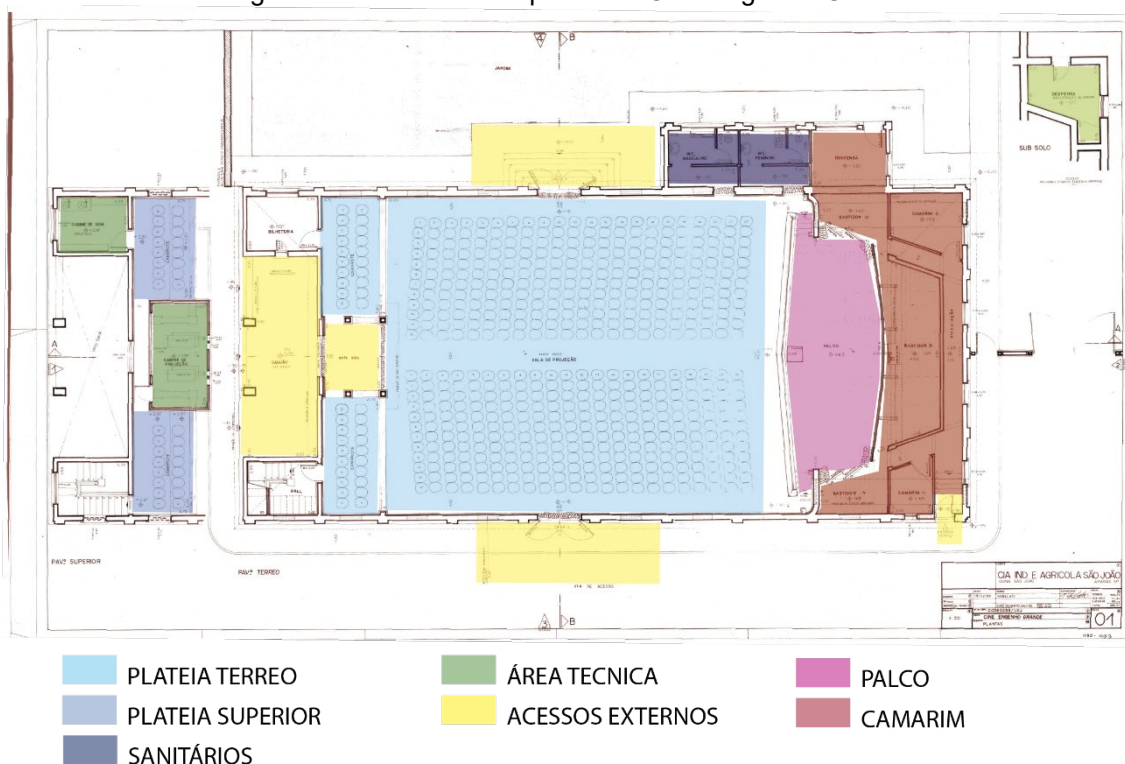
Fontes: Acervo USJ, 2019; GORDINHO, 1986

O Cine Engenho Grande está em desuso desde a década de 1990, por não comportar as atualizações de tecnologia e demanda das salas de cinema, caso não isolado da crise dos cinemas na década anterior em favor das salas de cinema Multiplex, ligados a conjuntos comerciais (geralmente junto com a expansão dos shoppings centers) e da atuação das vídeo locadoras, o que provocou mudança de comportamento social no usufruto da arte cinematográfica. Há problemas de degradação da cobertura, o que coibiu a visita interna.

O edifício se impõe na paisagem pelo gabarito, mas sua tipologia está totalmente integrada ao contexto, mantendo ares industriais, com tijolos a vista e telhado de

quatro águas de telha cerâmica (Figura 47). Localiza-se no largo da estrada de acesso, o que imprimia a vocação de atender uma demanda regional. É uma construção de 699 m², sendo 606m² no térreo, um camarote superior e sala de projeção com 80m² e instalações de apoio técnico no subsolo, 40m². A plateia possui 340 lugares, sendo 80 distribuído nos camarotes no térreo e no superior. Suas dimensões e programa arquitetônico podem ser visualizados no levantamento de 1988, cedido pela empresa.

Figura 44 - Estudo sobre planta do Cine Engenho Grande



Fonte: Estudo da autora sobre levantamento acervo USJ, 2019

Figura 47 - Foto do contexto rurubano do Cine Engenho Grande, vista da praça central



Fonte: Adriana Corsini, 2019

Outro edifício atraente no contexto da vila operária da USJ é a Capela de São João Baptista, inserida na praça arborizada central no conjunto rurubano. Capela católica, projeto do arquiteto Andre Kerekes de 1956, foi construída mantendo a linguagem dos tijolos aparentes. A pesquisa não encontrou registros sobre o arquiteto, também responsável pelo projeto em estilo moderno do Cine Araruna no centro de Araras, na mesma época. O levantamento fotográfico (Figura 48) revela particularidades desta arquitetura, como os arcos simples em tijolos aparentes, paredes vazadas em trabalho de tijolos, tipo cobogó, e interior do telhado em telha e estrutura aparente. A capela tem 410m², gabarito de 8m mais o campanário, comporta 100 pessoas sentadas e está totalmente preservada, incluindo imagens, acessos internos, mobiliário e sino. Há uma sala com os túmulos da família. Sua administração paroquial é feita pela Igreja de Nossa Senhora Aparecida de Fátima, no bairro de mesmo nome, em Araras. Seu uso limita-se a pastoral, missa semanal e, por sua beleza cênica inspirada na simplicidade formal, é muito requerida para celebrações, como casamentos.

Figura 48 - Levantamento fotográfico Capela de São João Baptista



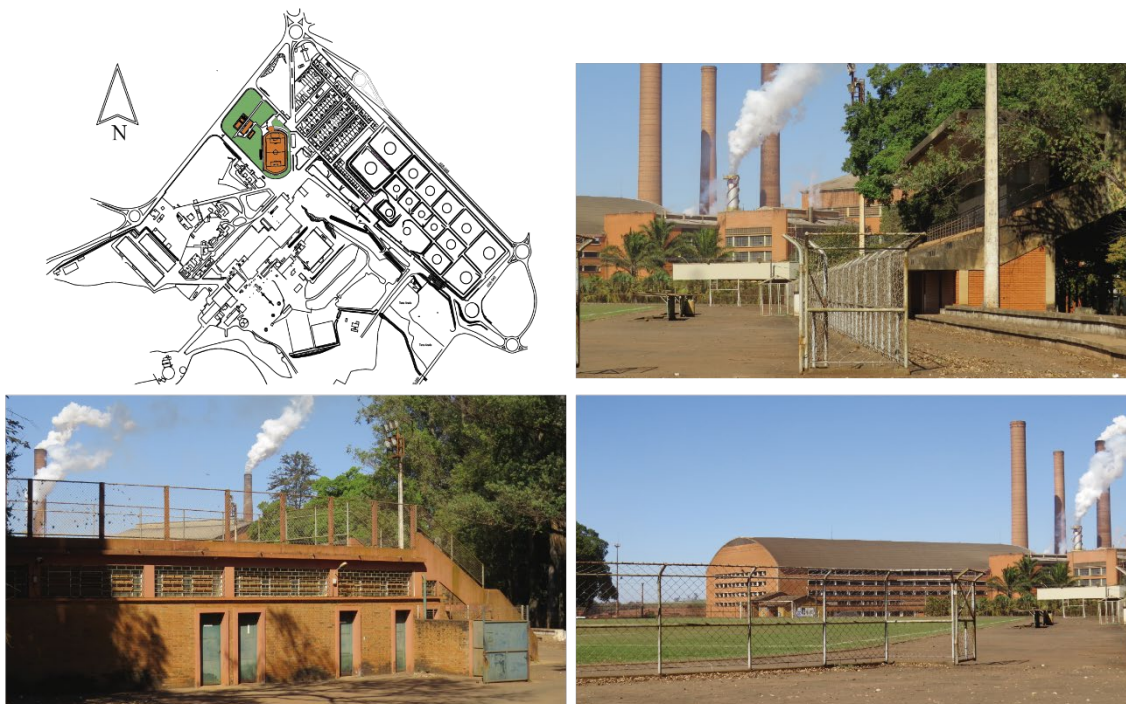
Fonte: Adriana Corsini, 2019

O salão social do clube também é utilizado para festas privadas, o que mantém frequência de uso e preservação das instalações. A Usina São João esteve ligada à várias atividades esportivas, sendo patrocinadora até a primeira década do século XXI do time de futebol do União São João, o mais importante time de Araras que formou jogadores de sucesso nacional. Ainda hoje o clube da Usina São João é referência na prática deste esporte, apesar do estádio ter sido transferido para um maior na Zona Leste de Araras. O clube é composto por estádio completo de futebol, conjunto de piscinas, campo de bocha e sede social, sem acesso liberado. Essa percepção de perda de sociabilidade foi registrada em várias narrativas, como por exemplo

[...] De tudo o que tinha na Usina, o clube é o que faz mais falta. Era muito bom. (Antonio Perinotto, entrevista em 23/07/2019, Apêndice 1, p.307)

“Nossa tinha muita festa, tinha bar, lá em cima com bocha, vários bailes. [...]A gente gostava muito de futebol de salão, então sente falta, mas não tem muito o que fazer. Meus filhos aproveitaram bastante o clube (José Ronaldo, entrevista em 04/07/2019, Apêndice 1, p.290)

Figura 49 - Campo de futebol, vestiário e arquibancada.



Fonte: Adriana Corsini, 2019

Figura 50 - Instalações do clube social da USJ

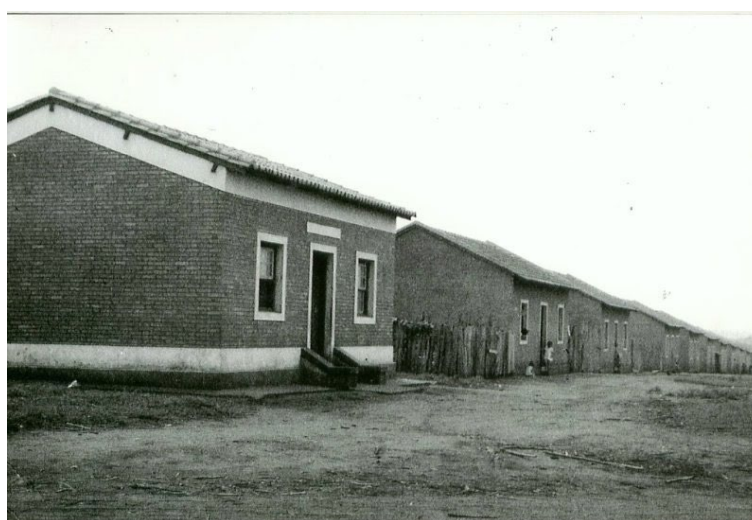


Fonte: Adriana Corsini, 2019

O edifício da Escola Estadual José Ometto é um elemento importante na paisagem e na organização do território da vila operária, que centraliza um fluxo social intenso, com atividades diárias nos dois períodos, impactando na organização do território rural regional. A escola atende 300 crianças no ensino fundamental (6 a 14 anos) formando um polo agregador da população rural do município, principalmente na região sul. A gestão da escola é estadual e a preservação do edifício escolar conta com parcerias privadas e municipais, desenvolvendo um programa educacional bem-sucedido (reconhecido pelo IDEB³⁴ e pela mídia) chamado “Usina do Saber”. O edifício foi construído no início da década de 1960, substituindo a escola menor que funcionava desde a implantação da USJ, registrada na foto de 1940 (Figura 51).

A estrutura construída de salas de aula, laboratórios, biblioteca, ginásio, quadra poliesportiva, pátio interno, refeitório e salas administrativas permanece a mesma desde sua inauguração. A manutenção é constante e a percebe-se atualização tecnológica nas salas de informática e de multimídia. O pátio organiza e integra o espaço livre da escola. As características arquitetônicas, na mesma linguagem dos tijolos aparentes e a qualidade dos espaços livres em seu interior, podem ser percebidas na Figura 52.

Figura 51 - Foto da escola anterior na década de 1940



Fonte: Acervo USJ, 2019

³⁴ IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes?id=180>

Figura 52 - Levantamento fotográfico da Escola Estadual José Ometto



Fonte: Adriana Corsini, 2019

Finalizando a leitura dos elementos arquitetônicos e urbanísticos, a pesquisa levantou remanescências do primeiro engenho implantado em 1935 por José Ometto (Figura 20), na recém adquirida fazenda São João, próximo a casa sede preexistente e à antiga Capela de São João Batista, construída em 1855. Havia nas proximidades de uma colônia conhecida como colônia antiga que foi desmontada na década de 1990 para o avanço do cultivo da cana de açúcar. Como pode-se visualizar na Figura 53, as primeiras instalações estão próximas de um curso de água, reflorestado na década de 1990.

Figura 53 - Localização dos remanescentes da 1a. implantação da USJ



Fonte: Mapa produzido em GIS pela autora, 2019.

A casa sede da antiga fazenda (Figura 55) foi residência dos proprietários até a construção da vila. Encontra-se abandonada, sem ocupação visível, isolada por mato fechado. Como é observável na Figura 54, a casa revela arquitetura vernacular, construída em tijolos, telhado cerâmico de quatro águas, com alpendre, seis cômodos mais cozinha e banheiro em anexo. Paredes e telhados em boas condições, revelando decorações em afrescos. Janelas com

venezianas e ferragens presentes, sem vidro, em bom estado. Algumas portas foram retiradas.

Figura 54 - Levantamento fotográfico da situação da Antiga Casa Sede da USJ.



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Figura 55 - Foto Antiga Casa Sede em 2001.



Fonte: ORZARI, 2001

A antiga Capela de São João Baptista, é construída em tijolos, telhado cerâmico em duas águas, porta em madeira com arco ogival e alguns adornos, incluindo afrescos nas paredes internas. O forro em madeira macho-fêmea, pintado em azul e branco, está em bom estado de preservação. O altar de madeira trabalhada e pintada está presente, desprovido de imagens. Como é observável na Figura 56 a capela está íntegra, sem manutenção recente e com as portas destrancadas, o que sugere invasões constantes, muito provável pelo interesse no patrimônio associado a memórias de religiosidades.

Figura 56 – Levantamento fotográfico da Antiga Capela de São João Baptista 01.



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Figura 57 - Levantamento fotográfico da Antiga Capela de São João Baptista 02



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

O conjunto da USJ, devido à sua localização próxima a rodovias, ao relevo ameno e ao mar de cana, é um marco na paisagem regional, podendo ser percebido num raio maior que 10 quilômetros de distância (Figura 57).

Figura 58 - Marco na paisagem regional



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

2.3.2 Conjunto rururbano da Usina Santa Lúcia

Os edifícios centrais do conjunto industrial da Usina Santa Lúcia foram implantados em 1940 (Figura 60), na micro-bacia do Ribeirão das Araras, que acompanha o traçado original da cidade de Araras. Estes edifícios permanecem como elementos articuladores das expansões da usina. Nesse conjunto a organização do território não optou pela inserção central de espaços públicos, mantendo a morfologia linear das colônias agrícolas tradicionais, alinhadas aos caminhos, o que pode ser observado na Figura 63. Essa aparente acomodação foi resultado da expansão da cidade na direção da usina já na década de 1950, integrando-a à malha urbana. A aproximação do perímetro urbano é legível na Figura 13, que demonstra a evolução da mancha urbana de Araras nas diferentes décadas, também ilustrada na Figura 59.

Com o acesso direto do sistema viário, as contínuas ampliações das instalações industriais sobrepuseram os espaços do conjunto e impulsionaram o desenvolvimento da malha urbana adjacente, principalmente nas funções sociais como escolas, comércio e equipamentos públicos de lazer. O que pode ser ilustrado com a narrativa do Sr. Adalberto:

A usina cresceu e a cidade também, aí elas se aproximaram. Quando eu cheguei o Cândida quase não existia, hoje cresceu e é bem perto da usina. Várias pessoas que trabalhavam na usina foram para esses bairros que ficaram perto (*Adalberto, entrevista em 18/02/2019 na USL, Apêndice p.282*).

O mapa da Figura 62 mostra a localização da USL à oeste do território de Araras, hoje totalmente integrada à malha urbana. O conjunto tem acesso regional pelos bairros urbanos do Jardim Rosana, Parque Santa Cândida e Novo Cândida, separados do centro da cidade pela Rodovia Anhanguera, o que causa forte impacto na região. O tráfego de caminhões de cana acessa o conjunto pelas estradas rurais e carreadores ao norte da usina, diminuindo, ainda que sem eliminar por completo, os conflitos de logística de cargas em relação à mobilidade urbana dos bairros adjacentes. A integração viária acontece por uma alameda arborizada com portal, paisagem icônica em Araras, que pode ser visualizada na Figura 58.

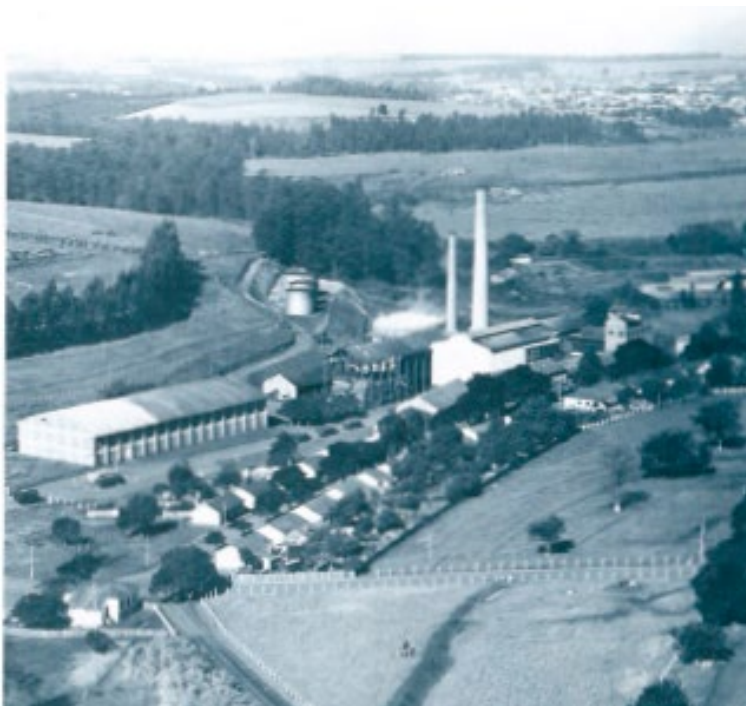
Figura 59 - Acesso urbano da usina Santa Lúcia, Vista de fora para dentro e de dentro para fora. Arboredo significativo na paisagem urbana de Araras.



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

A partir do Plano Diretor Integrado de Araras de 1972 (PLANIDRO, 1972) a expansão para a zona oeste do município foi restringida, intencionando preservar o potente manancial de água superficial desta zona. A divisa do município com o vizinho Rio Claro acompanha a crista divisora de águas entre a Bacia do Rio Mogi Guaçu e do Piracicaba -Capivari-Jundiaí (PCJ), o que significa que as nascentes nesta zona são todas contribuintes do sistema do Mogi Guaçu, e cruzam a cidade em direção ao leito do rio à leste. Mais de 85% do abastecimento de Araras provem deste manancial, e a própria represa da USL participa do sistema de captação. A Área de Proteção dos Mananciais foi demarcada no Plano Diretor vigente (ARARAS, 2006) conforme documentado na Figura 61, onde é observável a situação da USL neste contexto. O mapa da Figura 62 ressalta essa característica de ampla reserva hídrica do território da USL, que tem preservado historicamente nascentes e vários cursos de água, além de constituir a represa para seu abastecimento.

Figura 60 - Foto da implantação da USL década de 1960



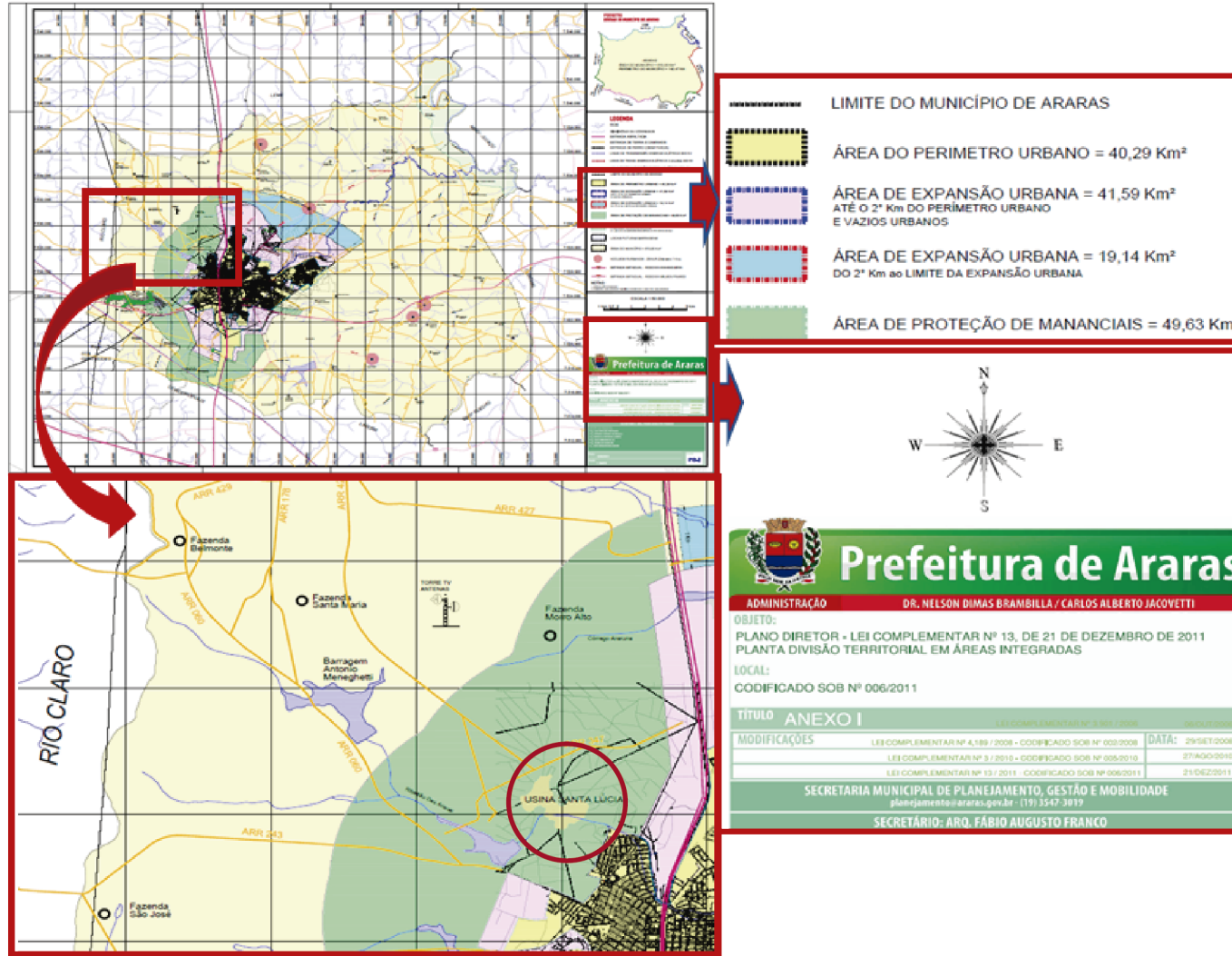
Fonte: GORDINHO, 1986

Figura 61 - Foto da USL em 1946



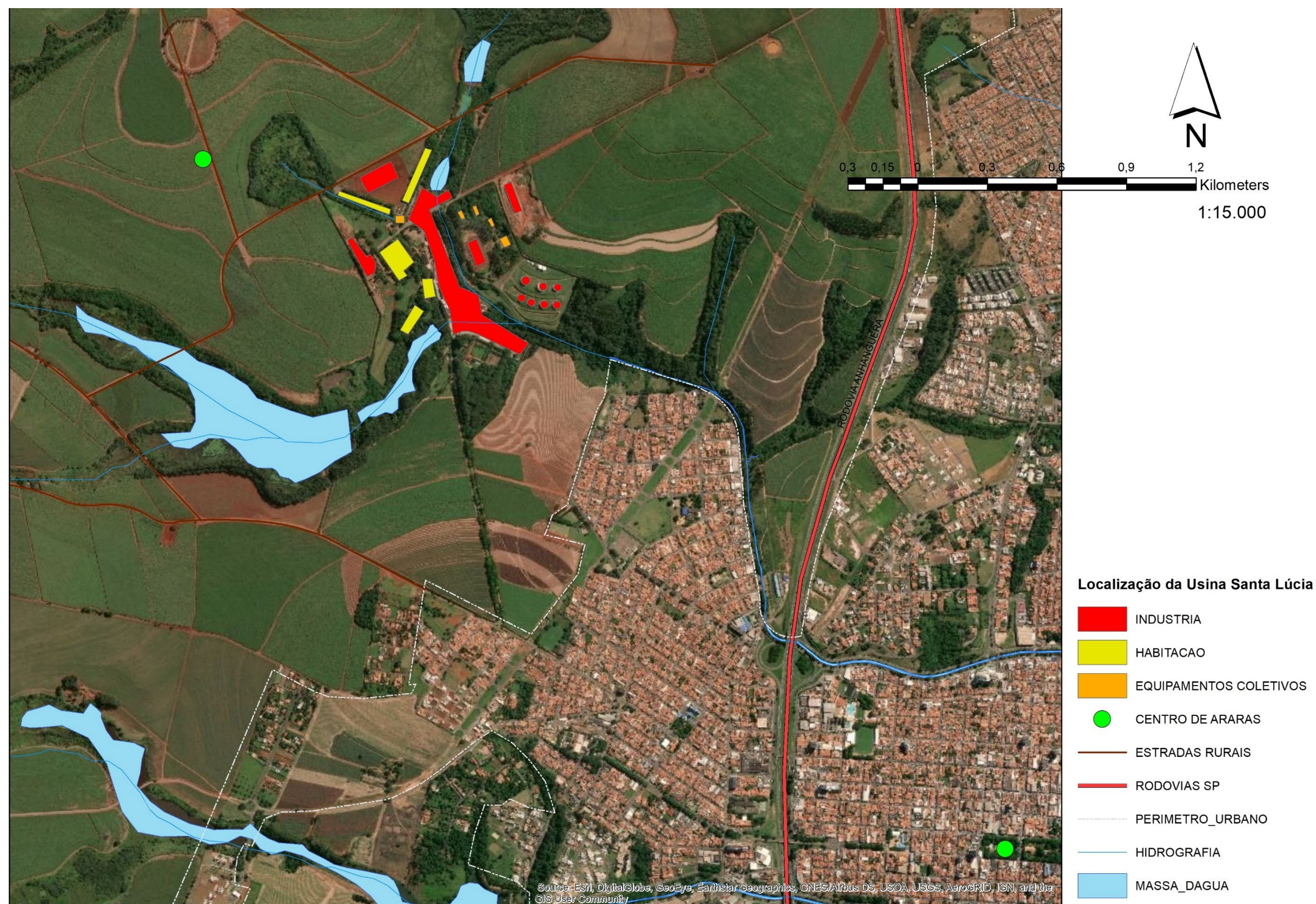
Fonte: GORDINHO, 1986

Figura 62 - Anexo I Planta Divisão territorial em Áreas Integradas, ampliação da localização da USL no contexto e ampliação parcial das legendas.



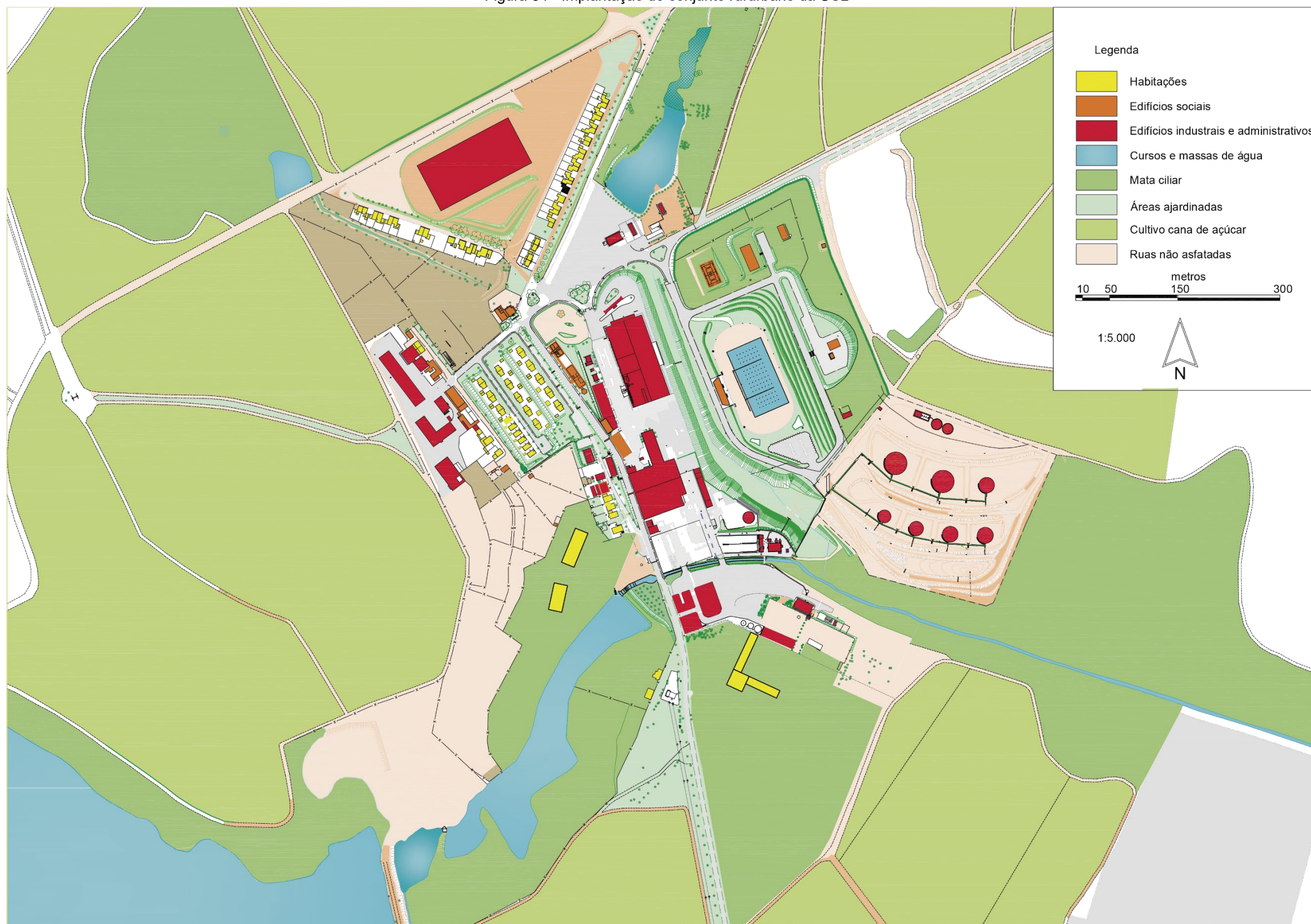
Fonte: ARARAS, 2011

Figura 63 - Mapa de localização da USL



Fonte: Mapa produzido em GIS pela autora, 2019

Figura 64 - Implantação do conjunto rururbano da USL



Fonte: Desenho da autora sobre levantamento topográfico fornecido pela USL,2019

As instalações industriais são constantemente atualizadas, mas permanecem os primeiros edifícios fabris. Nesses edifícios manteve-se fachada e gabarito originais e percebe-se boa qualidade construtiva em tijolos cerâmicos maciços, telhado cerâmico e esquadrias metálicas, em linguagem arquitetônica industrial praticada na primeira metade do século XX. Como já mencionado, as construções industriais nesse período, não só no Brasil, priorizaram tijolos maciços aparentes por ser uma opção de menor risco de incêndios, além da região de Araras conter ampla jazida de solo argiloso favorável à produção de tijolos cerâmicos em larga escala através de olarias. Por dentro da unidade fabril pouco se percebe a construção original, apenas em alguns enquadramentos, mas ela continua muito marcante na paisagem da entrada da usina, como demonstrado na Figura 64. As ampliações não reproduzem a arquitetura existente, são construções técnicas, a maioria em estruturas metálicas com fechamentos em telhas metálicas ou fibrocimento. Não há espaços sem uso na área do conjunto industrial e não há ruínas. Pode-se dizer que o único elemento construído preservado, apesar da obsolescência, é uma das chaminés. As chaminés altas, de tijolos, foram substituídas por chaminés metálicas e mais baixas, com sistema de filtros. Segundo César Krug Ometto, diretor industrial, apenas uma das três chaminés preexistentes foi preservada, especialmente por seu caráter simbólico, mantendo o marco vertical na paisagem (Figura 65).

Figura 65 - Conjunto fabril original em tijolos e as ampliações em estruturas e fechamentos metálicos na USL



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Figura 66 - Chaminé remanescente, uso parcial



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

A pesquisa, no levantamento de habitação, equipamentos sociais e permanência, registrou que na Usina Santa Lúcia existem atualmente 6 colônias, implantadas alinhadas às ruas arborizadas em diferentes patamares, o que resulta em certo isolamento de acesso físico e visual, nos usos cotidianos e dos ruídos fabris, garantindo conforto ambiental. A implantação das colônias manteve o padrão de ocupação das fazendas coloniais, alinhada aos caminhos, que por sua vez respeitavam a topografia amena da região³⁵. As colônias alinhadas seguem as curvas de nível e orientação norte-sul, exceto colônia 3, sendo que a maior parte das casas possui fachada frontal nordeste/leste. Totalizam-se 93 casas e ocupação aproximada de 90%, incluindo as residências de um dos proprietários e da matriarca. Os tipos arquitetônicos são casas geminadas duas a duas e algumas isoladas, de maior porte. São tipos vernaculares, difundidos nas colônias de café do final do século XIX, com telhados cerâmicos de duas águas. Alpendre frontal, recuos e garagem aparecem nas unidades reconstruídas recentemente. Cada colônia revela uma fase de renovação cíclica das construções, conforme análise na sequência.

As colônias estão distribuídas no território e convivem com instalações industriais, rurais e ambientais de modo harmônico. Percebe-se a qualidade paisagística em todo o conjunto, onde a arborização é evidentemente priorizada, conservando-se exemplares arbóreos centenários inclusive na área fabril. Logo

³⁵ Sobre a morfologia de implantação das fazendas no século XIX nesta região paulista, BENINCASA (1998, 2008) analisa, através de um detalhado inventário, a herança percebida no local do saber fazer das fazendas mineiras coloniais, onde as casas dos trabalhadores rurais são implantadas sem recuo demarcando as vias de acesso, sendo essas geralmente associadas a um curso de água.

no acesso ao conjunto industrial percebe-se a implantação geral da USL, em níveis separados por taludes e arborização, o que imprime qualidade paisagística ao conjunto (Figura 66).

Figura 67 - Foto da entrada USL, Colônia 1 à esquerda e parte do conjunto industrial à direita



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

A colônia 01 possui 4 casas que mantiveram uso contínuo desde sua implantação. São habitações maiores, destinadas à empregados de alta hierarquia, próximas aos escritórios, à indústria, à portaria e às residências dos proprietários, observável na Figura 67. Foram construídas recuadas à via interna, com recuos laterais e quintais amplos, em lotes maiores que 450m², separados por cercas. Sua implantação é escalonada conforme topografia, o que mantém as casas acima do nível da rua e os quintais em nível com continuidade com a área de pasto que fica imediatamente atrás. A casa 03 possui garagem em seu projeto original e as sequenciais 04, 05 e 06 têm um anexo para este fim (Figura 68). São casas em alvenaria rebocada, de telhados cerâmicos em duas águas, com 5 cômodos internos e janelas em madeira, veneziana e guilhotina de vidro do modelo original. Os banheiros deixaram de ser externos, e essas casas receberam manutenção constante, permanecendo conservadas.

A narrativa de Douglas Zurk Ferreira, 66 anos, que morou na Casa 03 de 1963 até 1977, dos 10 aos 24 anos, ilustra a rotina de trabalho do pai, gerente industrial da época:

Nós morávamos em uma casa praticamente em frente à usina. Era a primeira casa chegando na usina. ... Meu pai trabalhava na usina e tinha uma rotina muito pesada, me lembro bem que ele tinha que chegar antes das 6 da manhã para ver se não ia faltar ninguém na falta de turno, se não tinha que ir atrás de alguém pra repor. Aí ele vinha almoçar, voltava para a usina até

as 18, vinha jantar e voltava de novo para a usina até as 22 horas. (Douglas Zurk Ferreira, entrevista em 24/07/2019, Apêndice p. 302).

Figura 68 - Implantação da colônia 01, USL



Fonte: Desenho da autora sobre levantamento topográfico fornecido pela USL, 2019

Figura 69 - Colônia 01: casas nos. 03, 04 e 05. Fachada casa 04: alpendre e garagem.



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

As residências dos proprietários (casas 01 e 02) foram implantadas isoladamente, superando a ideia de controle predominante no período colonial para a ideia moderna de privacidade. A área compõe-se de um jardim generoso, bastante arborizado que inclui a mata ciliar nas margens da represa, que faz as bordas do cenário. Atualmente o acesso à área é controlado pela portaria do conjunto industrial e mantem a relação de proximidade com as casas da colônia 1 (Figura 69).

Figura 70 - Acesso à área residencial isolada e uma das residências.



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Na colônia 02 o ciclo de renovação é facilmente percebido. São 33 casas quase todas ocupadas, exceto aquelas que estão em manutenção. A maior parte foi totalmente reformada nos processos de adaptação aos novos modos de vida contemporâneos, incluindo os banheiros na parte interna e anexos para as garagens.

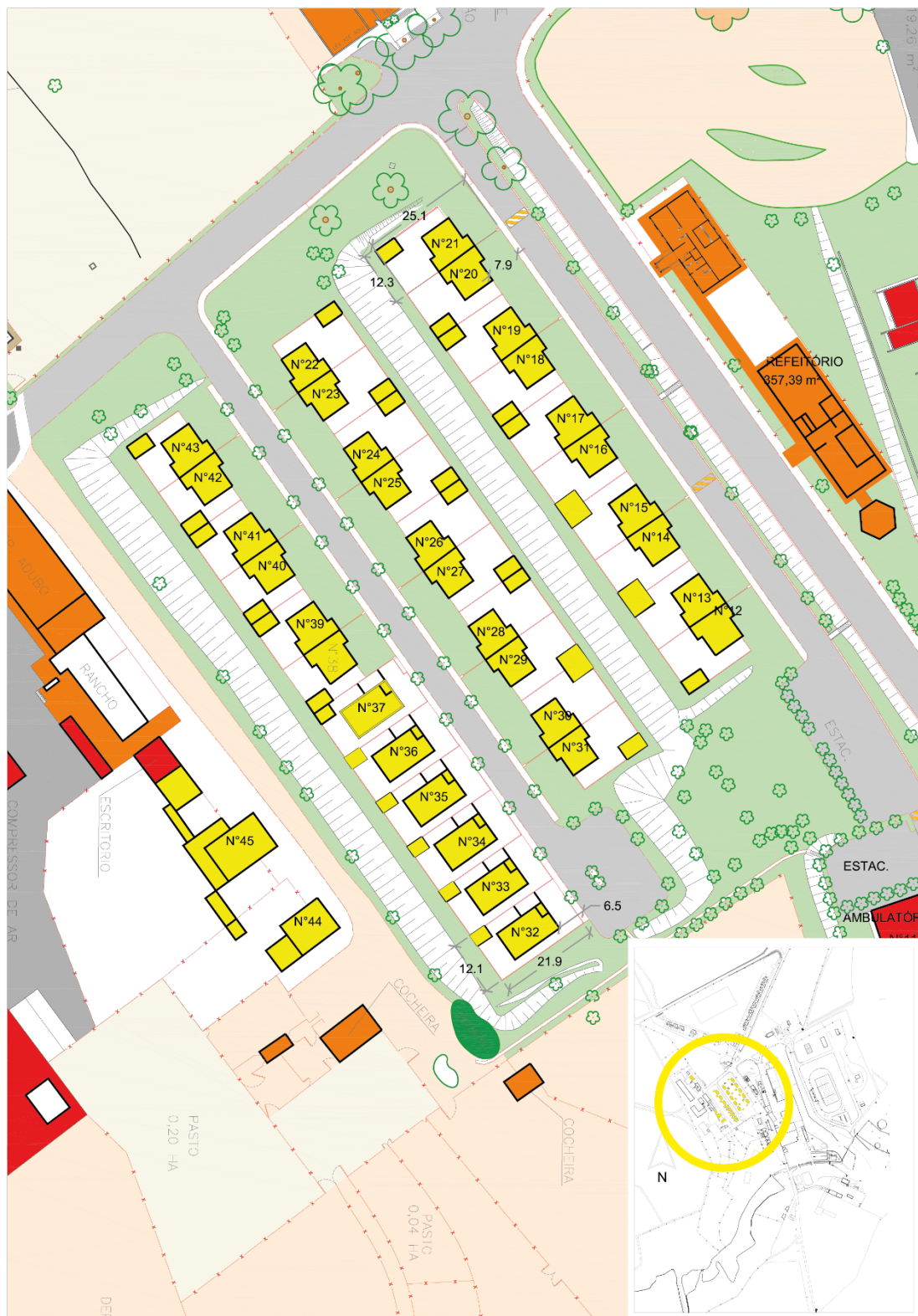
A morfologia da implantação se aproxima ao modelo de vilas, com sistema viário interno de entrada e saída única, reforçando a ideia moderna de privacidade, com área de estacionamento na extremidade interna, passeios e arborização (Figura 72). Os lotes são de 300m², com recuo frontal de 8 metros, recuo lateral de 3 metros e fechamentos em muros, conforme analisado na Figura 70. A

implantação acompanha a topografia, formando 3 platôs que proporcionam maior conforto ambiental, isolados por taludes gramados, ilustrado na Figura 71.

São duas tipologias, casas geminadas duas a duas e casas isoladas, evidenciando hierarquia de cargos. As casas geminadas tiveram as fachadas revestidas com placas cerâmicas, as esquadrias trocadas por peças metálicas de mercado, mantendo telhado cerâmico de duas águas e alpendre (Figura 73).

As casas isoladas no lote (casas números de 32 a 37, Figura 74) foram reformadas internamente, conservando as fachadas rebocadas e as esquadrias de madeira. Estão posicionadas mais internamente à colônia, com maior isolamento de acesso e vistas generosas.

Figura 71 - Implantação colônia 2, Casas de número 12 a 45, USL



Fonte: Desenho da autora sobre levantamento topográfico fornecido pela USL, 2019

Figura 72 – Levantamento fotográfico Colônia 2: taludes



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Figura 73 - Levantamento fotográfico Colônia 2: Sistema viário



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Figura 74 - Levantamento fotográfico Colônia 2: tipo das casas geminadas (casas números de 12 a 31 e de 38 a 44)



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Figura 75 - Levantamento fotográfico Colônia 2: casas isoladas no lote, números de 32 a 37



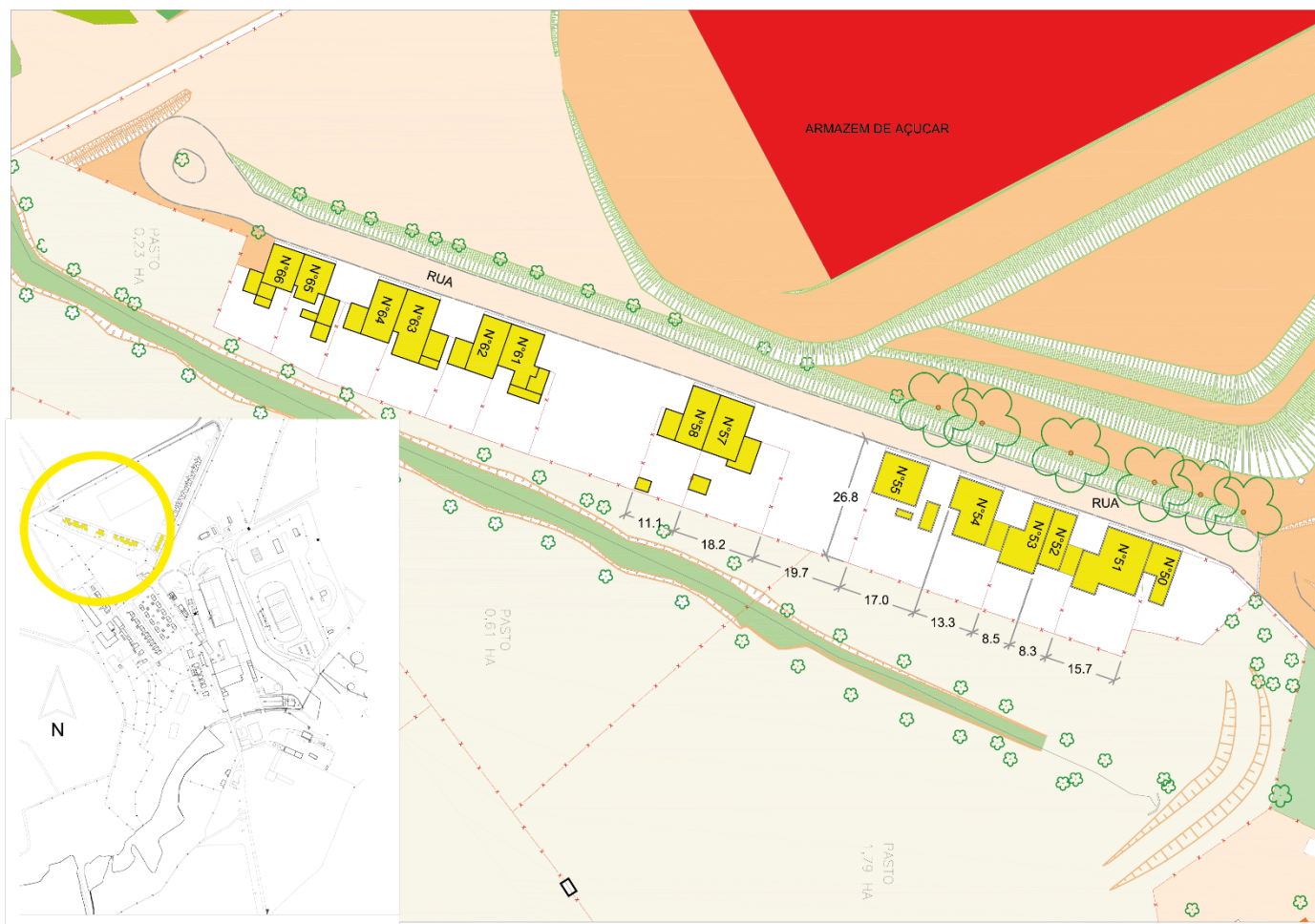
Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Todas as casas da colônia 03 estão ocupadas. Apesar do alinhamento ao caminho, que por sua vez é paralelo ao curso de água, não houve padronização na construção das casas nesta colônia, observável no estudo de implantação na Figura 75. A rua não é pavimentada, não tem calçada, mas é amplamente arborizada. Sem ser acesso industrial, a rua segue em direção à área agrícola e à represa. Ao Norte a colônia fica protegida por amplo talude gramado que comporta o platô do armazém de açúcar, construção recente de grandes dimensões que possui acessos independentes à colônia. Tais elementos que compõe a paisagem estão demonstrados na Figura 76.

Não há recuo frontal, as casas são geminadas duas a duas ou isoladas, mas todas possuem amplo quintal, com acesso ao curso de água e sua APP, o que

valoriza a ocupação desta colônia (Figura 75). Manteve-se o tipo de construção vernacular, sem alpendre, com paredes de tijolos rebocadas e telhados cerâmicos de duas águas, em diferentes tamanhos e organizações dos cômodos (Figura 77). Foram construídas garagens e outras instalações no quintal.

Figura 76 - Implantação colônia 3, Casas de número 50 a 66, USL



Fonte: Desenho da autora sobre levantamento topográfico fornecido pela USL, 2019

Figura 77 – Levantamento fotográfico Colônia 03, implantação: rua, talude e APP



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Figura 78 – Levantamento fotográfico Colônia 03: tipos de casas



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

A colônia 4 está pouco ocupada, por ser próxima ao acesso de caminhões da colheita da cana é o grupo de habitações mais exposto à pesada logística industrial. As casas estão mais deteriorada e destoam do ambiente conservado do conjunto da USL. Sua permanência parece ter sentido de memória e de composição da paisagem, vulneráveis a uma ação racional de organização do espaço.

As casas foram implantadas sem recuo, no alinhamento da via interna, paralela à estrada de acesso rural, observável no estudo de implantação da Figura 78. Entre as duas vias, a sem pavimento na linha das casas e a estrada asfaltada tem um canteiro arborizado e um pequeno talude, e em frente o estacionamento de caminhões de cana para aguardar a descarga, com oficina e posto de abastecimento. A colônia fica protegida por um talude maior por trás, originado no platô do novo armazém de açúcar e que a resguarda da logística contínua de caminhões de carga de produto.

As quatro primeiras casas, números de 67 a 70, foram reformadas seguindo o tipo da colônia 2 e estão ocupadas, possuem calçada. Separam-se do restante do conjunto por uma área arborizada. As casas na sequência são de um único tipo, porta e janela direto na rua, com duas águas de telhado e rebocadas. A tipologia está ilustrada na Figura 79.

Figura 79 - Implantação colônia 4, Casas de número 67 a 91, USL



Fonte: Desenho da autora sobre levantamento topográfico fornecido pela USL, 2019

Figura 80 - Levantamento fotográfico Colônia 4: implantação e tipos de casas



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

O conjunto da Usina da Santa Lúcia está incorporado à malha urbana, o que com o tempo resultou no desuso dos equipamentos sociais como escola, cinema e entrepostos comerciais. Os bairros limítrofes à usina Jardim Cândida e Parque Santa Cândida já estavam consolidados na década de 1970, como pode ser observado no mapa de evolução da mancha urbana de Araras, na Figura 12 e na Figura 13. A escola da usina atendia crianças de 7 a 11 anos, depois elas frequentavam as escolas no centro da cidade. Algumas crianças tinham bicicleta para irem à escola, mas não era um bem acessível a todas, a maioria ia a pé. Assim que os bairros inauguraram suas escolas atendendo às crianças menores, a escola da usina foi desativada. O edifício da escola, ilustrado na Figura 80, está implantado no centro do núcleo e hoje atende demandas administrativas. Várias narrativas de antigos moradores relembram os fluxos da escola:

Na usina a escola era até o terceiro primário. Como a locomoção era difícil tinha uma charretinha que ia buscar as professoras na cidade, a partir do quarto tinha que vir para a cidade. Aí a maioria vinha de bicicleta e outros a pé mesmo.” (Nava, entrevista em 01/08/2019, *Apêndice 1*).

A usina disponibiliza um ônibus por um período em que a maioria precisava de transporte para a escola, de manhã ele levava o pessoal e antes do almoço já voltava. Quem não conseguia se adaptar a essa rotina tinha que ir por conta própria o que normalmente significava ir de bicicleta e eu era um desses. Eu estudava no ginásio, Cesário Coimbra, e como a gente tinha um horário diferente, então eu ia, voltava antes do almoço e quando tinha aula de ginástica tinha que voltar mais uma vez. Naquela época, a gente era adolescente, era um percurso de 40 minutos, era divertido. (Douglas Ferreira, entrevista em 24/07/2019, *Apêndice p.302*)

Figura 81 - Levantamento fotográfico USL: antiga escola



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

O edifício do antigo cinema está implantado junto a indústria, na via de acesso ao conjunto. Externamente permanece conservado, há manutenção de telhados e fachadas, como pode ser visualizado na Figura 81. Seu uso atual é almoxarifado e o edifício está muito integrado aos fluxos administrativos. Permaneceu em uso como cinema até a década de 1980 como o local onde acontecia o encontro social com bailes e música, além dos filmes. As narrativas

Sou José Antonio Nava, nasci em 1951 na usina e fiquei lá até 1981. Ali eu tenho uma história e muita saudade daquele lugar. Procurei até hoje não perder essa raiz, ainda vou pra lá de vez

em quando, tenho amigos que moram lá. Depois de muito tempo fui lá e tirei uma foto da casa onde eu nasci que ainda está lá na colônia Boa Vista. Essa colônia fazia parte das nossas partidas de futebol. A gente brincava que era a turma da arena contra a turma da MDB, misturava com política também. Aí mudava e ficava palmeirenses contra santistas, na época de pelé que o Santos era o maior do mundo. Não dava para fazer de Corinthians e São Paulo porque não tinha torcedor. Naquela época não tinha o que fazer, era jogar bola. Na verdade, tinha sim, tinha o cinema e os filmes que passavam lá eram os mesmos grandes que passavam no cine Araruna. Quando tinha Mazzaroppi a gente chegava cedinho para pegar lugar na frente. Aí uma vez por mês eles tiravam as cadeiras do cinema e tinha bailinho de sanfona. Era muito divertido, tinha barzinho que a gente se reunia para jogar bilhar (*José Antonio Nava, entrevista em 01/08/2019, Apêndice p.317*)

Nunca arredei o pé daqui. Falo que trabalhei 10 meses na cidade como se fosse muito longe. Hoje em dia eu vou na academia, padaria e supermercado. Quando eu era pequena tinha padeiro que vinha, leiteiro, tinha uma vendinha. Meu pai também era famoso, já que era ele que organizava os times de futebol e etc. Eu cheguei a montar um time de futebol e antes um de vôlei. Teve até campeonato regional de bocha. Aí foi acabando pela facilidade de ir para a cidade, hoje todo mundo tem carro. Na época de adolescente era tudo de ônibus. Na época que eu era criança tinha festa junina, só coisa boa. Hoje é falta de alguém que faça as festas, porque é muito fácil. Era meu pai também que passava os filmes do cinema, era o maior lanterninha, mas nessa época eu já não dava tanta atenção. Na época da minha mãe vinham músicos toda semana para tocar, na minha época era mais focado na igreja, missa, ia comer no bar do seu Valdomiro (*Angélica, entrevista em 27/02/2019, Apêndice p.294*)

Figura 82 - Levantamento fotográfico USL: antigo cinema



Fonte: Adriana Corsini, 2019

Os edifícios construídos como entrepostos comerciais também são atualmente usados como depósitos. Foram implantados na mesma área, próximos à oficina, sem relação direta com as habitações ou acessos diretos, como pode ser observado na Figura 82. No conjunto comercial funcionava inclusive um açougue

que comercializava carne produzida nos pastos da usina, que ainda permanecem. Para a percepção da autossuficiência que o entreposto proporcionava, segue parte da narrativa de Nava, morador até os 30 anos da usina:

Seu João Borella era o contador da usina Santa Lúcia e na época as pessoas vinham comprar no armazém aqui na cidade. Quando ele viu que era muito difícil vir até a cidade para fazer compras, aceitou de prontidão mudar para a usina de volta para manter o armazém da usina. Lá tinha de tudo, inclusive com entrega dentro das vilas. Seu João também era quem passava os filmes no cinema. O filho dele vinha me acordar de sábado cedo para ir junto com o pai dele escolher os filmes que chegavam para passar no cinema. As vezes eu ia fazer a gravação para ganhar um guaraná (Nava, entrevista em 01/08/2019, Apêndice 317)

Figura 83 - Levantamento fotográfico USL: antigos entrepostos comerciais



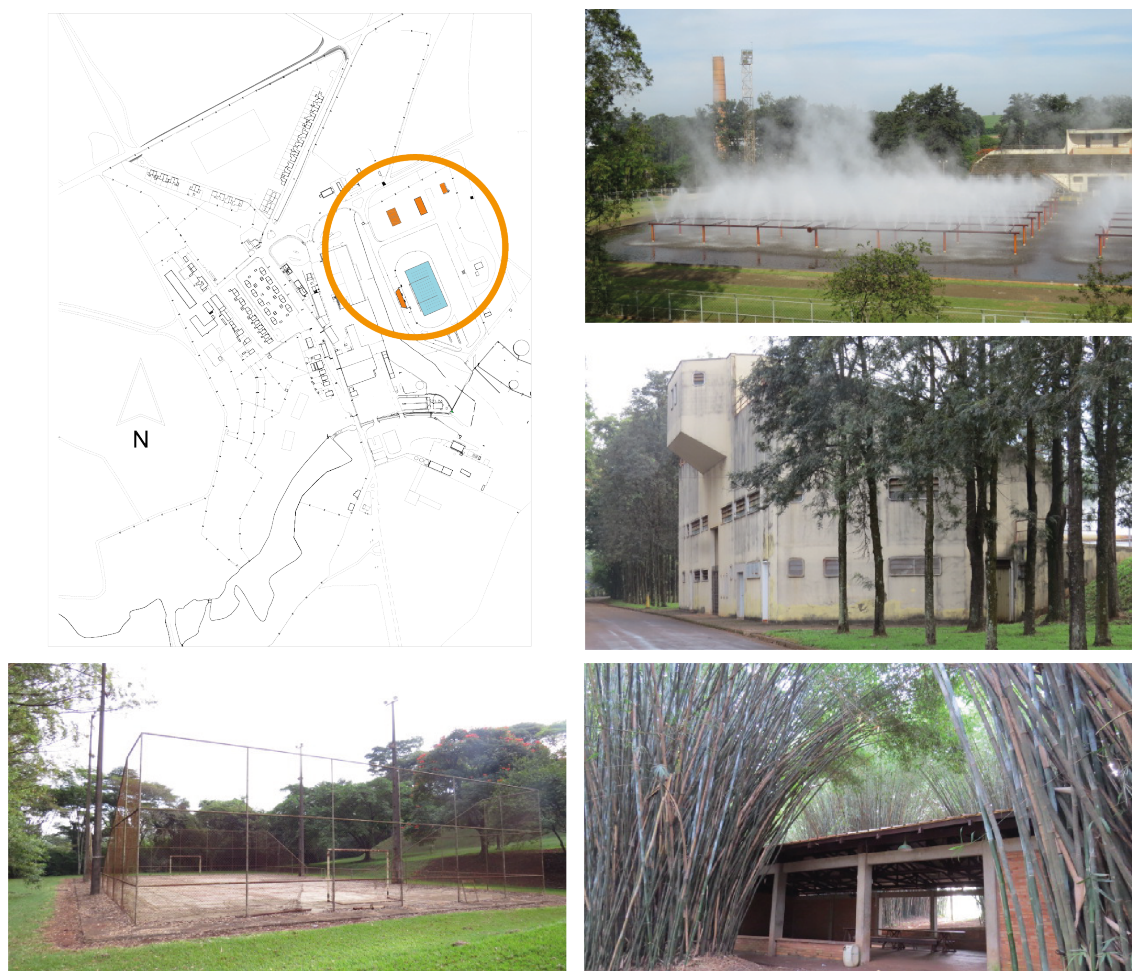
Fonte: Adriana Corsini, 2019

O campo de futebol é celebrado em quase todas as narrativas, já que a integração entre os diversos times internos e regionais eram eventos de

reconhecimento social. O campo da Usina Santa Lúcia era importante no circuito dos campeonatos regionais, e contava com estrutura de vestiários e arquibancada. Na década de 2000, na área do campo foi implantada uma moderna estação de resfriamento e reaproveitamento de água do processo industrial, mas a arquibancada permaneceu (Figura 83).

A quadra poliesportiva permanece, mas sem uso ou manutenção específica. Nessa área de lazer foi construído um quiosque para eventos internos implantado no meio de um bambuzal.

Figura 84 - Levantamento fotográfico USL: antigo campo de futebol, quadra poliesportiva e quiosque com churrasqueira



Fonte: Adriana Corsini, 2019

A Capela de Santa Lúcia foi construída na década de 1990 substituindo uma capela anterior, e promove missas semestrais de início e fim de safra agrícola. A construção é singela, com um campanário moderno e implantada em uma das cotas de nível mais altas do núcleo (Figura 84).

Figura 85 - Levantamento fotográfico USL: Capela de Santa Lúcia, reconstruída na década de 1990.



Fonte: Adriana Corsini, 2019

A USL incorporou na década de 2000 a antiga sede da fazenda São Joaquim, que não havia sido vendida com as terras para a implantação da usina na década de 1940. A sede foi tombada pelo COMPHAC em 1995, com seus bosques e jardins. A Fazenda São Joaquim foi propriedade cafeeicultora do Barão de Araras, Bento de Lacerda Guimarães, fundador do município. Apesar de ter sido anteriormente reformada pelos herdeiros do barão, está em ótimo estado de conservação e sem uso. O portão de acesso à Sede fica na via de acesso da Usina (Figura 85).

Figura 86 - Acesso à antiga sede da fazenda histórica São Joaquim



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Figura 87 - Sede da Fazenda São Joaquim



Fonte: Gordinho, 1986.

A USL está inserida em um vale, o que, além da proximidade do tecido urbano, limita sua visualização na paisagem regional, diferente da USJ, percebida a muitos quilômetros de distância.

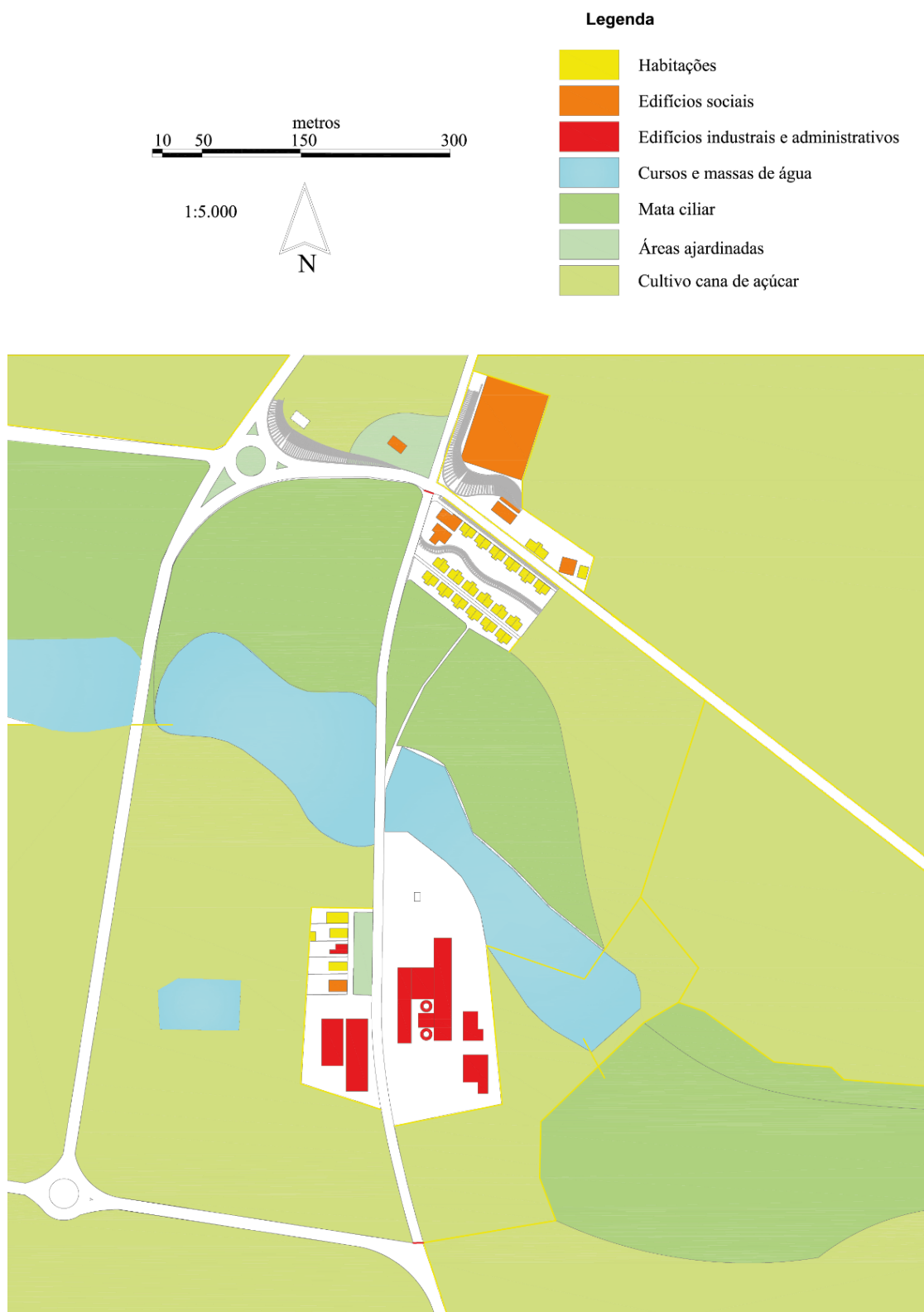
2.3.3 Conjunto rururbano da Usina Palmeiras

A Usina Palmeiras está implantada no Norte de Araras na ARR 040, antiga estrada de acesso à cidade vizinha de Leme. O território fazia parte da fazenda Palmeiras, área desmembrada próxima às margens do represamento do Ribeirão da Água Boa, contribuinte do Rio da Araras. A represa e sua mata ciliar formam, até hoje, um lugar de beleza natural, anteriormente frequentado como área de lazer pelo núcleo rururbano (Figura 29).

As estradas que cruzam o local estruturaram a implantação do núcleo: a ARR – 040 é o eixo de acesso à Araras ao sul e ao norte ao núcleo rural do São Bento, e sua antiga estação ferroviária, e sequencialmente Leme; e a ARR – 040 era o eixo perpendicular de acesso a leste ao núcleo rural do Elihu Root e sua estação ferroviária e a oeste à via Anhanguera. Tal relevante inserção regional pode ser analisada nos mapas da Figura 16, Figura 17 e Figura 18.

Como pode ser analisado na implantação da Figura 87, a ARR- acessava diretamente o armazém de açúcar de um lado e a indústria do outro, dividia o grupo das casas dos gerentes com a indústria, incluindo uma praça na transição entre os dois espaços. No sentido para Norte, transpassava a represa e no cruzamento com a ARR 039 estavam implantados o edifício da escola, ainda presente, e o armazém, demolido ao ser substituído pelo edifício existente atualmente. A estrada continuava como eixo de implantação e ladeava o campo de futebol, seguindo para o Núcleo rural do São Bento e Leme. O acesso direto era desejável na década de 1940, quando o núcleo foi implantado, mas o excesso de fluxo de caminhões tornou-se um conflito cotidiano, com riscos aos moradores e poluição do ar e sonora, o que resultou no desvio da estrada na década de 1970, como observado na implantação na Figura 87. As ruas internas permanecem sem pavimentação.

Figura 88 - Implantação da Usina Palmeiras



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

O conjunto industrial foi construído com excelência tecnológica para época e com certa monumentalidade formal para representar uma indústria moderna e

potente, preparada para concorrer com as duas outras usinas recém instaladas em Araras. O anúncio no Álbum de Araras (ALMEIDA,1948) reflete tal intenção (Figura 22). Os edifícios são em estrutura de concreto e tijolos maciços aparentes, esquadrias metálicas basculantes em vãos regulares, telhado de duas ou quatro águas com estrutura de madeira e telhamento em fibrocimento. As grandes estruturas funcionais, como os trilhos metálicos para movimentação de matéria prima, foram removidas. As paredes dos edifícios que integravam estas grandes estruturas estão danificadas, provavelmente pela ação de remoção das mesmas, o que traz a aparência de ruínas. As paredes do armazém e dos edifícios de destilação permanecem. Boa parte da cobertura foi removida ou desabou, e o material de desabamento não foi removido, o que aumenta a percepção de abandono. Os vidros estão quebrados, mas as esquadrias permanecem. A análise pode ser observada nas Figura 88, Figura 89, Figura 90 e Figura 91.

Figura 89 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: conjunto industrial



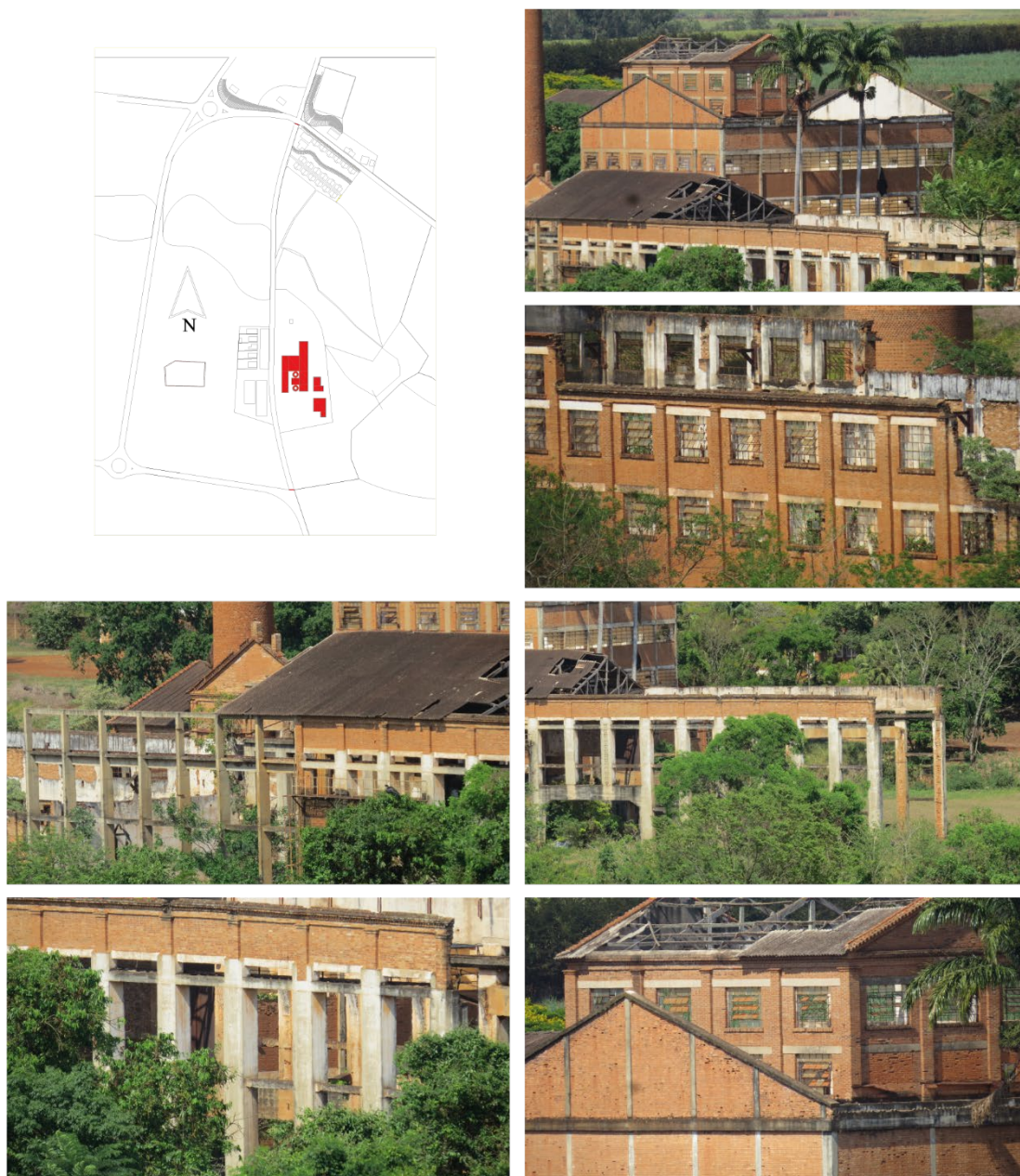
Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Figura 90 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: armazém



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Figura 91 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: edifícios industriais



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

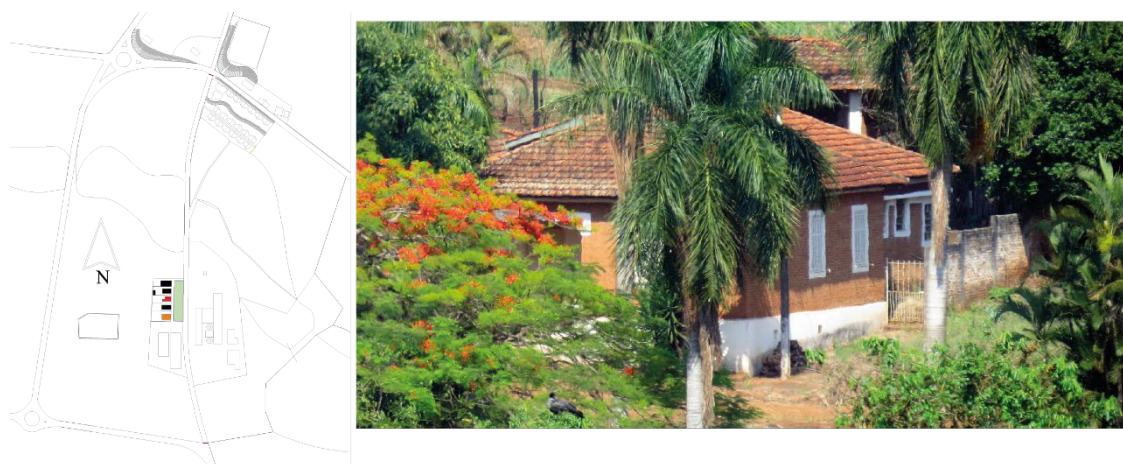
Figura 92 - Foto aérea usina Palmeiras



Fonte: Fly Lens Imagens Aéreas, 2016. Disponível em:
<https://www.facebook.com/ArarasAntigo/photos/a.1196449697045768/1290119677678769/?type=3&theater>

O grupo de 5 casas em frente à indústria era destinado a cargos gerenciais, sendo o primeiro uma farmácia (ambulatório) e a central era o escritório administrativo. As outras 3 casas eram habitações, são de tijolos aparentes, com telhado cerâmico de 4 águas e esquadrias de madeira com veneziana e guilhotina de vidro. As casas são de 6 cômodos, banheiro interno, alpendre e garagem em anexo. Em frente ao conjunto existem vestígios de uma praça que separava o conjunto das casas da estrada. Toda a área permanece bastante arborizada. Área está ilustrada na Figura 92 e na Figura 93.

Figura 93 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: Casas em frente à indústria



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Figura 94 - Foto Aérea das casas em frente à indústria



Fonte: Fly Lens Imagens Aéreas, 2016. Disponível em:

<https://www.facebook.com/bruno.fvd/videos/732203730264650/?v=732203730264650>

A morfologia da colônia é de vila com duas ruas internas com correr de casas que acessam perpendicularmente a estrada principal norte-sul, em dois níveis de platôs. No platô inferior as casas são alinhadas à rua em ambos os lados, são geminadas duas a duas, com inserção de anexo de garagem em algumas delas, em lotes padronizados de 250m², separados por cercas de bambu. Não há recuo em relação à rua interna e vestígios do uso dos quintais. O platô está delimitado abaixo por um talude que integra a mata ciliar e a represa, e acima por um talude que separa os quintais das casas do alinhamento da rua superior.

As casas na colônia são de um único tipo: tijolos aparentes, telhados cerâmicos de duas águas, alpendre e janelas de madeira, com venezianas e guilhotina de vidro. São 4 cômodos mais banheiros externos e anexo para garagem.

Outro platô compõe-se de rua interna paralela a ARR-039. O fluxo nessa via era considerável e houve o cuidado de implantar o correr de casas em um nível abaixo da estrada, o que tornava o conjunto menos exposto. Essa rua interna tem início com a escola e a separação da estrada é marcada por um muro de pedras, hoje complementado pela cerca de fechamento por todo o conjunto industrial. O acesso à estrada acontecia por duas escadas metálicas. A implantação da rua, muros e escadas de acesso estão ilustradas na Figura 97.

O edifício da escola segue o padrão construtivo de tijolos aparentes e telhado cerâmico de duas águas, esquadrias metálicas basculantes no padrão dos edifícios industriais. Atendia crianças até 11 anos que moravam na região, gerando um fluxo cotidiano relevante. Paredes, telhados e esquadrias estão íntegros, apesar da ausência de manutenção, e a percepção de abandono é dada pelos vidros quebrados, sujeira e mato, observável na Figura 94.

Figura 95 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: Escola



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Figura 96 - Foto tirada em frente à Escola Estadual Silvio Roberto Baggio, 1971.



Fonte: Acervo Profa. Maria Conceição Lucrécio Melari. Disponível em: <https://apologo11.blogspot.com/search?q=palmeiras>

Figura 97 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: colônia



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Figura 98 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: desnível estrada e rua interna, muro e escada



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Na estrada leste-oeste (ARR) foram implantados paulatinamente o novo entreposto comercial e o clube, com sala de cinema, campo de bocha e vestiários que acessavam o campo de futebol em um platô acima. O cinema

apresenta deteriorações nas esquadrias de madeira, mas piso, forro, palco e telhado estão íntegros, apesar de aparentemente não receberem nenhuma manutenção, as condições estão ilustradas na Figura 98. Os armários de madeira e suportes de projeção da sala técnica estão íntegros, e sobram vestígios de papel de parede e pinturas que decoravam a plateia. As instalações de rádio que anunciavam as sessões de cinema e os eventos de música e baile ainda estão presentes. O campo de bocha também permanece completo em ótimo estado de conservação, mas não há indícios de ocupação ou uso desses edifícios (Figura 99). O campo de futebol também permanece, sem nenhuma infraestrutura especial, não há informações sobre usos eventuais (Figura 100).

Figura 99 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: clube



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Figura 100 - Levantamento fotográfico usina Palmeiras: campo de bocha



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

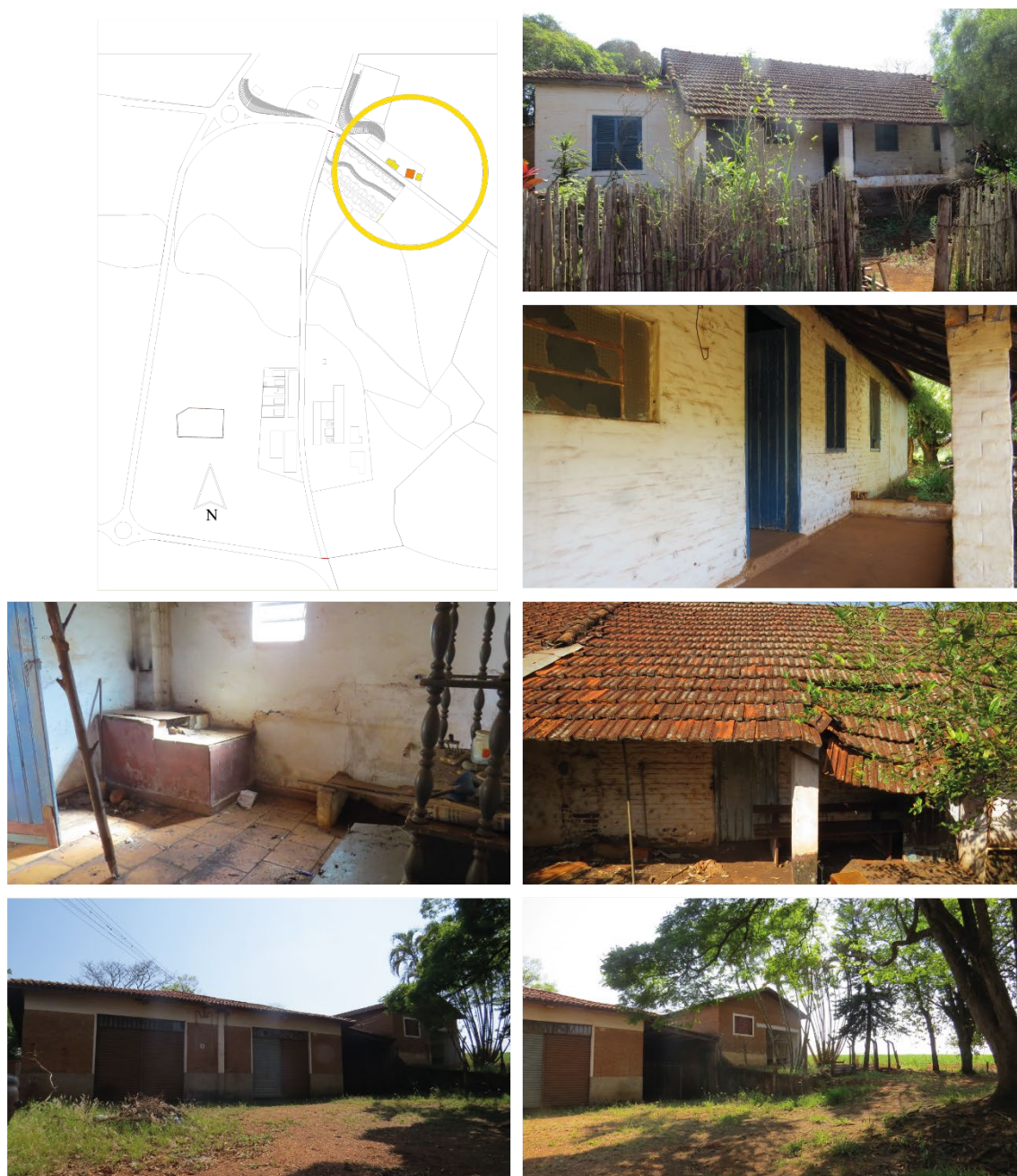
Figura 101 - Levantamento fotográfico Usina Palmeiras: Campo de futebol



Fonte: Adriana Corsini, 2019.

Vizinho ao clube existe uma casa, ocupada até recentemente, bastante deteriorada. Na sequência à leste está o armazém, abandonado e mais uma casa, esta sim habitada. Este grupo de edifícios está demonstrado na Figura 101.

Figura 102 - Levantamento fotográfico da Usina Palmeiras: casas e entreposto comercial

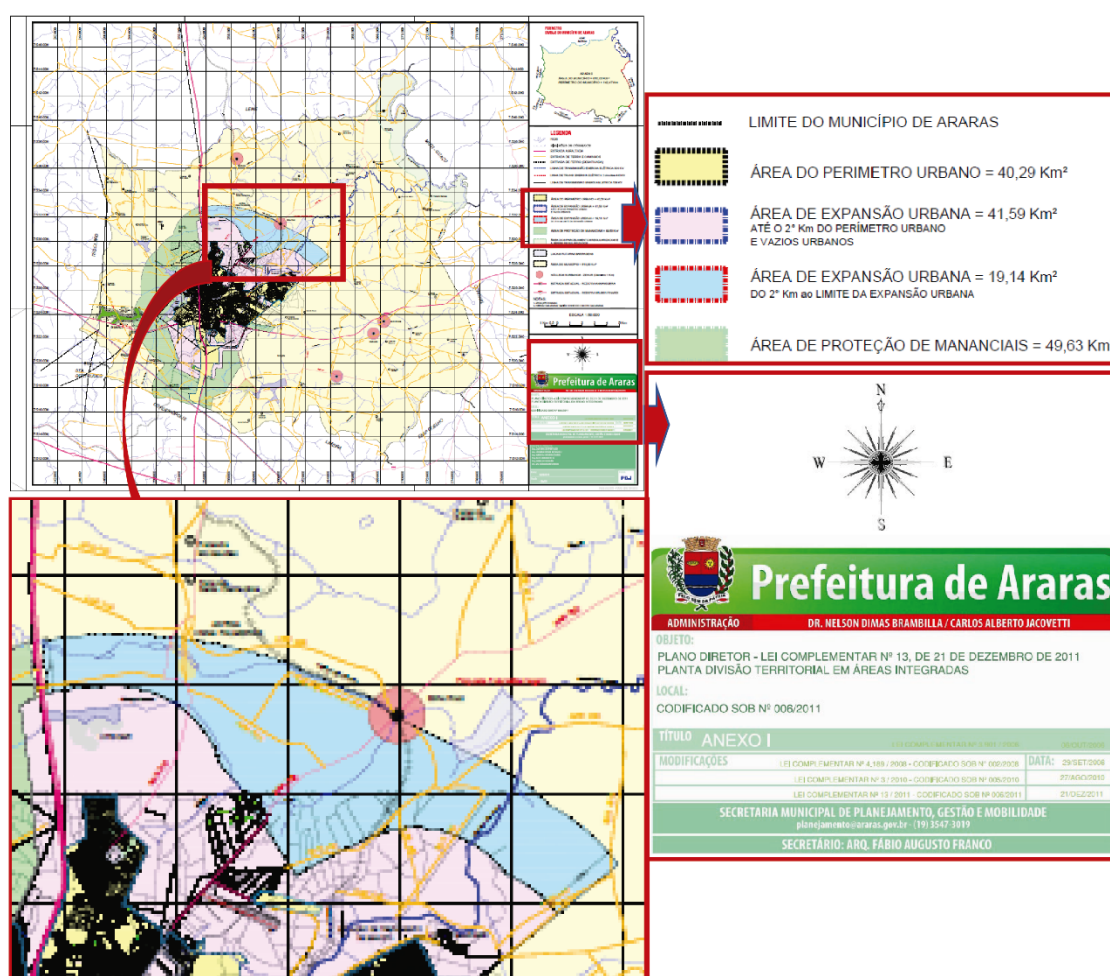


Fonte: Adriana Corsini, 2019.

No início da década de 1990 a usina cercou sua área, motivada pela violência crescente nas áreas rurais e dificultou o acesso social. Em 1992, encerrou suas atividades e abandonou suas edificações, que estão desocupadas, boa parte degradadas e inacessíveis ao público. Próximo ao local há uma pequena ocupação do MST no alinhamento do antigo leito ferroviário, propriedade da união, e alguns parcelamentos irregulares.

Logo após a falência da usina, em 1992, boa parte do maquinário e instalações pesadas foram vendidas. As questões da saída da empresa do mercado são administrativas, há muito conflito na narrativa sobre o fato. Como a empresa pertencia a um grupo de investidores locais, sua desarticulação envolveu a sociedade ararense. Ainda há um escritório da Usina Palmeiras para finalização de processos jurídicos. A USJ comprou a cota de açúcar na conjuntura da falência e a área foi comercializada algumas vezes, hoje pertencendo a um grupo financeiro não local. O conjunto rururbano está vulnerável à pressão do mercado imobiliário. Apesar de localizar-se fora da 2ª. Zona de Expansão Urbana definida pelo Plano Diretor vigente, Lei 3901/2006, está no limite desta demarcação a 2km da Zona de expansão urbana propriamente dita, como demonstrada Figura 103.

Figura 103 – Estudo sobre Anexo I Plano Diretor Araras



Fonte: Araras, 2011

2.4 Percepção dos sujeitos e cultura imaterial

Voltando aos parâmetros do PNPI segundo ARANTES (2000), foram levantadas manifestações de práticas e domínios da vida sociais através das referências significativas transmitidas pelos sujeitos envolvidos com as usinas, sempre associadas ao contexto que lhe dão sentido, evitando um olhar que congelasse o processo formador do bem cultural estudado ou que o homogeneizasse, procurando trazer as diferenças e os conflitos. Reconhece-se, nas narrativas dos sujeitos, posturas de nostalgia e negação do conflito, justificadas pelo desejo dos sujeitos em confortar a identidade da comunidade, refletir sobre ela e propulsionar os enfrentamentos cotidianos (CHOAY, 2001).

O levantamento da cultura imaterial associada às usinas inclui as celebrações festivas que permanecem: a festa junina de São João, na USJ e as celebrações de início e fim de safra da USL.

A festa junina da USJ acontece anualmente no sábado próximo ao dia 24 de junho, dia do padroeiro da usina, há 75 anos. A festa tem alcance regional, com os elementos tradicionais: sanfoneiros, quadrilha, comidas caipiras, decoração, brincadeiras e consta do calendário turístico de Araras. Antes da festa é celebrada missa especial.

A celebração de início e fim de safra da USL foi simplificada a uma missa católica na capela do lugar, mas por muito tempo acontecia a romaria com a imagem da padroeira. A romaria também era uma celebração recorrente na usina Palmeiras, como ilustrado na Figura 106.

A festa junina da USJ (Figura 110) está inserida como cultura imaterial de Araras no Plano Diretor de Turismo, Lei nº 4.859/2016, através do calendário oficial de eventos.

Outro elemento captado é o modo de vestir do boia fria compõe o imaginário regional como uma forma de expressão, impregnada pelas questões práticas do ofício do cortador de cana. Tem sido retratado em fotografias (Figura 9), esculturas, gravuras e pinturas (Figura 104 e Figura 105), mas não foram localizados estudos específicos sobre o tema, provavelmente pela proximidade temporal.

Figura 104 - "As boias frias" de David Wang, s/ ano, óleo sobre tela



Fonte: David Wang e a arte de ver a vida. Disponível em <http://davidwangpen.blogspot.com/2006/01/>.

Figura 105 - "Os boias frias" de Guapo, 1995, óleo sobre tela



Disponível em <https://www.artmajeur.com/pt/jfguapo/artworks/9495883/os-boias-frias-10-jpg>. Acesso em outubro/2019.

Sobre o trabalho com o corte de cana, percebe-se a questão da memória que se eleger e a que se esquece: vários dos sujeitos começaram como cortadores de cana, mas as suas narrativas não revelam a dureza do trabalho negativamente, mas sim a oportunidade do trabalho, seja para os que vieram do ambiente

carente do nordeste brasileiro como para os adolescentes que viviam nas usinas ou para as pessoas que não tinham emprego formal.

Na narrativa de Lucinei, que era roceiro em Livramento de Nossa Senhora, no interior da Bahia, no mês de março, pré-safra, havia um sentimento de ansiedade coletiva, para o deslocamento que viria, ainda sem trabalho confirmado. Trabalhavam seis meses nas usinas em São Paulo e retornavam, voltando a trabalhar com suas próprias roças, com o dinheiro que sustentava o lugar de origem. Somente depois de algumas idas e vindas é que o trabalho estava garantido:

Eu sou Lucinei, vim de Livramento em 1995, fazer safras que duravam seis meses. No começo, a Usina Santa Lucia pagava as passagens de ida e volta. Veio de gerações, meus tios e pais já trabalhavam aqui e a gente continuou vindo. Todo ano vinha mais novato também. A gente vinha sem serviço certo, chegava aqui e ia conversar com o gerente para pedir serviço. Mas depois que a gente fez o primeiro ano a gente já vinha certo de trabalhar (Lucinei, entrevista em 27/02/2019 na USL, *Apêndice p.292*)

O Sr. Nava, nascido na USL, conta que o corte de cana era o trabalho disponível, e ele com 14 anos, “magricelinho”, foi trabalhar na lavoura para contribuir com o salário do pai e comprar uma televisão. A Sra. Edna tem um relato parecido, moradora desde pequena na USJ, foi trabalhar no corte de cana aos dezesseis anos, mas logo depois entrou para a equipe de limpeza da usina. Dona Maria, que não tinha relação direta com as usinas, relata que o trabalho intermitente e a remuneração semanal eram fortes atrativos para ela trabalhar com o corte de cana. A narrativa de Patrô conta a ascendência do pai na usina e a memória do namorado em relação ao trabalho no corte da cana:

Meu pai já foi cortador de cana, entrou na usina (Palmeiras) para fazer trabalho normal de usina e com o tempo conheceu o doutor Chiquinho, Francisco Graziano, que gostava muito dele, que convidou para trabalhar no laboratório. Até que chegou no momento que ele não poderia ser químico porque ele não tinha formação. A usina colaborou muito com educação, então seu Chiquinho foi lá e disse que precisava de químico formado e ofereceu para o meu pai que a usina pagasse o estudo dele. Ele vinha estudar a noite no INSA, mas quem se formou mesmo foi minha mãe que fazia todos os trabalhos para ele.

[...] Outro dia eu fui pra lá com meu namorado, que trabalhou no tempo da safra, que muita gente vinha pra passar só seis meses gastando dinheiro porque a indenização era muito boa. Chegamos tava tendo uma procissão na colônia da fazenda (Fazenda Palmeiras) e tava muito lindo. Alí realmente ficou muito

bem preservado. (*Maria do Patrocínio, entrevista em 01/08/2019, Apêndice p.313*).

A narrativa do Sr. José Ronaldo revela o trabalho braçal como oportunidade de iniciar a carreira na usina:

Moro aqui desde julho de 1980 e comecei a trabalhar aqui em 82, vim com a minha família e esperei dar a idade de trabalhar para começar no dia 02/ 02 de 82. Meu pai veio da fazenda Morro Alto em 1980 e trabalhou aqui até 2010 como motorista. Eu comecei com trabalho braçal, na cana, mas a gente foi estudando e crescendo dentro da empresa, mostrando bom trabalho e interesse. Hoje sou coordenador da mecânica agrícola. Eu pilotei por nove anos, mas hoje não piloto, só conheço bem o sistema e a mecânica. Hoje é toda tecnológica, tem piloto automático, GPS e mais um monte de coisa. (*José Ronaldo, entrevista em 25/02/2019 na USL, Apêndice 290*)

Outro elemento imaterial, o cheiro da vinhaça, é reconhecido como inerente aos lugares de produção de cana de açúcar. Para muitos dos sujeitos entrevistados, o cheiro tem identidade com o lugar, ilustrado pelas narrativas:

Hoje estou em outro processo, e cuido da vinhaça. No começo eu sentia o cheiro, era muito forte. Hoje eu nem percebo mais. O cheiro é ruim, mas é um ótimo produto para adubo. A gente aplica direto no solo, tanto na plantação quanto na colheita. Quanto mais álcool sai, mais vinhaça sai. Para cada litro de álcool sai 15 litros de vinhaça. Vai tudo para o campo, hoje com canal direto para as estações de aplicação (*Alexandre, entrevista em 23/07/2019 na USJ, Apêndice p.309*)

Lembro muito do cheiro de restilo, lembro que dava para ver a fumaça da usina no rio refletida na lua, era lindo. Fuligem era uma coisa que eu não lembro tanto, tinha, mas não incomodava. Lembro que tomava três banhos por dia só para lavar o pé. (*Maria do Patrocínio, entrevista em 01/08/2019, Apêndice p.313*)

A única desvantagem que eu me lembro daquela época era a fuligem. No início, a usina não devia ter um esquema de proteção contra a fuligem das chaminés (não a da cana). Roupa no varal era o terror das donas de casa, durante todo tempo da safra. A gente morava bem de frente com a destilaria, então tinha um cheiro bem específico do fermento. Não sei se a gente acabou se acostumando, mas o cheiro não incomodava, nem com o vinhoto (*Douglas Ferreira, entrevista em 22/07/2019, Apêndice p.302*).

Apesar da pesquisa inserir esses elementos imateriais como bens culturais, a cultura imaterial foi tratada na pesquisa como elemento intrínseco à materialidade da paisagem, priorizando entender os fluxos sociais que formaram e continuamente transformam o território concretamente, o que dinamiza a percepção da paisagem como interdependente do sujeito. Retomando, aqui se considera a paisagem pela experiência cujos significados são elaborados e reelaborados pelo grupo social (COSGROVE, 1984).

Mas a percepção do valor cultural pode ser ilustrada com as entrevistas realizadas com sujeitos que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de aproximar o objeto de estudo, produzindo fontes de consulta, que narraram suas memórias relacionadas e a identidade social que as acompanham. As memórias relacionadas, com foco no entendimento do consumo destas paisagens.

A paisagem cultural é um sistema vivo, dinâmico, em processo constante de transformação. Está determinada no tempo e no espaço, vulnerável às percepções dos sujeitos que com ela relacionam-se. Sendo assim, para estabelecer critérios de preservação é importante que os valores e atributos associados à paisagem cultural estudada estejam visíveis, sistematizados, para orientar as escolhas do que deve permanecer nos processos de desenvolvimento e substituição próprios da evolução do lugar. À paisagem cultural das usinas pretende-se reconhecer o valor de identidade para uma determinada coletividade, envolvida no tempo presente com o cotidiano dessa paisagem, tornando-a diferente das demais, por sua importância e singularidade.

Considera-se que, no limite possível de número de entrevistados, cujas entrevistas foram aplicadas somente em sujeitos diretamente ligados à paisagem cultural em estudo, possa-se vislumbrar uma percepção dos sujeitos pertinentes a toda uma região do interior paulista, já que definir uma análise demográfica dessa população não caberia dentro desta pesquisa.

O material coletado nas entrevistas pelo método de história oral apresenta uma riqueza de abordagens que complementa a descrição do contexto material das paisagens estudadas. Recupera elementos da vivência pessoal e memória coletiva, que não se encontra em documentos de outra natureza. As narrativas foram incorporadas aos elementos conforme sua leitura, por todo esse capítulo,

mas a riqueza do material produzido não está plenamente aplicada e esmiuçado, o que permitiria maior fundamentação para a continuidade do processo de gestão do patrimônio cultural. Complementando esse capítulo, seguem partes das narrativas organizadas a partir de temáticas.

Memórias da dinâmica social internas às usinas:

As festas eram maravilhosas, sempre vou lembrar mais da festa junina. A mais tradicional e sempre participo. Mas tinham muitas delas, a colônia era muito animada, tinha até alto falante na colônia e tinha um funcionário do cinema que controlava o som. Eles anunciavam as coisas, davam recados, anunciavam filmes do cinema, colocavam música. Quando o cinema parou essa “rádio” também parou. Naquela época não era a gente que ia para araras se divertir, eram eles que vinham. A capela também sempre tinha missa. Clube sempre maravilhoso, talvez o que eu mais tenha sentido falta quando parou. Eu jogava futebol e senti muita falta. Tinha disputa entre bairros, dividia a colônia em dois e tinha um técnico pra treinar todo mundo (*Sebastião, entrevista em 23/07/2019 na USJ, Apêndice p.311*)

O cinema eu não participei muito, mas a gente teve muita festa lá em cima, a 1º. de maio, hoje tem o salão de festa onde o pessoal faz churrasco de fim de ano, mas a gente teve muitos anos atrás, a lavoura contra usina em vários esportes, natação, futebol... Começava domingo cedo e ia até a noite, com o baralho e bocha. Sempre no fim do ano. Esses eventos foram diminuindo e sumindo conforme a geração foi ficando mais próxima da cidade (*Adalberto, entrevista em 18/02/2019 Apêndice p.282*)

Meu pai conheceu minha mãe aqui, era bem comum as pessoas se oferecerem entre as usinas. Eu lembro que os diretores da usina São Joaquim faziam uma festa junina e como não tinha essa festa na usina Santa Lúcia, eles permitiam a gente ir. E na época ele trouxe a dupla sertaneja mais famosa da história, quem começou a música sertaneja no Brasil: Raul Torres e Florêncio. Tinha o show e depois o baile. Isso foi na Em 57, 58. Só depois que seu Jerônimo começou a fazer as festas juninas na Santa Lúcia (*Nava, entrevista em 01/08/2019 Apêndice p.317*)

Percepção de qualidade dos modos de morar nos conjuntos:

Minha casa tinha três quartos enormes, o chão era aquele vermelho lisinho, tinha sala, o banheiro quando eu me lembro já era dentro, mas quando meus pais mudaram ainda era fora, cozinha dentro, e a janela do quarto dava para a usina, então eu estava olhando para os dois rios. Tinha um quintal enorme com

uma horta, pé de fruta. As cercas eram de bambu, então quando eu estudava eu conseguia ver toda a usina.

Asfalto chegou só depois que eu saí. Na verdade, tem uma mata de acesso que eu vi eles fazerem, porque era um matagal e eles cortaram e replantaram. Esse começo de replantação de mata ciliar eu tinha uns 10 anos quando começou.

Eu lembro da gente ajudar a passar cera no chão vermelho, e quando batia o sol dava para ver um monte de pezinho no chão (Maria do Patrocínio, entrevista em 01/08/2019, *Apêndice p.313*)

Só não tinha paralelepípedo, tinha só a cerca de bambu. Aí quando a gente parou de fazer demolição a gente veio pra cá fazer esses muros entre uma casa e outra e tudo mais. A outra equipe ia aumentando as casas, fazendo cozinha, lavanderia.

As cozinhas eram pequenas e não tinha lavanderia, então a gente vinha e aumentava a casa.

Tinha uma terceira equipe que vinha colocando os paralelepípedos nas ruas, tudo isso na década de 80.

Água encanada e esgoto sempre teve, sistema próprio. Tem um tratamento que fica aqui dentro, que fui eu que fiz a parte alvenaria (Claudemir Borges, entrevista em 04/07/2019 na USJ, *Apêndice p.300*).

A casa era muito grande, tinha três quartos, sala enorme, cozinha fora da casa e banheiro também. Era na verdade uma fossa, por isso fica distante.

Naquela época que era permitido, queimava-se toda a cana, então infestava a casa com aquela queimada. Os cheiros também muito presentes. Era impressionante como tinha pernilongo, a gente tinha que dormir com uma redinha, uma tela. O leite era doado pelo açougueiro, um litro por família, todo dia. As mães iam lá na casa do administrador buscar e meu pai ganhava dois litros. Meu pai também não pagava a energia, que era pouca coisa, mas já fazia uma diferença (Nava, entrevista em 01/08/2019, *Apêndice p.317*).

Tem bastante casa vazia, antigamente todos eram ocupadas. Hoje eles também cobram aluguel, mesmo que seja baixo o valor, acaba mudando. A gente só teve que pintar, de resto não precisou mudar nem reformar nada. Eu não planto nada, mas meu vizinho que cuida da margem verde planta tudo, as vezes vem até oferecer uns alfaces. É muito gostoso, criança brincando na rua sem problema, sem perigo. Aqui a gente tem uma proximidade muito grande com vizinho, faz amizade mais fácil. Lá na cidade você pode morar há anos do lado da pessoa e nem conversar direito. (Rodrigo Puppi, entrevista em 04/07/2019 na USJ, *Apêndice p.298*)

Percepção do patrimônio natural:

Desde que eu cheguei aqui a paisagem mudou muito pois não tinha consciência ambiental. Eu peguei o comecinho da conscientização, era tudo cana para todos os lados. Lá por 89, 90, começou a Margem Verde, de preservação da mata, que

obrigava ter os 15% de mata, obrigava reflorestar. Hoje eu preciso pensar nos 50m de distância do córrego mais 6 metros para então vir a estrada que define as margens da APP.

A fauna é muito múltipla, muito linda. Semana passada o Reinaldo, que faz a colheita mecânica, viu uma onça parda, aí a Simone chamou o pessoal de fora para monitorar a Onça. Aves então nem se fala, muito papagaio. Isso tudo é parte da mudança, hoje por exemplo chove mais na área da fazenda. Então a gente continua dando importância para essa preservação, quando a máquina vai abrir espaço, a gente respeita os 6 metros de árvores e coisas do tipo, a máquina que se vire. Eu sempre morei na zona rural, e eu sempre andei por todos os lugares. Era corredor, então estava sempre no meio dos canaviais e não tinha muito contato com o a mata. Até 88 era tudo plano, só tinha cana. A partir daí, começou a implementar a Margem Verde e a paisagem de mata começou a crescer (Perinotto, entrevista em 23/07/2019 na USJ, *Apêndice p.307*).

As nascentes sempre tiveram mata protegendo. Não era igual hoje que eles reflorestaram, mas sempre teve. A gente até chamava de matinho da morte, porque diziam que um funcionário teve um infarte lá e morreu. Outros diziam que foi onça. Quando tinha seca a gente saía de um lugar e ia para outro procurando água e nascentes (Nava, entrevista em 01/08/2019, *Apêndice p.317*).

Eu pego a bicicleta e gosto de olhar por tudo, andar na mata, ir na barragem e etc. Já vi bastante cobra, bichinho, mas nunca vi onça. Vou até o caio prado, até pinhalzinho. Quando você vai sozinho é gostoso, não tem problema. (Rodrigo Puppi, entrevista em 04/07/2019 na USJ, *Apêndice p.298*).

Percepção da relação cidade usina:

A vila hoje é parcialmente utilizada, tem uma importância para a empresa, mas no passado ela era muito maior. Até porque a comunicação com a cidade, transporte, era muito complicado. Hoje sete quilômetros não é nada. Tudo isso aliado a tendência de globalização do homem moderno, resulta na diminuição de quem quer ficar na área rural, quem quer trabalhar no rural. Quem mora na vila são pessoas que trabalham na empresa, sempre tem esse vínculo de trabalho seja prestação de serviço na usina, na vila, na escola...

Como ta tendo muito problema de violência na cidade, acredito que deva existir uma parcela da população que voltaria para cá, porque o ambiente daqui é muito tranquilo e seguro. Nosso conceito urbano em Araras já e é muito melhor do que outras cidades, mas mesmo assim a violência vem de qualquer canto hoje em dia. (Herminio Ometto Neto, entrevista em 21/01/2019 na USJ, *Apêndice p.270*)

É natural que as coisas mudem. A própria concepção da diretoria não é a mesma da geração do meu pai. Antes tinha uma dependência maior do funcionário com patrão. O funcionário não

tinha muita opção. Meu avô contava que viviam de fazendo em fazenda, quando saía ia para onde tinha emprego, sem muitas opções. Hoje tá tudo muito perto, a cidade cresceu. Eu saio do expediente vou para a academia, minha namorada mora na cidade (Adolfo, entrevista em 22/02/2019 na USL, *Apêndice p.288*).

Nunca arredei o pé daqui. Falo que trabalhei 10 meses na cidade como se fosse muito longe.

Hoje em dia eu vou na academia, padaria e supermercado. Quando eu era pequena tinha padeiro que vinha, leiteiro, tinha uma vendinha. Meu pai também era famoso, já que era ele que organizava os times de futebol e etc. Eu cheguei a montar um time de futebol e antes um de vôlei. Teve até campeonato regional de bocha. Aí foi acabando pela facilidade de ir para a cidade, hoje todo mundo tem carro (Angélica, entrevista em 27/02/2019 na USL, *Apêndice p.294*).

A usina cresceu e a cidade também, aí elas se aproximaram. Quando eu cheguei o Candida (bairro) quase não existia, hoje cresceu e é bem perto da usina. Várias pessoas que trabalhavam na usina foram para esses bairros que ficaram perto (Adalberto, entrevista em 18/02/2019 na USL, *Apêndice p.282*).

Percepção do patrimônio edificado:

Tem a capelinha lá em cima, de 1800, onde começou a usina. A casa sede tá lá ainda, minha mãe chegou a morar lá na colônia que foi desfeita em 1992, aí todo mundo veio morar aqui. Meu bisavô morou nessa casa sede, então eu lembro de ir, de ver os quartos e tudo mais. Rodrigo Puppi, entrevista em 04/07/2019 na USJ, *Apêndice p.298*).

O prédio que era o açougue e o armazém é onde eu guardo meus equipamentos e materiais.

Tinha a sede do Campo Alto (fazenda que pertenceu a USJ), onde eu restaurei o palacete, principalmente os ornamentos, pecinhas. Fazia com liga de areia fina, cal e argila e cimento. Ficava uma massa bem firme e eu colocava até um pouco de gesso pra secar mais rápido. As peças que eu fiz tão até hoje lá. As que ainda tem sede são as fazendas Santana, São Jerônimo e Palmeirinha.

Aqui na sede da São João eu nunca fiz, mas nas colônias em volta a gente fez bastante coisa. Fiz também dentro da usina, muita coisa na caldeira e as chaminés, mas hoje já não faço muito mais. Hoje as chaminés podem ser menores porque tem filtro, antes a gente tinha que fazer bem grande pra fumaça sem filtro ir bem longe (Claudemir Borges, entrevista em 04/07/2019, *Apêndice p.300*).

Nós moramos na usina Bonfim e praticamente o mesmo esquema, lá era tipo colonial mesmo, com casas iguais uma do lado da outra. Lá eu fiz o primário na escolinha dentro da usina, não teve necessidade de deslocamento (Douglas Ferreira, entrevista em 22/07/2019, *Apêndice p.302*).

Estabelecimento do vínculo pelo trabalho:

Na usina eu trabalho faz dez anos. Fiquei três anos no laboratório, depois dois anos na fábrica mesmo como auxiliar administrativa e depois foi na administração da indústria mesmo e faz quase cinco anos que estou no setor de planejamento (Fernanda, entrevista em 23/07/2019 na USJ, *Apêndice p.305*).

Na verdade, eu trabalho das 6 às 14 e meus filhos chegam às 16, então to sempre com eles. Venho almoçar em casa, mas tem um tempo que eu levo marmitta para estar junto com a equipe nas frentes. Cada frente tem uma área de vivência, que é um contêiner com mesa, geladeira, água, banheiro e tudo o mais. Onde você vai na plantação você leva junto a área de vivência. (Alexandre Almeida, entrevista em 23/07/2019 na USJ, *Apêndice p.303*)

Eu comecei com trabalho braçal, mas a gente foi estudando e crescendo dentro da empresa, mostrando bom trabalho e interesse. Hoje sou coordenador da mecânica agrícola. Eu pilotei or nove anos, mas hoje nao piloto, só conheço bem o sistema e a mecânica. Hoje é toda tecnológica, tem piloto automático, gps e mais um monte de coisa. Meu trabalho começa em abril e termina em novembro. Ai de novembro a abril as máquinas são recolhidas, a gente faz procedimento de reforma, remonta e depois elas estão prontas para voltar à lavoura. Só depois que a gente remonta as máquinas que eu consigo tirar 20 dias de folga, mas ninguém fica muito longe de usina mesmo assim. (Zé Ronaldo, entrevista em 04/07/2019 na USJ, *Apêndice p.290*).

Trabalho das 7 às 15 da tarde, almoço aqui no refeitório. Sempre aluguei a minha casa, dividindo com 5 ou 6 pessoas, sempre as mesmas pessoas que vinham trabalhar na Santa Lucia. Tinha uns que iam para Limeira e até Ribeirão Preto. Lá em Livramento tem bastante gente que vem pra cá pegar esse tipo de serviço, aí ficam só os idosos, as crianças e as mulheres lá. Eu ficava muito ansioso, queria vir logo pra cá, mas já saia com saudade da minha mulher e das minhas filhas.

Nessa república que eu morava a gente respeitava muito os outros. São três horários de trabalho na usina, então quando a gente tava acordado tinha outro dormindo para ir trabalhar, então a gente respeitava muito. (Lucinei, entrevista em 27/02/2019 na USL, *Apêndice p.292*)

Iniciei o trabalho aqui em 1976, mudei antes por causa da minha família porque meu pai já trabalhava aqui. Eu tava com 8 anos de idade quando vim, e aqui eu to até agora. Comecei como aprendiz de mecânico, em 1978 foi para espírito santo do pinhal pela usina para estudar técnico em agropecuária e fiquei lá até 81 para iniciar um trabalho na área agrícola, ficando 20 anos atuando nessa área. Aí em 98 fui para industrial e trabalhei até 2017 na área industrial. Aí eu parei um período de um ano e nove

meses e fui convidado a retornar como especialista na área de treinamento de pessoal (Sebastião, entrevista em 23/07/2009 na USJ, *Apêndice p.311*).

Meu nome é Rodrigo tenho 35 anos, trabalho aqui na empresa a 10, mas conheço a empresa desde que nasci, trabalho no almoxarifado reposição de estoque. Eu trabalhei dez anos na Nestlé, no estoque também, mas meu pai trabalhou aqui a vida toda, então desde pequeno eu pensava em como seria dentro da usina. Com 12 anos viemos morar aqui na vila, aos 28 fiquei aqui e depois voltamos para a cidade, quando ele aposentou. Depois de 2009 eu casei e voltei a morar aqui. Antigamente não tinha internet, whatsapp nem nada. O único problema es distancia, mas com carro tudo se resolve. Quando eu vim para cá em dezembro de 2010 eu não acreditava que estava aqui. [...] Meu avô também aposentou aqui, ele trabalhava na antiga Santana, na agrícola, mas veio para cá aposentar. Ele fazia a topografia, cuidava das plaquinhas antes de ter tecnologia. Ele mapeava as plantações.

Minha mãe era dona de casa, mas ela gosta. Tenho mais dois irmãos, um deles também trabalha aqui. Muita gente aqui tem várias gerações trabalhando aqui, mesmo que tenha diminuído um pouco (Rodrigo Puppi, entrevista em 04/07/2019 na USJ, *Apêndice p.298*).

Meu nome é Adalberto, eu to aqui na empresa desde 1977, sou casado e tenho uma filha que começou na faculdade agora. Sou aposentado, mas continuo trabalhando na área de moendas e turbinas à vapor como supervisor. Mas já trabalhei no laboratório, no torno, na balança nesses vários anos do meu único trabalho. Vim de Piracicaba, fiz uma safra e tô aqui até hoje graças a deus.

Eu moro no Jardim Cândida e já morei no Belvedere.

A gente morava em uma usina em Piracicaba, a São Jorge, aí o patrão de lá decidiu ir para Goiás abrir uma usina lá e fechou a São Jorge. Mas acabou vindo para cá e como meu pai, mecânico de máquinas grandes, tinha um tio aqui, o patrão da São Jorge trouxe meu pai para trabalhar aqui. Fui trabalhar de servente de pedreiro na casa do gerente da usina e ele simpatizou comigo e me deu uma oportunidade. E eu acho que não desapontei ele. (Adalberto, entrevista em 18/02/2019 na USJ, *Apêndice p.282*).

Eu acho que a fixação aqui é muito pela filosofia da diretoria, eles preservam muito o funcionário. A rotatividade do funcionário é muito baixa. O Natalino tinha 84 anos antes de parar, desde os 20. Meu avô também, trabalhou aqui até morrer. Meu pai vai na mesma, já se aposentou, mas continua trabalhando. A gente até se espanta quando alguém é demitido. É mais uma tradição da usina. Se precisa de alguém novo, procura sempre do mais próximo, mas dentro daqui possível. A própria casa é um vínculo, as pessoas respeitam a relação da casa com a empresa. (Adolfo, entrevista em 22/02/2019 na USL, *Apêndice p.288*)

Percepção dos fluxos atuais:

Continuo fazendo tudo lá. A única diferença de mudança de vida é que as coisas foram fechando, como o armazém, farmácia e etc. Antes a gente jogava bola no campo. Quando eu tava no colegial eu chegava a tarde, dormia um pouco, ia nadar, jogava bola e fazia sauna. Não gostava de nadar na represa, mas ia com meus amigos. O legal é que é como um condomínio, não é fechado mas todo mundo se conhece, se eu quiser deixar minha bicicleta na rua eu posso que ninguém vai pegar. [...]Continuo fazendo tudo lá. A única diferença de mudança de vida é que as coisas foram fechando, como o armazém, farmácia e etc. Antes a gente jogava bola no campo. Quando eu tava no colegial eu chegava a tarde, dormia um pouco, ia nadar, jogava bola e fazia sauna. Não gostava de nadar na represa, mas ia com meus amigos. O legal é que é como um condomínio, não é fechado, mas todo mundo se conhece, se eu quiser deixar minha bicicleta na rua eu posso que ninguém vai pegar. (Rodrigo Puppi, entrevista em 04/07/2019 na USJ, *Apêndice p.298*).

A pesquisa teve contado com várias fotografias das pessoas envolvidas na história das usinas, em memórias individuais e coletivas, cuja sistematização não estava no escopo da pesquisa, por entender a imersão em conhecimentos transversais. Como amplamente desenvolvido no capítulo 1, a interdisciplinaridade é fundamental na gestão da paisagem cultural.

Existem vários grupos em mídias sociais que reúnem pessoas, fotos e memórias das usinas. O Apólogo 11³⁶ é um blog de autoria do escritor, biólogo, músico, desenhista e memorialista Wenilton Daltro, riquíssimo em memórias e colóquios sobre a Usina Palmeiras e a dinâmica social que envolvia. O Blog estava vinculado a uma comunidade no extinto Orkut denominada “Eu morei na Usina Palmeiras”. Um exemplo importante é o registro das romarias, celebração anual que acontecia na Usina Palmeiras (Figura 106) e uma foto de Pérsio Galembeck, renomado fotógrafo de Araras, da paisagem noturna na usina (Figura 107).

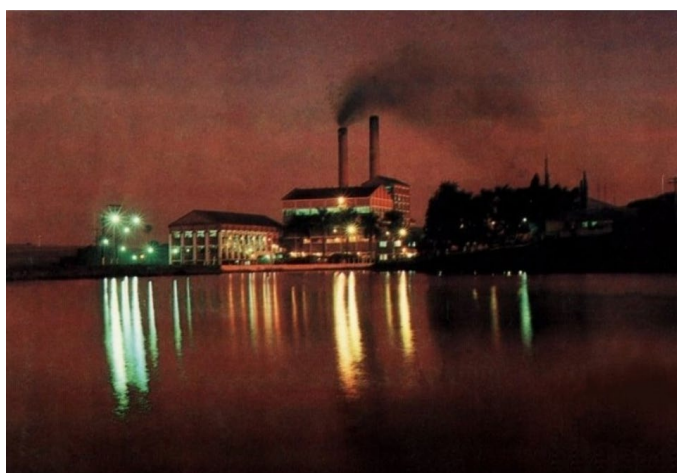
³⁶ Apólogo 11, Wenilton Daltro, Disponível em: <https://apologo11.blogspot.com/search?q=palmeiras>

Figura 106 - Romaria na Usina Palmeiras



Fonte: Wenilton Daltro. Disponível em <https://apologo11.blogspot.com/search?q=palmeiras>. Acesso em junho 2019.

Figura 107 - Foto noturna da Usina Palmeiras



Fonte: Wenilton Daltro. Disponível em <https://apologo11.blogspot.com/search?q=palmeiras>. Acesso em junho 2019. Autor: Pêrsio Galembeck, sem data.

O canal @Araras Antigo³⁷, no Facebook, onde circulam fotos e colóquios memorialistas de Araras, possui um álbum específico para cada usina em Araras. No álbum da Usina Palmeiras, por exemplo, consta a Figura 108, onde meninos brincavam por entre os caminhões de carga no pátio em frente as casas dos gerentes da usina. No canal estão os nomes dos meninos e várias pessoas manifestam a relação de amizade que tiveram ou mantinham.

³⁷ Canal @ArarasAntigo. Disponível em: <https://www.facebook.com/ArarasAntigo/>. Acesso dezembro 2019.

Figura 108 - Meninos entre os caminhões de cana de açúcar na Usina Palmeiras, em 1975.



Fonte: Araras Antigo. disponível em <https://www.facebook.com/ArarasAntigo/photos/a.1196449697045768/1196450053712399/?type=3&theater>, acesso em dezembro de 2019, sem identificação do autor.

Nesse canal @ArarasAntigo o álbum e os colóquios da Usina São João são inúmeros e diversificados, com muitas fotos antigas das instalações e memórias de eventos, como por exemplo, na Figura 109 sobre uma quadrilha na festa junina na década de 1960.

Figura 109 - Quadrilha na festa de São João da USJ em 1960.



Fonte: Araras Antigo. disponível em <https://www.facebook.com/ArarasAntigo/photos/a.558087297548681/682468098443933/?type=3&theater>, acesso em dezembro de 2019, sem identificação do autor.

O canal do Facebook @ApaixonadosPorAraras³⁸, de Ulis Lopes, também possui fotos e relatos das comunidades das usinas, tanto memoriais como contemporâneas, como a festa de São João na USJ em 2019 (Figura 110).

³⁸ @ApaixonadosPorAraras. disponível em: <https://www.facebook.com/groups/cidadedeconchalsp/>. Acesso em dezembro 2019.

Figura 110 - Festa de São João, 22/06/2019



Fonte: ApaixonadosPorAraras. Disponível em:
https://www.facebook.com/groups/cidadedeconchalsp/search/?query=usina%20sao%20joao&pa=SEARCH_BOX. Acesso em dezembro 2019.

A abundância de “matéria prima” para compor o referencial imaterial da paisagem cultural das usinas implica em aprofundamentos interdisciplinares, como já mencionado. Dado como suficiente para a proposição da pesquisa, a leitura aqui realizada conduz à proposta de sistematização dos valores organizada no capítulo III.

Capítulo 3.

Valoração do cotidiano: dialética entre preservação e transformação das paisagens culturais das usinas

3.1. Aproximação à critérios de preservação estudados para outras usinas sucroalcooleiras

A agroindústria do açúcar atuou como um estímulo significativo no planejamento e na ocupação de diversos territórios, criando importantes núcleos de moradias e de equipamentos coletivos, possibilitando o desenvolvimento de povoados adjacentes e o surgimento de núcleos urbanos. Tal ocorrência esteve concentrada no Brasil em Pernambuco, Alagoas, norte do Rio de Janeiro e norte do estado de São Paulo e em vários países do Caribe, Cuba e Haiti, por exemplo, e América Latina, como o norte da Argentina e no sul dos Estados Unidos, especificamente na Louisiana, sempre ligado as condições amenas de relevo e abundância de mananciais. A partir do final do século XIX houve a primeira tentativa de reestruturação do setor e surgem os engenhos centrais desvinculando indústria e produção agrícola (CAMPAGNOL, 2008). Tal modelo enfrenta problemas com a logística da matéria prima, pelo volume e necessidade de processamento imediato da cana de açúcar após o corte, conforme desenvolvido no Capítulo 2, ocasionando o abandono de muitos dos engenhos centrais durante o século XX, alterando a expansão do setor usineiro para áreas rurais.

O olhar para o legado da agroindústria da cana de açúcar tem atraído vários pesquisadores nesses diversos contextos territoriais. Este subcapítulo analisa propostas teórico-metodológicas para realizar diagnósticos de preservação que considerem a natureza polissêmica e complexa dos espaços e paisagens produtivos, priorizando critérios estudados para usinas do processamento da

cana de açúcar em contextos diferentes, a fim de estabelecer possíveis relações entre elas.

Ressalta-se aqui que a noção estática de acervo permeia as aproximações ao patrimônio cultural, geralmente entendido pelas expressões culturais de um povo consideradas dignas de serem conservadas e que tendem a considerar o prestígio simbólico que as próprias conquistam. As propostas estudadas apresentam metodologias de diagnóstico adequadas ao objeto em comum, mas existem limitações claras pela estagnação produtiva dos estudos de caso que os autores investigam.

A principal diferença entre os casos é a relação do lugar com a própria indústria: o desvinculo com o edifício industrial acontece na Central Toledo em Cuba e nas remanescências no conjunto das cinco usinas no norte da Argentina, por sua inoperância nas três últimas décadas. As usinas de Araras, excluindo a usina Palmeiras, mantém sua operação e força econômica, portanto não se trata de reabilitar edifícios de valor apenas cultural. Os estudos comparativos assumem o potencial do contexto urbano e a cultura imaterial envolvida, mas não podem abordar o patrimônio com o cotidiano produtivo do conjunto em Araras e a potência de transformação que isto insere.

Entender o estado de percepção da identidade dos sujeitos em relação à paisagem cultural estudada é, neste caso, a orientação para a leitura e gestão, possibilitando invocar valores menos convencionais e mais memoriais, pois trata-se de um patrimônio cuja temporalidade não se mede pelo tempo cronológico (CANDAUI, 2019).

3.1.1. Proposta de diagnóstico para a Central Toledo, em Havana, Cuba

O estudo de González et al (GONZALEZ, FALLARERO E RODRIGUEZ, 2017) sobre o conjunto industrial açucareiro Central Toledo em Havana, Cuba (Figura 111), objetivou estabelecer critérios para a preservação de um patrimônio cultural estreitamente relacionado com o histórico do desenvolvimento cubano. Segundo os autores, Cuba inseriu-se imperativamente no mercado internacional

como exportador de açúcar desde o final do século XVIII. O sucesso econômico do setor alavancou o desenvolvimento tecnológico no país, incluindo a introdução das ferrovias, tornando-se principal produto econômico na 1ª metade do século XX em seu período republicano. Após a revolução em 1959, a monocultura e a indústria açucareira nacionalizadas unificaram-se e expandiram-se pelo território cubano atingindo altos níveis produtivos até a década de 1990, quando o setor entra em colapso e exige reestruturação produtiva por motivações político-econômicas externas³⁹. O “açúcar” configurou a paisagem da ilha, suas tradições, sentimentos e modos de vida como elemento básico da conformação da consciência nacional, sua arquitetura, geografia, dança, música e sua composição étnica. Na reestruturação produtiva em 2002, dois terços das “Centrais” – as agroindústrias açucareiras cubanas – foram desativadas: uma centena delas foi desmontada e abandonada, e estão dispersas por todo o território cubano. O patrimônio industrial destes lugares implica no reconhecimento não só de suas edificações, mas de todo um organismo social, vivo e complexo muito além da exploração agrária.

O estudo propõe um guia que estabelece uma metodologia própria para inventariar, catalogar e entender os valores implícitos aos conjuntos da “cultura do açúcar”, para embasar tomadas de decisão em transformações que evitem a conversão do patrimônio em uma alegoria, favorecendo seu uso cotidiano. Fundamentado na ideia de que a refuncionalização deve existir como forma de conservação do conjunto e deve atender demandas locais, o guia indica o inventário e catalogação detalhada dos elementos, realizados holisticamente em seus aspectos materiais e imateriais, e a identificação das necessidades e potencialidades sociais vinculadas. O desenho de um sistema de valores de cada um dos conjuntos é parte imprescindível nesse grupo de potencialidades.

Segundo González et al, a intensidade de apropriação, rechaço ou indiferença dos usuários locais com os elementos significativos do espaço pode ser revelado

³⁹ A partir dos anos 1990, com a queda do Muro de Berlim e do campo socialista, Cuba inicia um período que posteriormente ficou conhecido como “Período Especial”, quando os laços e os acordos econômicos com a extinta União Soviética se romperam. Sem a importação do maquinário e dos produtos industrializados do bloco socialista e em meio ainda ao bloqueio econômico dos países ocidentais liderado pelos EUA, iniciado nos anos 1960 (expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos - OEA), Cuba acabou perdendo muitos dos investimentos realizados no campo, território privilegiado pelos planos quinquenais iniciados nos anos 1970.

na análise das atividades que se realizam no lugar: as características físicas do sítio e sua compatibilidade com novas funções, as particularidades dos sujeitos, as relações sociais estabelecidas na comunidade envolvida e as potencialidades de desenvolvimento da cultura ambiental.

A transformação dos espaços industriais açucareiros deve conquistar categorias de significação cujos usuários se identifiquem e assim favorecer um uso pleno dos espaços, como meio de conservar seus valores patrimoniais. É imprescindível portanto que o processo se realize com base no conhecimento detalhado das características da comunidade usuária, de suas necessidades, valores e interesses. Tais aspectos devem incorporar-se na tomada de decisões de maneira que o desenho e execução considere a participação ativa dos agentes envolvidos.

Figura 111 – Levantamento fotográfico Central Toledo



Fonte: GONZALEZ et AL, 2008.

Para a Central Toledo (Figura 111), quatro níveis de análise foram considerados: a imagem industrial, o contexto imediato que inclui os fatores culturais, a reabilitação como ferramenta de transformação do espaço e a imaginabilidade, como resultado da percepção do mecanismo de apropriação que condiciona seu grau de utilização.

O nível de análise da imagem industrial deve focar nos processos produtivos, seus maquinários e logística, reconhecendo os valores tecnológicos que dão sentido ao objeto patrimonial.

A análise do contexto imediato do objeto inclui as dimensões sociais, físicas e arquitetônicas, considerando que a última permite entender a capacidade do edifício industrial de atender necessidades da comunidade.

Para a reabilitação devem ser entendidas as variáveis que determinam a realidade urbana a ser transformada, que são estruturas formais, funcionais e significantes, através da interrelação entre os elementos objetivos e tangíveis e os subjetivos e intangíveis, aproximando os profissionais da percepção comunitária.

O quarto nível, imaginabilidade (LYNCH, 1970), possibilitará o desenho de um sistema ativo: caminhos, arestas, zonas, nós e marcos.

Cinquenta e quatro variáveis estruturadoras foram detectadas e diagramadas em uma matriz de impacto cruzado, possibilitando visualizar as relações de influência e dependência entre elas (Tabela 5). Esta matriz é a base do guia proposto para o diagnóstico dos conjuntos industriais açucareiros em Cuba, relacionando a arquitetura e as infraestruturas técnica e social por uma perspectiva sistêmica, o que ajuda determinar os elementos de valor.

Os autores explicitam que a investigação do tipo de valor a ser indicado pertence a oito categorias, referenciadas por Ríos(2007)⁴⁰: valor artístico, histórico, valor por singularidade urbanística ou do projeto arquitetônico de um edifício, por representatividade, autoria, pertinência a um conjunto e valor construtivo ou estrutural, conceituados na Tabela 4.

Tabela 3 - Categorias de valores para o patrimônio industrial conforme Ríos

VALORES	CONCEITO
Valor artístico:	Refere-se aos elementos representativos de um estilo arquitetônico possuidores de qualidades de estilo composição materiais coerência tipológica e qualquer outra particularidade relevante
Valor histórico	Alude aos elementos que são testemunhos de uma organização social ou econômica determinada e ajudam a configurar a memória histórica coletiva.
Valor pela singularidade em projeto	Refere-se às características irreprodutíveis ou de qualidade única do edifício e do desenho urbano relacionadas tanto com aspectos do projeto

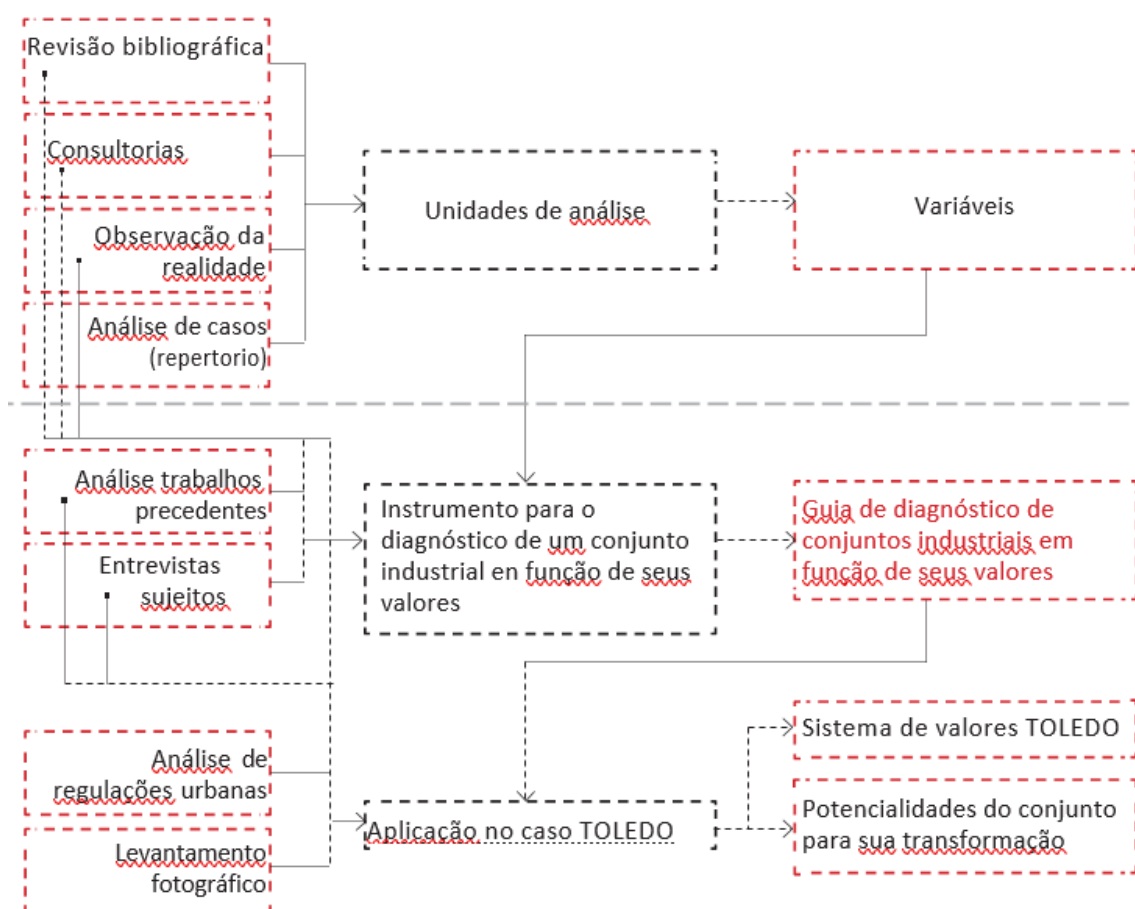
⁴⁰ RÍOS DÍAZ, Covadonga. Arquitectura industrial y posible reutilización. Tesis de doctorado en ciencias técnicas, Oviedo, Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Minas de Oviedo-Universidad de Oviedo, 2007. Páginas 121-123.

Valor pela singularidade construtiva	Refere-se às características irreprodutíveis ou de qualidade única do edifício e do desenho urbano relacionadas tanto com aspectos técnico-construtivos
Valor pela representatividade:	Versa sobre os elementos de um modelo frequente em determinada tipologia construtiva ou que se repetem por pertencerem a mesma época.
Valor pela autoria:	Fala daqueles elementos que pertencem ao autor reconhecido de reconhecido prestígio e trajetória profissional
Valor por pertencer a um conjunto:	Apona a elementos que pertencem a um conjunto e contribuem em sua coerência tanto no âmbito rural como urbano, fundamentalmente, aqueles que permitem compreender o processo produtivo integralmente
Valor construtivo:	Relaciona-se com os materiais utilizados na construção de um edifício de uma tecnologia determinado ou de um processo construtivo

Fonte: Estudo da autora a partir de GONZALEZ et AL, 2008

Sistematicamente deve-se analisar o impacto de cada variável sobre as outras com a finalidade de entender a relevância de cada uma e as oportunidades e conflitos que a interação entre elas sugere. A partir das percepções dessa matriz, o guia, conforme esquematizado na Tabela 6, resulta em um sistema de valores particularizado e aponta as potencialidades da transformação de cada conjunto, dentro do contexto das centrais cubanas.

Tabela 5 – Guia proposto

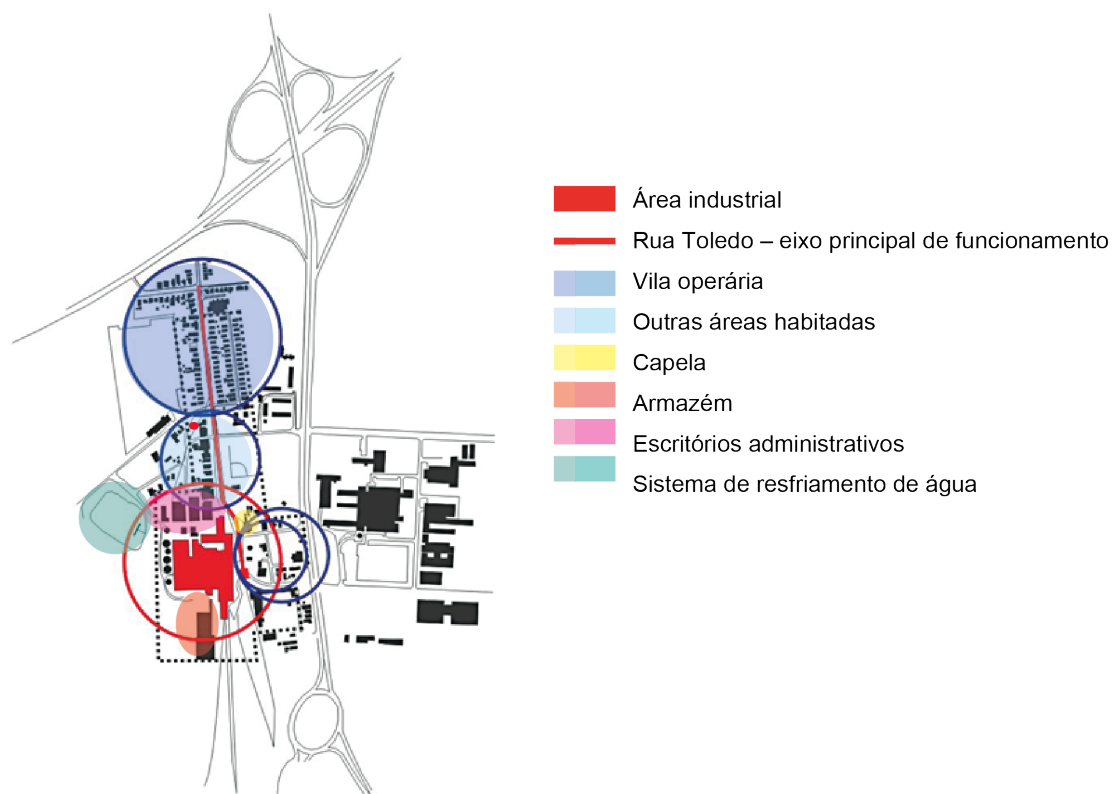


Fonte: GONZALEZ et AL, 2008, pg. 39 (tradução da autora)

O guia foi aplicado no caso da Central Toledo, unidade industrial inserida no contexto urbano de Havana, desativada na década de 1990 que se encontra desmontada e em degradação. Os primeiros resultados da aplicação metodológica imprimem a descrição do sistema de espaços ativo do conjunto formado por habitações e dois pontos de serviços, que aglutinam a vida comunitária do lugar e revelaram pouca aproximação com o edifício industrial que a identifica, apontando a oportunidade de refuncionalização do edifício. Nas

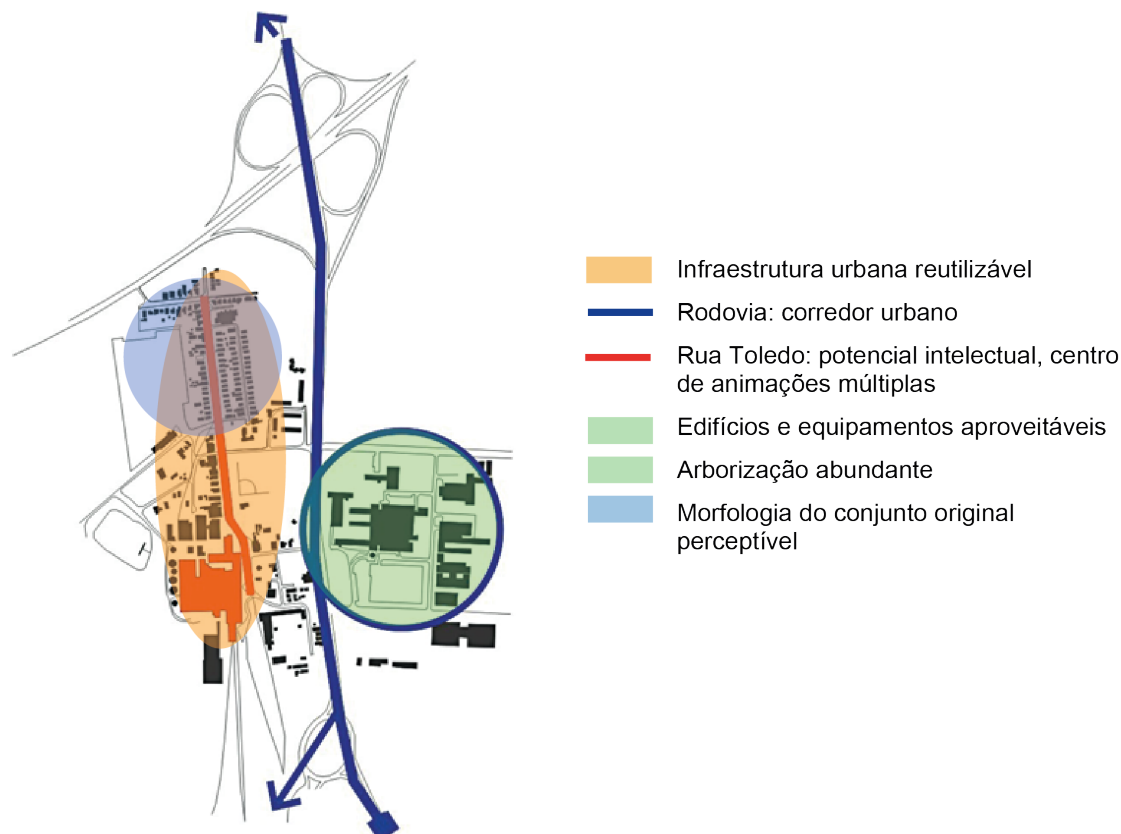
análises morfológicas ficou evidente que o eixo articulador dos espaços correspondia ao principal eixo do sistema ativo do lugar, e a legibilidade da malha urbana que permite fácil orientação do usuário, através de pontos focais. O estudo do contexto revelou a influência ativa da cidade universitária situada no entorno do lugar, separada por uma via arterial que sugere o limite da área e a conecta com o centro de Havana. A aproximação com a Cidade Universitária tende a promover oportunidades de trabalho e cultura para a comunidade envolvida. As Figura 112 e Figura 113 são análises gráficas apresentadas pelos autores no processo de aplicação do guia proposto.

Figura 112 – Análise gráfica da organização funcional do conjunto da central Toledo, quando operante



Fonte: GONZALEZ et AL, 2008, pg. 41 (alterado e traduzido pela autora)

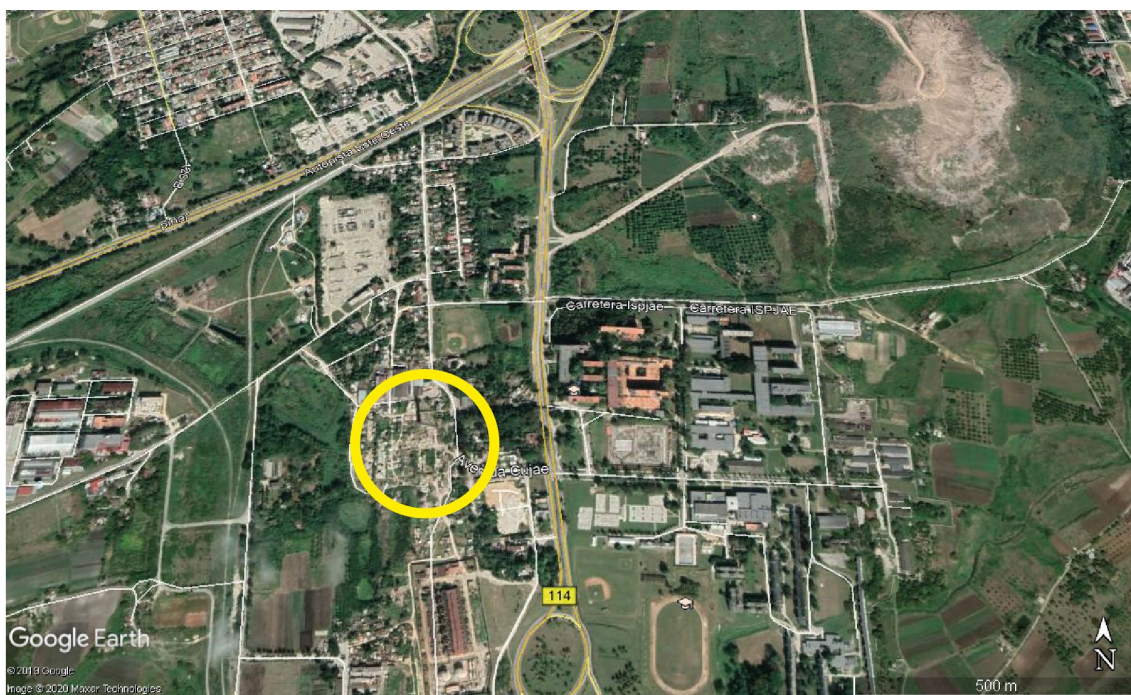
Figura 113 – Análise gráfica das potencialidades de reabilitação urbana



Fonte: GONZALEZ et AL, 2008, pg. 41 (alterado e traduzido pela autora)

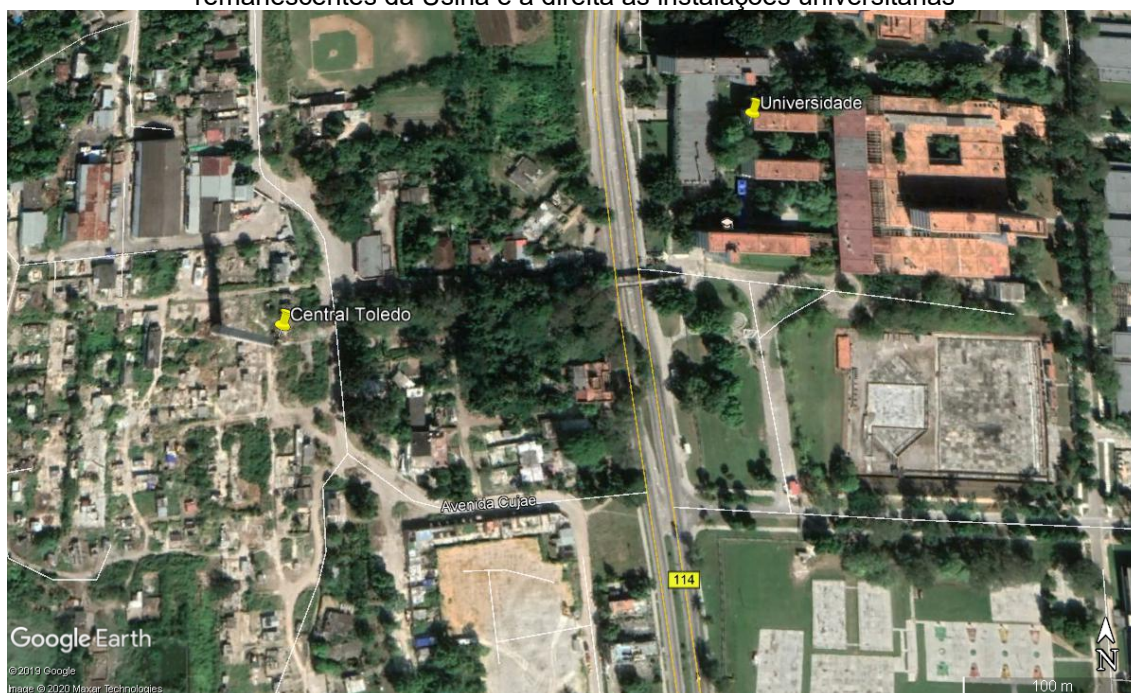
Vale observar as imagens satélite nas Figura 114 e Figura 115 para ratificar as oportunidades apreendidas na análise dos autores. Na Figura 114 percebe-se o corredor urbano na Via 114, com acesso à centralidade de Marianao, distrito de Havana, e a organização funcional entre a universidade e o conjunto industrial analisado. Na Figura 115 percebe-se a degradação da vila operaria e a vitalidade da universidade no contexto urbano.

Figura 114 – Imagem satélite da Central Toledoem destaque em amarelo, Distrito de Marianao, Havana, Cuba



Fonte: Imagem 2019 Maxar Technologies, Pesquisa Google Earth Pro, 2019.

Figura 115 – Imagem satélite da Central Toledo aproximada, à esquerda vê-se os remanescentes da Usina e à direita as instalações universitárias



Fonte: Imagem 2019 Maxar Technologies, Pesquisa Google Earth Pro, 2019.

A metodologia pôde definir as potencialidades do lugar e as estratégias de reabilitação sob a luz do sistema de valores culturais da comunidade inserida, na presença de um legado cultural particular ao território. Os autores discorrem sobre a importância dos processos participativos nos desenhos e materialização

destes projetos, mantendo contato direto com o ambiente que será transformado.

A Central Toledo está inserida na malha urbana de Havana, capital de Cuba com mais de 2,5 milhões de habitantes⁴¹. É importante ressaltar que as centrais estavam em territórios destacados do monocultivo da cana de açúcar, e imediatamente após a desativação das usinas, a área agrícola foi paulatinamente ocupada pela urbanização latente, em seus processos de urbanização periférica.

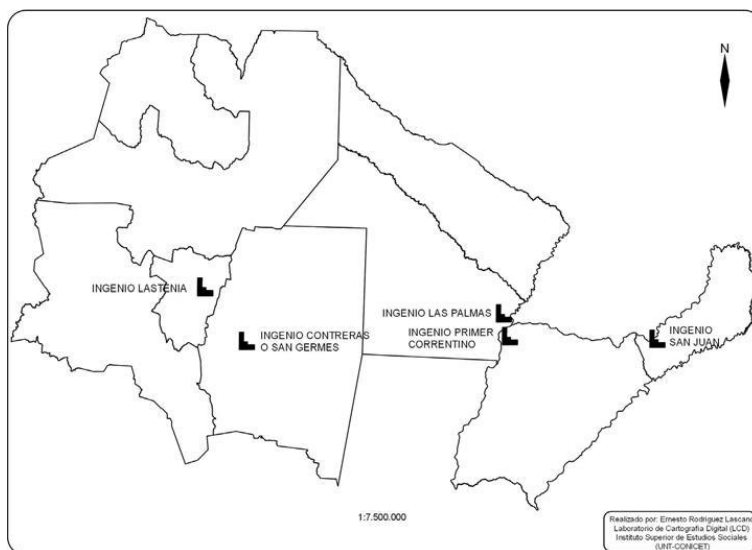
A leitura do território realizada através do guia proposto pela experiência cubana resultou no diagnóstico de um sistema ativo diretamente aplicável em projetos de reabilitação urbana, demonstrando uma metodologia de investigação criteriosa e fundamentada do patrimônio industrial envolvido.

3.1.2. Proposta de diagnóstico do conjunto de cinco engenhos no Norte da Argentina

O estudo de ATALIVA e CAMPI (2016) apresenta uma abordagem teórica metodológica para o diagnóstico da preservação do patrimônio industrial açucareiro, cuja paisagem está definida pelo caminho traçado entre as províncias de Tucumán e Misiones, na macro região do norte da Argentina, perpassando por cinco engenhos, de oeste para leste: Lastenia (Tucumán), Contreras (Santiago del Estero), Las Palmas (Chaco), Primer Correntino (Corrientes) e San Juan (Misiones), numa distância total de mais de mil quilômetros de extensão, conforme a Figura 116. A Figura 117 ilustra a amplitude da região considerada, onde o transecto entre os antigos engenhos está em azul, no conesul da América Latina.

⁴¹ La Oficina Nacional de Estadísticas de Cuba, Anuario Estadístico de 2017

Figura 116 – Localização das usinas no norte da Argentina



Fonte: ATALIVA e CAMPI, 2016

Figura 117 - Imagem satélite do transecto entre as usinas no norte da Argentina



Fonte: Estudo da autora pelo Google Earth Pro, 2019.

As cinco antigas usinas consideradas foram montadas no final do século XIX e desativadas na década de 1990, aproximadamente. Com exceção de Lastenia, que está sob a tutela da ONG Fundação Ingenio de las Artes, as outras estão tombadas pelos órgãos públicos de preservação locais. O registro patrimonial do engenho de Primer Correntino está incluído em uma paisagem cultural que envolve patrimônio ferroviário e o registro de San Juan está incluído em uma área de Parque Nacional.

A proposta dos autores é apresentar uma base integrada de diagnóstico de preservação que contemple a natureza polissêmica desse patrimônio, a partir de variáveis consideradas mais relevantes. Apesar das especificidades de cada um

dos objetos, permanece a importância cultural e identitária da fábrica de açúcar na região e a necessidade de realizar estudos e pesquisas que permitam integrar a ação dos diferentes sujeitos, técnicos e atores locais, em projetos de longo alcance. Segundo Viñuales (2007) o patrimônio industrial não tem como ser analisado isoladamente, pelas transformações socio econômicas que implicaram, pela logística produtiva que envolveu estruturas ferroviárias e portuárias e também pelas repetições estilísticas associadas a determinadas empresas e processos produtivos específicos.

A Argentina seria um dos menos conhecidos países produtores de açúcar, principalmente pela indústria ser relativamente pequena e estar destinada a satisfazer as necessidades do mercado interno, mas a cana de açúcar foi a principal atividade econômica do estado de Tucumán e do Norte da Argentina durante mais de um século. A região concentra toda a produção argentina, sendo que Tucumán abriga 15 das 23 indústrias de açúcar e etanol em operação no país, apesar da cana de açúcar dividir espaço com outros cultivos agrícolas atualmente. Tucumán é um expoente na tecnologia agrícola e do processamento industrial da cana de açúcar.

A paisagem no Norte da Argentina foi transformada pelo monocultivo canavieiro no final do século XIX. No início do século XX, buscando alcançar a sua autossuficiência frente ao açúcar do nordeste do Brasil, a associação entre a Estação experimental de Tucumán e a Estação experimental de Piracicaba, no Brasil, representou uma importante circulação de saberes, principalmente nas questões de tecnologias agrícolas, importante para o desenvolvimento produtivo no estado de São Paulo e em todo norte argentino, sobrepujando as disputas econômicas (MEIRA e CAMPI, 2017).

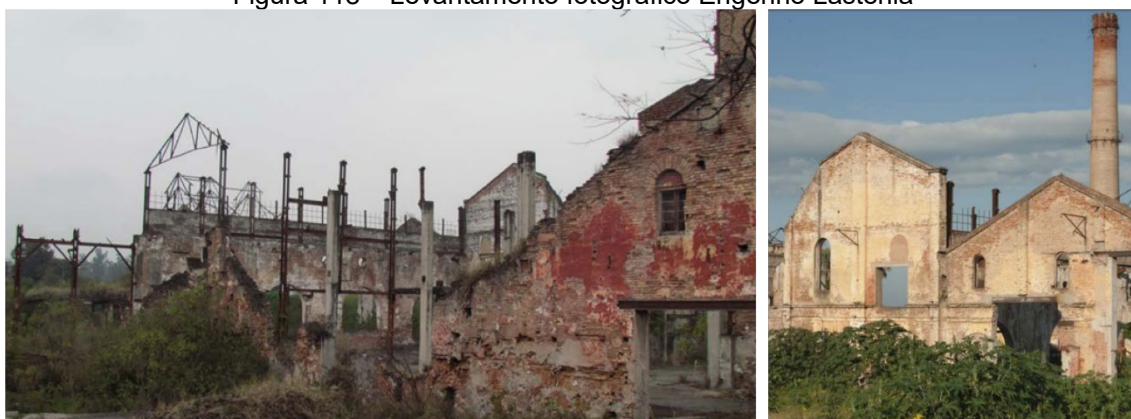
A agroindústria evoluiu sobremaneira até o golpe de estado de 1966, quando as usinas sofreram intervenção federal, tiveram seus processos produtivos truncados e parte delas foi encerrada, o que gerou grave crise econômica na região. Poucas permaneceram após o período de reestruturação produtiva que seguiu na década de 1990 (MEIRA e CAMPI, 2017).

Como representação do patrimônio cultural ligado ao açúcar existe a “Casa da Azúcar”, museu na região central de San Miguel de Tucumán, inserido em um

antigo engenho e sua casa sede, com a preservação de parte da área agrícola da propriedade transformada em parque.

Fora tal representação, permanecem na paisagem da região vários engenhos relevantes, como os cinco objetos do estudo de ATALIVA e CAMPI (2016). O engenho Lastenia, entre os cinco, é o engenho de maior longevidade de atuação e de grande protagonismo tecnológico, tendo sido parte da principal empresa do setor, a Companhia de Açúcar Tucumana. Localiza-se a 6,5km da capital Tucumana, e a Fundação Ingenio de las Artes é responsável pelos programas culturais no local, cujos levantamentos arqueológicos e patrimoniais realizados até o momento revalorizaram a trajetória histórica da antiga usina e as histórias de vida de ex-trabalhadores e suas famílias até seu fechamento abrupto na década de 1990. Na Figura 118 observa-se a situação atual do patrimônio e na Figura 119, além dos vestígios industriais, observa-se a inserção urbana do bem.

Figura 118 – Levantamento fotográfico Engenho Lastenia



Fonte: CONICET, 2016. Disponível em https://www.conicet.gov.ar/wp-content/uploads/Informe_Ingenio-Lastenia.pdf. Acesso em dezembro/2019.

Figura 119 - Imagem satélite do Engenho Lastenia



Fonte: Imagem obtida pela autora pelo Google Earth Pro, 2019.

Da usina Contreras permanece apenas sua chaminé que marca a paisagem do complexo habitacional implantado no lugar, tendo sido declarada Monumento Histórico Municipal, localizada a 6km do centro de Santiago del Estero.

A fábrica de Las Palmas foi estabelecida como um importante espaço de produção diversificado, com destilaria, usina de açúcar, curtume, serraria e duas fazendas de gado. Seu fechamento e sucateamento nos anos 1990 causaram a perda da maior fonte de trabalho na região de Chaco. Várias empreitadas para a valorização do patrimônio cultural foram realizadas, consolidando com a declaração das instalações do engenho e de sua casa sede como Patrimônio Cultural del Chaco.

O engenho Primer Correntino tem melhor conservação por pertencer a um grupo privado que tem reconhecido o valor patrimonial. Faz parte dessa conservação um registro fotográfico importante das instalações compondo um inventário estruturado, incluindo o conjunto ferroviário local que teve seu desmantelamento ao mesmo tempo que a unidade de produção. O engenho se encontra a 20 km da capital correntina, no município de Santa Ana de los Guácaras, declarado de interesse histórico provincial. O engenho Primer Correntino está declarado como patrimônio cultural e histórico da província há 3 anos.

O quinto engenho considerado é San Juan, na província de Misiones. Como em Lastenia, foram realizados levantamentos arqueológicos e históricos do conjunto, que se encontra na reserva Campo San Juan, a 20 km de Posadas, numa unidade ambiental de mata Atlântica. Em 2014 o engenho San Juan foi declarado patrimônio cultural e turístico da Província de Misiones e mais recentemente passou à gestão dos parques nacionais.

Esses antigos espaços produtivos possuem trajetórias específicas, distintos estados de integridade e usos diferentes, porém dentro do mesmo contexto que imprimiu fluxos sociais nessa ampla região de influência. Como recursos patrimoniais, marcam paisagens e possibilitam refletir - a partir dos vestígios preservados, o conhecimento e a pesquisa locais realizados - sobre a relevância da implementação de projetos de recuperação de ativos com base em requisitos de vários atores (ex-trabalhadores e suas famílias, autoridades e instituições, vizinhos, entre outros) e interesses (bairros, instalações, nacional, internacional); e a necessidade de integrá-los a outros recursos e paisagens culturais no nível regional.

Os autores propuseram uma estrutura de diagnóstico a partir das experiências realizadas previamente em Lastenia e San Juan, que definiu as variáveis conforme apresentadas na Tabela 7.

Tabela 6 - Estrutura de diagnóstico proposto para os engenhos de açúcar no Norte da Argentina

UP	Objetos de preservação	Referentes	Atributos
Engenhos	Depósitos estratigráficos, construções ou estruturas subterrâneas (ou nível subterrâneo), "características" (em termos arqueológicos) com e / ou sem alvenaria	Materiais arqueológicos	Tijolo, pedra, adobe, etc. / Evidências recuperadas em níveis ou estratos (artefatos, artefatos, etc.) / Cultura material móvel de diferentes períodos: por exemplo, evidências pré-hispânicas e coloniais (v. Gr. San Juan), pós-colonial e republicanas (v. Gr. Lastenia), pré-industrial e industrial / Artefatos de madeira, rocha, cerâmica, louça de barro, vidro, metal, etc.
		Construções subterrâneas	Cercos, muros, fundações, estradas, pias, poços de água, cisternas, latrinas, caixas de esgotos, canais de abastecimento de água nas instalações de produção, valas de irrigação e tração de moinhos, dutos entre queimadores e chaminés / bases de máquinas e implementos industriais (alambiques, etc.) / Depressões no solo / Pisos de estruturas subterrâneas / etc.
		Matriz sedimentar	Arcos-sedimentos / Características pedológicas da localização das antigas unidades de produção de açúcar / Sedimentos suscetíveis à análise físico-química / etc

Edificações e construções conservadas	Chaminés, armazéns, habitação operária, casa dos proprietários, clubes	Construções de superfície / Paredes, cercas, edificações, canais, estradas, etc. / Montes / Instalações complementares, subsidiárias, anexas e produtivas (por exemplo, rodovias, ferrovias, ferrovias, portos, rios, pecuária, etc.) / Planejamento urbano ou periférico dos bairros operários/ Ressignificação das paisagens operárias e industriais
Arquivos públicos, institucionais, privados e familiares	Documentos em suportes distintos	Fotografias, litografias, placas de vidro, placas, etc. / Documentos escritos (em diferentes arquivos) / Livros e registros contábeis gerados pelos antigos moinhos / Familiares, jornais, vizinhança, documentação sindical, etc.

Fonte: ATALIVA e CAMPI, 2016, pg.578 (tradução da autora)

Dada a diversidade, por um lado, de atores e avaliações que convergem nesses antigos espaços produtivos e, por outro, as representações e práticas que projetam e conduzem a eles, o estudo enfatizou a relevância de co-produzir conhecimento de e com os sujeitos locais.

A experiência em Lastenia objetivou enfatizar a relevância do conhecimento local, sendo necessário contrapor os diferentes campos de valoração do patrimônio. No “escopo científico” as contribuições (histórica, arqueológica, geológica, ecológica etc.) abordam e contextualizam o recurso cultural. No “escopo institucional” reúne-se as práticas e concepções que as diferentes instituições construíram do recurso (por exemplo, as políticas públicas e as categorias patrimoniais do recurso).

Enfim, o “escopo local” definiu-se a partir do conhecimento dos ex-trabalhadores da fábrica, suas famílias, os jovens de Lastenia e as gerações que cresceram quando o engenho não funcionava mais; as famílias e habitantes da localidade que - apesar de não serem trabalhadores da antiga usina - tinham algum tipo de relacionamento direto ou indireto com o mundo produtivo do açúcar (prestação de serviços diferentes - de hospedagem, comércio, logística, etc.), bem como as representações da Fundação responsável pela propriedade atualmente, entre outros atores da Lastenia.

Entender a valorização dos diferentes escopos, ora complementares ora contraditórios, constitui um aspecto essencial para a elaboração de políticas públicas sustentáveis. Esse contexto, do “patrimônio vivenciado”, pode incorporar os recursos culturais ao cotidiano nos lugares a que pertencem.

3.2 Proposta de sistema de valores na paisagem cultural das usinas em Araras

As propostas acima relatadas têm motivações de preservação convergentes, entorno de objetos imprescindíveis na formação dos territórios a que pertencem, e que perderam suas forças econômicas em um passado de 30 anos. A mesma realidade da Usina Palmeiras, cujas declarações dos sujeitos envolvidos demonstram certa incredulidade, dificuldade em aceitar que um empreendimento com tal força econômica e social possa ser simplesmente abandonado, porque diz respeito ao que a comunidade é no presente.

O estudo de Ataliva e Campi (2016) envolve estudos anteriores multidisciplinares, mas principalmente, uma motivação social que ocorreu na celebração crítica dos 50 anos do golpe de estado na Argentina (período de ditadura militar de 1966 a 1973), com a postura intervencionista do General Onganía e o início da decadência das usinas estudadas. Segundo os autores, houve uma “conjuntura de ativação da memória”, quando reconheceram-se as marcas profundas na comunidade e tornou-se possível revelar as representações de que, no presente, os ex-trabalhadores e suas famílias projetam uma diversidade de questões relacionadas ao mundo do trabalho antes e após o fechamento: a vida social em torno da fábrica, as migrações temporárias de trabalhadores e famílias para seu lugar, a dinâmica cotidiano, as implicações traumáticas da militarização e desmantelamento de suas instalações a partir de 1966, as terríveis consequências da ditadura e suas medidas, a diáspora pessoal e familiar em busca de trabalho, entre outras questões.

No caso cubano, os autores apresentam uma leitura ambiental junto à comunidade do território no presente, marcado pelos vestígios de um patrimônio que conta a história do lugar, sem revelar a consistência antropológica que certamente induziu a eleição dos critérios para preservação, propondo uma atitude mais racionalista do que a do estudo argentino. Com este racionalismo pode-se alcançar uma ação projetual de intervenção mais direta, ainda com efetividade social.

Sem esperar uma comoção social para a “conjuntura de ativação da memória”, essa pesquisa propõe uma sistematização de valores para embasar as tomadas de decisão, antevendo sua vulnerabilidade à gestão participativa comunitária que a preservação da paisagem cultural exige. Se bem que a “conjuntura da ativação da memória” existe intermitente em duas posições: primeiro pelas perdas, seja pela percepção de degradação dos edifícios na paisagem, seja pela inacessibilidade a elementos do bem ou até pela morte das pessoas envolvidas, mas também pelas celebrações tradicionais ou em conquistas das empresas (premiações, novos investimentos em tecnologias, novos mercados-alvo atingidos).

A dinâmica efervescente das duas usinas em plena atividade não estabelece um contraponto como valor cultural, ainda mais porque a percepção de bem cultural foi constatada em cada parte do levantamento realizado. Os valores econômicos envolvidos são de outra natureza, mas acredita-se que possam ser compatíveis com os valores culturais a partir do momento em estiverem reconhecidos e assimilados como tal. Ao considerar o valor da paisagem cultural como o conjunto das três usinas, a pesquisa supera a questão do patrimônio cultural associado a áreas sem uso econômico, em processo de perdas materiais e imateriais. Permite cultuar a prática (saber-fazer, usufruto de arquiteturas relevantes, meio ambiente conservado) antes de tornar-se representação simbólica, o que pode agregar valor econômico nas formulações de sustentabilidade empresarial, conceito comum aplicado, por exemplo, às paisagens culturais vitivinícolas, principalmente europeias⁴².

Sendo o tempo e o espaço variáveis dinâmicas, ao sistematizar os atributos e valores produz-se uma leitura do presente, com as concepções vigentes de uma sociedade e de seu comportamento acerca da natureza, bem como as relações entre ambos. A questão é gerar uma sistematização de critérios que abarque o processo contínuo de transformação, próprio da vitalidade da paisagem cultural estudada, reconhecendo e valorizando os atributos que a mantem identificada.

⁴² Tomando as devidas proporções porque a indústria vitivinícola atua em um mercado de especialidades e as usinas sucroenergéticas, em um mercado de commodities. Mesmo assim, o mercado, principalmente o externo, exige selos de sustentabilidade o que favorece a atuação social da empresa.

Diferente da estrutura de diagnóstico proposta por Ataliva e Campi (2016) optou-se por iniciar os levantamentos pela paisagem natural, elemento estruturador da ocupação humana. Os levantamentos arqueológicos, em termos de materiais móveis, não foram abordados⁴³, sendo que o levantamento dos vestígios construídos foi realizado em conjunto com os levantamentos arquitetônico e urbanístico. E por fim, o levantamento da cultura imaterial, apesar da abundância de elementos trazidos pelas entrevistas com os sujeitos, não abordou a descrição das personalidades icônicas⁴⁴, cujo perfil muitas vezes explica as tomadas de decisão nas transformações da paisagem.

Com a leitura dos elementos da paisagem cultural das usinas parte-se para a sistematização dos atributos da paisagem, primeiro vinculando-os aos meios a que são mais próximos: físico, biótico ou antrópico, conforme tabela orientativa proposta para avaliação de impacto ambiental (Tabela 8), ressaltando que a inserção da paisagem cultural, que quebra a fragmentação sistemática, foi feita pela autora:

⁴³ Patrimônio material móvel referencia-se aqui a maquinários e ferramentário existente no local, incluindo peças sem uso que podem representar a história da técnica. Não houve acesso na pesquisa a esse tipo de inventário.

⁴⁴ Personagens icônicas refere-se tanto às pessoas cujo registro podem contar histórias dos costumes, como ao que o Iphan considera patrimônio vivo: mestres e grupos que detenham os conhecimentos ou as técnicas necessárias para a produção e a preservação de aspectos da cultura tradicional ou popular.

Tabela 7 - Diferentes acepções binômio natureza/sociedade

	Meio físico	Meio biótico	Meio antrópico
Esferas da Terra	Litosfera Atmosfera Hidrosfera Pedosfera	Biosfera	Antroposfera
Componentes	Litologia Solos Relevos Ar Águas	Fauna Flora Ecossistemas	Economia Sociedade Cultura
Diferentes acepções do binômio natureza-sociedade	Natureza		Sociedade
	Paisagem		
	Ambiente Natural		Ambiente Construído
	Espaços Naturais	Espaços Rurais	Espaços urbano-industriais
	Recursos naturais Recursos ambientais		Recursos Humanos Recursos Culturais
	Patrimônio natural	Paisagem cultural	Patrimônio Cultural
	Capital natural		Capital humano Capital Social Capital Econômico

Fonte: Sanchez, 2008, pg.21. Alterado

Após a vinculação com o meio, segue-se com a descrição do atributo cujo levantamento está no Capítulo 2 dessa pesquisa.

A identificação de valores da paisagem cultural utilizados faz referência à proposta de De Figueirôa et al (2007), valores estes sistematizados na Tabela 9. Conforme desenvolvido previamente, o valor é uma construção humana, a partir de consensos, acordos entre os homens, sendo uma categoria puramente histórica no tempo e o espaço; não possui uma representação quantitativa, mas, exclusivamente qualitativa. Vale destacar que não são excludentes.

Tabela 8 - Valores propostos para a paisagem cultural conforme De Figueirôa et al, 2007

DIMENSÃO	VALORES	CONCEITO
CULTURAL , a partir de Riegl	Valor de antigüidade	Refere-se a transitoriedade das criações humanas, cujo fim é a degradação e seu reconhecimento ocorre de forma imediata, tanto por especialistas como por leigos, ao se observar o monumento. Para os defensores da manutenção desse valor, as intervenções no monumento são indesejadas, pois fogem ao seu ciclo natural de criação e destruição. A identificação desse valor ocorre face à aparência de envelhecimento e decaimento da superfície, manifesta na forma da patina.

	Valor histórico	Refere-se ao fato de um monumento representar uma etapa determinada da evolução de campos criativos da humanidade. Diz respeito a tudo aquilo que foi conservado da atividade humana e que represente um determinado momento de sua evolução. A preservação do monumento é fundamental para que se mantenha o valor histórico e sua transmissão para as gerações vindouras.
	Valor rememorativo intencionado	Refere-se a elementos nas paisagens culturais que foram modelados com a intenção de se criar um lugar de memória, que remeta a algum fato ou acontecimento.
	Valor de uso	Refere-se à existência ou não da possibilidade de utilização do monumento para satisfação das atividades do homem contemporâneo
	Valor artístico de novidade	Novos atributos com expressão artística adicionados em uma paisagem cultural
	Valor artístico relativo	Refere-se à possibilidade de que obras de gerações anteriores possam ser apreciadas não só como testemunhos passados, mas também com respeito a sua própria e específica concepção como obra de arte.
NATURAL, objetivo	Valor ecológico	Relativo ao equilíbrio entre o homem e seu meio de convívio
	Valor biológico	Características particulares/ excepcionais próprias ao reino vegetal
	Valor botânico	Especies ou conjunto de especies do reino vegetal que apresentam particularidades
	Valor horticultural	Técnicas expressivas de cultivo em hortas e jardins
	Valor toponímico	Característica de relevo singular
NATURAL, subjetivo	Valor do sagrado	Refere-se a usos espirituais e religiosos
	Valor educativo	Reprodução de ecossistemas para educação e conscientização
CULTURAL, antropologia, objetivo	Valor etnográfico	Características próprias de uma etnia específica
CULTURAL, objetivo	Valor arqueológico	Presença de vestígios materiais de costumes e culturas dos povos antigos
CULTURAL, subjetivo	Valor literário	Emerge de uma paisagem cultural quando essa estiver enraizada em narrativas, crônicas, ensaios, poemas, romances ou quaisquer outros gêneros literários
	Valor legendário	Refere-se ao lugar de manifestação de lendas e mártires

Fonte: Estudo da autora sobre proposta de De Figuerôa et al, 2007

A respeito da natureza industrial envolvida na paisagem, a pesquisa opta por complementar os valores com a proposta de Ríos (apud GONZALEZ et al., 2008, p.39) expressa na Tabela 4. Ao mencionar os Valores Artístico e Histórico relacionados ao patrimônio industrial, já que sobrepõe aos valores da Tabela 9, estarão adicionados as iniciais PI – Patrimônio Industrial.

A sistematização incorpora ainda os conflitos captados nas narrativas dos sujeitos. É importante ressaltar que a sistematização não deve funcionar com a fragmentação dos elementos e que apenas são critérios para conduzir a tomada de decisão da ação de preservação. Assim sendo, segue a proposta de valoração dos atributos, apresentada nas Tabela 10, Tabela 11, Tabela 12, Tabela 13 e Tabela 14. Tabela 1

Tabela 9 - Sistematização de atributos físicos e valores da paisagem cultural das usinas em Araras

GRUPOS DE ATRIBUTOS	ATRIBUTOS DA PAISAGEM CULTURAL			VALORAÇÃO CULTURAL		CONFLITOS
	USJ	USL	USINA PALMEIRAS	TIPO	DESCRITIVO	
FÍSICOS	Relevo de morros			Estético, simbólico e toponímico	Mar de cana	Pressão do valor do solo nas margens da Anhanguera, esvaziamento da Zona Rural pelo monocultivo da cana de açúcar e mecanização
				De uso	Permite mecanização agrícola	
	Recursos hídricos abundantes: nascentes, cursos de água e represamentos			De uso	Autossuficiência do conjunto industrial no abastecimento de água	Não percebido
				De uso	Lazer náutico e pesca	Controle do uso de lazer
				De uso	Contribuição no abastecimento urbano	Não percebido
				Estético, simbólico e toponímico	Enormidade das represas	Não percebido
				Ecológico	Manutenção de biodiversidade, corredores verdes associados	Não percebido
				Histórico	Relativo à implantação das usinas	Não percebido
				Solos		
		Geológicos		Jazidas não mapeadas	Extração de brita	Mineração em potencial

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Tabela 10 - Sistematização de atributos biológicos e valores da paisagem cultural das usinas em Araras

GRUPOS DE ATRIBUTOS	ATRIBUTOS DA PAISAGEM CULTURAL			VALORAÇÃO CULTURAL		CONFLITOS
	USJ	USL	USINA PALMEIRAS	TIPO	DESCRITIVO	
BIOLÓGICOS	Mata ciliares preservadas e reflorestadas			Ecológico e simbólico	Manutenção de biodiversidade, corredores verdes associados	Desequilíbrio ambiental: colônia de capivaras que oferecem risco de Febre Maculosa
					Repovoamento de fauna silvestre: aves e onças	Convívio com grandes animais silvestres: onças
				Histórico	Recuperação de parte da ação de desmatamento relacionada ao monocultivo cana e café	Demarcação de APPs e isolamento da área agrícola
	Viveiro de mudas			Ecológico e Biológico		Ação contínua de replantio, riscos contínuos de incêndio
	Fragmento de mata Atlântica		Fragmento de mata atlântica	Ecológico e Simbólico	Conservação do bioma de transição cerrado para Mata Atlântica	Não percebido
		Arvoredo na via de acesso à USL		Estético, Rememorativo intencionado	Referência na paisagem urbana, cartão postal	Atração de uso público de lazer em via de acesso privado à indústria
		Arvore centenária		Ecológico	Conservação do bioma de transição cerrado para Mata Atlântica	Não percebido
	Laboratório de biotecnologia para controle de pragas agrícolas			Ecológico e Biológico		Não percebido

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Tabela 11 - Sistematização de atributos antropológicos e valores da paisagem cultural das usinas em Araras, USJ

GRUPOS DE ATRIBUTOS	ATRIBUTOS DA PAISAGEM CULTURAL	VALORAÇÃO CULTURAL		CONFLITOS	
	USJ	TIPO	DESCRIPTIVO		
ANTROPOLÓGICOS	Antigo engenho	Artístico PI, Histórico	Antigo engenho de aguardente	Perdido na paisagem do mar de cana, sem uso ou conservação	
	Chaminé antigo engenho	Artístico PI, Histórico, Simbólico	Antiga chaminé engenho de aguardente	Perdido na paisagem do mar de cana, sem uso ou conservação	
	Antiga Casa Sede	Histórico	Casa Sede da fazenda São João, anterior à implantação da usina, relativamente conservada	Inserida em um fragmento de mata entre o mar de cana, sem uso, abandonada	
	Antiga Capela de São João Batista	Histórico e Sagrado	Antiga Capela do século XIX, bem conservada	Isolamento	
	Vila Operária		Singularidade em projeto	Morfologia do traçado urbano	Não percebido
			Representatividade e Por pertencer a um conjunto, De uso	Conjunto de casas	Ocupação parcial, desmonte progressivo
			Por pertencer a um conjunto	Antigos Empório, posto de gasolina e farmácia	Uso para depósito
	Conjunto de casas dos proprietários	Por pertencer a um conjunto, De uso	Área de parque com fragmento e mata, nascente e represamento de água	Não percebido	
	Capela de São João Batista	Singularidade em projeto, Construtivo, Simbólico, De uso	Continuidade de uso, manutenção cuidadosa, afetividade	Não percebido	
	Largo da Capela	Singularidade em projeto, De uso, Por pertencer a um conjunto	Praça central arborizada com ótima manutenção, afetividade	Não percebido	

	Cine Engenho Grande	Singularidade em projeto, Construtivo, Simbólico	Edifício imponente na paisagem, representativo na memória da vida social dos sujeitos	Sem uso, inacessível
	Escola Estadual José Ometto	De uso, Por pertencer a um conjunto	Continuidade de uso com programas de excelência em educação, atendimento demanda regional, manutenção cuidadosa, afetividade	Não percebido
	Campo de futebol, vestiários e arquibancada	De uso, Por pertencer a um conjunto	Uso e manutenção intermitentes	Não percebido
	Clube da usina	De uso, Por pertencer a um conjunto	Uso e manutenção intermitentes, representativo na memória da vida social dos sujeitos	Sem uso social
Industria		Por pertencer a um conjunto	Trilhos de carregamento de matéria prima, caldeiras, dutos e caixas coletoras	Obsolescência e abandono, permanece nas áreas produtivas
		Por pertencer a um conjunto	Edifícios relativamente íntegros, muretas, escadas, tanques, estruturas obsoletas	Obsolescência e abandono, permanece nas áreas produtivas
		De uso, Representatividade	Edifícios em uso	Não percebido
		Simbólico, De uso	Conjunto de 3 chaminés	Não percebido
		Singularidade construtiva, De uso	Armazém	Não percebido
		De uso, Por pertencer a um conjunto	Estação de Tratamento de Água	Não percebido

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Tabela 12 - Sistematização de atributos antropológicos e valores da paisagem cultural das usinas em Araras, USL

GRUPOS DE ATRIBUTOS	ATRIBUTOS DA PAISAGEM CULTURAL	VALORAÇÃO CULTURAL		CONFLITOS	
	USL	TIPO	DESCRITIVO		
ANTROPOLÓGICOS	Casa Sede da fazenda São Joaquim	Representatividade, Histórico	Edifício tombado pelo Comphac inserido em amplo jardim e isolado por muros, ótima conservação	Sem uso	
	Chaminé	Simbólico, Histórico		Sem uso	
	Vila Operária	Por pertencer a um conjunto		Implantação de forma a criar qualidade ambiental por toda a usina, arborização abundante	Não percebido
		Representatividade e Por pertencer a um conjunto		Conjunto de casas renovadas, ocupação quase plena	Não percebido
		Por pertencer a um conjunto		Antigos Empório, Farmácia, Açougue e Escola, uso administrativo	Não percebido
	Conjunto de casas dos proprietários	Por pertencer a um conjunto, De uso		Área de jardim murada, com mata ciliar, acesso a represa, pomar e jardim	Não percebido
	Capela de Santa Lúcia	Simbólico, De uso		Continuidade de uso, manutenção cuidadosa, afetividade	Não percebido
	Antigo Cinema	Por pertencer a um conjunto		Edifício representativo na memória da vida social dos sujeitos, bem conservado	Uso administrativo

	Clube da usina	Por pertencer a um conjunto	representativo na memória da vida social dos sujeitos, não existe mais o campo de futebol, permanece as arquibancadas	Uso eventual
	Industria	De uso, Representatividade	Edifícios em uso	Não percebido
		De uso, Por pertencer a um conjunto	Estação de Tratamento de Água	Não percebido

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Tabela 13 - Sistematização de atributos antropológicos e valores da paisagem cultural das usinas em Araras, Usina Palmeiras

GRUPOS DE ATRIBUTOS	ATRIBUTOS DA PAISAGEM CULTURAL	VALORAÇÃO CULTURAL		CONFLITOS
	Usina Palmeiras	TIPO	DESCRITIVO	
	Vila Operária	Por pertencer a um conjunto	Morfologia do traçado urbano	Abandono, inacessível
		Representatividade e Por pertencer a um conjunto	Conjunto de casas sem manutenção	Abandono, inacessível
		Por pertencer a um conjunto	Antigo Empório, sem degradação	Sem uso
	Conjunto de casas dos gerentes	Por pertencer a um conjunto	Conjunto arborizado com praça frontal	Sem uso
	Capela	Por pertencer a um conjunto	Conservada	Não percebido
	Escola Estadual Silvio Roberto Baggio	Por pertencer a um conjunto	Edifício marcante na paisagem, representativo de memória da vida social	Abandono, inacessível

	Campo de futebol	De uso, Por pertencer a um conjunto	Uso eventual	Acessível
	Clube da usina	Por pertencer a um conjunto	Cinema e campo de Bocha, ótima conservação	sem uso, acessível
	Industria	Por pertencer a um conjunto	Edifícios relativamente íntegros	Abandono, inacessível

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Para agregar os elementos do patrimônio Imaterial como critérios na tomada de decisão na ação de preservação, voltamos a mencioná-los aqui. Conforme Iphan (2000), pudemos enquadrar na categoria de celebrações a Festa de São João e a romaria de início e fim de safra na USL. As roupas e costumes do personagem do bóia-fria podem ser uma forma de expressão e entende-se que o cheiro da vinhaça seja um elemento que caracteriza o lugar. E os saberes que envolvem o setor industrial também poderiam compor uma ação cultural de preservação.

Mas a cultura imaterial é ponto de inflexão da proposta sistematizada. A metodologia de registro para esse patrimônio parte obrigatoriamente da demanda social. E implica na dinâmica própria de produção e reprodução cultural, da participação comunitária, e na busca de valorização do cotidiano, que aproximará o sujeito da ação de preservação.

3.3. Ponto de inflexão: a demanda dos sujeitos

Toda a pesquisa se desenvolveu sob o parâmetro da visão integrativa da paisagem cultural, mas é através dos atores desse patrimônio que esta integração pode se consolidar. O resultado da pesquisa é uma base fundamentada e não fragmentada, íntima com o objeto, e pode provocar o debate crítico com a formação de grupos – comitês - que validem e façam a gestão dessa paisagem, incluindo a atualização da legislação do Comphac e seus mecanismos de financiamento para o patrimônio cultural. Isto considerando que a paisagem cultural estudada tenha referência direta com o município de Araras, mas pode-se ampliar o debate crítico para uma região ampliada no interior de São Paulo.

Uma discussão sobre os atores que interessa nesse ponto de inflexão é a questão geracional. A maior parte dos sujeitos interessados em participar do debate local tinham aproximadamente entre 50 e 70 anos, uma geração que conviveu com a expansão econômica do setor, com o momento de maior intensidade de imigração nordestina, e viveu a diáspora das reestruturações empresariais na década de 1990, momento em que se agrava a perda do

sentimento de pertencimento ao lugar onde se vive. Para muitos dos sujeitos entrevistados, a paisagem do monocultivo da cana de açúcar era a “única” paisagem, era o seu lugar. Para que houvesse uma leitura menos nostálgica, foram entrevistadas pessoas mais novas que 30 anos, mantendo o vínculo com o objeto, mas elas trouxeram a percepção de valor que herdaram dos pais e avôs. Não cabe no escopo da pesquisa o entendimento da relação das novas gerações com seu lugar, mas a proposição da continuidade do debate para as ações de preservação do bem precisa inclui-las, principalmente para que haja a sedimentação do reconhecimento dessa cultura na formação do território local.

Outra questão relevante no entendimento de quem são os atores é a da propriedade privada e das exigências impostas pelo mercado sobre o setor. Aqui cabe parte da narrativa do Sr. César Ometto, diretor da USL:

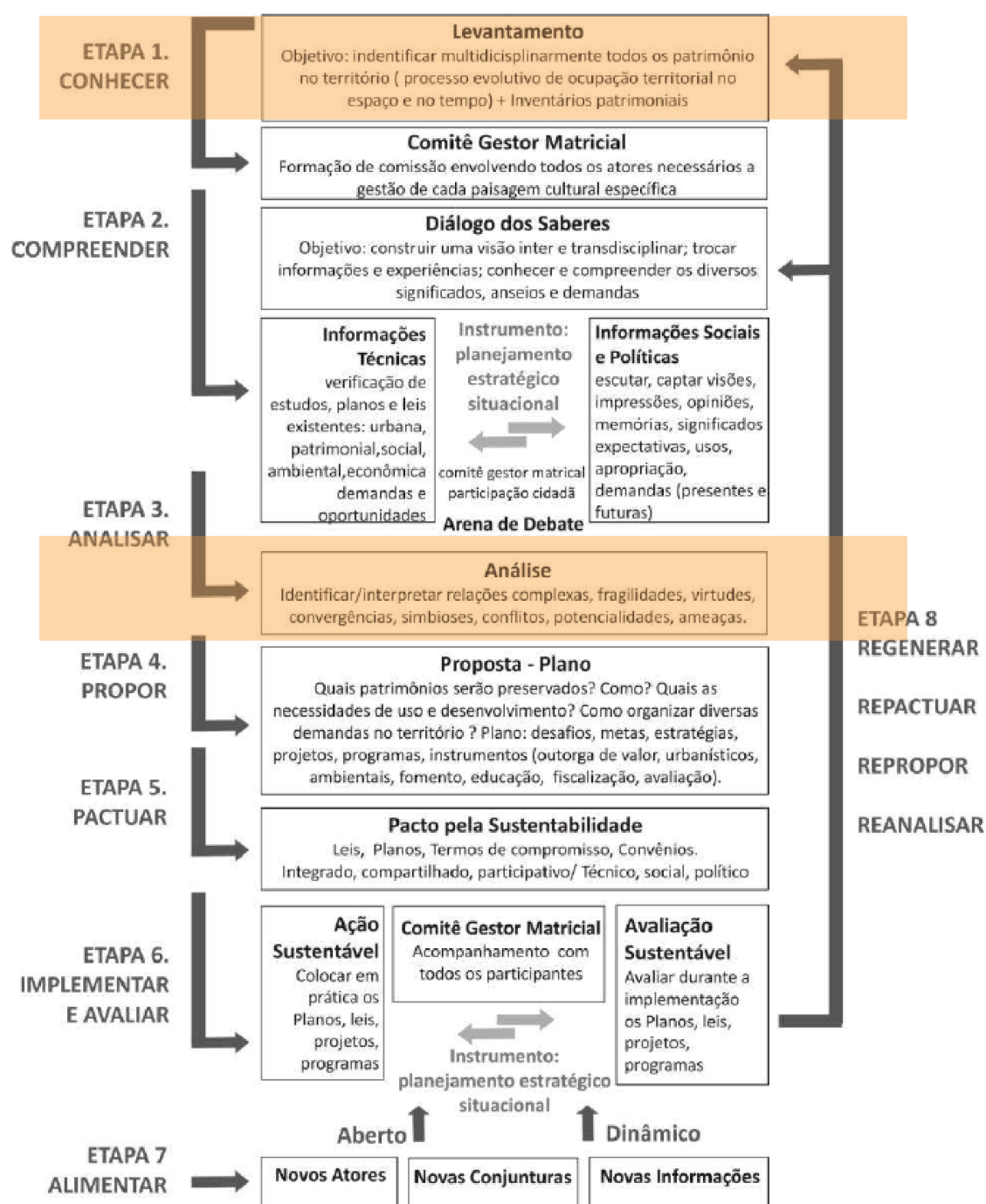
A empresa não sai daqui. Enquanto a sociedade nos permitir um convívio saudável, a gente vai ficar. A gente tem orgulho porque são poucas as usinas que têm essa nossa filosofia. Em lugar nenhum as pessoas moram mais no meio rural. O pai era sitiante de milho, o filho não se interessa por isso. Aqui você vê muitos lugares abandonados. [...] Aqui é trabalhoso, as vezes é cruel. [...] O mercado não é estável e nunca vai ser porque dependemos das mudanças climáticas do planeta. Somos muito afetados pelo petróleo e o desenvolvimento dele no mundo. [...] Amamos isso aqui e tenho muita perspectiva de continuação, estes meus sobrinhos têm muita vontade de manter e continuar o que a gente construiu. (César, entrevista em 08/02/2019 na USL, Apêndice p.278).

Apesar do vínculo com o lugar que os proprietários manifestaram, como na narrativa acima, só poderá haver comprometimento se houver respaldo na legislação e na gestão pública, incluindo fundos de investimento ligados à tutela do patrimônio cultural e mecanismos claros de continuidade do processo, sendo esses últimos o maior problema de credibilidade das ações participativas.

Alerta-se que, para a gestão do patrimônio das usinas, o primeiro princípio de Dublin (DE DUBLIN, 2011) recomenda que o inventário seja integrado e suportado por especialistas no ramo agroindustrial específico, com proximidade dos sujeitos envolvidos, pela complexidade de que cada conjunto possa implicar e ainda assegurar o acesso à informação pela comunidade envolvida e pesquisadores.

Portanto não se trata de participação passiva, fundamentada na escuta, informação ou cobrança, mas de assumir pactos que pressupõem a corresponsabilidade. Na gestão participativa reside a possibilidade de novas construções sociais, no caminho oposto às homogeneizações afim de percorrer o caminho da multiplicidade cultural, preservando-se o ambiente em associação com as diversas formas de reprodução social. Para isto o sujeito deve ser crítico e autônomo na vida pública. A metodologia de gestão desse processo é empírica e deve ser organizada em função do potencial de cooperação dos atores, os sujeitos e a gestão pública. O que importa é que se assuma uma postura metodológica de gestão e utilize as sistematizações para confrontar interesses divergentes inerentes ao processo participativo. Figueiredo (2014) propõe, como inspiração às políticas culturais, uma possibilidade de metodologia para gestão das paisagens culturais complexas, ilustrada na Tabela 15.

Tabela 14 - Proposta metodológica para a gestão das paisagens culturais complexas.



Fonte: Figueiredo, 2014

Parte-se do conhecimento da paisagem cultural, o grifo em laranja está para destacar que a pesquisa pretendeu realizar esta etapa, sempre considerando que a dinâmica do contexto de debate participativo deve complementá-la e validá-la na etapa 2.

Para a análise crítica da etapa 3, também com grifo em laranja, esta pesquisa sugere o mesmo tipo de matriz de impacto cruzado (Tabela 5) utilizada por González et al (2017) em sua proposta de guia metodológico. Na etapa 4 seria o momento de construir um plano estratégico.

A etapa 5 insere a ideia do pacto inicial que propicie a potência necessária para a continuidade e sucesso da ação de preservação. Para que uma relação de poder se constitua é preciso estabelecer um pacto inicial, o qual se dá através de consensos do grupo formado através da “ação coletiva”, e onde todos os integrantes participam em condição de igualdade – conferindo legitimidade ao poder. Assim, o poder surge na medida em que um grupo se forma e desaparece quando ele se desintegra (PERISSINOTO, 2004).

A implantação e a avaliação implicam no acompanhamento pelo comitê e na comunicação e publicização devidas à sedimentação do processo. É nesta etapa que se volta à questão do cotidiano: através da consciência do potencial cultural na paisagem vivenciada, promove-se um ciclo de desenvolvimento social que a transforma e a preserva ao mesmo tempo.

Retoma-se ao conceito inicial de se trabalhar com a paisagem: paisagem não é acumulação de memórias, nem um depósito de signos em patrimônios construídos, nostalgicamente consultável. Ela é o evento, ela é a passagem incompleta da vida e demonstra a realidade continuamente evolutiva do lugar, que não se totaliza como resultado acabado de uma cultura. A paisagem é ao mesmo tempo processo e produto dela mesma.

3.4. A gestão da paisagem cultural e o Comphac

Procura-se assinalar o conceito de paisagem cultural não apenas como ferramenta de reconhecimento de valor, mas com possibilidades de integração à gestão territorial. A eficácia de uma chancela de paisagem cultural estaria baseada no estabelecimento de um pacto entre os principais entes, públicos e privados, que atuam sobre o território selecionado e, conseqüentemente, a efetiva preservação das paisagens culturais se dará pelo cumprimento dos compromissos assumidos por cada uma das partes no momento da pactuação.

(WEISSHEIMER, 2012). Como desenvolvido anteriormente, a pactuação deve ser trabalhada em um comitê permanente cujos sujeitos tenham estabelecido vínculos cotidianos com o objeto, para que possa ser possível a gestão contínua da paisagem, engendrando a dinâmica transformação/preservação do patrimônio cultural eleito. Tal comitê precisa ter suporte técnico multidisciplinar e permear a administração pública.

Analisando a formação organizacional da Prefeitura Municipal de Araras (Lei complementar no. 121/2018), tem-se que a administração direta das questões de gestão do território são conduzidas por duas secretarias, de abordagem diversas: Planejamento, Gestão e Mobilidade nas ações de planejamento territorial e onde o patrimônio poder ser visto como elemento estruturador do território, e a Desenvolvimento Urbano e Obras públicas, na ação da gestão do território, aprovação e fiscalização, onde o patrimônio é um elemento dentro da legislação de zoneamento conforme apresentado no Capítulo 1.4.3.

Para uma visão integrativa e integradora do patrimônio cultural à gestão do território, sugere-se a priorização do Comphac, como órgão paritário entre população e poder executivo, de ação consultiva e deliberativa, com capacitação e interesse próprios a preservação do patrimônio. Tal conselho é vinculado à Secretaria de Cultura, mas permeia as outras duas secretarias, principalmente pelo seu corpo técnico. O conselho atuaria como provocador e estimulador dos comitês próprios dos registros de patrimônios, seja para a gestão dos tombamentos existentes ou futuros como para os novos registros de cultura imaterial e chancelas de paisagem cultural que venham a ser eleitos.

Para que esses avanços se tornem possíveis, é preciso manter atuante e atualizado o conjunto de fatores que compõe uma verdadeira política de patrimônio cultural, implementando estratégias coerentes, exequíveis e abrangentes. Para tanto, o Comphac precisa atualizar os conceitos que definem a dimensão e as características dos universos que devem integrar a política e as estratégias – que, por sua vez, indicam emergências e prioridades. Todas essas premissas devem conviver com conselheiros capacitados e multidisciplinares, e com instrumentos legais atualizados e eficientes.

Conceitualmente recomenda-se a inserção dos chamados “novos patrimônios”, incluindo tanto o patrimônio imaterial e suas categorias, com base nas definições

do IPHAN (Decreto 3.551/2000 e PNPI), o patrimônio industrial, com base na definição da Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial (DE NIZHNY TAGIL, 2003) e nos Princípios de Dublin (DE DUBLIN, 2011); quanto o conceito de paisagem cultural, com base nas definições das Recomendações de Viena (DE VIENA, 1995); da Carta de Bagé (DE BAGÉ, 2007) e da Portaria 127/2009 do IPHAN sobre a Chancela da Paisagem Cultural.

Sugere-se as seguintes ações sequenciais no conselho: 1- definição e promulgação de um estatuto interno que proporcione uma estrutura administrativa com base legal, tornando o conselho verdadeiramente deliberativo tanto em relação às Zonas de patrimônio cultural (ZEPACs), como na gestão dos bens registrados, incluindo os novos patrimônios; 2- ampliação da multidisciplinaridade dos membros e conseqüentemente de sua origem institucional; 3- construção de fundo de investimentos com base legal, de forma a captar recursos tanto para capacitação e divulgação, como para amparar os comitês específicos; 4- atualização da base jurídico administrativa de preservação do patrimônio cultural.

Sobre o aspecto dos instrumentos jurídico-administrativos é necessário atualização e aperfeiçoamentos legais, ampliando consideravelmente a dimensão e a complexidade do trato com o universo de bens culturais. Os procedimentos técnicos, os entendimentos e instrumentos jurídico-administrativos precisam acompanhar a dinâmica contemporânea com a agilidade de mudanças de conceitos e inovações técnicas, colocando-os ao alcance das políticas de identificação, proteção e valorização do patrimônio (VIERIA FILHO, 2009). O instrumento de tombamento precisa, por exemplo, definir os programas de manutenção dos bens, de forma que o tombamento na propriedade privada não seja refutado e que na propriedade pública esteja vinculado a projetos e programas estruturados.

Segundo Vieira Filho (2009) a tradição legal de preservação do patrimônio cultural no Brasil tem princípios legais diferentes. A legislação do patrimônio arqueológico, por exemplo, determina seu tombamento sem considerar aspectos circunstanciais. Caracterizado tecnicamente o sítio, seja ele parte de um universo seriado ou não, estão dadas as qualidades para justificar o cadastro – e sua imediata proteção. A legislação para o tombamento e registro de cultura

imaterial está atenta às questões técnicas e aos variados aspectos circunstanciais que possam gerar juízos de valor. É preciso agregar informações, considerar fatos e comprovar oportunidades, possibilidades de uso etc. A chancela da paisagem cultural do Iphan foi construída segundo o modelo legal circunstancial, a lidar com fatores subjetivos que estão voltadas para a gestão, permitindo entender a proteção segundo as condições reais de efetivar a preservação.

A chancela de paisagem cultural exige condições diferenciadas por estar indicada para contextos sociopatrimoniais dinâmicos, em que importa considerar aspectos passíveis de mutação e nos quais as motivações dos agentes são vitais e o reflexo no meio natural é aferível. As equipes e os técnicos encarregados não podem limitar-se a cadastros ou a atos isolados de proteção. Engajamentos, interações, realismo, criatividade e senso de oportunidade são indispensáveis nas aferições de valor, nos monitoramentos e nas práticas de gestão necessários.

A chancela deve complementar outros instrumentos de preservação, notadamente o instrumento de tombamento existente e formas de registro do patrimônio imaterial que a legislação ararense deve abranger, mesmo que a chancela não prescindir de nenhum instrumento para a sua aplicação. Em muitos casos, a chancela deve ser acompanhada pelo tombamento de bens materiais a ela atrelados ou que lhe fazem referência e/ou pelo registro de manifestações imateriais associadas. A diferença está em que a chancela considerará o caráter múltiplo e dinâmico das manifestações no território e, em linhas gerais, para que seja possível garantir a preservação das paisagens culturais chanceladas, é preciso atuar em processos complexos que vão muito além dos temas tradicionalmente tratados pelo patrimônio cultural, por isso a necessidade de envolvimento de parceiros diversos (WEISSHEIMER, 2012)

Mais importante do que a chancela, o conceito de paisagem cultural tem potência para tornar-se uma estratégia de preservação a se perseguir, por proporcionar a integralidade necessária aos tempos atuais. Essa pesquisa pode amparar um passo inicial quanto a atualização das políticas de patrimônio no município e tornar a gestão cultural de um território importante em valor e dimensão em Araras uma ação menos suscetível às dinâmicas capitalistas dominantes.

Conclusão

A pesquisa fundamentou-se no conceito de paisagem cultural, entendendo que não é um conceito novo ou original, pelo contrário, a paisagem cultural tem sido amplamente discutida e estudada desde o final do século XIX, especialmente pela geografia, da qual se origina conceitualmente, consolidando a priorização dos sujeitos na dinâmica intrínseca à sustentabilidade dos lugares. O conceito também foi sendo construído dentro do campo do patrimônio cultural, nas suas fases de entendimento mais integrativas e transversais, como perceptível em Sitte, Dvořák, Riegl e Giovanonni, descontinuadas por concepções mais racionalistas e materialistas próprias do positivismo até o final de década de 1960, quando passa-se a lutar contra a homogeneização das formas de ver o mundo.

Nas últimas décadas do século XX, sem a crença em respostas únicas, esmaece a pertinência das gestões verticalizadas e gritam as resistências, as particularidades dos lugares, o sentido identitário das minorias, forças que explicitam a complexidade que é tratar da diversidade de valores e conceitos. É nesse momento que se reconhece novos valores: inicia-se com os bens materiais como arquitetura vernacular, os conjuntos históricos fora do eurocentro, o patrimônio industrial, e nesse caminho parte para os valores folclóricos, do trabalho e do cotidiano reconhecendo-se a cultura imaterial, saberes e formas de expressão por exemplo, cuja demanda é a do próprio sujeito envolvido. A complexidade aponta para a forma de ver o bem imaterial refletido na sua materialidade, e o material só pode ser um bem cultural se estiver embebido em características culturais, imateriais e subjetivas. Os patrimônios passam a fazer parte de um conjunto ampliado, não só sua paisagem de entorno, mas de relações socioespaciais complexas, na qual o conceito de paisagem cultural pretende consolidar sua abordagem.

Os resultados das gestões dos patrimônios elevados a bem cultural eram muitas vezes frustrantes, como gentrificação ou desinteresse por objetos não representativos da comunidade envolvida. Entende-se a partir dessa transição

que a forma de chegar ao valor cultural, próprio de cada lugar, é o diálogo com os sujeitos, participando desde a eleição do bem, em seu registro e em sua gestão. Meneses (2009, p.29) ressalta “*como pode algo valer para o mundo todo, se não vale para aqueles que dele poderiam ter a fruição mais contínua, mais completa, mais profunda? Como pode o patrimônio mundial não ter, antes, valor municipal?*”.

Para quem a paisagem cultural das usinas sucroalcooleiras de Araras faz sentido? Ela escreve parte da formação do território paulista, parte da história brasileira com suas diásporas regionais, escreve muito imperativamente a formação do território de Araras. Mas a pesquisa apresenta que a paisagem cultural estudada faz sentido aos sujeitos que mantem uma relação de identidade, seja por ela participar do cotidiano desses sujeitos ou pela memória de uma determinada coletividade. Uma relação de pertencimento.

A sistematização dos valores da paisagem cultural das usinas, a matriz de impacto cruzado para a construção de um plano estratégico de ação de preservação e as possibilidades de mecanismos de gestão compartilhada propostos nessa pesquisa podem ser o início de uma empreitada de longo prazo, onde os objetivos e metas vão se configurando e complementando, acolhendo as transformações percebidas no cotidiano.

A participação social dos atores que produzem, mantêm e transmitem este patrimônio nos processos de identificação, reconhecimento e apoio e fomento precisam ser condição *sine qua non* na formulação de uma legislação que ampare esse processo. E um conselho paritário, representativo e capacitado pode ser estruturar a continuidade das ações.

Abrem-se novas possibilidades de se entender os sentidos do patrimônio dinâmico, muito diferente da arqueologia industrial. A reconstrução das casas na Usina Santa Lucia mantendo a implantação e a tipologia original, por exemplo, permite a permanência da vila operária dentro da usina preservando a paisagem cultural, mesmo com a substituição construtiva que permite a adaptação às novas tecnologias e comportamentos do morar. O valor do modo de morar da vila operária pode ser preservado sem engessar novos comportamentos.

Já o conjunto urbano da Usina São João, que possui um valor de representatividade, poderia ser tombado, desde que o instrumento deixasse de ter um apelo de congelamento e pudesse proporcionar vantagens financeiras para a manutenção do bem. A pesquisa apontou, por exemplo, uma nova intenção de morar na vila reconhecendo seus valores urbanos.

O monocultivo da cana é parte integradora da paisagem estudada, mas não pode ser restringido nem ampliado, tem sua lógica própria de produção e de mercado, contém conflitos de esvaziamento populacional e enfraquecimento do solo, mas enquanto as usinas mantiverem sua força produtiva, a paisagem rural permanecerá.

A conscientização e valorização do patrimônio cultural em sua integridade pode ser uma alternativa, de forma que a partir do conhecimento e valorização dessa paisagem cultural possa haver convergência de esforços para preservação da identidade que, por sua vez, interessa também ao negócio em si.

A paisagem cultural das usinas em análise não apresenta tendência a tornar-se objeto cultural ou turístico de consumo, mas ações de valorização do conjunto patrimonial nela presentes podem conscientizar os sujeitos diretos (usuários, proprietários) e indiretos (gestão pública e população) promovendo sua preservação e mantendo seus usos cotidianos. Retomando a recomendação do quarto princípio de Dublin (DE DUBLIN, 2011), uma gestão participativa coerente pode propor e realizar programas de conscientização em toda a riqueza do seu significado para as sociedades contemporâneas, como visitas guiadas ao local, aproximando do modo produtivo, a forma como operam ou operavam seus equipamentos e processos, e também museus da indústria e da cidade, centros de interpretação, exposições, publicações, websites, itinerários regionais ou transfronteiriços. Em decorrência, tais ações podem também repercutir sobre a preservação da Usina Palmeiras.

O estudo privilegiou também a leitura da paisagem sob a perspectiva de integração dos territórios das agroindústrias, que poderá alcançar maior visibilidade e importância cultural se articulada ao âmbito regional.

Referências

Referências bibliográficas

ABRAMSON, Daniel M. **Obsolescence: an architectural history**. University of Chicago Press, 2016.

ALMEIDA, Nelson Martins de. (diretor redator). **Álbum de Araras 1862-1948**. Documento histórico geográfico ilustrativo do município de Araras. Gráfica Odeon, Araras, 1948.

ALMEIDA, Eneida de; BOGÉA, Marta. **Esquecer para preservar**. Arqutextos, São Paulo, ano 08, n. 091.02, Vitruvius, dez. 2007

ALMEIDA FILHO, João Jaime. **Transformações da rede urbana paulista a partir da expansão do setor sucroenergético – 1975/2010**. Natal: Anais ENANPUR, 2019.

ARANTES, Antônio Augusto. **Introdução. Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2000.

ATALIVA, Víctor; CAMPI, Daniel. **Diagnóstico para la conservación del patrimonio industrial azucarero del Norte Grande argentino: NOA-NEA – Actas del XXXVI Encuentro de Geohistoria Regional – Resistencia: Instituto de Investigaciones Geohistóricas, 2017. ISBN 978-987-4450-00-5**

BARROS CORREIA, Telma; GHOUBAR, Khaled; MAUTNER, Yvonne. **Brasil, suas fábricas e vilas operárias**. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n. 20, p. 10-32, 2006.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. Perspectiva, 2006.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. Estação Liberdade, 1998.

CAMPAGNOL, Gabriela. **Assentamento agroindustriais: o espaço da habitação em usinas de açúcar – São Carlos: RiMa, 2004.**

_____. **Usinas de açúcar: habitação e patrimônio industrial.** São Carlos – Tese de Doutorado – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2008.

CAMPOS, Zóia Vilar. **Italianos em São Paulo: de colonos a empresários do açúcar. 1876 -1941.** Anais ANPUH, 2006.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade.** FERREIRA, Maria Cecília (tradução). São Paulo: Contexto, 2016 [2011].

CARSALADE, Flávio de Lemos. **A preservação do patrimônio como construção cultural.** Arquitectos, São Paulo, ano, v. 12, 2011.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** A Construção da identidade, p. 22-28, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Paisagem Cultural e Patrimônio: Desafios e Perspectivas.** Belo Horizonte: Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, p. 17-28, 2010.

_____. **Paisagem cultural e sustentabilidade.** Editora UFMG, 2010.

_____. **Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas.** Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável, v. 1, n. 1, 2013.

CHÁVES MARTÍN, Miguel Ángel. **Criterios de intervención en el centro histórico de Ferrara: de las políticas de reconstrucción tras la Guerra Mundial al Plan de Rehabilitación Integral.** In. Arte y Ciudad, pp. 153-175, abr. 2013. Disponível em: <<http://arteyciudad.com/revista/index.php/num1/article/view/93/147>>

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** São Paulo, UNESP. 2001, pp. 84-163

CORBOZ, André. **The land as palimpsest.** Diogenes, v. 31, n. 121, p. 12-34, 1983.

CORREA, R.L. **Carl Sauer e Denis Cosgrover: a paisagem e o passado.** Espaço Aberto PPGG UFRJ, V.4, N.1, p 37-46, 2014

CORSINO, Celia Maria. **Apresentação. Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação.** Brasília: IPHAN, 2000.

COSGROVE, Denis E. **Social formation and symbolic landscape.** London: Croom Helm, 1984.

CULLEN, Gordon; DE MACEDO, Carlos Lemonde; CORREIA, Isabel. **Paisagem urbana.** 1983.

DE CAMPOS, Yussef Daibert Salomão. **O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural: adequações e usos (des) caracterizadores de seu fim.** Revista CPC, n. 16, p. 119-135, 2013.

DE FIGUEIRÔA SILVA, Aline et al. **Os valores patrimoniais da paisagem cultural: uma abordagem para o processo de intervenção.** Paisagem e Ambiente, n. 24, p. 297-308, 2007.

D'INCAO, Maria Conceição. **O" Bóia-Fria": acumulação e miséria.** Petrópolis: Vozes, 1981.

FARAH, Ana Paula. **Restauro arquitetônico: a formação do arquiteto no Brasil para preservação do patrimônio edificado.** História (São Paulo), v. 27, n. 2, p. 31-47, 2008.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello; CORSINI, Adriana. **O sistema de paisagens culturais em Araras-SP: desafios da preservação cultural e ambiental integrada ao planejamento territorial no âmbito da gestão local.** Salvador: Anais ARQUIMEMÓRIA 5, 2017

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2014.

FRAMPTON, Kenneth; SAINZ, Jorge. **Historia crítica de la arquitectura moderna.** Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA (BRASIL). **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória.** Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

GALINDO GONZÁLEZ, Julián; SABATE BEL, Joaquin. **El valor estructurante del patrimonio en la transformación del territorio**. Apuntes: Revista de estudios sobre patrimonio cultural-Journal of Cultural Heritage Studies, v. 22, n. 1, p. 20-33, 2009.

GOMES, Marco Aurélio. **Preservação e urbanismo: encontros, desencontros e muitos desafios**. In: GOMES, Marco Aurélio; CORRÊA, Elyane L.(org.). Reconceituações Contemporâneas de Patrimônio. Salvador: Edufba, 2011. pp.129-144

GORDINHO, Margarida Cintra. **Os Ometto**. CH Knapp S/C. Ltda, 1986.

GONZÁLEZ, Adrián González; FALLARERO, Indira Costa; RODRÍGUEZ, Tania Gutiérrez. **Guía para el diagnóstico de conjuntos industriales azucareros: el caso del central Toledo, La Habana, Cuba**. Intervención, enero-junio 2017, año 8, núm. 15:33-45.

HAESBAERT, Rogério; **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF e São Paulo. Contexto, 2002

_____. **Por uma constelação geográfica de conceitos**. In: Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p.19-51.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. [1950] Tradução Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990IPHAN, 2000

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação**. Patrimônio. Revista Eletrônica do Iphan. Dossiê Herança Industrial, n. 4, 2006.

_____. **As ideias sobre preservação no início do século XX em países de língua alemã: algumas lições para o Brasil de hoje**. In. Conversaciones Con., (5), 2018, pp. 219-234. Disponível em <https://revistas.inah.gob.mx/index.php/conversaciones/article/view/12643>

_____. **Ética na preservação no século XXI**. In. HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Ascensión. Conservado el pasado proyectando el futuro. Tendencias en la restauración monumental en el siglo XXI. Colección Actas. Zaragoza, Institución Frenando el Católico, 2016. pp.53-68.

_____. **Notas sobre a Carta de Veneza.** In. Anais do Museu Paulista, 2010, vol.18, n.2, pp. 287-320.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Ática, São Paulo, 1991.

LONDRES, Cecília. **Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio.** Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

LOPES, José Sérgio Leite. **O trabalho visto pela antropologia social.** Revista Ciências do trabalho, v. 1, n. 1, p. 65-84, 2013.

_____. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LYNCH, Kevin; CAMARGO, Jefferson. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1997

MACHADO, Fulvio de Barros Pinheiro. **Brasil, a doce terra-História do Setor.** Disponível em:< <http://www.procana.com.br>>. Acesso em abril, 2018.

MARINS, Paulo César Garcez. **Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980.** Estudos Históricos, v. 29, n. 57, p. 9-9, 2016.

MAUTNER, Yvonne. **A periferia como fronteira de expansão do capital. In: O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Edusp. 1999. p. 245-259

MEIRA, Roberta Barros; CAMPI, Daniel. **Do outro lado dos canaviais. Circulação de saberes e estações experimentais agrícolas, Brasil e Argentina, século XX.** Varia hist. [online]. 2017, vol.33, n.62, pp.523-553. ISSN 0104-8775. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752017000200010>.

MENESES, Ulpiano Toledo de Bezerra. **A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano.** In. Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006. pp. 31-76.

_____. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas.** I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. 2009.

_____. **A paisagem como fato cultural.** Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, p. 29-64, 2002.

MONTANER, Josep M. **Os Traumas Urbanos: O Apagamento da Memória.** In. Arquitetura e Política: Ensaio para mundos alternativos. Barcelona: Gustavo Gili, 2014. pp.159-169.

MORAES, M. A. F. D.; FIGUEIREDO, Margarida Garcia de; OLIVEIRA, Fabíola Cristina Ribeiro de. **Migração de trabalhadores na lavoura canavieira paulista: uma investigação dos impactos socioeconômicos nas cidades de Pedra Branca, Estado do Ceará, e de Leme, Estado de São Paulo.** Revista de Economia Agrícola, v. 56, n. 2, p. 21-35, 2009.

NORA, Pierre. **La loi de la mémoire.** Le débat, v. 78, p. 187-191, 1994

ORZARI, S.V. **Usina São João 60 doces anos.** Araras: JC Editora, 2001.

PERISSINOTTO, Renato M. **Hannah Arendt, poder e a crítica da “tradição”.** Lua nova, n. 61, p. 115-138, 2004

PLANIDRO. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Araras,** 1972.

TORQUATO, S. A.; RAMOS, R. C. **Protocolo agroambiental do setor sucroalcooleiro paulista: ações visando à preservação ambiental.** Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 7, n. 6, 2012.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio.** IPHAN, 2007.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Os estudos de Estética Urbana e a percepção da cidade artefato no alvorecer do século XX.** In. Revista CPC, São Paulo, n.14, maio 2012/out. 2012. pp. 06-29. Disponível em <http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_arti_arquivo_pdf/211.pdf>

SABATÉ BEL, Joaquín. **De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje.** Urbano, v. 7, n. 10, 2004.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação ambiental estratégica e sua aplicação no Brasil**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, v. 4, p. 136, 1988. SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. Edusp, 1993.

_____. **Por uma outra globalização**, São Paulo: Record, 2000.

_____. **O meio técnico-científico**. In: *A urbanização brasileira*. Cap.4, Pgs. 37-51. Edusp, 2005.

SAUER, Carl Ortwin. **The Morphology of Landscape**. University press, 1925.

SENNETT, Richard. **El capitalismo y la ciudad**. *Lo urbano en*, v. 20, p. 213-220, 2004.

SIMIS, Anita. **A crise dos anos 1980 e a exibição cinematográfica**. *Revista Epitec* vol. 18, nº 2, maio-agosto 2016 ISSN 1518-2487

SITTE, Camillo; DE ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

VALIO, André Marques. **A história moderna da indústria sucroalcooleira no Brasil**. 2014. Disponível em https://www.agrolink.com.br/colunistas/coluna/a-historia-moderna-da-industria-sucroalcooleira-no-brasil_387345.html. Acesso em maio, 2018.

VIEIRA FILHO, Dalmo. **Palestra de abertura**. Belo Horizonte: Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, p. 241-250, 2010

VIÑUALES, Graciela María. **Olhares sobre o patrimônio industrial**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 091.03, Vitruvius, dez. 2007 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/182>>.

WEISSHEIMER, Maria Regina. **Paisagem cultural**. Brasília: Depam/Iphan, 2009

_____. **Paisagem cultural brasileira: do conceito à prática**. *Fórum Patrimônio*, v. 5, n. 2, 2012.

YI-FU, Tuan. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Usos sociais do patrimônio cultural e natural**. Patrimônio e Memória, v. 5, n. 1, p. 137-152, UNESP/ FCLAs/ CEDAP, 2009.

Cartas Patrimoniais

DE ATENAS, Carta. Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus, 1931. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>.

DE BAGÉ, Carta da Paisagem Cultural ou. Semana do patrimônio – cultura e memória na fronteira, 2007. In: Belo Horizonte: Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, p. 488-451, 2010.

DE DUBLIN, Princípios. Princípios conjuntos do ICOMOS-TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Patrimônio Industrial, 2011

DE FLORENÇA, Carta. Convenção Européia da Paisagem, 2000.

DE FORTALEZA, Carta - Seminário: Patrimônio Imaterial - Estratégias e Formas de Proteção, 1997. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

DE NAIRÓBI, Recomendações. 19ª Sessão da UNESCO, 1976. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

DE NIZHNY TAGIL, Carta. Declaratória TICCIH sobre o patrimônio industrial, 2003. disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial>

DE PARIS, Recomendação. 12ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, 1962. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

DE PARIS, Recomendação. 25ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO - Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, 1989. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

DE PARIS, Recomendação. 32ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, 2003. Disponível em

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao %20Paris %202003.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%20202003.pdf)

DE QUITO, Normas. Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, 1967. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>>.

DE VENEZA, Carta. Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. 2015. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/ uploads/ckfinder/ arquivos/ Carta%20de%20Veneza%201964.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ Carta%20de%20Veneza%201964.pdf)

DE VIENA, Recomendação. Comitê de ministros do Conselho da Europa, 1995. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Europa%201995.pdf>

DO MEXICO, Recomendações. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, 1985. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

UNESCO. Declaração sobre uma cultura de paz, 1999. Disponível em: [http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pr ograma%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de %20Paz%20-%20ONU.pdf](http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20ONU.pdf)

Legislações

ARARAS. Lei Ordinária nº 1.781 de 1987. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do município e cria o órgão competente. Disponível em <https://www.legislacaodigital.com.br/Araras-SP/LeisOrdinarias/1781/Arquivos/1>. Acesso em dezembro 2019.

ARARAS. Lei Complementar nº 3.903 de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Araras. Disponível em <https://www.legislacaodigital.com.br/Araras-SP/LeisComplementares/3903>. Acesso em dezembro 2019.

ARARAS. Decreto 5.762 de 2010. Dispõe sobre o tombamento da Santa Casa de Misericórdia.

ARARAS. Lei complementar nº 121 de 2018. Dispõe sobre a Reorganização Administrativa da Prefeitura Municipal de Araras, do Serviço de Previdência

Social do Município de Araras - ARAPREV, do Serviço de Água e Esgoto do Município de Araras - SAEMA e do Serviço Municipal de Transportes Coletivos de Araras – TCA. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Araras-SP/LeisComplementares/121>. Acesso em dezembro/2019

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm. Acesso em dezembro 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em dezembro 2019.

BRASIL: Portaria no 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. In: Belo Horizonte: Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, p. 462-466, 2010.

Sites e mídia social

<http://www.comciencia.br/antonio-arantes-reconhecer-diferenca-nao-e-estimular-o-odio-o-odio-etnico-que-tem-sido-tao-fomentado/>

<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/cultivo.html>;

<http://portal.iphan.gov.br>

<http://araras.sp.gov.br/casadosconselhos>

<https://apologo11.blogspot.com/search?q=palmeiras>

<https://www.facebook.com/ArarasAntigo>

<https://www.facebook.com/groups/cidadedeconchalsp>

Apêndice

Entrevistas realizadas através do projeto: “Paisagem das usinas sucroalcooleiras de araras, SP: preservação e gestão de um território em transformação” aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, conforme parecer consubstanciado número 2.984.840, de 26 de outubro de 2018.

Justificativa: Este projeto propõe a análise da paisagem do conjunto de três usinas sucroalcooleiras em Araras, que a exemplo de outras no interior de São Paulo, são referências na formação do território e identidade das cidades as quais se relacionam. Consoante com o setor sucroalcooleiro, estas usinas tiveram alterações legais e tecnológicas que transformaram rigorosamente suas relações de trabalho, esvaziando as vilas operárias rururbanas formadas de seus fluxos cotidianos e iniciando a perda de referências culturais destes lugares. Aplicando este estudo de caso, este projeto pretende investigar se a identificação da paisagem pode ser uma ferramenta de gestão do território capaz de exprimir o vínculo do sujeito com seu lugar, aumentando as possibilidades de continuidade e consolidação das ações de planejamento urbano. A leitura da paisagem proposta por esta pesquisa investiga, através de entrevistas com os sujeitos e vivência local, o estado de percepção desta identidade e o valor das memórias relacionadas, visando direcionar o entendimento do consumo destas paisagens. Para isso, entende-se que é necessário, além do inventário físico do conjunto, incluir no processo o ponto de vista dos sujeitos atuantes: moradores e ex-moradores dos conjuntos, proprietários, usuários dos conjuntos (capelas, escola, clube), funcionários e ex-funcionários tanto das empresas como do poder público municipal que acompanharam os fluxos urbanos e, para tal, apresentam-se, na sequência, propostas para entrevistas. Repensar o vínculo da sociedade com seu território é uma estratégia a ser investigada por leituras do território urbano, que enxerguem a composição cultural de cada paisagem e possam dar suporte a uma gestão mais horizontalizada.

Objetivos: Objetivo primário: O estudo objetiva entender a percepção qualitativa do vínculo e da valoração do patrimônio cultural pelos usuários dos conjuntos

das usinas sucroalcooleiras em Araras, visando direcionar o entendimento do consumo destas paisagens. Objetivos secundários: O desenvolvimento das entrevistas permitirá a visualização de fontes primárias que poderão complementar a pesquisa como um todo e poderá revelar entraves subliminares à preservação dos territórios.

Método: História oral é um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de aproximar o objeto de estudo, produzindo fontes de consulta. A entrevista pode ser considerada um documento que amplia o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado, através do estudo aprofundado de experiências particulares, permitindo uma análise do discurso que pode engendrar estudos comparativos e complementares a outra documentação. A entrevista de história oral permite também recuperar aquilo que não se encontra em documentos de outra natureza, pois privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. Abordagem dos sujeitos: entrevistas com áudios gravados, com tempo previsto de 30 (trinta) minutos, cujo produto de áudio deverá ser guardado pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos após a finalização da pesquisa, conforme resolução 466/12. As entrevistas serão posteriormente transcritas, editadas e analisadas; alguns trechos poderão ser inseridos no corpo do texto da dissertação.

Local: Araras, SP. Nos conjuntos rururbanos das empresas sucroalcooleiras estudadas em atividade (Usina São João e Usina Santa Lúcia), as entrevistas foram realizadas presencialmente, nos edifícios coletivos, na própria residência do entrevistado ou, no caso de funcionários, nos locais indicados pela empresa para sua realização. Em anexo seguem as cartas de autorização da duas usinas para realização da pesquisa. A Usina Palmeiras está extinta, os moradores remanescentes do conjunto estão em áreas desmembradas da propriedade principal e não mantem vínculos empregatícios, exercendo função de pequenos produtores rurais. Para as entrevistas de ex-moradores e ex-funcionários, tanto das empresas como da prefeitura, as entrevistas serão realizadas nas próprias residências dos entrevistados ou na Casa da Memória de Araras, conforme a preferência do mesmo.

Descrição e Caracterização dos Participantes da Pesquisa: Realizou-se 26 entrevistas, assim distribuídas: 03 (três) entrevistas com proprietários das empresas; 10 (dez) entrevistas com moradores e usuários frequentes dos conjuntos das usinas; 05 (cinco) entrevistas com ex-moradores e ex-funcionários conjuntos das usinas; 03 (três) entrevistas com proprietários das empresas; 04 (quatro) entrevistas com funcionários das empresas; 02 (duas) entrevistas com profissionais do setor sucroalcooleiro regional; 02 (duas) entrevistas de funcionários e ex-funcionários públicos da administração local. A escolha dos entrevistados baseou-se em: a relação de uso com os conjuntos rururbanos das usinas; um proprietário atual de cada usina em operação (Usinas São João e Santa Lúcia) e um dos proprietários ou herdeiros da Usina Palmeiras; Funcionários indicados pelas empresas; Profissionais ligados à prestação de serviços tecnológicos ao setor sucroalcooleiro regional (região de Piracicaba); Ocupação em cargo público na Prefeitura do Município: diretor de urbanismo, diretor de ação cultural e cidadania e engenheiro agrônomo da CATI; Faixas etárias e gêneros diversos, maiores de 18 (dezoito) anos.

Metodologia de análise de dados: Determinou-se como metodologia de análise de dados para esta pesquisa a Análise do Discurso, cuja interpretação é apenas qualitativa. A interpretação de textos na pesquisa qualitativa, enquanto etapa posterior à coleta de dados por meio das entrevistas, tem como função tanto o desenvolvimento da teoria como o embasamento para a coleta de dados adicionais e decisão de quais casos devem ser selecionados. A Análise do Discurso propõe o entendimento de um plano discursivo que articula linguagem e sociedade, intercaladas pelo contexto ideológico. Portanto, a Análise do Discurso trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido. A Análise do Discurso busca os efeitos de sentido relacionados ao discurso e preocupa-se em compreender os sentidos que o sujeito manifesta por meio dele; procura mostrar como o discurso funciona, sem a pretensão de julgá-lo. Esta técnica de análise de dados tem como objetivo analisar o uso da linguagem em discursos contextualizados de pessoas que interagem, como também os processos pelos quais dão forma linguística e produzem sentido nas suas interações sociais.

Retorno dos benefícios para a população estudada: Os conjuntos das usinas sucroalcooleiras, a exemplo de outras no interior de São Paulo, são referências na formação do território e identidade das cidades as quais se relacionam. O estágio produtivo do setor tende a seguir o modelo econômico globalizante e desterritorializado dos grandes conglomerados econômicos, agravado pela inconstância das novas relações de trabalho, o que pode determinar a perda da paisagem como um todo: seus fluxos cotidianos e referências culturais. A investigação proposta pode ter um desdobramento positivo ao levantar e informar os valores humanos desta paisagem e possibilitar uma preservação da identidade dos lugares. Pretende-se que a dissertação seja divulgada na cidade de Araras para um processo de conscientização dos valores culturais relacionados as paisagens sucroalcooleiras. Tal divulgação intenciona originar uma exposição interativa na Casa da Memória de Araras; apresentada em oportunidades de debate da gestão do território municipal para revisão do Plano Diretor Municipal e será também disponibilizado um volume para a biblioteca local.

Entrevistas realizadas

José Maria Baptista de Souza, entrevista em 18/01/2019, 78 anos

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo 6 - Funcionários e ex-funcionários públicos da administração local

1. Qual cargo exerceu: engenheiro agrônomo da CATI
2. Qual período trabalhou em Araras: desde 1968
3. Profissão: engenheiro agrônomo
4. Estado Civil: solteiro
5. Grau de instrução: graduado

Na verdade, eu prestei concurso e entrei no INDA (Instituto Nacional do desenvolvimento agrário) em 1967, em São Paulo. Aí eu fiz curso de treinamento. Me formei em 66 e antes de me formar já entrei no INDA e fui fazer treinamento na ilha das flores, no Rio. Quando voltei do treinamento eu fui para São Paulo, mas vi logo que não tinha futuro e Araras tinha acabado de ser eleita a cidade modelo, aí eu pedi para vir pra cá. No começo, eles não queriam me deixar vir, aí eu disse que abria mão de todos os benefícios para ir trabalhar na zona rural, se eu ficasse na cidade eles iam matar minha carreira.

Um ano depois eu prestei o concurso para a CATI, assim que fundou. Aí eu passei no concurso quando contrataram 112 pessoas. Na época, eu escolhi Dr. Valdir, agrônomo, aqui, e em pouco tempo os agricultores já me conheciam todos e teve até um abaixo-assinado para me deixar aqui. E conseguiram.

O agricultor tá ficando muito complicado. Com o tempo ele foi esquecido, eles não anotam, não tiram nota, tem que cair em cima para pegar, é um povo que não se preocupa tanto em estudar. Aqui em Araras não tem muito analfabeto e eu me sinto um pouquinho responsável por isso porque quando eu comecei aqui a turma terminava o quarto ano de grupo e não tinha mais nada na zona rural para se fazer, se criar de valor. Aí eu fui até as fazendas e consegui que elas patrocinassem um grupo: elas deram dinheiro durante sete anos para ajudar os alunos com ônibus e estadia.

As usinas já eram bem fortes na década de 70. Araras na verdade começou com as caravanas que iam até minas atrás de esmeralda. A agricultura começou com cana de açúcar, faziam alcool, rapadura e melaço lá na Usina São João. Depois, Araras começou com o café, aí era com escravo. Na guerra, o café fracassou e as grandes fazendas lotearam as piores terras e vendiam pro pessoal que tinha algum tipo de reserva. Foi quando começou a surgir os bairros como Caio Prado, Campo novo, São Bento... Eles seguravam a sede luxuosa e os mais distantes eles vendiam. Com essas terras "ruins", mais ácidas e tudo o mais, a única planta que tolerava o plantio era a mandioca então proliferaram as indústrias de mandioca. Na guerra, ainda tinha progredido a laranja (eles faziam óleo da casca para lubrificar canhão) e até o eucalipto, na fazenda Dom Vital. Aí com o fracasso, as culturas de mandioca foram sumindo e as fazendas foram se complicando enquanto a Usina São João e a Santa Lúcia iam comprando e adquirindo as menores até obterem o tamanho que tem hoje.

A Palmeiras não tinha terras arrendadas, ela tinha fornecedores. A Anhanguera divide Araras nos dois ribeirões da cidade, o Ribeirão das Araras e o Ferraz.

Em termos de paisagem, eu ia de Araras para Campinas, de lá ia pra Ribeirão, depois Uberaba e depois minha terra, Conquista. Nesse trajeto, Piracicaba tinha um pouco de cana e Araras quase nada de cana, mas a paisagem tinha de tudo: milho, arroz, algodão, menos cana. Café tinha um pouquinho, mas já era o fim.

Assim que passava para Minas era praticamente só Gado. Hoje por todo esse trajeto é um canavial só.

Aí teve uma faixa que Araras cresceu com o abacate. Mas está fadado ao nada. Quando o agricultor plantava laranja, eu dizia “ vocês tem que criar mercado interno, se chega um grandão a indústria vira as costas para vocês e já era”. O Abacate é uma das culturas que tem o melhor óleo possível, e como esse óleo não tem gosto nem cheiro, com um litro de azeite você faz muito abacate, mas em Araras não tá dando muito certo porque a infraestrutura para tirar esse óleo é grande e nós não temos aqui.

Araras tem 1300 propriedades, dessas, umas 70% são familiares, de até 40 hectares. Essa turma não tem saída, porque hoje tem que ter tecnologia. Em área pequena compensa hortaliças, mas nem tem maquinário para isso. Em Minas tem máquina que faz o canteiro, já planta a cenoura, colhe e embala a cenoura, aqui é tudo manual e nem tem proteção para a plantação direito. Esqueceram o agricultor. Os filhos não querem essa vida. Eles querem uma vida mais agitada e a fraqueza do setor faz eles nem pensarem.

Aqui em Araras já acabou a geração de quem era agricultor. Ninguém mais fica na zona rural. Nem a prefeitura liga para a zona rural, não tem nem placa indicando para qual região da zona rural você tá indo.

Na Palmeiras tinha todo o pessoal que trabalhava lá, moravam lá. Tem restaurante então todo mundo comia lá. Eles tinham de tudo ali, escola, pré-escola... tudo. Quem não trabalhava na usina, trabalhava em volta e tava sempre presente. Tinham festa, tinha futebol. Quando chega na São João, tem cinema, tem anfiteatro. Até as pessoas da cidade iam lá, até hoje as festa de São João são grandes e a maioria de quem frequenta é da cidade. O clube deles hoje é uma beleza. Tem mais de trezentas casas.

Quando a prefeitura fechou as escolas, pessoal de caio Prado e outras próximas, todas foram para a São João. Os que não iam para a São João iam para o centro rural, que hoje foi esquecido e negligenciado. Vai virar ruína. Aquilo é do povo e o povo não cobra, mas isso é do Brasileiro. Aquele terreno quem doou foi a Dona Renata. Ela tinha um espaço para deficientes ali, mas doou para que o governo pudesse construir o Centro Social Rural. Lá tinha futebol, tinha as olimpíadas

rurais e festividades enormes, tudo arrecadado pelo povo. Nós mesmos que tomávamos conta. Era década de 70. Nas olimpíadas tinha Santa cruz, Eliu Root e eu era o resto, eu tinha direito de pegar quem eu queria dos outros bairros, aí sempre ganhava. Ali ficava lotado de gente, todos os bairros da cidade vinham e era sempre meu time que era vaiado já que ganhava tudo.

Quando o Brambilla resolveu fazer uma escola lá, o Centro começou a cair.

A São João foi crescendo muito e hoje é terceirizado, então não tem mais contato com o funcionário, coisa que era muito comum e importante com os outros donos. Hoje qualquer mudança que eu quiser fazer eu falo antes com meu advogado para passar para eles. Quando era o Dr Herminio, ele se preocupava com tudo, conhecia a cidade... Hoje a Usina São João é o terror de Araras, eles só querem saber de arrecadação e não de população.

A Santa Lúcia sempre vai continuar melhorando o padrão de vida da população das Vilas Rurais, já a São João nem tanto. Aqui na Santa Lucia, os donos moram aqui, então fazem parte da comunidade, na São João são apenas profissionais que não se preocupam com isso. A população que mora no canavial é muito pequena porque sempre que alguém habitar uma casa, ela não pode ser retirada dali, então as Usinas derrubam de prontidão a casa e impedem que haja ocupação. Com isso a paisagem vai ficando mais e mais pobre.

Quando você não vê longe por causa do morro, você se atenta e se preocupa mais com o ambiente em que você vive.

Hermínio Ometto Neto, entrevista em 21/01/2019, 53 anos

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo: Proprietário da empresa

1. Reside ou residiu no conjunto (X) sim () não,
 - 1.1. há quanto tempo: intermitente, desde sempre
 - 1.2. por quanto tempo:
2. Exerce atividade de gestão direta atualmente na empresa? Foi presidente por 10 anos, hoje é conselheiro
3. Profissão: administrador
4. Estado Civil: casado
5. Grau de instrução: graduado

Eu moro na casa que era de um funcionário, que se chama Santo. Ele morou bastante tempo aqui e quando se aposentou e saiu, eu morava na cidade, casado. Aí decidi vir pra cá.

Eu passei minha infância aqui até os seis anos na casa do meu pai, depois foi para a fazenda campo alto mais quatro ou cinco anos e meus pais voltaram a morar aqui. Eu fui para são paulo com onze anos e morei lá até conseguir meu primeiro emprego. Minha avó tinha apartamento lá porque ela e meu avô ficava lá pelo trabalho dele.

Eu sempre tive muita vontade de ser piloto de avião, como tinha essa questão da empresa, eu pai sempre quis que eu fizesse engenharia e administração. Fiz com muito custo, porque não era exatamente o que eu queria, e quando entreguei meu tcc eu já estava empregado na varig. Trabalhei três anos lá, morei um tempo em porto alegre e depois tive a oportunidade da base em são paulo, que eu podia morar em Araras e ir de vez em quando para são paulo, foi uma época boa, mas não durou muito tempo porque meu pai morreu com 56 anos, e o processo sucessório na empresa estava muito cru, foi muito repentino e eles precisavam de alguém para fazer a transição. E eu fiquei sem ter o que fazer, minha irmã que trabalhava aqui no RH tava com dois filhos, um recém-nascido e as outras duas irmãs uma estava entrando na faculdade e a outra estava no meio da faculdade. Então tive que fazer esse sacrifício na minha carreira em 1994 e fiquei quase vinte anos aqui. Nesse período eu aprendi um pouco sobre a parte mais prática de administração e empreendimento. A parte mais complicada era a parte das incertezas de legislações do governo em cima desse

tipo de indústria. O governo sempre controlou tudo nesse setor, preços, leis e mais um monte de coisa, e quando eu entrei o momento era de transição do controle do governo para as nossas mãos. Em 97 ou 98, quando ainda era controlado, as empresas tinham mão de obra gigante porque você tinha verba assistencial para trazer muita gente, então a gente investia em cinema, clube, vila operária, mercearia e etc. Hoje do que sobrou é a escola. A partir de 99 o governo migrou para uma desregulamentação e eles deixaram de controlar exportação, produção, preços e etc. Eles deixaram a lei da oferta e da procura ser executada de vez e a gente tomar esse controle - que era até certo ponto porque no cenário de mercado do petróleo as estratégias políticas populistas para ganhar voto controlavam o preço da gasolina e o álcool só trabalha com uma margem abaixo do preço da gasolina. Com isso o setor acumulou uma dívida muito grande por conta dessa incerteza.

A Copersucar, mesmo que reunisse muitos sócios e empresários, foi criada na época em que o governo ainda tinha tudo sob seu controle, então acabava que a cooperativa funcionava só como meio de interlocução das usinas com o governo e só. Só que com a desregulamentação do setor, as usinas foram atrás de eficiência para não aumentar as dívidas e a gente viu que a cooperativa não era eficiente. O peso dela de custo ficou muito caro, principalmente para gente que já estava perto dos clientes.

De lá para cá, começou uma chuva de regulamentação em cima da atividade industrial, agrícola, rh... envolveu tudo. E tudo isso veio sempre como exigência. Então criou pra gente uma questão de entender, meio que forçadamente no começo, o impacto sociocultural e na natureza que a gente causava e isso foi um marco para a cultura da empresa. A gente começou a se preocupar com reflorestamento, proteção de mananciais e etc.

A vila hoje é parcialmente utilizada, tem uma importância para a empresa, mas no passado ela era muito maior. Até porque a comunicação com a cidade, transporte, era muito complicado. Hoje sete quilômetros não é nada. Tudo isso aliado a tendência de globalização do homem moderno, resulta na diminuição de quem quer ficar na área rural, quem quer trabalhar no rural.

Quem mora na vila são pessoas que trabalham na empresa, sempre tem esse vínculo de trabalho seja prestação de serviço na usina, na vila, na escola...

Como tá tendo muito problema de violência na cidade, acredito que deva existir uma parcela da população que voltaria para cá, porque o ambiente daqui é muito tranquilo e seguro. Nosso conceito urbano em araras já é muito melhor do que outras cidades, mas mesmo assim a violências vem de qualquer canto hoje em dia.

Quando eu vim trabalhar aqui eu ainda fiquei dois anos na cidade antes de mudar para cá. Era uma casa pequenina, que eu fui aumentando conforme os filhos foram nascendo. Como a gente não tem muito rigor com harmonia arquitetônica, a gente foi fazendo de acordo com a necessidade.

Tudo que eu respondo já está um pouco defasado porque as coisas mudam muito. Você imagina chegar para uma montadora e falar que a terceirização está proibida? Acaba a empresa. Por muito tempo, a parte de terceirização para a gente era vista pelo governo como uma forma de precarizar o trabalho e desvalorizar o custo da mão de obra.

A coisa mais importante que tem para usina de açúcar e álcool é estar próximo da plantação de cana. Cana é igual leite, se você colher e não usar, ela azeda. Então esse negócio de ficar migrando não é pra gente. Existe uma fixação maior. Existe uma agência grande, mudanças duram 5 anos para serem estipuladas no solo. A gente ainda trabalha com três tipos de relações contratuais / sociais em relação ao fornecimento de cana. Existem os fornecedores, aqueles que arrendam terras para plantação da usina e as próprias terras da usina, que servem principalmente de lastro para negociações com países europeus ou de outros continentes. O setor é de empresas que se fixam, pelo produto mesmo, não por estratégia ou algo do tipo.

Eu vi nascer o bairro jardim universitário, com muita gente que trabalhava aqui. Vi nascer a FRESA, que virou uniararas. Hoje a sazonalidade da mão de obra é praticamente zero, então só ficou na cidade mesmo quem se enraizou na cultura e na empresa e acabou ficando com trabalhador constante. Quando eu assumi em 2004, a empresa tinha por volta de quatro mil funcionários, hoje ela não passa de dois mil e duzentos. Mudou muito. Foi uma mudança que começou em 94 buscando eficiência, e para atingir o que a gente queria de eficiência a gente precisava mecanizar o trabalho. Isso trouxe uma cesta de pacotes tecnológicos muito grande, que a gente precisou se adaptar senão morria. Todos os cargos

são chave para uma empresa multidisciplinar. Desde colocar a genética no campo, colher e transportar, toda a parte industrial, logística de porto, embarque... O perfil de quem mora na vila é variadíssimo, impossível definir. Não acredito que o repovoamento da vila seja muito orgânico. Pode acontecer, mas para mim a distância não vale a pena para a maior parte das pessoas, mesmo que trabalhando aqui.

Quem mora dentro do sítio industrial, segue as regras da área industrial, simplesmente porque a área é, por lei, uma área de segurança. Além disso a gente tem a área externa, que não tem a mesma rigidez com segurança. Aí tanto faz.

Eu gosto de morar aqui, meus filhos também. A usina é muito amigável. Claro que tem barulho, cheiro, fuligem e etc, mas é tudo orgânico e biológico, então não incomoda. Do lado da minha casa tem duas vagas há 30 anos, tirando essas tem mais umas 4 ou 5 com gente morando. Algumas dessas casa viraram estoque e outras a gente usava para produzir uma mosca de controle biológico, mas a produção cresceu muito e a gente passou para a usina.

A gente mantém a festa junina, tem uma missa uma vez por semana que o Giácomo faz para a gente. O clube é alugável, tá de pé, mas não sei como tem sido o fluxo. Ele já foi a única opção de lazer social, ficava lotado, a gente frequentava muito. O união são João foi meu pai que transferiu para outras duas empresas, começou com os funcionários e cresceu muito.

César Krug Ometto, entrevista em 08/02/2019 na USJ

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo: Proprietário da empresa

1. Reside ou residiu no conjunto (X) sim () não,
 - 1.1. há quanto tempo: sempre
 - 1.2. por quanto tempo:
2. Exerce atividade de gestão direta atualmente na empresa? sim
3. Profissão: diretor industrial
4. Estado Civil: casado
5. Grau de instrução: graduado em engenharia mecânica

Nasci em Campinas porque minha mãe tinha os pais dela lá. Só nasci e já voltei pra cá, fui criado aqui dentro em uma casa que ainda existe. Moro aqui dentro também, perto da casa de minha mãe, em um lugar que se eu puder terminar meus dias ali eu vou ser muito feliz. Estou no segundo casamento há 20 anos já, ela adora o lugar também. Minha vida toda foi aqui. Só saí em 1983 quando fui para são paulo fazer o final da oitava série e os tres colegiais no mackenzie e fiz engenharia mecânica na FAAP, vim para cá com 23 anos quando comecei a trabalhar aqui.

Hoje para você formar um sucessor aqui o processo é um pouco diferente, hoje é mais necessário, você precisa jogar o jovem em maiores experiências para que ele possa vir trabalhar aqui mais amadurecido. Eu acho que a gente era amadurecido antigamente, a gente tinha menos abstração.

Comecei a trabalhar aqui como engenheiro mecânico, porque não tinha uma definição certo do que eu ia fazer. Indústria porque a mecânica joga você para isso, consegui ir me desenvolvendo, criando a equipe e melhorando com ela, fui crescendo e conquistando respeito que eu acho que é o objetivo de todos nós. Dali uns 4, 5 anos meu pai já me passou para diretor técnico.

Tenho duas irmãs que não ficaram aqui, mesmo que criadas aqui. A mais velha tem esquizofrenia e mora com a minha mãe e a outra, a do meio, mora em são paulo, se casou pela segunda vez, mas administrativamente AQUI NUNCA. Acho que meu pai e avô nunca pensaram em colocar ela em cargo administrativo. Meu irmão fernando teve um caminho muito parecido com o meu. São 35 anos já de trabalho aqui.

O que mudou muito na vida foi a perspectiva e saúde de vida, muitas empresas davam o final de carreira com 60 anos, agora é 70, é um bom número. Então vivi minha vida toda aqui dentro, quando era criança a gente tava sempre por aí, não tinha toda essa segurança. Ainda assim era tudo meio parecido, o número de casas aumentou um pouco junto com o crescimento da empresa. Convivemos muitos anos com meu pai eu e o fernando, com conversas diárias num tempo também um pouco mais calmo. Meu pai ficou na executiva até o fim, morreu com 82 anos e passou a vida inteira dele aqui. Desde a fundação em 1947, o jerônimo que tá aí chegou em 1940, estamos aqui há quase 80 anos. Mas ele mesmo nunca saiu daqui.

A gente tem conexão com são paulo pois desde a criação da copersucar nós somos sócios dela, então quase toda semana tem alguma coisa lá. Hoje eu tenho um canto lá e eu acabei pegando a rotina do meu pai, toda semana eu vou pra lá.

Desde que eu comecei na escola, no grupo zurita, tinha escolinha na usina mas eu nunca fui, não sei porque, iam de ônibus da usina e trazia na hora do almoço. Fui no grupo zurita e depois no ginásio do estado. Ótimas escolas. Aprendi até francês. Tinha várias matérias boas, acho que fiz um ótimo ginásio aqui. Tanto que fui para são paulo e não sofri, mesmo não sendo tão estudioso.

Antes das escolas, as usinas não tinham lavagem de gases das caldeiras, então caía muito carvão, minha mãe lembra muito disso. A gente vivia preto. Ia para a usina, desmontava motor, dava tiro de espingardinha de chumbo na porta, carrinho de rolimã saía lá de cima e descia igual um louco até a portaria aqui.. A gente tinha muita liberdade. Minha vida foi muito boa, na verdade ela é muito boa, muita saúde. Eu tive tudo oq eu quis, não tive dificuldade graças a deus. Gosto daqui e gosto de trabalhar aqui. No começo aqui na empresa a gente tinha muito mais tempo, saía com meu pai junto e ia visitar outras fazendas, tomava uma cerveja e ficava tranquilo. Eu converso com você super tranquilo porque nós agendamos, porque no dia a dia eu sou neurótico com agenda, metódico mesmo. Não temos mais tempo.

Enfim, pretendo terminar meus dias aqui, trabalhar até quando tiver saúde. A quarta geração já começa a entrar na usina, que é o filho de uma sobrinha que vem como engenheiro.

Eu e fernando somos mais do que irmãos, trabalhamos na mesma sala, juntos, há mais de 40 anos sempre no melhor dos climas.

Pode ser que meus sobrinhos venham a ser um pouco mais arrojados, mas acho que depende de mim e do fernando, da transição e de como nós nos apresentamos e trabalhamos na frente deles. Mas a gente já tá mais cansado, eles com certeza trarão mais energia, mais vislumbre para a empresa. Essa empresa aqui, desde o tempo do meu avô, que é um dos irmãos da grande família ometto, irmão do José, que e da São João, a filosofia é “primeiro você ganha, depois você gasta”, então sempre fomos muito atentos com valores e investimentos e assim veio meu pai assim nós aprendemos. Aqui começou com poucos alqueires, começando do zero quando os irmãos se separaram e meu avô veio comprar uma parte da fazenda São Joaquim, que era uma sesmaria. Ele comprou uma área pequena, plantou cana, construiu umas casinhas e começou o alambique de aguardente, que hoje a gente já não tem mais. Se ele chegou em 1940, em 1942 ele já produzia aguardente. Logo depois ele começou a produzir álcool, e dizem os velhos que na época da segunda guerra o governo pediu para os alambiques ficarem na produção de álcool. Aí com os cinco irmãos meu avô abriu a sociedade anônima com 20% para cada.

O nordeste é muito pobre, e eu acho que a multiplicação de seres humanos é muito grande, e esse pessoal sem dinheiro e trabalho começou a vir para cá cortar cana. Causava estranheza na época. Eles não moravam aqui. Aqui moravam só as famílias que vieram junto com meu avô. Pessoas que passaram a vida juntos por gerações e continuam se fixando aqui. Alguns poucos que vinham de fora evoluíam e faziam carreira por aqui, aí moravam também.

A empresa não sai daqui. Enquanto a sociedade nos permitir aqui em um convívio saudável, a gente vai ficar. A gente tem orgulho porque são poucas as usinas que têm essa nossa filosofia.

Em lugar nenhum as pessoas moram mais no meio rural. O pai era sitiante de milho, o filho não se interessa por isso. Aqui você vê muitos lugares abandonados. Nós já tivemos substância com soja, só que a soja ficava madura em março e abril, aí ficava tarde para a safra de cana. Mas a moda pode estar voltando, porque agora se inicia um sistema de plantio de cana em que você planta umas duas ruas de cana, pula umas dez e nesse vão de dez você planta

milho e outras culturas, a gente chama de meiose. Pode ser a gente que plante ou parceria com alguém. Aí quando você colher a meiose, você volta a colocar a muda de cana. Isso barateia o plantio e ajuda a adubar a terra para o plantio. Antes nós tínhamos de 5 a 6 máquinas para a colheita e plantio, hoje já são 13, 14. 98% de processo é mecanizado hoje. Ainda tem alguma área mais difícil ou fim de contrato, mas é pouco.

Nós temos mais ou menos uns 50% de área que é da sociedade da Santa Lucia S.A, a outra metade se concentra em fornecedores de cana e parceiros de cana.

O proálcool eu acho o máximo, acho que o programa de álcool no Brasil é fantástico e mesmo que os EUA sejam maiores em produção com o milho, a gente não fica muito atrás. O que existe hoje é muito bem estruturado. A fábrica de álcool que foi montada no proálcool continua igual, a de açúcar aumentamos um pouco. Álcool nós temos capacidade de 400 mil litros por dia, sonhamos com uma destilaria nova para atingirmos 500 a 600 mil litros, bem mais automatizada e segura, com limitação do vapor da fervura e concentração da vinhaça que é o subproduto da produção de álcool e é um grande problema por ter um volume muito grande.

Bagaço da cana gera energia, temos uma indústria nova e estamos expandindo, compramos um novo gerador. Aí temos o açúcar como principal junto com o etanol. O açúcar tem o melaço, que funciona para o álcool ou para venda direta para a Ajinomoto. O álcool é feito de qualquer coisa com açúcares para a fermentação. No processo tradicional que a gente faz, você faz um litro de álcool e dez litros de vinhaça.

Aqui é trabalhoso, as vezes é cruel. A gente pega muitos as dores e muitas responsabilidades, mas eu gosto muito disso. O mercado não é estável e nunca vai ser porque dependemos das mudanças climáticas do planeta. Somos também muito afetados pelo petróleo e o desenvolvimento dele no mundo. Quer ouvir uma coisa maluca? Os EUA exportam álcool do Brasil e o Brasil exporta álcool dos EUA, acho que cada um viu uma oportunidade naquele negócio, alguma maneira de ganhar dinheiro, e fica até confuso.

Amamos isso aqui e tenho muita perspectiva de continuação, esses meus sobrinhos tem muita vontade de manter e continuar o que a gente construiu.

Adalberto Ortolani, entrevista em 18/02/2019 na USL

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo 4 - Funcionários das empresas

1. Há quanto tempo trabalha na empresa: desde 1977
2. Profissão: Supervisor
3. Estado Civil: Casado
4. Grau de instrução:

Meu nome é Adalberto, eu to aqui na empresa desde 1977, sou casado e tenho uma filha que começou na faculdade agora. Sou aposentado mas continuo trabalhando na área de moendas e turbinas à vapor como supervisor. Mas já trabalhei no laboratório, no torno, na balança nesses vários anos do meu único trabalho. Vim de Piracicaba, fiz uma safra e tô aqui até hoje graças a deus.

Eu moro no Jardim Cândida e já morei no Belvedere.

A gente morava em uma usina em Piracicaba, a São Jorge, aí o patrão de lá decidiu ir para Goiás abrir uma usina lá e fechou a São Jorge. Mas acabou vindo para cá e como meu pai, mecânico de máquinas grandes, tinha um tio aqui, o patrão da São Jorge trouxe meu pai para trabalhar aqui. Meu pai trabalhou muitos anos na Cinemasa. Fui trabalhar de servente de pedreiro na casa do gerente da usina e ele simpatizou comigo e me deu uma oportunidade. E eu acho que não desapontei ele.

Aqui é muito bom para trabalhar, essa empresa é muito familiar. A conversa é direta com o patrão, o pessoal lá dentro também tem relações claras e próximas. A gente se sente bem e o patrão também percebe que conseguiu um funcionário bom.

A gente vem lá pelas 7 da manhã, na hora do almoço eu costumo comer na cidade, mas quando é época de safra a gente precisa comer no refeitório porque é muita correria e eu gosto de participar. Sofro mas vale a pena, se a pessoa precisar de mim eu estou por perto, me sinto responsável. Eu falo sempre que trabalho aqui mas é um amor que nós temos com isso aqui. A gente ajudou a construir tudo isso também, faz parte do nosso.

A usina cresceu e a cidade também, aí elas se aproximaram. Quando eu cheguei o candida quase não existia, hoje cresceu e é bem perto da usina. Várias pessoas que trabalhavam na usina foram para esse bairros que ficaram perto.

Tem um ônibus para trazer mas eu prefiro vir de carro.

O cinema eu não participei muito, mas a gente teve muita festa lá em cima, a 1 de maio, hoje tem o salão de festa onde o pessoal faz churrasco de fim de ano, mas a gente teve muitos anos átras, a lavoura contra usina em vários esportes, natação, futebol... Começava domingo cedo e ia até a noite, com o baralho e bocha. Sempre no fim do ano. Esses eventos foram diminuindo e sumindo conforme a geração foi ficando mais próxima da cidade. Hoje eu falo porque eu chego em casa já tá com o celular na mão. Não tem mais brincadeira. Minha filha tem alguns amigos aqui na usina, mas ela nasceu mais na cidade e estudou sempre lá, diferente da minha mulher que já deu aula para as turmas infantis aqui da escola da usina.

Eu sou meio daquele tempo antigo, então gosto muito dessas construções velhas. O patrão preserva muito isso ainda, as casas todas muito bem cuidadinhas. A verdade é uma só, a usina como ela é, familiar, você tem amizade com todo mundo, você se sente pertencedor, o clima é de família com todo mundo. Hoje eu penso que você tem que aproveitar o estudo e a prática, sem isso você tá moendo dinheiro. Aos 44 anos fui fazer faculdade de engenharia de produção e me formei com 50 e poucos anos. Na minha classe tinha muita gente conhecida, muita gente mais velha assim que queria aprender mais. Até o professor agradecia a gente em vez da gente agradecer ele porque ele tinha o estudo mas a prática ás vezes mostrava coisas novas e diferentes pra ele. No meu caso, eu fui para conhecimento, já que tenho a pratica e nao tenho estudo. Hoje eu to nesse cargo graças a isso, então me sinto muito orgulhoso de ter ido atras. Tem, geralmente tem curso para todos os setores, sempre que tem alguma inovação o patrão oferece o curso para a gente se atualizar. E vai muito da pessoa, você tem que ir atrás, eu tive essa vontade.

A gente vai para a cidade plantar árvore de vez em quando, mas o que o Dr. César faz em termos de preservação é muito lindo. Ele puxou uma esteira mais pro lado só para não derrubar uma árvore.

A gente não volta para fazer esporte mais, mas festa a gente continua fazendo. Churrasquinho de domingo com outros companheiros de trabalho. A gente vai andar de kart toda semana, alí são todos amigos, bem sincronizados.

È como eu falei, o ambiente é muito familiar, todo mundo se conhece. To com 60 anos, logo eu paro, mas já estou preparando o próximo, um próximo confiável e capacitado. Dr. César vê isso, e como ele preserva as árvores, ele preserva esse ambiente familiar.

Vivaldo Campagnolo, 72 anos, entrevista em 22/02/2019 na USL

Grupo 3 - Ex-moradores e ex-funcionários dos conjuntos das usinas

1. Residiu no conjunto (X) sim () não,
 - 1.1. há quanto tempo: 56 anos
 - 1.2. por quanto tempo: 16 anos
2. Trabalha diretamente na empresa (X) sim () não
- 3.1. Trabalhou diretamente na empresa?
4. Profissão: eletricista
5. Estado Civil: Casado
6. Grau de instrução: tecnólogo

Eu sou suspeito pra falar daqui, né. Sou nascido aqui. Tenho 72 anos, quase 73. Meus pais vieram pra cá, para a construção antes de ser uma usina, com Seu Jerônimo. Eles vieram de Iracemápolis, era uma usina de alguma coisa que não necessariamente açúcar e foi meu pai um dos pioneiros que ajudaram a construir. Para Araras, vieram com quatro filhos e nasceram mais cinco aqui na usina. No fim meu pai criou nove filhos aqui e eu criei três, um inclusive que trabalha aqui, presta serviço para a Usina. Então pra mim falar bem daqui é chover no molhado. Meu filho não mora aqui, nem eu moro aqui mais. Morei aqui até os 16 anos, mas nunca deixei de estar aqui.

Eu nasci em uma colônia que não existe mais, onde hoje é o refeitório, chamava Colônia do Botafogo, depois a gente se mudou para a colônia Boa Vista que era cumprida, meio em frente à represa. Depois a gente se mudou para a Colônia Nova. Acredito que a colônia do botafogo tinha umas dez famílias e ultimamente deve estar em torno de oitenta. A gente morava aqui na frente do Candida, a gente tinha onibus mas podia até vir a pé de tão perto que era. Pra mim falar da usina é chover no molhado.

Eu trabalhei aqui pra eles uns sessenta anos, porque quando a gente era criança quando tinha uns dez anos a gente já gostava de trabalhar. Fazia parte da vida, não digo que era fácil, era difícil. Não era fácil nem pros proprietários, minha mãe falava que a Dona Teresa, mulher do Geronimo, tinha que fazer sabão de cinza para lavar roupa e depois doar pra gente, então era um tempo difícil. Lembro do

Seu Jeronimo e da Dona Teresa com muito afeto. Eles ficaram até o fim da vida, fui no enterro dele em Piracicaba.

Mas olha, não foi fácil mas foi feliz, nem tudo que não é fácil é infelicidade.

Na infância a gente tomava banho na represa, nadava ali, chegava de cortar cana queimada e ia tomar banho lá, até por que não tinha chuveiro ainda. Hoje já está bem mais moderno. Então foram momentos agradáveis, que só me deixam lembranças boas.

Meu pai levava a gente para a cidade uma vez por mês de carroça antes da Usina ter um armazém próprio, montado pela João Borella. A gente ia todo feliz fazer compras lá no Cressoni antigo, que hoje é uma casa de segurança.

Até o terceiro ano eu estudei aqui mesmo na Usina, igual meus irmãos. Depois do quarto ano a gente ia a pé até o Justiniano.

Eles são muito amáveis. A relação com a Dona Miriam é muito boa, ela me chama de seu osvaldinho (risos).

Dentro da empresa é o seguinte: depois que cheguei a maioridade, fiz o tiro de guerra e voltei a trabalhar na usina. Trabalhei cinco anos como auxiliar geral, passando por todas as sessões, depois teve um ano que fui trabalhar na empresa telefonica ararense, onde fiquei sete anos. Eu trabalhei de 1970 a 1977, depois dessa data a Telesp encampou a Cia Telefonica Ararense, e até me mandaram fazer curso a respeito de novo equipamento em São Paulo. Mas não era a mesma coisa, não tinha proximidade com o patrão, nem sabia quem era, na verdade. Aí depois, Seu Narciso me trouxe pra cá e vim com a maior facilidade e felicidade. Aí eu trabalhei quarenta anos como líder ou supervisor, mas eu sempre me considerei eletricitista. Já faz dois anos que estou aposentado, mas continuo vinculado como funcionário e continuo dando uma mão para o meu filho. Dou um auxílio pessoal pra ele e ao mesmo tempo para a usina por que é a minha área. Meu filho é engenheiro elétrico, casado, tem dois filhos e mora no Luminato. Sempre morei no Candida, é o meu bairro.

No inicio e término de safra a gente fazia uma missa católica com padre. Era sagrado, nunca podia deixar de ter uma no inicio para pedir proteção e no fim para agradecer. Tudo nessa capelinha da Usina. Às vezes a gente fala felizmente que foi assim, mas infelizmente que passou. Mas é a história da vida.

Tem passagens, relação com Dr Narciso, Dr César, que a gente não pode nem falar que emociona, porque foge do vínculo empregado/patrão.

A única luta que a gente tinha contra a empresa era quando precisava tirar uma árvore, todo galho e árvore precisava passar pelo César antes de ser cortado. (essa árvore diz a lenda que foi meu pai que plantou, há uns 50 anos. É uma tamarino, que já deveria estar extinto). Então olha, não tem nem palavras para descrever. As nascentes de água deles são todas muito preservadas há muitos anos e olha que eu já to trabalhando com a quarta geração, que é o Rafael.

Seu Geronimo faleceu em 1973 ou 1974, eu trabalhava na Telefonica mas a gente acompanhava, ia no funeral. A sucessão sempre causa uma estranheza, mas a gente vê que tá na alma. Mudou? Mudou, mas pra melhor. O regime era melhor pra aquela época, mas as coisas vão automatizando, melhorando, as exigencias quanto ao produto vão sendo maiores, então se não acompanhar com seres humanos capacitados ou com equipamentos, uma indústria não sobrevive mais, principalmente de alimentos. Eles tem até a ISO 22000 que a gente nem sabe o que é direito. Hoje um consumidor, coca-cola e etc vem aqui dentro pra checar o processo. O processo deles avalia desde o plantio até o envase.

Quando eu era pequeno, com 12 anos, a gente ajudava com o plantio, mas tudo manual. A gente ia em cima da carretinha enchendo a sacola de alguém com a cana. A gente até apostava quem enchia mais rápido. A vida era essa, mas hoje é tudo mecanizado.

Tem história que é tão pessoal que agente nem pode contar e se fosse contar tudo que tem a gente ficava até não sei quando.

Adolfo Roberto Moraes, entrevista em 22/02/2019, 28 anos

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo 2 - Moradores e usuários frequentes dos conjuntos das usinas

1. Reside no conjunto (X) sim () não
2. Utiliza algum equipamento coletivo do conjunto no cotidiano (X) sim () não
2.1. se sim qual?
3. Tempo de moradia ou uso cotidiano no local: 28 anos
4. Trabalha diretamente na empresa (X) sim () não
5. Profissão: administrador/ controladoria
6. Estado Civil: solteiro
7. Grau de Instrução: graduado

Eu sou Adolfo, tenho 28 anos e moro aqui desde que nasci. Meus avós e pais moraram aqui também, meu pai veio criança e minha mãe nasceu aqui. Meus avós estão desde a fundação da empresa, meu avô tem registro de 1947. Meu pai foi ficando e ainda trabalha aqui, junto com meus tios. Meu pai trabalha na oficina e meus tios cada um em um centro.

Estudei aqui até a quarta série, que era até onde ia o ensino da escola daqui, depois foi estudar no graziano, passei pelo zurita e fiz o ensino médio e técnico no alberto feres. Até a sétima série a gente ia com ônibus de estudante, pago pela usina e depois disso era ônibus da prefeitura mesmo, o circular. Todo mundo estudava de manhã, a gente ia estudavam voltava e depois do lado ficava o dia todo na rua brincando. Tinha muita criança. Na época que eu era mais novo tinha quadra, campo. Era muito seguro, você percebe que ninguém fecha as portas, preocupação mínima. A maior parte do tempo a gente ficava aqui, tinha muita coisa para fazer. Até a década de 90 os pais tinham mais filhos, diferente de hoje que não é mais tanta criança. Aqui a gente aproveita bem.

Me formei no alberto feres em mecatrônica, aí eu saí da escola e vim trabalhar na usina no escrito, com expedição e faturamento. Fui para a faculdade de administração e já emendei na de economia. Mudei minha função na usina fazendo controle de custos e aí eu já emendei uma pós em controladoria e finanças. Eu ando muito pela usina, porque a gente tem alguns registros que precisam ser verificados. Qualquer obra ou construção, a gente precisa verificar quando estão usando, gastando. Adaptando isso tudo ao orçamento da obra. Eu montei toda a estrutura dessa parte da empresa. Hoje eu controlo todos os

parafusos usados na usina. To aqui ha 10 anos, assim que fiz 18 já entrei. Trabalhei quase 8 anos com expedição e faturamento, depois sai para ajudar financeiro e etc. Mas a demanda aumentou muito e aí não teve jeito, tivemos que fazer essa nova área.

As minhas duas faculdades foram reembolsadas em 50% pela usina, só a pós que não. Eu comecei a fazer a faculdade de economia em piracicaba e depois transferei para cá. Os horários da expedição eram mais complicados, não dava para vir de piracicaba. A gente tem um sistema que já tinha um módulo de controle de custo, mas a gente não usava. A gente usava uma conta nossa, mas não era tão preciso. Hoje a gente usa direito e consegue ter noção total que entra e sai.

É natural que as coisas mudem. A própria concepção da diretoria não é a mesma da geração do meu pai. Antes tinha uma dependência maior do funcionário com patrão. O funcionário não tinha muita opção. Meu avô contava que viviam de fazendo em fazenda, quando saía ia para onde tinha emprego, sem muitas opções. Hoje tá tudo muito perto, a cidade cresceu. Eu saio do expediente vou para a academia, minha namorada mora na cidade...

A gente já se planeja de casar e morar na cidade. Estamos organizando a construção da casa. Na verdade a gente nunca soube se podia nadar na época, mas a gente ia de qualquer jeito. Eu tenho muito primo da mesma idade, então a gente ia muito na represa. A gente vai deixando de fazer as coisas e hoje ja nao tem tanta criança. Na época que eu comecei a gostar de futebol, já tava dando errado o campo. Enquanto era só gente daqui tava tranquilo, mas quando abriu pra gente de fora começou a dar confusão e anularam o campo.

Eu acho que a fixação aqui é muito pela filosofia da diretoria, eles preservam muito o funcionário. A rotatividade do funcionário é muito baixa. O natalino tinha 84 anos antes de parar, desde os 20. Meu avô também, trabalhou aqui até morrer. Meu pai vai na mesma, já se aposentou mas continua trabalhando. A gente até se espanta quando alguém é demitido. É mais uma tradição da usina. Se precisa de alguém novo, procura sempre do mais próximo, mas dentro daqui possível. A própria casa é um vínculo, as pessoas respeitam a relação da casa com a empresa.

José Ronaldo Vicente, entrevista em 25/02/2019 na USL, 50 anos

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo 2 - Moradores e usuários frequentes dos conjuntos das usinas

8. Reside no conjunto (X) sim () não
9. Tempo de moradia ou uso cotidiano no local: Desde 1980
10. Trabalha diretamente na empresa (X) sim () não
11. Profissão: coordenador da mecânica agrícola
12. Estado Civil: Casado
13. Grau de Instrução: tecnólogo

Jose Ronaldo, to com 36 anos de empresa, comecei com 14 anos. Foi meu Primeiro emprego e deve ser o único também. A minha visão aqui da empresa é de uma família. A gente sai para trabalhar satisfeito e voltar satisfeito.

Moro em frente ao pátio da indústria, na colônia boa vista, casa 67. Moro aqui desde julho de 1980 e comecei a trabalhar aqui em 82, vim com a minha família e esperei dar a idade de trabalhar para começar no dia 02/ 02 de 82. Meu pai veio de uma fazendo morro alto em 1980 e trabalhou aqui até 2010 como motorista. Eu comecei com trabalho braçal mas a gente foi estudando e crescendo dentro da empresa, mostrando bom trabalho e interesse. Hoje sou coordenador da mecânica agrícola. Eu pilotei or nove anos, mas hoje nao piloto, só conheço bem o sistema e a mecânica. Hoje é toda tecnológica, tem piloto automático, gps e mais um monte de coisa.

Cada máquina trabalha 24h por seis meses, então acaba tendo bastante manutenção, mas tudo aqui dentro. Todas as máquinas são propriedade da usina, mas tem alguns caminhões que são terceirizados.

Eu sou interno, era mecânico de lavoura, mas foi crescendo e fiquei interno na empresa. Hoje eu comando, organizo peça e controlo as comunicações. Meu trabalho começa em abril e termina em novembro. Ai de novembro a abril as máquinas são recolhida, a gente faz procedimento de reforma, remonta e depois elas estão prontas para voltar à lavoura. Só depois que a gente remonta as máquinas que eu consigo tirar 20 dias de folga, mas ninguém fica muito longe de usina mesmo assim.

Sou casado aqui dentro. A gente foi conhecendo as pessoas aqui, já que tinha serviço para as mulheres também e aí hoje eu tenho três filhos com mais de 20

anos todos. Meu filho daqui poucos dias vai para o japão trabalhar para a Nasa. Todos criados e estudados aqui na usina.

Nossa tinha muita festa tinha bar, lá em cima com bocha, vários bailes. A gente ficava aqui dentro e sempre foi uma maravilha morar aqui. O patrão oferece umas casas muito boas.

Tenho muito contato social, meus amigos gostam muito de vir aqui em casa, mas tem que ser uma galera selecionada, se eu não tiver conhecimento de quem está vindo, não entra.

Hoje é 100% mais fechado que antigamente. Hoje tem cerca viva, duas portarias só. Foi evolução da firma.

Minha casa tem tudo, só paga energia, toda a água tratada de nascente. Essa nascente tem 100 anos já, que a usina floresta para proteger. A gente é independente de Araras quando se trata de água. Mesmo que eu seja meio ruim de entrar na água. A gente pescava bastante na represa, até hoje tem. Mas é bem menos.

A gente gostava muito de futebol de salão, então sente falta, mas não tem muito oq fazer. Meus filhos aproveitaram bastante o clube.

Eu sou caseiro, se tem uma festa de família grande a gente até sai, mas normalmente eu fico em casa. Minhas filhas saem mais para trabalhar e minha esposa fica em casa.

Eu tinha uma horta, mas hoje só ficou um pé de acerola. Então minha esposa sai para fazer compras só. Mas antes tinha tudo, tinha açougue, mercado... não precisava ir longe.

Quanto a festa a gente normalmente comemorado no fim da safra, tem missa, a gente comemora com fornecedor que é bem amigo nosso... Sempre tem motivo, mas não é sempre também.

Lucinei Alves da Silva, entrevista em 27/02/2019 na USL

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo 4 - Funcionários das empresas

1. Há quanto tempo trabalha na empresa: 24 anos
2. Profissão: operador de moenda
3. Estado Civil: Casado
4. Grau de instrução:

Eu sou lucinei, vim de livramento de Nossa senhora, na Bahia, em 1995, fazer safras que duravam seis meses. No começo, a Usina santa lucia pagava as passagens de ida e volta. Veio de gerações, meus tios e pais já trabalhavam aqui e a gente continuou vindo. Todo ano vinha mais novato também. A gente vinha sem serviço certo, chegava aqui e ia conversar com o gerente para pedir serviço. Mas depois que a gente fez o primeiro ano a gente já vinha certo de trabalhar. Meu trabalho é na industria, eu sou operador de moenda e turbina a vapor, mas nunca fiz isso lá na Bahia. Dois anos atras eu trouxe minha mulher e minhas filhas, gostaram muito daqui, estão estudando. Quando eu comecei eu era solteiro, mas ai no meio do caminho eu casei e quando vinha trabalhar elas ficavam lá.

Lá no nordeste eu cuidava da minha terrinha, plantava maracujá e manga palmer, uns 200 pé de mangueira e uns dois mil pés de maracujá. Tá tudo lá ainda, meu pai cuida para mim. Temos um bom comércio dessas frutas lá, a gente manda bastante fruta de livramento pro ceasa aqui.

Minhas filhas tem saudade de lá, mas a gente vai de férias visitar meus pais e pais da minha mulher. Minha mulher trabalha aqui no Paguemenos e minhas filhas estudam.

Não penso em voltar de vez, claro que passear, voltar um pouco, mas quero mesmo é ficar aqui. Moro aqui na cidade, no parque das arvores, e ai eu venho de onibus pra cá.

Fui aprendendo aos poucos aqui na usina. A gente tem duas moendas, mas nem sempre usamos as duas, depende da demanda. As vezes chove e fica sem cana para moer, aí para não gastar energia e não parar a fábrica a gente usa a menor e vai moendo aos poucos. Isso durante a safra, enquanto não tem safra as

maquias ficam desligadas fazendo manutenção. Mas elas nem quebram tanto, aqui na santa lucia mesmo durante a safra tem muito pouco problema.

Trabalho das 7 as 15 da tarde, almoço aqui no refeitório. Sempre aluguei a minha casa, dividindo com 5 ou 6 pessoas, sempre as mesmas pessoas que vinham trabalhar na santa lucia. Tinha uns que iam para Limeira e até Ribeirão Preto. Lá em livramento tem bastante gente que vem pra cá pegar esse tipo de serviço, aí ficam só os idosos, as crianças e as mulheres lá. Eu ficava muito ansioso, queria vir logo pra cá, mas já saia com saudade da minha mulher e das minhas filhas.

Nessa república que eu morava a gente respeitava muito os outros. São três horários de trabalho na usina, então quando a gente tava acordado tinha outro dormindo para ir trabalhar, então a gente respeitava muito. Eu chegava do serviço e fazia a janta, normalmente um cozinha e o outro lava a louça. A gente normalmente fazia comida daqui mesmo, arroz, feijão, macarrão, carne cozida. Vez ou outra fazia coisa da bahia, mas tudo temperado com tempero da bahia. A gente traz tempero para a safra inteira. Lá em livramento a turma gosta muito de fazer buchada de bode, mas eu não sei fazer.

Eu tive vaca, mas ficava difícil de cuidar, aí parei de cuidar de animais.

Não conheço muita gente aqui em Araras, mas minha mulher e filhas estão bem aqui. Ela deixa minhas filhas na escola e vai trabalhar.

Eu vim pra cá antes de 18 anos, completei logo depois que vim. A maioria a de livramento faz isso também, pega 18 e vem. Na maioria para o interior pra trabalhar em usina, a maioria por indicação.

Angélica Leite de Lima, entrevista em 27/02/2019 na USL

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo 2 - Moradores e usuários frequentes dos conjuntos das usinas

1. Reside no conjunto (X) sim () não
2. Tempo de moradia ou uso cotidiano no local: 42 anos
3. Trabalha diretamente na empresa (X) sim () não
4. Profissão: departamento pessoal
5. Estado Civil: solteira
6. Grau de Instrução: graduada

Meu nome é angélica, eu nasci na santa lúcia e já tem 42 anos que eu moro aqui. Minha colônia não tem muito nome, mas eles falam vila. Meus pais também nasceram aqui e trabalhavam a vida inteira aqui, trazidos pelos meus avós que trabalhavam aqui.

Va fazer 26 anos que eu trabalho aqui. Comecei adolescente e estou até agora aqui. Na época eu trabalhava no centro de processamento de dados. Eu fiz um curso no guarujá, e tudo que era digitado da empresa era eu que digitava (contabilidade e etc). Foi evoluindo, cada núcleo começou a ter seu micro e hoje eu estou no departamento pessoal. Lembro de uns disquetes grandões.

Moro com meus pais, minha mãe foi cozinheira por dez anos do dr cesar e meu pai desde moleque, tem registro desde os 11 anos de idade que ajudava os pais na roça e tudo. Ele trabalhou um tempo na agricultura e depois ele veio para a caldeira e então veio para a portaria e hoje está afastado por um problema de saúde, se aposentou, mas ficou. Tá louco para ser liberado pelo médico para voltar. Minha mãe aposentou por invalidez, senão também estaria trabalhando até hoje.

Eu estudei aqui porque tinha escola até a quarta série. Foi uma infância bem livre a minha, brincavam sem preocupação com um monte de criança até tarde da noite. Aí fiz o fundamental e o curso técnico no alberto feres, fiz administração e pós em gestão de pessoas. Minha pós foi sobre os cortadores de cana e qualidade de trabalho, mas não publiquei meu trabalho.

Nunca arredei o pé daqui. Falo que trabalhei 10 meses na cidade como se fosse muito longe.

Hoje em dia eu vou na academia, padaria e supermercado. QUando eu era pequena tinha padeiro que vinha, leiteiro, tinha uma vendinha. Meu pai também era famoso, já que era ele que organizava os times de futebol e etc. Eu cheguei a montar um time de futebol e antes um de vôlei. Teve até campeonato regional de bocha. Aí foi acabando pela facilidade de ir para a cidade, hoje todo mundo tem carro. Na época de adolescente era tudo de ônibus. Na época que eu era criança tinha festa junina, só coisa boa. Hoje é falta de alguém que faça as festas, porque é muito fácil. Era meu pai também que passava os filmes do cinema, era o maior lanterninha, mas nessa época eu já não dava tanta atenção.

Na época da minha mãe vinham músicos toda semana para tocar, na minha época era mais focado na igreja, missa, ia comer no bar do seu valdomiro.

O rh na verdade eu fico mais fechada, é mais departamento pessoal, a parte de folha de pagamento, cadastro. Faço leitura das energias das casas... Na empresa moram em média 500 pessoas, mas aqui são quase 197, em 65 casas. Da indústria acho que são 16 famílias, a maioria da área agrícola.

Você vê bastante filho de funcionário entrando na empresa, gente que ainda mora aqui. Tem o leonardo que é neto de um que trabalhou a vida inteira aqui, mas ele nunca morou aqui. É uma geração mais desligada das raízes da empresa. Tenho uma colega que trabalhou em banco e não consegue ficar muito tempo no mesmo lugar, já eu defendo a usina até a último dedo.

Na época que eu fiz faculdade a usina pagou metade do curso. Já a pós eu fiz do meu bolso.

Meu irmão depois que casou mora na cidade, no rosana, aqui do lado. Minha mãe quer muito ficar e eu também, dificilmente saio. Meu irmão também trabalha aqui, faz a geração de energia elétrica e ele que é o coordenador. Em setembro faz 3 anos que ele teve um AVC e seis meses depois a usina aceitou ele, mesmo sem muita voz e movimento na mão esquerda. Foi muito bem acolhido.

Agora não tanto, mas antigamente quem trabalhava na indústria vinha muito da bahia. Na roça vem bastante do ceará e paraíba.

Carlos Antonio da Cruz, entrevista em 04/07/2019 na USJ

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo 2 - Moradores e usuários frequentes dos conjuntos das usinas

1. Reside no conjunto (X) sim () não
2. Tempo de moradia ou uso cotidiano no local: 23 anos
3. Trabalha diretamente na empresa (X) sim () não
4. Profissão: operário industrial
5. Estado Civil: Casado
6. Grau de Instrução:

Sou carlos antonio da cruz vou fazer 50 anos to aqui na empresa a praticamente 23 anos, nasci aqui e continuo contribuindo com a empresa. Continuo morando aqui, desde que meus pais vieram com meus cinco irmãos que moram todos na cidade. Aqui é muito tranquilo, muita paz. Não tem lugar melhor para morar.

Estudei e comecei a trabalhar aqui, até trabalhei fora, mas foi pouco tempo. Já trabalhei na agrícola, no começo, mas hoje sou da indústria. Era mecanico no campo, comecei a mexer com máquinas rodantes. Hoje estou na parte de produção do açúcar extra fino e estou super contente. Espero que eu possa me aposentar aqui.

Antigamente tinha-se tudo, todas as casas tinham gente morando, hoje já é bem menos gente, mas não lembro quando foi que começou essa debandada porque eu assim que fiz 19 anos eu fui morar em são paulo, fiquei três anos lá e já voltei só que fiquei na cidade. De 93 a 95, o pessoal já começou a sair da usina para morar na cidade. Quando a usina deixou de ter todas as coisas, elas foram fechando, as pessoas foram saindo daqui.

Hoje minha vida é casa, trabalho e amigos. Cada um vai na casa do outro, churrasco, baralho, cervejinha e é isso. Quando tinha o clube a gente ficava mais tempo lá, eu comecei na verdade trabalhando lá como balconista do bar do clube.

Faço vários cursos aqui, sempre que a tecnologia muda eles apresentam pra gente. Eu percebi bastante mudança com essa tecnologia, principalmente dentro da empresa, mesmo que minha parte seja só mecânica.

Hoje eu tô morando com uma pessoa que eu amo muito, que faz salgado, trufa e tudo mais, que vai bastante para a cidade fazer compras, mas é só pra isso

que a gente vai. Meus filhos já são grandes, então não moram comigo, mas vejo minha filha e meu neto toda terça porque ela vem dar aula de zumba aqui.

As casas aqui são muito bem feitas, não tenho nem preocupação, dá ainda mais tranquilidade e reforça ainda mais o quanto eu gosto daqui. Eu sei que um dia vou ter que sair daqui, mas eu não consigo me ver fora daqui mais. Quem veio e não se adaptou foi porque tinham que ir para a cidade mas não tinham transporte, mas a gente tem ônibus de terça, quinta e sábado, nos horários certos. Então a maioria consegue se adaptar.

Eu ia muito na represa, nadava, pescava... Hoje já tenho medo de bicho, onça, cobra, carrapato, a gente se preserva mais.

Rodrigo Puppi, 35 anos, entrevista em 04/07/2019 na USJ

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo 2 - Moradores e usuários frequentes dos conjuntos das usinas

1. Reside no conjunto (X) sim () não
2. Tempo de moradia ou uso cotidiano no local: 10 anos, morou também qdo era criança
3. Trabalha diretamente na empresa (X) sim () não
4. Profissão: controle de estoque
5. Estado Civil: casado
6. Grau de Instrução:

Meu nome é rodrigo tenho 35 anos e trabalho aqui na empresa a 10 mas conheço a empresa desde que nasci, trabalho no almoxarifado reposição de estoque. Eu trabalhei dez anos na nestlé, no estoque também, mas meu pai trabalhou aqui a vida toda, então desde pequeno eu pensava em como seria dentro da usina. Com 12 anos viemos morar aqui na vila, aos 28 fiquei aqui e depois voltamos para a cidade, quando ele aposentou. Depois de 2009 eu casei e voltei a morar aqui. Antigamente não tinha internet, whatsapp nem nada. O único problema es distancia, mas com carro tudo se resolve. Quando eu vim para cá em dezembro de 2010 eu não acreditava que estava aqui.

Estudei aqui da 5 a oitava série, e o colegial morava aqui mas estudava na cidade. Sempre que eu ia jogar bola a gente via a chaminé soltando fumaça e ficava se perguntando, fazendo brincadeira sobre como deveria ser lá dentro. A gente não podia entrar né, então ficava esse mistério. Hoje eu conheço tudo que eu sempre quis conhecer.

Minha mulher trabalha com contabilidade, mas tem moto. Continuo fazendo tudo lá. A única diferença de mudança de vida é que as coisas foram fechando, como o armazém, farmácia e etc. Antes a gente jogava bola no campo. Quando eu tava no colegial eu chegava a tarde, dormia um pouco, ia nadar, jogava bola e fazia sauna. Não gostava de nadar na represa, mas ia com meus amigos. O legal é que é como um condomínio, não é fechado mas todo mundo se conhece, se eu quiser deixar minha bicicleta na rua eu posso que ninguém vai pegar.

Meu avô também aposentou aqui, ele trabalhava na antiga santana, na agrícola, mas veio para cá aposentar. Ele fazia a topografia, cuidava das plaquinhas antes de ter tecnologia. Ele mapeava as plantações.

Minha mãe era dona de casa, mas ela gosta. Tenho Mais dois irmãos, um deles também trabalha aqui. Muita gente aqui tem várias gerações trabalhando aqui, mesmo que tenha diminuído um pouco.

Todo domingo tem missa na capela, minha mulher é bastante católica.

Eu pego a bicicleta e gosto de olhar por tudo, andar na mata, ir na barragem e etc. Já vi bastante cobra, bichinho, mas nunca vi onça. Vou até o caio prado, até pinhalzinho. Quando você vai sozinho é gostoso, não tem problema.

Tem a capelinha lá em cima, de 1800 e alguma coisa, onde começou a usina. A casa sede tá lá ainda, minha mãe chegou a morar lá na colônia que foi desfeita em 1992, aí todo mundo veio morar aqui.

Meu bisavô morou nessa casa sede, então eu lembro de ir, de ver os quartos e tudo mais.

Eu não sinto mais cheiro. Tem gente que vem de fora e não aguenta de tanto cheiro de vinhoto. Como a gente morava aqui na usina, a gente tinha muito contato com o pessoal do sítio, amizade com os filhos dos filhos. Vê o pessoal passando de treminhão e fala “olha, estudei com ele”.

Tem bastante casa vazia, antigamente todos eram ocupadas. Hoje eles também cobram aluguel, mesmo que seja baixo o valor, acaba mudando. A gente só teve que pintar, de resto não precisou mudar nem reformar nada. Eu não planto nada, mas meu vizinho que cuida da margem verde planta tudo, as vezes vem até oferecer uns alfaces. É muito gostoso, criançada brincando na rua sem problema, sem perigo. Aqui a gente tem uma proximidade muito grande com vizinho, faz amizade mais fácil. Lá na cidade você pode morar há anos do lado da pessoa e nem conversar direito.

Claudemir Aparecido Borges, 60 anos, entrevista em 04/07/2019

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo 5 - Profissionais do setor sucroalcooleiro regional

1. Há quanto tempo trabalha no setor sucroalcooleiro: 44 anos
2. Profissão: empreiteiro
4. Estado Civil: casado
5. Grau de instrução:

Meu nome é Claudemir Aparecido Borges tenho 60 anos e trabalho aqui há 44. Sou empreiteiro e entrei com meu pai, que fazia a mesma função. Começamos com demolições, ou seja, a usina comprava muitas fazendas em volta e a gente tinha que ir demolir para trazer material de construção para construir muro de colônia e outras coisas. tinham algumas que eles compravam e a gente não demoli porque ainda tinha gente trabalhando e vivendo lá, aí nossa empreiteira ajudava reformando as casas e tudo mais.

Das que sobraram só a colônia santana, que deve ter uns quatro moradores, a fazenda são jerônimo mas só tem um morador. Tá deteriorada, a gente manteve a pintura e imagem externa mas nao da pra morar.

Já andamos por tudo ai, conforme eles iam comprando a gente ta rodando. Quando eu cheguei aqui já tinha casa, ja tinha, sede. Só não tinha paralelepipedo, tinha só a cerca de bambu. Aí quando a gente parou de fazer demolição a gente veio pra cá fazer esses muros entre uma casa e outra e tudo mais. A outra equipe ia aumentando as casas, fazendo cozinha, lavanderia.

As cozinhas eram pequenas e não tinha lavanderia, então a gente vinha e aumentava a casa. Tinha uma terceira equipe que vinha colocando os paralelepipedos nas ruas, tudo isso na década de 80.

Água encanada e esgoto sempre teve, sistema próprio. Tem um tratamento que fica aqui dentro, que fui eu que fiz a parte alvenaria. Existia um tratamento antes, mas era um sistema antigo tipo de gestor lá, mas não funcionava direito. Tinha umas calhas que funcionaram por um tempo e foi deteriorando até por um pouco de descaso e há uns 10 anos decidiram dar uma melhorada nesse ponto.

Eu participei das reformas, já minha casa, escola, igreja, cinema, nenhuma construção. Trocava bastante telhado nas vilas, mas ainda tem bastante cada

com telhado oringal. Nas escolas a gente faz manutenção até hoje. Já o cinema ta com problema no forro, aí eu usava mais para treinamento e hoje tá mais comprometido. Mas tem previsão de reformar e transformar num teatro. Do lado do cinema tinha um salãozinho dos bailes, mas hoje é arquivo morto porque foi demolido, hoje tem um prédio novo para arquivar os documentos de quem veio trabalhando pela serp e depois foram incluídos na usina. O prédio que era o açougue e o armazém é onde eu guardo meus equipamentos e materiais.

Tinha a sede do campo alto, onde eu restaurei o palacete, principalmente os ornamentos, pecinhas. Fazia com liga de areia fina, cal e argila e cimento. Ficava uma massa bem firme e eu colocava até um pouco de gesso pra secar mais rápido. As peças que eu fiz tão até hoje lá.

As que ainda tem sede são as fazendas Santana, São Jerônimo e Palmeirinha.

Aqui na sede da São João eu nunca fiz, mas nas colônias em volta a gente fez bastante coisa. Fiz também dentro da usina, muita coisa na caldeira e as chaminés, mas hoje já não faço muito mais. Hoje as chaminés podem ser menores porque tem filtro, antes a gente tinha que fazer bem grande pra fumaça sem filtro ir bem longe.

Eu não fico tão próximo da comunidade, eu trabalho na casa de todo mundo, mas fico mais na minha. Acho que a sociedade fechada melhorou as condições de trabalho, tem mais regras, mais crescimento dentro da empresa. Eu só fui funcionário do meu pai, acho que trabalhei uns 10 anos como funcionário dele, aí na época da crise, do Collor, meu pai parou com a empresa e a gente passou a ser funcionário da usina, eu virei encarregado de obra mas pra mim não deu, não nasci pra ser empregado de ninguém. Quando eu me via como empregado eu senti que não ia crescer mais, não ia pra mais nenhum lugar. Aí eu comecei a pegar serviço, no começo fiz a restauração da fazenda reserva.

No momento as pessoas estão voltando a morar aqui, antes só podia morar quem era funcionário da usina. Hoje só o safrista que não fica, mas quem fica mais de três safras acaba gostando e ficando. Muitos que vieram do nordeste conseguiam ser efetivados e traziam a família. |Aí trabalhavam mais na agricultura e indústria.

Douglas Zurk Ferreira, entrevista dia 22/07, 66 anos

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo 3 - Ex-moradores e ex-funcionários dos conjuntos das usinas

1. Residiu no conjunto (X) sim () não, USL
 - 1.1. há quanto tempo: há 42 anos
 - 1.2. por quanto tempo: 14 anos
2. Trabalha diretamente na empresa () sim (X) não
 - 2.1. Trabalhou diretamente na empresa? não
3. Profissão: Eng. mecânico
4. Estado Civil: Casado
5. Grau de instrução: Graduado

Meu nome é Douglas Zurk Ferreira, tenho 66 anos, sou engenheiro mecânico e trabalho aqui na Hidraplus que é uma fábrica que produz sabonete líquido, eu cuido da parte mecânica e técnica.

Eu morei na Usina Santa Lucia de 1963 até 1977, dos 10 aos 24 anos. Eu cheguei a trabalhar no laboratório da usina, como menor e antes da faculdade. Quando voltei da faculdade já voltei direto para a Bosch.

Nós morávamos em uma casa praticamente em frente à usina. Era a primeira casa chegando na usina. O que eu lembro que era uma vida muito saudável, sinto saudade disso até hoje. Só que foi numa época em que recurso tecnológico era praticamente zero, não tinha internet nem telefone direito. Mas era uma vida muito gostosa e saudável.

Meu pai trabalhava na usina e tinha uma rotina muito pesada, me lembro bem que ele tinha que chegar antes das 6 da manhã para ver se não ia faltar ninguém na falta de turno, se não tinha que ir atrás de alguém pra repor. Aí ele vinha almoçar, voltava para a usina até as 18, vinha jantar e voltava de novo para a usina até as 22 horas. Minha mãe não trabalhava, mas também tinha uma rotina pesada em casa porque era longe da cidade, só tinha um pequeno comércio na usina, que vendia produtos básicos, e ela tinha que fazer tudo tendo que ir até a cidade para repor.

A usina disponibiliza um ônibus por um período em que a maioria precisava de transporte para a escola, de manhã ele levava o pessoal e antes do almoço já voltava. Quem não conseguia se adaptar a essa rotina tinha que ir por conta própria o que normalmente significava ir de bicicleta e eu era um desses. Eu

estudava no ginásio, Cesário Coimbra, e como a gente tinha um horário diferente. Então eu ia, voltava antes do almoço e quando tinha aula de ginástica tinha que voltar mais uma vez. Naquela época, a gente era adolescente, era um percurso de 40 minutos, chegava a ser divertido.

Me lembro de ter leite fresco diariamente e a usina distribuía gratuitamente, alguém passava e enchia o latãozinho da casa. Lembro de que todas as casas tinham um espaço bom, então todo mundo tinha um pomar ou uma horta, minha mãe criava galinha até. Tinha muita coisa lá.

Na realidade a vida social era dividida em duas partes. O pessoal da usina que na época de criança a gente brincava o dia todo. A gente nadava na represa, pescava, andava a cavalo. Tinha uma sessão de cinema aos sábados por semana, era o único, mas eu ia de vez em quando. A outra vida social era com o pessoal da escola, que de vez em quando iam para a usina. Conforme a gente crescia mais a gente vinha para a cidade e ficava mais perto dos amigos da escola.

Meu pai trabalhava em uma outra usina em Guaíba. Me lembro que a gente se mudava com muita frequência, mas quando chegamos na Santa Lúcia nós ficamos de vez. É muito raro eu ir lá. O que eu percebo é que muita gente mudou de lá e veio para a cidade pela comodidade, mas ainda tem muita gente que mora lá e não quer sair. Eu não volto porque faz tanto tempo que morei lá que meus amigos também já não estão lá, então já não tenho muito mais contato.

Nós moramos na usina Bonfim e praticamente o mesmo esquema, lá era tipo colonial mesmo, com casa iguais uma do lado da outra. Lá eu fiz o primário na escolinha dentro da usina, não teve necessidade de deslocamento.

A Usina Santa Lúcia promovia as festas, principalmente juninas, e a comemoração do primeiro de maio, tinha gincana, olimpíadas esportiva, tipo um clube. Não me lembro de frequentar a igreja, se não me engano essa igreja foi construída pouco antes de eu sair de lá.

Com respeito à segurança não tinha preocupação nenhuma, assalto era praticamente zero. Mesmo porque naquela época essa questão era mais tranquila no geral. Já tinha até portaria na usina. Embora meu pai tivesse carro,

não tinha muita necessidade de vir para a cidade. A gente ia uma vez por semana para comprar roupa ou farmácia.

Lembro de ter um dentista que ia lá uma vez por semana e tinha um médico, mas não era tão disponível, então se acontecesse alguma coisa tinha que vir para a cidade. Mas a usina mesmo se responsabiliza pelo transporte.

Vimos morar na Barão de Arary. Como todos nós estávamos na fase de adolescentes, minhas irmãs estudavam todas na cidade e meu pai achou que só ele se deslocar era mais fácil do que todas elas terem que vir estudar. Ele morreu trabalhando, respeitava muito a empresa.

A única desvantagem que eu me lembro daquela época era a fuligem. No início, a usina não devia ter um esquema de proteção contra a fuligem das chaminés (não a da cana). Roupa no varal era o terror das donas de casa, durante todo tempo da safra. A gente morava bem de frente com a destilaria, então tinha um cheiro bem específico do fermento. Não sei se a gente acabou se acostumando, mas o cheiro não incomodava, nem com o vinhoto.

Fernanda Corgi, 28 anos, entrevista em 23/07/2019 na USJ

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo 2 - Moradores e usuários frequentes dos conjuntos das usinas

1. Reside no conjunto (X) sim () não
2. Tempo de moradia ou uso cotidiano no local: 3 meses
3. Trabalha diretamente na empresa (X) sim () não
4. Profissão: planejamento
5. Estado Civil: casada
6. Grau de Instrução: graduado

Me chamo fernanda corgi, tenho 28 anos e trabalho aqui desde 2009, fiz três safras no laboratório e ao longo do tempo fui efetivada e hoje estou no planejamento. Sou formada em química, mas trabalho em outra área. Mudei para a colônia faz 3 meses, morava no são bento com meu sogro e meu marido. Sem programação precisamos sair de lá então precisávamos de uma opção rápida que fosse boa e aqui é muito bom. Viemos eu, meu marido e minha filha de três anos. Eu não posso reclamar da estrutura, só precisei pintar porque ela ficou fechada um ano todo. Troquei a fiação do banheiro e uma pia, de resto tava tudo certo.

Na verdade é fácil pra mim. A minha vizinha trabalha comigo, a da frente também e a de baixo vejo bastante. Estou bem localizada, não posso reclamar. É uma paz. O único problema na São bento era roubo, tinha um filho de um senhor que morava lá que tinha saído da cadeia e ele era um pouco problemático.

A comunidade aqui está renovando. Tem mais gente vindo pra morar aqui. Na minha rua, só no último ano mudaram umas 6 famílias. O legal é que como já conhecia o pessoal que tava aqui, tive muito apoio, gente que não me conhecia que recebeu meus eletrodomésticos com todo cuidado. Deixo sempre a porta aberta, sem problema nenhum.

Meu marido trabalha na santa lúcia, então a gente dependia de se encontrar na escolinha da minha filha pra voltarmos pra casa porque ele fica com o carro, aí agora morando aqui fica mais perto pra ele e a gente não fica na dependência de ficar esperando ou ter que se encontra. Se a minha filha conseguir vaga no dante, o ônibus leva e traz ela, aí fica mais fácil ainda.

Na usina eu trabalho faz dez anos. Fiquei três anos no laboratório, depois dois anos na fábrica mesmo como auxiliar administrativa e depois foi na

administração da indústria mesmo e faz quase cinco anos que estou no setor de planejamento.

O único ruim daqui é o comércio que não tem nada, mas em dez minutos também já estou na cidade então nem fica tão ruim. Em termos de recurso tecnológico também tudo funciona tranquilo, tive que pegar um 4g da claro que pega bem e na televisão eu uso netflix, então também não preciso me preocupar com tv a cabo.

É gostoso, eu falo muito que quero ter a minha casa e o fato de morar aqui depender de trabalhar na usina me limita, me deixa um pouco presa, mas se eles me dessem liberdade de morar uns 10, 20 anos aqui independente de trabalhar lá, eu acho que não sairia daqui mesmo.

Final de semana que adoro ficar aqui, normalmente a gente fica, sou caseira. Gosto de receber o pessoal. Só de vez em quando que a gente vai ver o pai dele porque é importante.

Antonio Marcos Perinotto, entrevista em 23/07/2019 na USJ

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo 2 - Moradores e usuários frequentes dos conjuntos das usinas

1. Reside no conjunto (X) sim () não
2. Tempo de moradia ou uso cotidiano no local: 28 anos
3. Trabalha diretamente na empresa (X) sim () não
4. Profissão: engenheiro agrônomo
5. Estado Civil: solteiro
6. Grau de Instrução: graduado

Meu nome é Antonio Marcos Perinotto e trabalho aqui desde 1988 como trabalhador rural. Tive a oportunidade de trabalhar como fiscal e perto de 94 fui chamado para ser administrador de lavoura. Quando aconteceu a junção dos agros, em 98, os administradores sumiram e eu passei a ser líder de processos agrícolas.

Eu nasci em Araras e fui morar na Fazenda Santana, depois fomos para Tujuguaba e só então vim morar aqui. Meu pai trabalhou 35 anos aqui na lavoura também. Em 2007 abriu vaga para coordenação dos processos agrícolas e consegui o cargo, o que me deu visibilidade e liberdade (de tempo e financeira) para poder estudar e hoje sou engenheiro agrônomo formado pela Universidade Brasil, em Descalvado. Trabalhava o dia todo e ia para a aula.

Hoje sou responsável por todos os plantios de cana da usina, ou seja 5.300 hectares de plantação na minha supervisão.

Desde que eu cheguei aqui a paisagem mudou muito pois não tinha consciência ambiental. Eu peguei o comecinho da conscientização, era tudo cana para todos os lados. Lá por 89, 90, começou a Margem Verde, de preservação da mata, que obrigava ter os 15% de mata, obrigava reflorestar. Hoje eu preciso pensar nos 50m de distância do córrego mais 6 metros para então vir a estrada que define as margens da APP.

A fauna é muito múltipla, muito linda. Semana passada o Reinaldo, que faz a colheita mecânica, viu uma onça parda, aí a Simone chamou o pessoal de fora para monitorar a Onça. Aves então nem se fala, muito papagaio. Isso tudo é parte da mudança, hoje por exemplo chove mais na área da fazenda. Então a gente continua dando importância para essa preservação, quando a máquina vai

abrir espaço, a gente respeita os 6 metros de árvores e coisas do tipo, a máquina que se vire.

A Usina não faz mais queimada, sou o responsável pela prevenção e combate ao incêndio e a gente faz muita conscientização nas escolas de zona rural para crianças que moram perto de canavial, porque a gente ainda tem muito incêndio, é uma judiação. Muitas das vezes por ignorância, uma bituca, um pescador que acende fogueira, um dono de sítio que queima galho de laranja.

Quando eu cheguei, a queimada não era proibida. O incêndio era programado, e muita gente aproveitava para queimar as coisas próprias junto. Desde 2010 a gente não faz mais. Corte manual também a gente não faz mais, só 1% da colheita é na mão. A gente tem 3 turmas, em torno de 130 pessoas. Já o plantio é 45% mecânico e o resto é manual, principalmente feito com MPB (Muda Pré-brotada).

Eu sempre morei na zona rural, e eu sempre andei por todos os lugares. Era corredor, então estava sempre no meio dos canaviais e não tinha muito contato com o a mata. Até 88 era tudo plano, só tinha cana. A partir daí, começou a implementar a Margem Verde e a paisagem de mata começou a crescer.

Eu sou suspeito para falar, mas eu amo demais essa usina. Eram 19 Perinottos trabalhando nela. De tudo o que tinha na Usina, o clube é o que faz mais falta. Era muito bom.

E as festas então? Início da safra, dia 1 de maio, tinha a principal festa do ano. Mais de 9000 pessoas. Tinha missa, campeonato, natação... Tinha até ônibus para buscar gente de outras fazendas. Começou a acabar quando teve um briga: alguém tentou espetar um gerente do clube e a festa não voltou mais. Festa Junina tem até hoje, uma das melhores de Araras, e esse ano foi a melhor de todas porque só tava acontecendo aqui. Na Usina teve bastante janta de natal, em 2016 teve almoço, deram prêmio pro meu tio que tem 50 anos de usina. Só os funcionários, mas era muito bom. Quando eu cheguei aqui o cinema já tinha parado, mas meu pai pegou bastante a época do cinema. Que lotava e era muito diferente, já que não tinha TV.

Alexandre de Almeida, entrevista em 23/07/2019

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo 2 - Moradores e usuários frequentes dos conjuntos das usinas

1. Reside no conjunto (X) sim () não
2. Tempo de moradia ou uso cotidiano no local: 12 anos
3. Trabalha diretamente na empresa (X) sim () não
4. Profissão: gerente de processo
5. Estado Civil: casado
6. Grau de Instrução:

Meu nome é Alexandre de Almeida e já estou na usina faz 15 anos e sou líder de processos agrícolas. Moro na colônia faz 12 anos e é um lugar muito bom para criar os filhos. Minha esposa trabalha aqui na usina também. Você pode ficar tranquilo com eles na rua, a escola é logo perto eles vão e voltam sem problema. Não tem o que falar da usina, to aqui há 15 anos né.

Eu nasci em Santo André e meu pai veio para Conchal tomar conta de um barracão de laranja e conheci as pessoas da usina. Na verdade nem sabia o que era uma usina, totalmente fora. Conheci um amigo que hoje coordenador, que me trouxe para a usina, trabalhei na queima de cana por uns 2 meses e logo me passaram para líder e continuo nessa até hoje. Na época a gente queimava ainda, hoje não pode mais. Onde tem fumaça a gente corre atrás para apagar o incêndio.

Eu trabalhei dois meses e o chefe, João Sacomano acho que gostava de mim porque terminava a safra e ninguém tinha mais trabalho até o próximo, mas ele veio falar comigo e disse: “amanhã você vem trabalhar que eu tenho uma camionete e a partir de hoje você é supervisor.” Hoje estou em outro processo, e cuido da vinhaça. No começo eu sentia o cheiro, era muito forte. Hoje eu nem percebo mais. O cheiro é ruim mas é um ótimo produto para adubo. A gente aplica direto no solo, tanto na plantação quanto na colheita.

Quanto mais álcool sai, mais vinhaça sai. Para cada litro de álcool sai 15 litros de vinhaça. Vai tudo para o campo, hoje com canal direto para as estações de aplicação. Tem uns 4 ou 5 tanques na plantação em média a 15 km daqui, a gente liga os motores e já faz a aplicação.

È totalmente diferente sair de são paulo e ter todo o silencio aqui. Eu já não penso em voltar para a cidade. Minha mulher trabalha no laboratório.

Na verdade eu trabalho das 6 às 14 e meus filhos chegam às 16, então to sempre com eles. Venho almoçar em casa, mas tem um tempo que eu levo marmita para estar junto com a equipe nas frentes.

Cada frente tem uma área de vivência, que é um contêiner com mesa, geladeira, água, banheiro e tudo o mais. Onde você vai na plantação você leva junto a área de vivência.

Meus filhos nem pensam em ir para a cidade, gostam muito da liberdade que tem aqui. Brincam com os amigos deles, empinar pipa, jogar bola. Só vou para a cidade se preciso comprar alguma coisa, fazer compras do mês.

Sebastião Denardi Filho, 57 anos, entrevista em 23/07/2019

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo 3 - Ex-moradores e ex-funcionários dos conjuntos das usinas

6. Residiu no conjunto (X) sim () não,
 - 6.1. há quanto tempo:4 anos
 - 6.2. por quanto tempo:45 anos
7. Trabalha diretamente na empresa (X) sim () não
8. Profissão: área agrícola
9. Estado Civil: casado
10. Grau de instrução:

Meu nome é Sebastião Denardi |Filho, já morei aqui na São João, vim para cá em 1970 e morei na usina até 2015. Iniciei o trabalho aqui em 1976, mudei antes por causa da minha família porque meu pai já trabalhava aqui. Eu tava com 8 anos de idade quando vim, e aqui eu to até agora. Comecei como aprendiz de mecânico, em 1978 foi para espírito santo do pinhal pela usina para estudar técnico em agropecuária e fiquei lá até 81 ara iniciar um trabalho na área agrícola, ficando 20 anos atuando nessa área. Aí em 98 fui para industrial e trabalhei até 2017 na área industrial. Aí eu parei um período de um ano e nove meses e fui convidado a retornar como especialista na área de treinamento de pessoal.

Eu estudei do segundo ano do primário até a oitava série, aí como não tinha o colegial aqui fui para araras estudar. Fiz um ano de contabilidade mas queria mesmo outro ramo.

'A são João, a vila, era a mesma coisa que uma cidade. Tinha o clube, a capela, armazém, farmácia, consulta médica. Não tinha porque sair daqui. Frequentava bastante o cine engenho grande... Tinha muita criança, a colônia sempre cheia.

Eu fiquei morando aqui até 2015 mas mais ou menos em 2010 já tinha um pessoal grande indo morar em araras e a usina não ia recolocando. Me casei em 1986 e consegui uma casa para sair da casa dos meus pais e morar vizinho deles, construindo minha vida aqui até 2015.Eu só saí porque me aposnetei. Ainda trabalhei 2 anos aposentado, mas já tinha muito tempo de empresa, a gente cansa e já tinha minha casa preparada em araras. Dei um descanso e já voltei a trabalhar (risos).

As festas eram maravilhosas, sempre vou lembrar mais da festa junina. A mais tradicional e sempre participo. Mas tinham muitas delas, a colônia era muito animada, tinha até alto falante na colônia e tinha um funcionário do cinema que controlava o som. Eles anunciavam as coisas, davam recados, anunciavam filmes do cinema, colocavam música. Quando o cinema parou essa “rádio” também parou. Naquela época não era a gente que ia para araras se divertir, eram eles que vinham.

A capela também sempre tinha missa. Clube sempre maravilhoso, talvez o que eu mais tenha sentido falta quando parou. Eu jogava futebol e senti muita falta. Tinha disputa entre bairros, dividia a colônia em dois e tinha um tecnico pra treinar todo mundo.

Conheço bastante as áreas aqui em volta e mesmo que trabalhe mais aqui dentro eu ainda participo um pouco da área agrícola. A tecnologia foi uma mudança muito rápida. Em 1998 a 2000 eu precisei me especializar mais procurar mais recursos para acompanhar novos sistemas. Eram equipamentos eletrônicos, línguas exteriores, maquinas modernizadas com cabine, ar condicionado, computador de bordo e etc. Facilitou muito isso no descanso do pessoal, principalmente nas máquinas, que então quem operava tinha mais conforto e segurança, ou seja mais rendimento.

Os geradores e o novo sistema de energia foi por volta de 2010, quando a fábrica se tornou auto sustentável nas épocas de safra. Lembro da formação do COI, centro de operação que facilita e distribui o trabalho. A partir disso as equipes deram uma diminuída, mas ainda tem um pessoal com bastante experiência, que já não é maioria. Hoje tem muita gente de fora de araras com bastante qualificação, mão de obra especializada. Mas esses novos também mudam para Araras e inclusive moram na colônia. Tão meio que repovoando a colônia.

Eu vejo chance de voltar o clube pelo que a gente comenta todo mundo gostaria.

O deslocamento para a minha esposa era meio complicado, mas ela gostava muito então nunca chegou a ser um problema. Era um fluxo normal. Meus filhos já se formaram, um deles é autônomo em instalação de ar condicionado. O outro fez engenharia de produção e estava até semana passada em londrina, presta serviço para a getta.

Maria do Patrocínio Gomes de Oliveira, 49 anos, entrevista em 01/08/2019

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo 3 - Ex-moradores e ex-funcionários dos conjuntos das usinas

1. Residiu no conjunto (X) sim () não, Usina Palmeiras
- 1.1. há quanto tempo: 35 anos
- 1.2. por quanto tempo: 15 anos
3. Trabalha diretamente na empresa () sim (X) não
- 3.1. Trabalhou diretamente na empresa? Não
4. Profissão: corretora de seguros
5. Estado Civil: solteira
6. Grau de instrução: graduada

Meu nome é maria do patrocínio gomes de oliveira eu tenho 49 anos faço 50 em setembro e morei na usina palmeiras de 70 a 85, mas nasci aqui na cidade, morei uns quatro meses e já fomos para a usina, meu pai era químico lá e fiquei lá até uns 15 anos. Minha mãe era cabeleireira, tinha um salão aqui e eu tenho duas irmãs que nasceram lá na usina. Meu pai já foi cortador de cana, entrou na usina para fazer trabalho normal de usina e com o tempo conheceu o doutor chiquinho, Francisco Graziano, que gostava muito dele, que convidou para trabalhar no laboratório. Até que chegou no momento que ele não poderia ser químico porque ele não tinha formação.

A usina colaborou muito com educação, então seu chiquinho foi lá e disse que precisava de químico formado e ofereceu para o meu pai que a usina pagasse o estudo dele. Ele vinha estudar a noite no insa, mas quem se formou mesmo foi minha mãe que fazia todos os trabalhos para ele. Eu mesma vim estudar no insa com cinco anos e a usina que pagava. Tinha escola lá mas eu fazia aqui. Eu estudei na quarta série lá porque estava muito cansada de vir todos os dias. Ia fazer a quinta série mas no último ano não teve.

A gente vinha para a missa aqui na cidade, num clube e eu lembro de ser muito futurista porque tinha um cinema mas a gente não podia assistir nenhum filme por ser menor de idade. Mas esse clube tinha festa de dia das crianças, catequese, minha primeira comunhão foi lá. Levei minha filha há uns 10 anos atrás para ver onde eu tinha morado, quando cheguei em dois minutos veio um guarda armado falando que eu não podia entrar, todas as casas destruídas, com

árvore dentro saindo pelo teto. Tinha campo de futebol, o clube e a igreja, onde fiz minha crisma com 12 anos. E no clube tinha mesa de sinuca, bocha, mesa de pingue pongue e pebolim que eu e minha irmã ficamos craques, além de baile. Aí vinha bastante gente da cidade para o clube, além de gente de limeira e de vários sítios que tem em volta.

Outro dia eu fui pra lá e tava com meu namorado, que trabalhou no tempo da safra, que muita gente vinha pra passar só seis meses gastando dinheiro porque a indenização era muito boa. E a colônia da fazenda era a coisa mais linda, chegamos tava tendo uma procissão, e tava muito lindo. Alí realmente ficou muito bem preservado.

Tinha muito o sítio que plantava fruta. A relação que a gente tinha com eles era basicamente na escola, pegava o mesmo ônibus da usina. Quando eu era pequena tinha um colônia de baixo, com 10 a 12 casas, que tinha pelo menos duas crianças em cada uma. Todas pegavam o ônibus comigo. Eu tinha sete anos quando eles começaram a contratar mais funcionários pediram para os gerentes mudarem para a cidade até que criassem a colônia de cima. Agora pensa em três crianças que choravam todo dia. As casa maravilhosas, com piscina, banheira... a gente queria mesmo era pé no chão, sair para brincar.

Minha casa tinha três quartos enormes, o chão era aquele vermelho lisinho, tinha sala, o banheiro quando eu me lembro já era dentro, mas quando meus pais mudaram ainda era fora, cozinha dentro, e a janela do quarto dava para a usina, então eu estava olhando para os dois rios. Tinha um quintal enorme com uma horta, pé de fruta. As cercas eram de bambu, então quando eu estudava eu conseguia ver toda a usina.

Asfalto chegou só depois que eu saí. Na verdade tem uma mata de acesso que eu vi eles fazerem, porque era um matagal e eles cortaram e replantaram. Esse começo de replantação de mata ciliar eu tinha uns 10 anos quando começou.

Eu lembro da gente ajudar a passar cera no chão vermelho, e quando batia o sol dava para ver um monte de pezinho no chão.

A gente tinha um fusca laranja e a gente saía na estrada rodeados de cana pegando fogo. Super perigoso, mas criança adorava. Eu saía muito para pegar cana. Os pais iam trabalhar a gente ficava lá.

Eles eram muito bons em valorizar funcionário. A gente tem uma memória muito boa do doutor chiquinho, ele pensava que se meu funcionário está bem então ele vai render. Era bem visionário pra época, ele queria que eu estava lá ficasse cada vez melhor.

A escola por exemplo, antigamente a gente teve opção de estudar em escola pública que era até melhor, e as professoras que davam aula aqui davam no ensino público também, então a qualidade era muito alta. Era uma escola muito confortável. Cheguei lá na quarta série e lembro de duas salas para cada ano. Tinha muita criança, muita gente que vinha de sítio. Lembro da merenda que eles davam, era muito gostoso. Tudo tinha muita qualidade.

Entre no cesáreo com 10 para 11 anos, e ainda era tranquilo. Pouco mais velha você começa a ter paquerinha, as crianças começam a sair e você não, já que tinha que voltar por estrada de terra e a distância era bem maior. Aí a gente tinha uma casa aqui, então era assim: sai no sábado e no domingo a cada quinze dias com horário contado. Dez horas eles passam pegar e a gente tinha que voltar chorando.

Eu vinha de ônibus até a quarta série. Quando começou o cesário, tinha aula de educação física a tarde, e eu tinha uma amiga que morava do lado da escola, então eu ficava muito na casa dela, umas três vezes por semana. Aí chegou uma época que a gente queria vir para a cidade, até porque minha irmã já estava quase com a mesma idade. A gente até vinhas para a casa da minha vó, mas ainda foi um tempo até que a gente mudasse de vez. E meu pai ainda ficou um tempo lá.

Não me lembro de dr chiquinho faleceu ou se foi substituído, mas meu pai não concordava com o gestor que entrou e ele acabou saindo. Nessa época muita gente tá tava saindo da colônia e vindo para a cidade.

Ele trabalhou mais um seis meses em cordeirópolis e depois já se aposentou.

O clube nessa época já estava desativado. Mas nao lembro o porque. Acho que as crianças crescendo o interesse na cidade foi crescendo também.

Voltava muito pouco pra lá, mesmo porque a usina se desativa quando eu tinha 22 anos.

Eu entendo que não era economicamente viável, mas tinha que ter preservado, as últimas vezes que fui lá deu até uma tristeza porque você lembra da sua infância e só consegue ver mato.

Não era permitido nadar na represa, o próprio acesso a mata era proibido porque muita gente queria caçar capivara. Nadar a gente nem tinha vontade porque nossos pais limitavam bastante nisso, mas os cachorros andavam bastante. A gente só tinha a visão dos dois rios, não conhecia a nascente da represa. Tudo sempre muito bem cuidado.

Lembro muito do cheiro de restilo, lembro que dava para ver a fumaça da usina no rio refletida na lua, era lindo. \Fuligem era uma coisa que eu não lembrava tanto, tinha mas não incomodava. Lembro que tomava três banhos por dia só para lavar o pé.

Lembro uma vez que teve uma procissão de santo reis e os pessoal vinha vestido batendo nas portas e a gente não entendia nada. Tinha muito carnaval, festa das crianças, festa junina, tudo no clube.

José Antônio Nava, entrevista em 01/08/2019

Termo de consentimento livre e esclarecido – sim

Grupo 3 - Ex-moradores e ex-funcionários dos conjuntos das usinas

11. Residiu no conjunto (X) sim () não, USL
 - 11.1. há quanto tempo: há 37 anos
 - 11.2. por quanto tempo: 30 anos
12. Trabalha diretamente na empresa () sim (X) não
 - 12.1. Trabalhou diretamente na empresa? sim
13. Profissão: Cabelereiro
14. Estado Civil: Casado
15. Grau de instrução: tecnologo

Sou José Antonio Nava, nasci em 1951 na usina e fiquei lá até 81. Ali eu tenho uma história e muita saudade daquele lugar. Procurei até hoje não perder essa raiz, ainda vou pra lá de vez em quando, tenho amigos que moram lá. Depois de muito tempo fui lá e tirei uma foto da casa onde eu nasci que ainda está lá na colônia Boa Vista. Essa colônia fazia parte das nossas partidas de futebol. A gente brincava que era a turma da arena contra a turma da MDB, misturava com política também. Aí mudava e ficava Palmeirenses contra Santistas, na época de Pelé que o Santos era o maior do mundo. Não dava para fazer de Corinthians e São Paulo porque não tinha torcedor. Naquela época não tinha o que fazer, era jogar bola. Na verdade tinha sim, tinha o cinema e os filmes que passavam lá eram os mesmos grandes que passavam no Cine Araruna. Quando tinha Mazzaroppi a gente chegava cedinho para pegar lugar na frente. Aí uma vez por mês eles tiravam as cadeiras do cinema e tinha bailinho de sanfona. Era muito divertido, tinha barzinho que a gente se reunia para jogar bilhar. Meu pai foi o primeiro funcionário da Usina Santa Lúcia. Quando seu Jerônimo Ometto vendeu uma fazenda e comprou uma terra que ele deu o nome de Santa Lúcia e naquela época não tinha açúcar e cana, era pinga. Então meu pai foi o primeiro Alambiqueiro. Ele nasceu em Iracemápolis. Diziam que foi ele que trouxe as melhores famílias. Meu avô veio da Espanha e metade da família veio para Iracemápolis e a outra foi para Limeira. Os meus tios puxavam a cana com uma carroça de boi.

Na usina a escola era até o terceiro primário. |Como a locomoção era difícil tinha uma charretinha que vinha buscar. A partir do quarto tinha que vir para a cidade. Aí a maioria vinha de bicicleta e outros a pé mesmo. Depois quando meu pai

tinha vontade de assistir televisão ele falava que a gente precisava trabalhar pra comprar uma televisão. Aí por uma televisão eu fui correndo cortar cana. Eu com 14 anos e minha irmã com 12 anos. Depois de três anos eu entrei para trabalhar na indústria. Fui borracheiro, fui frentista, carimbei açúcar.

Fiquei 30 anos lá, mas trabalhando mesmo foi só até os 21, abriram umas oportunidades no escritório e os diretores deram preferência para gente de fora, aí eu pedi as contas e fui para São Paulo. Eu voltava de final de semana, para jogar futebol, namorava na fazenda também. Aí depois de nove anos nesse esquema eu voltei definitivamente para Araras e já sabia cortar cabelo pelo Senac. Aí o Toninho me convidou para trabalhar com ele e logo em seguida meu pai teve um infarto e a gente perdeu o contato de parente de lá.

Se eu tivesse a oportunidade de trabalhar no escritório lá, talvez estivesse trabalhando lá até hoje. Mas não era pra ser.

Ali eu lembro que quando era época de entressafra, eu era bombeiro, que iria dar água para o pessoal no campo, levava no ombro. Ia encher nas minas, nas nascentes e levava para eles.. Conheço toda aquela região. Hoje tem caminhão que abastece o pessoal, tem as estações de vivência. As nascentes sempre tiveram mata protegendo. Não era igual hoje que eles reflorestaram, mas sempre teve. A gente até chamava de matinho da morte, porque diziam que um funcionário teve um infarto lá e morreu. Outros diziam que foi onça.

Quando tinha seca a gente saía de um lugar e ia para outro procurando água e nascentes.

A capela foi uma época mais recente. Quantos casamentos e quantos namoros a gente viu acontecer ali. Minha própria irmã casou lá com o cara que veio do sul fazer poço artesiano para a cidade toda.

Lá todas as casas tinham seus quintais e hortas. A gente tinha criação de porco, de galinha... Plantava tomate, beterraba, rabanete. A gente da roça já tirava da terra na hora e já comia a salada antes de jantar.

Minha mãe trabalhava em casa, mas lembro que no começo ela também cortava cana. Ela levava a gente para a roça quando a gente era bem pequeno. A gente só tomava refrigerante no Natal e em casamento, então ficava torcendo pras pessoas casarem e chamaram os pais para poder ir na festa.

Todo mundo admirava muito meu pai, que estudou só até o terceiro primário, mas trabalhava com uma qualidade muito grande. Sabia até tirar as medidas do campo, como agrimensor.

A casa era muito grande, tinha três quartos, sala enorme, cozinha fora da casa e banheiro também. Era na verdade uma fossa, por isso fica distante.

Naquela época que era permitido, queimava-se toda a cana, então infestava a casa com aquela queimada. Os cheiros também muito presentes. Era impressionante como tinha pernilongo, a gente tinha que dormir com uma redinha, uma tela.

O leite era doado pelo açougueiro, um litro por família, todo dia. As mães iam lá na casa do administrador buscar e meu pai ganhava dois litros. Meu pai também não pagava a energia, que era pouca coisa, mas já fazia uma diferença.

Meu pai me ensinou a ir no paiol escolher as melhores palhas para ele poder enrolar o fumo. E mesmo assim eu nunca fumei.

Meu pai conheceu minha mãe aqui, era bem comum as pessoas se oferecerem entre as usinas. Eu lembro que os diretores da usina São Joaquim faziam uma festa junina e como não tinha essa festa na usina santa lúcia, eles permitiam a gente ir. E na época ele trouxe a dupla sertaneja mais famosa da história, quem começou a música sertaneja no brasil: Raul Torres e Florêncio. Tinha o show e depois o baile. Isso foi na Em 57, 58. Só depois que seu Jerônimo começou a fazer as festas juninas na santa lúcia. Não lembro até que época foi a festa junina da santa lúcia.

Era longe para vir pra cidade, e não tinha ônibus ainda, então quem não tinha charrete e bicicleta tinha que vir andando.

Seu João Borella era o contador da usina santa lúcia e na época as pessoas vinham comprar no armazém aqui na cidade. Quando ele viu que era muito difícil vir até a cidade para fazer compras, aceitou de prontidão mudar para a usina de volta para manter o armazém da usina. Lá tinha de tudo, inclusive com entrega dentro das vilas. Seu João também era quem passava os filmes no cinema. O filho dele vinha me acordar de sábado cedo para ir junto com o pai dele escolher os filmes que chegavam para passar no cinema. As vezes eu ia fazia a gravação para ganhar um guaraná.

Anexo 1.

Registros do Patrimônio Imaterial do Brasil

#	Bem cultural	Livro de Registro	Data de Registro	UF	Abrangência
1	Ofício das Paneleiras de Goiabeiras	Saberes	20/12/2002	ES	local
2	Arte Kusiwa - Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajápi	Forma de Expressão	20/12/2002	AP	local
3	Samba de Roda do Recôncavo Baiano	Forma de Expressão	05/10/2004	BA	estadual
4	Círio de Nossa Senhora de Nazaré	Celebração	05/10/2004	PA	local
5	Modo de fazer Viola-de Cocho	Saberes	14/01/2005	MT e MS	regional
6	Ofício das Baianas de Acarajé	Saberes	14/01/2005	AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO	nacional
7	Jongo no Sudeste	Forma de Expressão	15/12/2005	SP, RJ, ES, MG	regional
8	Cachoeira de Iauaretê - Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri	Lugar	10/08/2006	AM	local
9	Feira de Caruaru	Lugar	20/12/2006	PE	local
10	Frevo	Forma de Expressão	28/02/2007	PE	estadual
11	Tambor de Crioula do Maranhão	Forma de Expressão	29/06/2007	MA	estadual
12	Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba enredo	Forma de Expressão	20/11/2007	RJ	estadual

13	Modo artesanal de fazer Queijo de Minas nas regiões do Serro, da Serra da Canastra e Salitre/ Alto Paranaíba	Saberes	13/06/2008	MG	local
14	Ofício dos Mestres de Capoeira	Saberes	21/10/2008	AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO	nacional
15	Roda de Capoeira	Formas de Expressão	21/10/2008	AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO	nacional
16	Modo de fazer Renda Irlandesa tendo como referência este Ofício em Divina Pastora/SE	Saberes	28/01/2009	SE	local
17	Ofício de Sineiro	Saberes	03/12/2009	MG	estadual
18	Toque dos Sinos em Minas Gerais	Formas de Expressão	03/12/2009	MG	estadual
19	Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO	Celebrações	13/05/2010	GO	local
20	Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro/ AM	Saberes	05/11/2010	AM	local
21	Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê	Celebrações	05/11/2010	MT	local
22	Festa de Sant'Ana de Caicó/RN	Celebrações	10/12/2010	RN	local
23	Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi do Maranhão	Celebrações	30/08/2011	MA	estadual
24	Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá TO	Saberes	25/01/2012	TO, PA, GO, MT	regional
25	Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá	Formas de Expressão	25/01/2012	TO, PA, GO, MT	regional
26	Fandango Caiçara	Forma de Expressão	29/11/2012	SP, PR	regional

27	Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ	Celebração	03/04/2013	RJ	local
28	Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	Celebração	05/06/2013	BA	local
29	Festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó	Celebração	27/11/2013	PA	local
30	Produção Tradicional e práticas socioculturais associadas a Cajuína no Piauí estadual	Saberes	15/05/2014	PI	estadual
31	Carimbó	Forma de Expressão	11/09/2014	PA	estadual
32	Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani	Lugares	03/12/2014	RS	local
33	Maracatu Nação	Forma de Expressão	03/12/2014	PE	estadual
34	Maracatu Baque Solto	Forma de Expressão	03/12/2014	PE	estadual
35	Cavalo-Marinho	Forma de Expressão	03/12/2014	PE	estadual
36	Teatro de Bonecos Popular do Nordeste - Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco	Formas de Expressão	04/03/2015	RN, PE, PB, CE, DF	regional
37	Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas	Saberes	11/06/2015	PA	local
38	Festa do Pau de Santo Antônio de Barbalha / CE	Celebrações	17/09/2015	CE	local
39	Romaria de Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade	Celebrações	15/09/2016	GO	local
40	Caboclinho pernambucano	Forma de Expressão	24/11/2016	PE	local
41	Feira de Campina Grande	Lugares	27/09/2017	PB	local
42	Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas – Morro Redondo, Ituruçu, Capão do Leão e Arroio do Padre	Saberes	15/05/2018	RS	estadual
43	Literatura de Cordel	Forma de Expressão	19/09/2018	RJ,DF, AL,BA,CE, MA,PB,PI,PE, RN,SE, SP	regional
44	Procissão do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis/SC	Celebrações	20/09/2018	SC	local
45	Sistema Agrícola Tradicional de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira	Saberes	20/09/2018	SP	estadual

46	Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins	Celebrações	08/11/2018	AM	estadual
47	Marabaixo	Forma de Expressão	08/11/2018	AP	estadual
48	Bembé do Mercado	Celebrações	13/06/2019	BA	local

Fonte: Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Listas%20de%20Bens%20Registrados%202019.xls>, Acesso em dezembro de 2019.

